Universidade de São Paulo
Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE/USP
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia

Alessandro Luís Lopes de Lima

**Uma arqueologia dos territórios negros: contas e miçangas
no triângulo histórico de São Paulo (sécs. XIX-XX).**

São Paulo

2019

Universidade de São Paulo
Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE/USP
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia

Alessandro Luís Lopes de Lima

**Uma arqueologia dos territórios negros: contas e miçangas no
triângulo histórico de São Paulo (sécs. XIX-XX).**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Arqueologia do
Museu de Arqueologia e Etnologia da
Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Mestre em
Arqueologia.

Linha de pesquisa: Arqueologia e Identidade
Orientadora Prof. (a) Dr.(a) Elaine Farias Veloso Hirata

Versão Revisada

Versão original se encontra na Biblioteca MAE-USP

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação integral ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação, MAE/USP,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Lima, Alessandro Luís Lopes
Uma Arqueologia dos Territórios Negros: contas e
miçangas no Triângulo Histórico de São Paulo (sécs.
XIX-XX) / Alessandro Luís Lopes de Lima; orientadora
Elaine Farias Veloso Hirata . -- São Paulo, 2019.
243 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
em Arqueologia) -- Museu de Arqueologia e
Etnologia, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Artefatos (Arqueologia). 2. Cultura Material.
3. Arqueologia Histórica. I. , Elaine Farias Veloso
Hirata , orient. II. Título.

Bibliotecária responsável:

Monica da Silva Amaral - CRB-8/7681

Resumo

Em levantamentos realizados no acervo do Centro de Arqueologia de São Paulo, nas coleções relativas aos sítios arqueológicos localizados na região do triângulo histórico de São Paulo e adjacências, foram identificadas 29 contas de vidro e de material orgânico em três contextos do século XIX: a Praça das Artes, o Solar da Marquesa de Santos e a Casa n.º 1. Através da análise das técnicas de produção, são levantadas informações sobre cronologia e origem desses artefatos. Em uma perspectiva contextual global, essas miçangas dialogam com outras de contextos africanos ou da diáspora africana, tal como o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro e Kindoki, no Congo. São Paulo no século XIX era uma cidade com forte presença da população africana. Eles estavam nas ruas, praças, pontes, chafarizes, mercados e igrejas, com seus batuques e capoeiras, formando verdadeiros territórios negros através de materialidades, identidades e agências. As contas e miçangas delimitavam hierarquias sociais internas a esses grupos e participavam da construção da paisagem negra da cidade de São Paulo.

Palavras chaves: miçangas, territórios negros, redes, cultura material, práticas sociais

Abstract

The Archaeological Center of São Paulo have collections related to archaeological sites located in the region at the São Paulo downtown and its surroundings. Between them, 29 glass and organic beads were identified in three 19th century contexts: the *Praça das Artes*, the *Solar da Marquesa de Santos* and the *Casa n.1*. Through the analysis of the production techniques, information about the chronology and origin of these artifacts is collected. From a global contextual perspective, these beads dialogue with others from African or African diaspora contexts, such as the *Cais do Valongo* in Rio de Janeiro and Kindoki in the Congo. São Paulo in the 19th century was a city with strong presence of African population. They were in the streets, squares, bridges, fountains, markets and churches, with their *batuques* and *capoeiras*, shaped the territories black through materialities, identities and agencies. The beads and *miçangas* delimited social hierarchies internal to these groups and participated in the construction of the black landscape of the city of São Paulo.

Key words: beads, Afro territories, networks, material culture, social life.

Que sejam bem-vindos todos os imigrantes africanos, estes que estão reafricanizando São Paulo e formando novos territórios negros em pleno século XXI. Essa dissertação é dedicada a vocês.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, às minhas orientadoras do Mestrado, a Prof.(a) Dr. (a) Marta Heloísa Leuba Salum (Lisy) e a Prof.(a) Dr. (a) Elaine Farias Veloso Hirata. A professora Lisy, especialista em Etnologia Africana do MAE-USP, me orientou entre os anos de 2015 e 2017. Nossa parceria começou após a minha participação na disciplina *Estudos de Arte Africana*. Ela me ajudou na formulação de um projeto de Mestrado sobre as contas de vidro, me apresentando a bibliografia antropológica e arqueológica necessária sobre o assunto. Através da convivência com a Lisy, tive a dimensão da importância da Arte Africana e da riqueza e do potencial de estudos do acervo africano e afro-brasileiro do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. A Professora Elaine Hirata, da área de Arqueologia Clássica do MAE-USP, é uma das responsáveis pelo TAPHOS - Grupo de Pesquisas em Práticas Mortuárias no Mediterrâneo Antigo e pelo LABECA, Laboratório de Estudos Sobre a Cidade Antiga. Ministra a disciplina da Pós-Graduação *Teoria em Arqueologia Mediterrânea*, que com grande satisfação tive oportunidade de cursar no ano de 2017. A professora Hirata me acompanhou até a conclusão dos estudos e me ajudou na estruturação da pesquisa.

Em especial, ao Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira, do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Ufpel- Universidade Federal de Pelotas, especialista reconhecido internacionalmente na área dos estudos da Arqueologia da Diáspora Africana. Lúcio Menezes Ferreira, mesmo fora do país e abrindo mão de seu tempo pessoal, me ajudou significativamente na construção teórica da dissertação. Indicou-me bons textos, atualizados sobre o tema, além de ter feito a revisão crítica do trabalho. Sou muito grato pela sua contribuição, do mesmo porte que uma co-orientação.

À arqueóloga Dr. Paula Nishida, supervisora do CASP, Centro de Arqueologia de São Paulo, órgão do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura. Sem a sua ajuda e disposição essa pesquisa não poderia ter sido realizada. Agradeço à Nishida por ter participado da minha banca de qualificação, assim como à Prof.(a) Dr.(a) Fabíola Andréa Silva, da área de Arqueologia Brasileira do MAE-USP.

Aos funcionários dedicados à manutenção e organização dos acervos do Centro de Arqueologia de São Paulo (CASP) e do MAE-USP. Aos servidores e servidoras das bibliotecas do MAE- Museu de Arqueologia e Etnologia, FFLCH- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FAU- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do IG- Instituto de Geociências, imprescindíveis para a construção dessa dissertação. Também a todos trabalhadores e trabalhadoras da USP, que independente de regime de contratação, cargo ou função, mantém a universidade pública funcionando diariamente.

Em fim, agradeço à minha família e à minha companheira Rafaela que desde sempre apoiou meus estudos e respeitou minhas escolhas, além de ter compreendido meu retiro nesses últimos anos, necessário para qualquer atividade acadêmica e científica.

Parabenizo o *Instituto Bixiga de Pesquisa, Formação e Cultura Popular*, o coletivo *Cartografia Negra*, entre outras valorosas iniciativas da sociedade civil paulistana na defesa da memória dos antigos territórios negros da cidade.

Nossos estudos foram realizados através do financiamento de bolsa de pesquisa da CAPES, entre os anos de 2016 e 2018.

Lista de Ilustrações

Figura 1. Mapas dos lixões do século XVIII e XIX. p.40

Figura 2. Territórios negros em São Paulo, 1881. p.43

Figura 3. Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. p.53

Figura 4. Lavadeiras no Tamanduateí. Por Militão Augusto de Azevedo, 1862. p.59

Figura 5. Lavadeiras no Tamanduateí em 1910. Por Vincenzo Pastore. p.60

Figura 6. "Pai Inácio", década de 1920. Vendedor de pássaros, ervas e raízes no antigo Mercado Caipira. p.62

Figura 7. Pórtico da Avenida Tiradentes, vestígio da antiga Casa de Correção de 1852. Por Cristiano Mascaro. p.64

Figura 8. Contextos e ocorrências arqueológicas da região central de São Paulo p.80

Figura 9. Localização da Praça das Artes. p.81

Figura 10. Distribuição de quadras da área B. Praça das Artes. p.84

Figura 11. Estratigrafia, sedimentos, Área B. Sítio Praça das Artes. p.85

Figura 12. Gráfico de quantificação material. Sítio Praça das Artes. p.87

Figura 13. Objetos Metálicos. p.90

Figura 14. Escova (material ósseo). p.90

Figura 15. Localização de contas e cachimbos na área arqueológica B, da Praça das Artes. p.93

Figura 16. Localização, Solar da Marquesa de Santos. p.94

Figura 17. Pátio interno do Solar da Marquesa de Santos. p.96

Figura 18. Distribuição das contas no contexto do reservatório do Solar da Marquesa de Santos. p.99

Figura 19. Localização do Beco do Pinto. p.100

Figura 20. Croquis, Beco do Pinto. p.100

Figura 21. Escavações no Beco do Pinto, 1980. p.101

Figura 22. Material cerâmico, Beco do Pinto. p.105

Figura 23. Louça, Beco do Pinto. p.106

Figura 24. Localização, Casa n.º 1. p.107

Figura 25. Casa n.1, Beco do Pinto e Solar da Marquesa de Santos. p.108

Figura 26. Peça 28, conta *chevron* decorada/colorida. Peça 26, conta azul esférica, identificadas na área do elevador, na Etapa 2. Cachimbo decorado, similar aos da Praça das Artes, resgatado na Etapa 1 (NP:39, Quadra 01). p.115

Figura 27. Redes e interações globais, do mercantilismo ao capitalismo industrial (século XVI-XIX). p.131

Figura 28. Contas *chevrans* de provável indústria holandesa ou veneziana, séc.XVII-XVIII. p.140

Figura 29. Um colar de contas, ou *ogdigbá*, corre no entorno do prato de adivinhação Ketu-Iorubá. p.151

Figura 30. Conta e pingente . p.160

Figura 31. Contas *drawn* simples e compostas. p.173

Figura 32. Produção das contas *drawn*. p.175

Figura 33. Decoração das contas *drawn*. p.176

Figura 34. Contas *wound*. p.178

Figura 35. Exemplo de contas *Molded-Pressed*. p.180

Figura 36. Contas *blow*. p.181

Figura 37. Contas *Prosser-Molded*. p.182

Figura 38. Conta *chevron*, n.º 1, Praça das Artes. p.185

Figura 39. Conta *chevron*, n.º 2, Casa n.º1. p.187

Figura 40. Conta *drawn*, branca, n.º3, Solar da Marquesa de Santos. p.188

Figura 41. Contas *drawn*, brancas, s/ decoração, n.º 4, 5, 6, Solar da Marquesa de Santos. p.189

Figura 42. Contas *drawn*, brancas, compostas, n.º 7, 8, 9, 10. p.190

Figura 43. Conta *drawn*, azul, facetada, n.º 11, Solar da Marquesa de Santos. p.192

Figura 44. Conta *drawn*, azul, esférica e decorada, n.º 12, Solar da Marquesa de Santos. p. 194

Figura 45. Conta *drawn*, azul, sem decoração, n.º 13, Solar da Marquesa de Santos. p.195

Figura 46. Conta *drawn*, longa e listrada, n.º 14, Solar da Marquesa de Santos. p.196

Figura 47. Conta *wound*, azul, n.º 15, Solar da Marquesa de Santos. p.197

Figura 48. Conta *wound*, toroide, n.º 16, Solar da Marquesa de Santos. p.198

Figura 49. Conta *wound*, toroide, n.º17, Solar da Marquesa de Santos. p.199

Figura 50. Contas *wound*, vermelhas, 2 camadas, n.º 18, 19, Praça das Artes. p.201

Figura 51. Contas discoides, material orgânico, n.º 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26. p.203

Figura 52. Região da Várzea do Carmo. p.207

Figura 53. Região do Largo da Irmandade e o contexto da Praça das Artes. p.208

Figura 54. Contas vermelhas *red-on-white*, ou *cornalinas de Allepo*, da Praça das Artes, do acervo de Etnologia africana do MAE-USP e de Kindoki, Angola. p.209

Figura 55. Cachimbos cerâmicos, modelados à mão. Sítio Praça das Artes e sítio São Francisco. p.214

Figura 56. Conexões em multiescalas, contas azuis facetadas. p.217

Figura 57. Conexões em multiescalas, contas *chevrons*. p.218

Lista de Tabelas

Tabela 1 Distribuição da frequência de vidros por função p.89

Tabela 2: Ocorrência de material arqueológico no Solar da Marquesa de Santos p.98

Tabela 3. Totalidade de trincheiras abertas no Beco do Pinto p.104

Tabela 4. Artefatos, Beco do Pinto. p.105-106

Tabela 5. Sondagem 1, área do Elevador. Casa n.º1. p.111

Tabela 6. Sondagem II; área do Muro. Casa n.º1. p.111-112

Tabela 7. Sondagem II, Nova área do reservatório. Casa n.º1. p.112-113

Tabela 8. Inventário de Peças. Casa n.º1. p.113

Tabela 9. Materiais cerâmicos, quantificação. Casa n.º1. p.114

Tabela 10. Material do fosso do Elevador. Casa n.º1. p.114

Tabela 11. Material da área do Reservatório. p.114-115

Tabela 12. Porcentagem das contas identificadas por sítios arqueológicos. p.205

Tabela 13. Porcentagem das contas conforme as técnicas de produção. p.205

Tabela 14. Porcentagem de contas por materiais de produção. p.206

SUMÁRIO

Introdução 13

Capítulo 1. SÃO PAULO NO SÉCULO XIX 30

1.1 O africano em São Paulo 30

1.2 São Paulo oitocentista 31

1.2.1 Os antigos “covões” de descarte urbano 39

1.3 Territórios Negros 42

1.3.1 Sé e o Sul da Sé 46

1.3.2 Largo do Rosário 49

1.3.3 Várzea do Carmo 59

1.4 Materialidades, sociabilidades e a formação de identidades 63

CAPÍTULO 2. A CIDADE COMO ARTEFATO 69

2.1 Formação e localização do sítio urbano paulistano 69

2.2 A dinâmica material da cidade 70

2.3 São Paulo em uma perspectiva global 77

2.4 Formação das lixeiras da área de estudo 78

2.5 Contextos arqueológicos 79

2.5.1 Praça das Artes 80

2.5.2 Solar da Marquesa de Santos 93

2.5.3 Beco do Pinto 99

2.5.4 Casa n.º1 106

2.6 Considerações gerais 115

CAPÍTULO 3. SOBRE CONTAS E MIÇANGAS 120

3.1 A constância das contas 120

3.1.1 Pesquisas relacionadas às contas em contextos de diáspora africana 121

3.2 A indústria de contas mediterrânea e europeia 128

3.2.1 Associações produtivas 129

3.2.2 Centros produtores 130

3.3. Cultura, comércio e a indústria de contas na África 142

3.3.1 O colonialismo e as contas na África Centro-Occidental 155

3.4 Considerações gerais 157

CAPÍTULO 4. CLASSIFICANDO 159

4.1 Métodos 159

4.1.2 As Técnicas de Produção 171

4.2 Sistematização 182

4.2.1 Classificação das contas do triângulo histórico paulistano (por técnica de manufatura) 184

4.3 Resultados e Discussão 204

CONCLUSÃO 220

BIBLIOGRAFIA 226

Introdução

Os estudos arqueológicos sobre a presença de contas de vidro e orgânicas na região do centro histórico de São Paulo requerem, obviamente, uma perspectiva voltada ao período histórico pós-colombiano. O mundo que se estabelece após 1492 possui particularidades e contextos próprios. Daí um dos objetivos da arqueologia histórica: a compreensão de como os dispositivos da modernidade, estruturaram e transformaram as relações sociais após o advento do mercantilismo no século XV. Por meio da arqueologia histórica podemos examinar o impacto que a materialidade europeia exerceu em diferentes populações, assim como estas reagiram a tudo isso e, por sua vez, afetaram aos europeus (ORSER, 1992, p.23). Conforme o desenvolvimento e maturidade da disciplina, cada vez mais tem se buscado compreender como a experiência da globalização ajudou a moldar o mundo moderno (FERREIRA, 2019 b).

Uma das características da arqueologia histórica é a sua multidisciplinariedade e uso de várias fontes. Essas informações podem ser levantadas através da documentação escrita e historiográfica ou através de fontes da antropologia cultural, utilizando etnografias, objetos museológicos e testemunhos orais. Também através da história da arte, na análise de pinturas, fotografias e desenhos antigos ou utilizando recursos da geografia, interpretando mapas e paisagens (ORSER, 1992, p.55).

Para levantar cronologias, a arqueologia histórica faz uso da datação relativa, a observação da posição dos artefatos entre os estratos, e quando possível faz uso também da datação absoluta. Porém métodos de datação absoluta como o carbono 14, com uma margem de erro de 200 anos não são tão eficientes para os estudos dos contextos arqueológicos do período moderno. Como a faixa de tempo é pequena, com apenas 500 anos aproximadamente, os estratos são estreitos e curtos, definidos como microestratos, apresentam poucos centímetros e sua leitura é complexa (ORSER, 1992, p. 85-86).

Segundo Orser Jr., a documentação escrita que caracteriza a arqueologia histórica pode ser dividida em fontes primárias, aquelas oriundas de registros oficiais, como certidões de nascimento ou de óbito, recenseamentos, estatísticas oficiais, registros autobiográficos, entre outras, e fontes secundárias, produzidas por aqueles que não testemunharam os eventos, tal como a produção historiográfica. O uso das fontes documentais secundárias permite acompanhar o desenvolvimento do debate acadêmico a respeito do conhecimento histórico de determinado período. A arqueologia histórica

está localizada entre o escrito e a materialidade, e é obrigação do arqueólogo histórico integrar, confrontar e perceber contradições entre as informações escritas e as de origem arqueológica (ORSER, 1992, p.40).

Para a realização dos nossos estudos, utilizamos documentação historiográfica secundária consagrada sobre a cidade de São Paulo. Poderíamos, eventualmente, fazer referências às fontes pictóricas ou registros fotográficos que ajudam a compreender o uso geral e a função dos artefatos no passado. Desenhos e pinturas são importantes porque podem documentar datas, usos e a aparências dos artefatos (ORSER, 1992, p.53).

Artefatos podem ser definidos como itens fabricados e modificados pela ação humana e os arqueólogos históricos trabalham com informações oriundas desses objetos e também dos contextos em que se encontravam (ORSER, 1992, p.32). São de objetos insignificantes de onde vem a maior parte das informações sobre o passado, o que caracteriza a arqueologia como uma “ciência das coisas” (ORSER, p. 1996, p 107-108). Os artefatos históricos na grande maioria das vezes foram produzidos para a venda e as circunstâncias da manufatura industrial têm auxiliado na interpretação das datas dos objetos históricos (ORSER, 1992, p.88). Essa é uma das premissas de nossa análise das contas. Buscamos informações sobre datação e origem, através do levantamento das tecnologias de manufaturas e de seus locais de produção, conforme o método desenvolvido por Cristopher DeCorser (1989; et al., 2003). As informações oriundas do registro de fabricantes, catálogos, datações diretas, emblemas e das mudanças tecnológicas são bastante precisas no levantamento de cronologias. Por esse motivo a arqueologia histórica pode fornecer datações para sítios e estruturas arqueológicas através da análise dos seus artefatos (ORSER, 1992, p.93). Na África Ocidental os cauris (búzios) passaram a ser onipresentes entre os séculos XVII e XIX, por isso são utilizados como indicadores cronológicos para a datação dos contextos e dos níveis de ocupação histórica, além de indicarem conexões diretas e indiretas com as redes comerciais atlânticas (OGUNDIRAN, 2002, p.429).

A troca e o comércio de objetos podem ocorrer entre membros de um mesmo grupo, entre grupos diversos ou entre parentes de um mesmo núcleo. Sejam os objetos feitos pelas próprias pessoas que os utilizam ou obtidos através do comércio, sua posse está condicionada a uma interação social. Para além das coisas materiais e de suas

características físicas, os objetos criados para a interação comercial são também mercadorias. A cultura material é utilizada de diferentes modos para significar coisas diversas, no transcurso de suas vidas sociais. Charles Orser Jr. destaca três tipos de valores para as mercadorias: valor de uso, ou o potencial de um objeto ter uma função clara, o valor de troca, a quantia que um determinado objeto vale em uma negociação, e o valor de estima ou estético, a capacidade de evocar sentimentos e emoções específicas. Esses três valores dependem de como, quando e porque o artefato foi usado (ORSER, 1992, p.98-99). As contas de vidro poderiam não ter valor de uso para os europeus no período do Renascimento (DUBIN, 1987), mas com certeza tinham valor de troca nas relações com os estrangeiros. Consumidores poderiam ser de culturas totalmente diferentes dos produtores. Ainda que seja possível encontrar em contextos do Novo Mundo pré-colombiano alguma produção destinada à troca, essa relação era uma exceção para esse período e não o definiu (ORSER, 1992, p.98-99).

A partir da expansão comercial europeia a compra de produtos manufaturados passa a ocorrer em vários lugares do mundo, integrando indivíduos em uma rede global de venda e troca, conectando a Europa, África, Ásia e as Américas. Esse materialismo do início da época moderna era genuinamente internacionalista e tinha suas origens na Idade Média. As inovações técnicas que fizeram a guerra das cruzadas contra o Império Islâmico, tal como barcos, velas e mapas, posteriormente foram utilizadas para o benefício econômico, tomando uma forma que já não era mais medieval (ORSER, 1992, p.100). É importante que os arqueólogos considerem, no caso de contextos de aldeias indígenas do século XVI onde foram identificados objetos europeus¹, o papel das mercadorias no que diz respeito à realidade econômica, simbólica e social do grupo que vivia no sítio. Dessa forma, a diferença entre as conhecidas arqueologias pré-histórica e histórica não tem a ver com questões teóricas ou metodológicas, mas com a própria natureza dos sítios históricos, relacionados a assentamentos capitalistas transnacionais (ORSER, 1992, p.101-102).

Podemos compreender os objetos através de suas interações e seus entrelaçamentos; as redes recontextualizam e ressignificam os artefatos, inclusive com

¹ No acervo de Arqueologia Brasileira do MAE-USP, há três contas de vidro azul e fragmento, elas são alongadas, quadrangulares, torcidas, com três camadas (preta, branca e a externa azul turquesa), do tipo *drawn* e conhecida na literatura como “nueva cadiz”, de produção mediterrâneo-europeia. Foram identificadas em contexto funerário, no sítio tupi-guarani Itaguá (Ubatuba-SP), datado no século XVI (UCHOA, SCATAMACHIA, GARCIA, 1984; SCATAMACHIA, UCHOA, 1993).

os arqueólogos compondo essas redes de significados (ORSER, 1996, p. 117). Na África Ocidental os cauris (búzios) são um bom exemplo de recontextualização de significados na cultura material. Antes de 1500 os búzios não eram utilizados pela elite local, possuíam um consumo baixo e relacionado apenas ao uso ritual, sua distribuição estava limitada à região da floresta tropical do Rio Niger. Porém com a chegada do mercantilismo no século XVI, esse padrão se transformará significativamente, com os cauris sendo incorporados e valorizados politicamente. Passam, então, a ser utilizados para trocas econômicas, equiparando-se às contas de vidro. Esse valor que o cauri adquire entre os séculos XVI e XIX não foi imposto pelos europeus, era uma reinterpretação local do que eram as contas de vidro enquanto objetos de poder antes do século XVI. A expansão dos cauris no litoral africano no século XVI difundiu atividades econômicas e levou à mudança social, cultural e ideológica no Reino Iorubá entre os séculos XVII e XIX. As mercadorias importadas que começam a chegar pelo Atlântico no século XVI transformaram tanto a vida sociopolítica e econômica, quanto a cultura material africana e seus significados na cosmologia iorubá. Contas de vidro e cauris ajudam a compreender como os sistemas econômicos mundiais e pan-regionais transformaram as culturais locais e como os processos globais foram reordenados em níveis locais (OGUNDIRAN, 2002).

O desenvolvimento das sociedades de consumo é um dos focos da arqueologia histórica e a disponibilidade de mercadorias pode contribuir ou causar mudança social (ORSER, 1992, p.101). O uso de contas e cauris na África remontam até a 6000 anos atrás (OGUNDIRAN, 2002, p.432), mas enquanto objetos de *status* entre os iorubás (atual Nigéria) estão localizadas entre os anos 800 e 1000 A.D., mesmo período em que emerge um sistema político centrado em Ilé-Ifé. Ainda que sejam identificadas redes comerciais de longa distância de contas de vidro, os iorubás estavam também as produzindo a 2,5 quilômetros de Ilé-Ifé, na região das matas de Olokum. Como existem poucos estudos arqueológicos para antes do século XI, não é possível dizer até quando e quais contas foram utilizadas como índices de *status* e autoridade antes desse período. Cerca de quinze contas são diferenciadas no vocabulário iorubano, de acordo com coloração, tamanhos e formas. Dessas quinze contas, apenas seis possuem grande valor e se associam aos reis e outras autoridades político-religiosas (OGUNDIRAN, 2002).

Entre os séculos IX e XI já se estabeleciam como índice de *status* as contas de vidro. Antes do século XV eram utilizadas as contas azuis-esverdeada, conhecidas como

segi, as de vidro azul translúcido, vermelhas (akim/calcedônias), corais, jaspers (segida) e cornalinas (ejiba/edigba), para mencionarmos alguns exemplos. Com o aumento das demandas por contas europeias, a intensidade de trocas econômicas entre os séculos XV e XVI começa a prosperar a partir das rotas comerciais já existentes. Entre os séculos XVII e XIX ocorre um exorbitante aumento desse comércio atlântico, alterando significativamente essas antigas redes. É nesse período que os cauris passam a predominar entre os iorubás, fazendo surgir novas formas de demonstrar riqueza e *status*, junto a novos comércios e consumos. Conforme a estrutura política de Ilé-Ifé se espalha pelo Reino Iorubá entre os séculos XII e XIX, suas contas de vidro e cauris (e outras mercadorias reais) são difundidas pela região como insígnias de autoridade política. No século XVI os portugueses estavam comprando em Benim e Grande Popo contas de vidro produzidas em Ilé-Ifé para a revenda em outras localidades da própria costa da África Ocidental, demonstrando que havia na região um sistema de diferenciações sociais e instituições políticas que faziam uso das contas antes do século XVI (OGUNDIRAN, 2002).

É fundamental o reconhecimento da presença de interações passadas nos objetos. Os artefatos podem ser interpretados através das conexões que eles mantinham com as populações que os produziam e os consumiam (ORSER, 1996, p.110). Devemos nos focar em compreendê-los como oriundos de outros lugares e como representantes de redes de interações (ORSER, 1996, p.40). Para constituir uma análise de redes em nível global, Orser Jr. se vale da ideia de “mutualismo”, desenvolvida pelo antropólogo cultural Michael Carrither, baseada no entendimento das relações mantidas entre as pessoas. Todos estariam em conexões com todos, homens, mulheres, crianças, em múltiplas redes, surgidas através de interações. As interações ocorrem nas grandes, mas também em pequenas escalas, no contato mútuo entre indivíduos. Na perspectiva mutualista a tecnologia é minimizada, já que o entendimento é que as mudanças sociais ocorrem nas relações sociais mantidas em torno à tecnologia. Não devemos compreender os contextos arqueológicos de forma isolada, mas sempre através das suas conexões passadas.

É preciso superar a noção particularista da análise minuciosa de um único sítio, concentrados apenas em um nível contextual local, para de fato visualizarmos as relações históricas que deram origem ao mundo contemporâneo. A total concentração nos mínimos detalhes de um sítio arqueológico da diáspora africana, por exemplo, acaba

fragmentando os processos gerais e as forças históricas globais que constituíram a escravidão e deram forma ao racismo contemporâneo (FERREIRA, 2019 b).

Esse fetichismo do sítio arqueológico delimita uniformidades, particularismos e fronteiras rígidas, o que impede, por exemplo, a compreensão das heterogêneas paisagens quilombolas, sempre móveis, nômades e temporárias, se deslocam construindo narrativas sobre as materialidades do passado e do presente. Segundo os estudos de Lúcio Menezes Ferreira, nas fazendas de charque gaúchas do século XIX, onde havia a utilização da mão-de-obra escravizadas, reuniam-se ao mesmo tempo: as políticas liberais do mundo atlântico, na exportação do charque e do couro, um *ethos* aristocrático, enriquecido com a escravidão, misturado ao ideal liberal do gaúcho livre, mas civilizado, e a produção gerida por castigos e por uma topografia da vigilância, que controlava o cotidiano dos escravizados nas charqueadas. Essa interpretação a partir de uma perspectiva ampla, só é possível quando se ultrapassa as fronteiras do sítio arqueológico. A reconsideração sobre a noção de sítio é um debate que se encontra no cerne da arqueologia histórica a mais de 20 anos (SAMPECK; FERREIRA, 2019).

A ideia multiescalar de Charles Orser Jr. (1999), tem o sítio arqueológico enquanto uma entidade conectada às redes sociais através do tempo e do espaço, em redes verticais e horizontais. Sua abordagem nos permite compreender um contexto arqueológico particular, além dele, como pertencente a um mundo global muito mais amplo. Essa é uma discussão antiga, que começa com Marx, mas que normalmente a arqueologia afro-latina-americana tem ignorado (FERREIRA, 2019 a; 2019 b; SAMPECK; FERREIRA, 2019).

Nosso período histórico seria determinado pelo o que Charles Orser Jr. metaforicamente chamou de *haunts*² modernos: o capitalismo, o colonialismo, o eurocentrismo e a própria Modernidade em si. Esses *haunts* mantinham relações que foram forjadas em padrões assimétricos de contato, interligando desiguais e pessoas “distantes” socialmente (ORSER, 1996, p.55).

Um exemplo de cultura material mutualista é a cerâmica *colonoware*, podendo ser de procedência indígena ou afro-americana, ela era não europeia, representava não uma marca cultural, mas um índice de interação (ORSER, 1996, p.120-121). A

² *Haunts*, assombrações que sempre retornam, tal como uma “alma penada”.

colonoware não existiria sem os *haunts* da Modernidade elencados por Charles Orser Jr., essa cerâmica está relacionada tanto ao capitalismo, devido à sua presença na escravidão moderna, quanto ao eurocentrismo que motivava a formação de uma identidade contrária, crioula, como forma de oposição e resistência ao colonialismo. Essas características da Modernidade podem ser identificadas tanto em uma cerâmica artesanal da América do Norte, quanto em qualquer objeto oriundo de fábricas e mercados europeus, tal como as contas de vidro (ORSER, 1996, p.122-123).

Definindo redes como gráficos formados por pontos e conectados por linhas, os pontos podem ser compreendidos como “nós” ou “vértices” e as linhas como “elos”; é importante que os arqueólogos identifiquem a natureza dessas interações, como estão expressas materialmente e através do tempo (ORSER, 1999, p.91). A natureza das relações pode ser definida como conexões verticais, de caráter hierárquicos, relacionadas a domínios sociais grandes e conexões horizontais, interligando domínios dentro de uma mesma unidade social. Os elos hierárquicos são primordiais para a arqueologia histórica, por evidenciar as relações e redes que se iniciaram em 1492, podendo alcançar escalas inter-regionais e transnacionais. A abordagem multiescalar permite reconstituir as conexões horizontais entre elementos políticos, econômicos e sociais de uma mesma realidade. Charles Orser Jr. defende uma análise de redes que seja multiescalar e que possa demonstrar as relações pessoas-pessoas, pessoas-lugares e lugares-lugares, tanto em dimensões sincrônicas quanto diacrônicas (ORSER, 1999, p.94).

Os conceitos chaves para a análise de redes em arqueologia são sequencialmente: sítio, conector, díade/tríade, área, região, relação, rede física. Na análise de redes arqueológica devem-se considerar os “atores” como indivíduos particulares, conforme a geografia do assentamento permita. Na integração desses indivíduos, laços sociais e físicos trabalham juntos, por esse motivo estradas representam ligações sociais (ORSER, 1999, p.91). Esses laços físicos entre atores sociais conectam sítios arqueológicos através de pontes, caminhos, calçadas, compondo evidências tangíveis das interações culturais postas no espaço geográfico. As relações na análise de redes devem ser compreendidas como verdadeiras díades, onde os laços entre duas unidades são a propriedade do par. Dessa forma, essas unidades não devem ser compreendidas como isoladas ou individuais, tal como o exemplo de uma rodovia, que não pertence apenas a um lugar, mas a dois ao mesmo tempo. Podem essas relações

também formar um trio, ou tríade. Dois ou três sítios interligados na análise de redes compõem uma mesma “área” arqueológica; a “região” arqueológica seria a junção de várias áreas. O que define a região é a área relacional, formada por elos e limites. Por esse mesmo motivo, continentes distantes podem ser considerados pelos arqueólogos históricos como pertencentes a uma mesma região (ORSER, 1999, p.95-96).

Charles Orser Jr. transcendeu os particularismos e posicionamentos estreitos da arqueologia histórica, indo além das análises isoladas de sítios. Como pesquisador procura a compreensão ampla de como o nosso mundo contemporâneo foi formado. Para Charles Orser Jr., deveríamos *pensar globalmente e escavar localmente*, o isolamento em seus próprios detalhes apenas fragmenta e obscurece o entendimento das forças históricas globais que promoviam a sociedade escravista e colonial. Orser Jr. é um pesquisador importante para a arqueologia histórica brasileira, possui uma abordagem materialista e desde os anos 1980 preocupa-se com as desigualdades sociais e a exploração. Em parceria com Pedro Paulo Funari, escavou e deu início a uma nova forma de fazer arqueologia no Brasil. Seus estudos em Palmares foram pioneiros, promoveram o diálogo entre arqueologia e a antropologia no entendimento da diáspora africana (FERREIRA, 2019 a).

Para nossa abordagem teórica também trabalhamos com a noção de pragmatismo desenvolvida por Anna Agbes-Davies (2017) a propósito das contas azuis. A pesquisadora estava insatisfeita com as abordagens tradicionalistas na arqueologia histórica, voltadas apenas para as tradições culturais e significados simbólicos dos artefatos. Na verdade, as tradições culturais seriam apenas uma dentre tantos outros significados possíveis. As contas azuis, normalmente compreendidas pelos arqueólogos históricos norte-americanos como sinais de africanidade, práticas mágicas ou religiosidades, nessa perspectiva estão restritas apenas a um espectro de significados possíveis. O que a pesquisadora defende é uma análise que se diferencie das abordagens que tem a tradição cultural como epistemologia central. A importância aqui está na maneira como a arqueologia transforma suas informações em dados, não enfatizando objetos ou sítios como primordiais para os estudos, mas compreendendo a importância pragmática do uso dessas duas fontes de informações. A visão pragmática reconhece não apenas a tradição e o essencialismo cultural, mas também a experiência vivida, a ação e as consequências por parte dos atores sociais que moldaram o registro arqueológico (AGBE-DAVIES, 2017).

A abordagem pragmática exige certa ênfase no contexto. O significado das contas azuis também deve ser procurado no tempo (cronologia) e no espaço arqueológico, assim como na morfologia dos artefatos para chegarmos a alguma conclusão. Dessa forma não devemos apenas considerar a coloração azul, mas todos os outros dados arqueológicos relacionados. A pesquisadora reclama que os contextos arqueológicos vêm sendo pouco trabalhados para a compreensão das contas azuis na América do Norte. Por esse motivo cabe à arqueologia histórica ir além das questões culturais já levantadas a respeito das contas azuis, como a proteção simbólica e a tradição. Podemos buscar outros significados para a cultura material através da distribuição diferencial entre os contextos. Não precisamos abandonar a *tradição*, ela está lá, partimos dela, mas devemos associá-la ao *pragma*, ainda que opostos, são dois conceitos em intersecções contínuas (AGBE-DAVIES, 2017). Através do pragmatismo abordado por Anna Agbe-Davies (2017), compreendemos como as contas podem ser usadas para dizer o que as pessoas estavam fazendo e não tanto o que elas eram. Não compreenderemos as origens das práticas em torno do material, ou o que fez único para determinado grupo étnico, mas sim como essas pessoas podem ter operado. Não saberemos sobre os pensamentos que os indivíduos tiveram, mas sim o que eles poderiam ter feito, a partir dos objetos e do registro arqueológico.

Essas são algumas de nossas referências teóricas para a análise das 29 contas, a grande maioria de vidro e uma minoria de provável material ósseo, identificadas em três contextos arqueológicos da área do triângulo histórico paulistano³, nos sítios Praça das Artes, Casa n.º.1 e Solar da Marquesa de Santos. Ainda que os contextos não tenham sido identificados como relativos à diáspora africana nos relatórios, eles estavam dentro da área e diretamente relacionados aos antigos territórios negros paulistanos do século XIX. Os territórios negros aqui são entendidos como lugares da cidade onde havia sociabilidades, materialidades e a formação de identidades relativas ao negro, configurando uma paisagem urbana relacionada à diáspora africana.

Estes sítios apresentam contextos heterogêneos, de despejo urbano ou doméstico de resíduos. O contexto do sítio Praça das Artes, nas proximidades do Vale do Anhangabaú e da antiga Ponte do Acu, estava em algum grau relacionado aos territórios

³ O triângulo histórico compreende em seus vértices três igrejas históricas de São Paulo, a do Mosteiro de São Bento, do Largo São Francisco e do Convento do Carmo (TOLEDO, 1983).

da Irmandade Nossa Senhora do Rosário. No século XIX, a Irmandade se localizava a 300 metros de distância da área da Praça das Artes. Nesse período a Irmandade poderia tanto utilizar o “covão” sanitário mais antigo (século XVIII) do Caminho para o Tamanduateí⁴, quanto esse aterro sanitário aberto nas proximidades da Ponte do Acu no início do século XIX.

Com a mudança ocorrida em 1904 para o Largo do Paissandu, a Irmandade do Rosário passa a ficar apenas a 130 metros do antigo “lixão” urbano da região da Ponte do Acu. Será apenas no início do século XX que a Irmandade passará a permanecer na área exclusiva de cobertura desse aterro sanitário em questão. Nos finais do século XVIII e início do século XIX, São Paulo possuía alguns “covões”, buracos abertos pelo poder público para o depósito sanitário de resíduos urbanos; cada um desses “covões” cobria uma área da cidade naquela época. O da Ponte do Acu era um desses aterros sanitários (BRUNO, 1954). É alta a probabilidade desse contexto ter recebido o descarte material relacionado à Irmandade do Rosário, conforme a curta distância entre a atual Praça das Artes e as localizações da Irmandade. Segundo a historiografia, havia uma vizinhança negra nas proximidades da Ponte do Acu no ano de 1856 (WISSENBAACH, 1998, p.180).

No contexto do Solar da Marquesa de Santos, foi realizada uma escavação pela equipe do DPH, distante da residência, no local de um antigo reservatório e já nos limites do quintal, da média para a baixa vertente do morro do Pátio do Colégio. É bastante provável que esse contexto esteja relacionado com a antiga região da Várzea do Carmo, outro território popular, com forte presença negra no século XIX (TORRES, 1969, p.182-183 apud SANTOS, 1998, p. 90). Devido às espacialidades negras relativas à Praça das Artes e à Várzea do Carmo, partimos dos territórios de diáspora africana para interpretar essas contas de vidro e orgânicas. Por esse motivo o primeiro capítulo é dedicado à história do negro paulistano e sobre a constituição de seus territórios na cidade. Por outro lado, o conhecimento prévio dos tipos e da regularidade nas formas de determinadas contas de vidro que aparecem em contextos da diáspora, nos assegurou essa perspectiva para a compreensão desses adornos da arqueologia paulistana.

O negro africano fazia parte da população de São Paulo e estava marcadamente presente nas ruas no século XIX, nas feiras, igrejas, chafarizes, praças, pontes, rios,

⁴ Atual Ladeira do Porto Geral.

entre outros lugares (MATTOS, 2006, p.213), circulando através da relativa liberdade que a vida urbana possibilitava. Devido a essa presença, sua materialidade pode hoje ser levantada tanto na análise do subsolo, quanto na monumentalidade e na paisagem urbana. O patrimônio material relativo ao negro paulistano está nos locais dos antigos cemitérios e igrejas das irmandades da Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia e na Capela dos Aflitos. Também se encontra em um pórtico, ainda de pé na Avenida Tiradentes, vestígio remanescente da antiga Casa de Correção de São Paulo (1852), para onde escravizados foragidos eram enviados e onde negros forros trabalhavam como serventes. Também podemos testemunhar a presença do patrimônio material do negro na própria paisagem urbana de bairros como o Bixiga, que surgiu de um quilombo no século XVIII. O antigo Quilombo Saracura se localizava no atual “quadrilátero negro” ou “da Saracura”, entre as Ruas Rocha, Almirante Marques Leão, Una e a Avenida 9 Julho (CASTRO, 2008, p.62). Esse logradouro, onde se encontra hoje a quadra da Escola de Samba Vai-Vai, em uma perspectiva arqueológica pode ser considerado um lugar de permanência e persistência (SCHLANGER, 1992; ZEDENO, 1997), já que por gerações permanece sua significação e territorialidade ⁵.

Para Lúcio Menezes Ferreira (2009) a condição do escravizado é a imposição do trabalho forçado, por isso, sua ação é definida pela negação a esse tipo de vida alienada. Assim, em sua cultura material (arquiteturas, cerâmicas, entre outras) há vestígios de atos de resistência. A diáspora africana diz respeito aos processos de resistência à escravidão, formação e reformulação de identidades nas Américas. O que importa não é fazer ligações diretas entre cultura material e etnicidade, mas compreendê-la como expressão de interações sociais, políticas e culturais passadas. As cerâmicas, por exemplo, foram transformadas em objetos diaspóricos, auxiliando na formação de identidades e no estabelecimento de alianças políticas locais, que articulavam resistências contra o controle colonial (FERREIRA, 2009). Por esses motivos é preciso

⁵ No início do século XX a região era conhecida como a “pequena África” e a ocupação formava uma linha de pequenas habitações nas margens do córrego Saracura. Segundo o *Jornal Correio Paulistano* de 3 de outubro de 1907, cabras soltas, crianças seminuas preparando gaiolas e velhos com cachimbos davam ao lugar, ares de Congo (CASTRO, 2008, p.57-58). Segundo Lucena (1984, p.77) e Castro (2008, p.76-77), a Saracura foi um dos berços paulistano do samba de bumbo e do batuque, junto a outras localidades da cidade. No início do século XX, o samba de roda em um primeiro momento e os cordões carnavalescos depois, se tornam expressões da negritude paulistana, já que eram impedidos de participar de outros folguedos, como os entrudos do carnaval. Perante essa realidade, surgirá o cordão carnavalesco Vai-Vai. É bastante provável que seu nome venha de uma dissidência da torcida de um time de futebol do Saracura, o Cai-Cai, que carregava às cores preta e branca; sua torcida organizava choros e sambas na comunidade.

evitar qualquer paralelo direto entre as etnicidades das Américas e da África (POSNANSKY, 1984) e também entre qualquer outra realidade atlântica relativa à diáspora africana.

Na São Paulo do regionalismo bandeirantista, o papel do negro africano acabou sendo escondido ou diminuído nos textos produzidos pela historiografia oficial (WISSENBAACH, 1998). A partir da década de 1930 houve uma tendência à valorização das elites nacionais e regionais, buscando um passado heroico para o paulista na figura do bandeirante. Por um lado, essa glorificação foi promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, criado em 1894 e que tinha como diretriz a formação da nacionalidade e o restabelecimento do mito fundador (MATTOS, 2006, p.17). Por outro lado, no início do século XX o Museu Paulista sob a gestão de Alffonso d'E Taunay, irá levantar a imagem ideológica dos “bandeirantes pioneiros”, termo criado por intelectuais para diferenciar as antigas famílias paulistas do resto da população. Na exposição do Museu Paulista, estátuas de bandeirantes estavam logo na entrada recebendo os visitantes; nas exposições as regiões brasileiras eram apresentadas como se tivessem sido conquistadas por bandeirantes. Utilizava-se também de pinturas, esculturas e outros tipos de itens materiais para guiar o público (FUNARI, 2002).

Pedro Paulo Funari enfatiza que mesmo 80 anos após a gestão de Alffonso d'E Taunay, as galerias do Museu Paulista continuavam tomadas, em sua grande maioria, por objetos históricos da elite. Um dos exemplos mais emblemáticos é o das antigas liteiras, cadeiras que serviam para o transporte de aristocratas, e que geralmente eram carregadas por escravizados. Os grupos subalternos, como os negros africanos, permaneceram ausentes no Museu Paulista, realidade que na maioria dos museus brasileiros não era diferente no início do século XXI (FUNARI, 2002, p.142). Nessa construção ideológica bandeirantista não havia espaço para o negro paulista. O indígena aparece no discurso, mas por um viés preconceituoso e miscigenado. Todo esse momento está relacionado ao estímulo oficial à imigração europeia para São Paulo, com o desejo de branquear a população paulista. O racismo promovido pelo Estado foi um dos motivos para que a historiografia tenha ignorado a presença do negro na formação de São Paulo. Será apenas nos anos 1970 que essa realidade começará a mudar, com novos historiadores se interessando pelo tema do negro na cidade de São Paulo (MATTOS, 2006, p.18).

Como estudamos contextos arqueológicos urbanos, no capítulo 2 nós os apresentamos, buscando compreendê-los e defini-los, primeiramente entendendo a cidade de São Paulo como um grande sítio arqueológico (CRESSEY, 1978). Uma das caracterizações dos estudos de arqueologia histórica é a atenção aos aterros. Comuns aos sítios históricos urbanos, esses estratos de terraplanagem são depósitos de areia, pedra, cascalho e objetos, intencionalmente formados. A presença dessas camadas ajuda os arqueólogos a compreender os processos de formação dos sítios arqueológicos urbanos; nas cidades modernas é comum a identificação de ocupações sucessivas, entremeadas por camadas de aterro (ORSER, 1992, p.86-87). Nossas contas, ainda que pequenas demonstram a presença de um antigo território negro removido durante os processos de destruição e reconstrução da cidade; processos estes que ocorreram pelo menos duas vezes na história, o primeiro na passagem do século XIX para o XX, na destruição da antiga cidade colonial e na formação da metrópole do café. O segundo no surto de desenvolvimento que ocorre nos anos 1940, objetivando a expansão da infraestrutura urbana para o crescimento do centro comercial (TOLEDO, 1983). Compreendendo o processo de formação (SCHIFFER, 1972) do sítio urbano paulistano, identificamos nos aterros a materialidade dos edifícios da antiga São Paulo já destruída, reciclada e reutilizada pela própria cidade (RATHJE, 2001). No subsolo urbano podemos identificar os vestígios da cultura material de todos aqueles que fizeram parte do passado de São Paulo. Nesse capítulo, através da análise de relatórios e de toda a documentação relacionada, são apresentados os contextos arqueológicos do triângulo histórico onde foram identificadas as miçangas.

O capítulo 3 é voltado aos artefatos primordiais da dissertação, as contas e miçangas. Na primeira parte são apresentados alguns trabalhos arqueológicos dedicados às contas nas Américas do Norte e do Sul, demonstrando que os contextos relativos à diáspora africana são onde esses objetos têm aparecido com mais regularidade. Na segunda parte é contada a história da indústria das contas de vidro europeia a partir do Renascimento e também a sua presença, produção e uso no continente africano. Através desse capítulo podemos visualizar melhor como as redes de interação das contas de vidro conectavam o Mar Mediterrâneo, através de Veneza, com diversas localidades nas duas costas do Atlântico.

No quarto capítulo são apresentados os métodos de classificação e as antigas técnicas de produção de miçangas e contas de vidro, como as tecnologias *wound* e

drawn, entre outras. Compreendemos método como um subsistema da teoria, direcionado para questões específicas. Ele é o modelo onde o fenômeno será comparado, para serem alcançadas explicações; para essa empreitada, são aplicadas determinadas técnicas de seriação dos artefatos (DUNNELL, 2006, p.56-57). A nossa classificação é orientada pela premissa das técnicas de manufatura, baseada no trabalho tipológico do casal Kidd's (1970) e de Karlins Karklins (2012), consagrado estudioso das contas e editor do *Journal of the Society of Beads Researchers*. Seguimos também os métodos desenvolvidos pelo arqueólogo Cristopher DeCorser, voltado para as contas de vidro europeias produzidas a partir do século XV. O pesquisador defende o levantamento de cronologias e possíveis centros produtores através da identificação das técnicas de manufatura (DECORSE, 1989; et al., 2003). Na nossa classificação consta uma tabela comparativa ao final de cada tipo de conta. Esse quadro foi alimentado por informações oriundas de contextos arqueológicos, coleções do MAE-USP e catálogos de venda do século XIX. Nele podemos identificar as ligações entre as contas paulistanas e outras de contextos arqueológicos históricos sul-americanos, caribenhos, norte-americanos, africanos e mediterrâneos, indicando-nos a amplitude das redes e interações onde esses artefatos estavam inseridos entre os séculos XVI e XIX.

Ainda que o trabalho se concentre na análise da cultura material, também buscamos informações contextuais locais relativas aos sítios em questão. A ausência de informações sobre as contas nos relatórios é uma realidade da nossa arqueologia de contrato. Normalmente, as contas têm sua capacidade interpretativa subestimada, talvez devido à falta de trabalhos sobre o assunto em nosso país. Quase sempre elas estão mal catalogadas nos registros, ou mesmo podem não aparecer nos acervos, apesar de constar nos inventários. Para a área delimitada pela pesquisa, o triângulo histórico, foram identificadas 29 contas, porém apenas 26 foram localizadas no acervo do CASP, Centro de Arqueologia de São Paulo. É possível que alguma outra conta possa não ter sido identificadas, principalmente nos sítios que foram escavados na década de 1980 e que não possuem relatórios digitalizados e documentação mais detalhada. Como o relatório da terceira etapa das escavações do Solar da Marquesa de Santos ainda não estava pronto na ocasião de nossos estudos, as informações foram obtidas através de conversas com a arqueóloga responsável pela escavação, Dr. Paula Nishida. A entrevista ocorreu na primeira quinzena de agosto de 2017, na mesma ocasião da minha visita ao acervo do

CASP para os levantamentos sobre a presença de contas nos sítios arqueológicos do município.

Nosso objetivo com esse trabalho é colaborar, através do estudo da cultura material arqueológica, com o aumento de informações sobre o passado paulistano, com destaque à presença da população negra africana na cidade. A história do negro em São Paulo está associada ao reconhecimento dos antigos territórios dessa população surgidos entre os séculos XVIII e XIX e que passaram a sofrer remoções e deslocamentos forçados a partir dos finais do século XIX e início do XX. Dessa forma, objetivamos combater o racismo em nossa sociedade, através do devido reconhecimento da participação do negro na história de São Paulo e de sua presença em determinados lugares históricos. Nos termos destacados por Ferreira em sua pesquisa sobre a diáspora africana nas antigas fazendas de charque do Rio Grande do Sul, nosso posicionamento procura contribuir através do estudo do passado, com o combate ao racismo estruturado em nossa sociedade, a partir do reconhecimento e conhecimento da história do negro (FERREIRA, 2017; 2019 b).

A dissertação busca delinear, por meio das contas, os antigos territórios negros da cidade. Queremos saber, o que esses artefatos presentes nesses territórios informam sobre as redes que conectavam a diáspora africana em São Paulo com diversos pontos do globo no século XIX (ORSER, 1996). A interpretação da distribuição diferencial das contas entre os contextos da área do triângulo histórico de São Paulo, junto ao cruzamento de informações sobre outros objetos, pode nos informar sobre as interações sociais relativas ao século XIX (AGBE-DAVIES, 2017).

Por último, gostaríamos de destacar que os métodos que utilizamos são voltados para a identificação da indústria europeia de contas de vidro, onde os principais centros produtores eram Veneza, Boêmia, Holanda, Alemanha, entre outros. Porém existia outra indústria de vidro consagrada, milenar, instalada no Oriente Médio, na região sírio-palestina e de onde saiu boa parte dos vidreiros que foram para Veneza após as ocupações turco-otomanas na região (DUBIN, 1987; PANINI, 2007). Essa indústria de contas do Mediterrâneo Oriental abasteceu os mercados africanos por séculos através das rotas do Saara, redes comerciais que conectavam o norte e o sul da África desde o século VII A.D., muito antes do período das grandes navegações. Após o século XV, a produção oriental começará a ser suplantada pela indústria veneziana nas negociações

comerciais (DUBIN, 1987, p. 107; CONNAH, 2013). Por séculos existiram intensas redes mercantis interligando o mundo árabe e a África subsaariana (LABIB, et al., 2010). As contas corais possivelmente foram levadas através do Saara para a região da Nigéria antes do século XVI, o Sudão poderia ser um dos principais entrepostos para se adquirir contas e outras mercadorias que vinham do norte. Os registros arqueológicos de Ilé-Ifé são as evidências mais antigas que demonstram como os iorubás da África Ocidental estavam conectados a uma rede mercantil transaariana. Frank Willet, através da análise da composição química, sugere que essas contas possuíam origens tanto europeias quanto islâmicas, chegando a Ilé-Ifé através do Niger entre os séculos IX e XI A.D (OGUNDIRAN, 2002, p.433-434). Por esses motivos, acreditamos que o nosso método baseado apenas na indústria mediterrânea e europeia seja limitado. É necessário identificar marcadores industriais também para as contas de vidro produzidas fora de Veneza e da Europa.

É importante lembrar que a diáspora africana não se limitou apenas ao Atlântico e nem ao período moderno, ela ocorria na Antiguidade entre a África, Península Arábica, Índia e o Sul da Ásia. Essa diáspora mais antiga foi motivada tanto pela dispersão causada pela escravidão, quanto pelas viagens de exploradores e mercadores africanos. A diáspora africana deve ser entendida então como um fenômeno global, porém os arqueólogos históricos nas Américas tendem a confiná-la apenas ao Oceano Atlântico e ao Novo Mundo (ORSER, 1998). Uma dicotomia profunda entre a Modernidade e períodos históricos anteriores é algo questionável, já que as estruturas mentais e materiais de nossa época carregam características de civilizações passadas, ainda que transformadas. Contextos históricos antigos e medievais serviram para formar as estruturas sociais do mundo moderno (FUNARI, 2001, p.36). A arqueologia histórica deveria integrar o “mundo antigo” ao “mundo novo”, favorecendo um redirecionamento no entendimento sobre a Modernidade. Charles Orser Jr. afirma que, para além da Europa, devemos olhar em direção ao Mediterrâneo Oriental, em especial para a arqueologia histórica do Império Otomano que dominou entre os séculos XVI e XVII, o sudoeste da Ásia, a região da atual Turquia e a costa mediterrânea do Norte da África (ORSER, 1996, p.196). Enquanto os arqueólogos históricos americanos continuarem a ignorar o Mar Mediterrâneo, não irão compreender verdadeiramente as motivações e projetos oceânicos europeus (ORSER, 1996, p.195).

Considerações sobre as contas de vidro do mundo muçulmano podem aprofundar nosso conhecimento sobre as antigas conexões comerciais. O mundo moderno está formado sob diversas redes entrelaçadas com a história, a tradição e as circunstâncias (ORSER, 1996, p.195, 197-198). Mesmo que não existam ligações diretas entre realidades históricas diferentes, a comparação entre objetos da Antiguidade e da Modernidade podem ajudar na compreensão tanto das materialidades orientais e ocidentais antigas, quanto das modernas. Pedro Paulo Funari, referenciando Edward Said e suas reflexões sobre o orientalismo, afirma que fora dos discursos não há qualquer separação efetiva entre Ocidente e Oriente (FUNARI, 2001, p.36).

CAPÍTULO 1. SÃO PAULO NO SÉCULO XIX

1.1 *O africano em São Paulo*

Um dos primeiros registros escritos a respeito da presença de africanos em São Paulo é de 1607, em um antigo inventário que dizia que estes custavam cerca de quarenta mil réis, um preço caro para o paulista do século XVI; a tendência será a presença dessa população aumentar a partir do século XVIII (MACHADO, 1978, p.173; MOURA, 1988, p.221). No início da colonização a predominância da mão-de-obra era indígena e os escravizados africanos eram caros e onerosos. Além da pobreza paulista que limitava o acesso, existia a preferência pela captura e venda da mão-de-obra indígena (FERNANDES, 2013, p.38). Florestan Fernandes, em *Branços e Negros em São Paulo* (2013), nos fala que a história do negro em São Paulo confunde-se com a história da economia paulista. Entre os séculos XVI e XVII a economia da capitania baseava-se no apresamento de indígenas. Florestan acredita que no planalto haveria mais possibilidade para o desenvolvimento do trabalho africano. A atividade mineradora começa em São Paulo a partir de 1560 e na mineração o uso de mão-de-obra africana era muito mais presente do que a indígena no Brasil colonial. Com o aumento da mineração nos finais do século XVII, o negro africano aos poucos passa a se estabelecer na estrutura econômica e em breve o apresamento de indígenas será substituído pela extração mineral enquanto atividade econômica, aumentando regularmente o fluxo de pessoas para estas regiões mineradoras. Os recursos oriundos do apresamento de indígenas e da extração do ouro de aluvião vieram a contribuir com o aumento da importação de africanos para São Paulo (FERNANDES, 2013, p.39).

Na documentação escrita os negros africanos eram ocasionalmente citados como “gentil de Angola” e apenas nos inventários do século XVIII é que vão aparecer indicações de uma diversidade maior de origem, como os de Banguela, Maniolo (ou Munyollo), Mina e Cabo Verde; será após as décadas de 1740 e 1750 que a população africana em São Paulo começará a aumentar significativamente (MOURA, 1988, p.221-222; MATTOS, 2006, p.75). Na província de São Paulo, no período das bandeiras, já havia negros evadidos, os chamados *tapanhuanos* na documentação mais antiga. Eles fugiam durante o caminho para as minas, dando trabalho para seus responsáveis e captores. Citando a obra de Alffonso d’E Taunay, *História seiscentista da Vila de São Paulo (1653-1660)*, Clóvis Moura fala das revoltas provocadas por negros e índios

unidos contra a força, constantemente destruída pelos negros da terra (ameríndios) e os de Guiné (africanos). Em 24 de novembro de 1635 aparece um termo referente à estas revoltas ocorridas na Vila de São Paulo, onde eram cometidos todos os tipos de danos, como matança do gado, crimes comuns e assassinatos. Nesse termo exigiu-se o confisco de armas como arcos e a prisão de moradores que fornecesse qualquer armamento para os insubordinados (MOURA, 1988, p. 226).

Ainda que a exploração da mão-de-obra indígena permaneça, o núcleo das atividades econômicas nos finais do século XVII passa a ser a mineração, que em pouco tempo também irá se esgotar ainda no século XVIII. Os capitais então serão investidos na lavoura e na agricultura da cana-de-açúcar. Com a diminuição do incentivo ao apresamento indígena e o advento de uma nova organização social do trabalho, a escravização indígena entra em crise a partir da Reforma de Pombal. O fim da escravidão dos nativos da terra se dá no ano de 1758, fato que levará à diminuição dessa população em São Paulo. Com a demanda por negros africanos aumentando, São Paulo passa a receber africanos do Rio de Janeiro e outros estados e os engenhos de açúcar de outras regiões do Brasil começam a perder mão-de-obra para os paulistas. É nesse momento que o africano passa a ter uma importância econômica maior, tornando-se o eixo principal da atividade agrícola. Essa realidade já vinha sendo delineada desde o ciclo da mineração (FERNANDES, 2013, p.47-48). Nos finais do século XVIII, brancos e negros estão se deslocando e sendo deslocados em direção à cidade de São Paulo devido às riquezas geradas pelo açúcar e o café. Estrutura-se uma nova realidade social onde o africano e seus descendentes se tornarão o pilar da exploração econômica de São Paulo e essa será uma tendência que se acentuará no início do século XIX (FERNANDES, 2013, p.58-63).

1.2 São Paulo oitocentista

Segundo a historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach (1998), ainda que as estatísticas populacionais do município de São Paulo sejam esparsas e incompletas no século XIX, pode-se identificar que a população total (rural e urbana) teria variado entre 21.933 e 31.824 de habitantes no intervalo das décadas de 1830 e 1850. Em 1872, teria se mantido em 31.385, e chegou a 47.697 de habitantes no ano de 1886. No início do século XIX, a população escravizada aumenta de 5.495 indivíduos no ano de 1837 para 7.068 escravizados em 1854. Com o avanço do combate à escravidão nas próximas

décadas, esse número sofrerá um grande decréscimo, caindo de 3.828 indivíduos escravizados no ano de 1872 para 593 no ano de 1886, próximo à abolição da escravidão. Segundo Wissenbach, a população negra livre irá aumentar ao longo da segunda metade do século XIX, indo de 8.723 negros e pardos livres em 1872, para 10.275 em 1886 (WISSENBACH, 1998, p.33-34).

No século XIX, os fazendeiros adquiriram várias dívidas na compra de mão-de-obra escravizada e a perspectiva econômica para lavradores na cidade de São Paulo eram ruins se comparada com as do interior da província. Para Florestan Fernandes, é nesses fatos que se explica o porquê da queda do ritmo de crescimento demográfico que, até então, nos finais do século XVIII, crescia, mas no início do século XIX estaciona. Esse crescimento populacional na passagem do século está relacionado ao aumento da produção de açúcar, aguardente e ainda em pequena proporção, do café, atraindo tanto a mão-de-obra escravizada quanto a mão-de-obra livre. Em 1811, a população negra de toda província paulista era de 41.553 habitantes, em 1815 era de 45.195, e em 1836 chega a 79.022 habitantes, conforme levantamentos realizados por Fernandes. Para o pesquisador existe outro fator importante a ser considerado, a influência das convocações para as tropas em 1808, 1814 e 1817, acabou por ajudar na estagnação da população na primeira metade do século XIX (FERNANDES, 2013, p.60).

O alistamento militar com a preferência por brancos e pardos mais claros, acabou por fazer da população negra nesse período o elemento mais constante na cidade, conforme as exigências da organização do trabalho escravo. Em 1804, no meio urbano paulistano existiam cerca de 6.358 escravizados, contra 2.546 na zona rural. Em 1836, esse número irá se equilibrar com 2.843 indivíduos escravizados na zona urbana, e 2.477 na zona rural. Os bairros onde viviam as elites eram onde habitavam a maioria dos escravizados urbanos. Na região da Sé estavam em número de 1.895 e, na Santa Ifigênia eram 826 negros escravizados. Segundo Florestan Fernandes, era sob os ombros do negro que repousava o funcionamento da engrenagem do sistema econômico, sendo assim, não poderiam ser afastados para além de certos limites, sem afetar toda essa estrutura social. O açúcar manteve-se como produto básico da economia paulista até 1854, mas logo foi suplantado pelo café. Esse período da mudança das lavouras será caracterizado pela falta de mão-de-obra. A população negra exigia uma renovação constante, já que cada escravizado teria uma vida produtiva de apenas dez

anos. Acabaram não correspondendo ao aumento da produção agrícola, a não ser que aumentasse o contingente, levando ao aumento demográfico da população negra. O custo da escravidão aumentava cada vez mais com as proibições ao tráfico negreiro e o combate inglês aos navios que os transportavam da África para as Américas, além da desvalorização do papel moeda, entre outros fatores. Ainda que o número de negros escravizados tenha aumentado até os finais do século XIX, sem modificar a proporção entre negros e pardos em relação aos brancos, após o terceiro quartel do século XIX a população negra irá declinar em São Paulo (FERNANDES, 2013).

No século XIX, o café ganhou importância na economia paulista, entre outros fatores, devido ao solo e ao clima que favoreceu esse tipo de cultivo. O Vale do Paraíba torna-se aglutinador de lavouras e populações e no oeste paulista, nesse início de século, os engenhos de açúcar eram as principais atividades econômicas. Com o tempo, como o café vai demonstrando ser mais lucrativo do que a cana-de-açúcar, aos poucos as suas plantações vão substituindo as de cana. Como em todo esse período de expansão cafeeira, São Paulo sofria com a falta de mão-de-obra, contingentes grandes de negros africanos e brasileiros passaram a ser enviados do Norte para as lavouras e as cidades paulistas (FERNANDES, 2013).

A decadência agrícola do nordeste ocasionou migrações internas da população escravizada para São Paulo e nesse fluxo migratório eram também integrados os africanos importados ilegalmente através do Cais do Valongo, no Rio de Janeiro. Devido às dificuldades para adquirir mão-de-obra, a população negra que crescia até o terceiro quartel do século XIX, passou a declinar em São Paulo. Com a proibição da importação de africanos, o aumento do preço do escravizado e a crescente escassez de mão-de-obra, o estado brasileiro e alguns fazendeiros estimularam a imigração de europeus. Com o advento do café a cidade alcançará um grande surto de desenvolvimento econômico através do aumento vigoroso das exportações pelo porto de Santos. Até 1860, o transporte era feito por tropas, mas com a chegada da estrada de ferro todo esse potencial produtivo e exportador aumentará significativamente (FERNANDES, 2013).

Apesar de todo desenvolvimento econômico paulista no século XIX, os negros brasileiros e africanos continuaram na mesma posição explorada e marginalizada. Nos finais desse século teremos uma multiplicação de atividades que aumentaram a

segurança econômica da população e os investimentos pessoais, no mesmo momento em que há a crise da escravidão e a intensificação da migração europeia. Mas, devido ao racismo estabelecido, as profissões mais qualificadas acabaram ficando nas mãos apenas dos imigrantes europeus. Segundo Florestan Fernandes (2013), enquanto no Rio de Janeiro os negros ainda conseguiam ter o monopólio de algumas atividades econômicas, em São Paulo a exclusão e a marginalização serão maiores e mais impactantes para essa população na passagem do século XIX para o XX.

Nos anos oitocentistas a vida paulistana se concentrava no triângulo histórico, que segundo o urbanista Benedito Lima de Toledo era definido pelos três conventos católicos em seus respectivos vértices: conventos São Francisco, São Bento e o do Carmo. Três ruas formavam o triângulo central: a Rua Direita de Santo Antônio (Direita), a Rua do Rosário (Imperatriz/ XV de Novembro) e a Rua Direita de São Bento (S. Bento). Toledo afirma que as origens do quadro viário interno ao triângulo do platô central nunca foram elucidadas pelos estudiosos, havendo a hipótese de que a existência de muros defensivos do século XVI tenha determinado o traçado irregular das ruas. Até a chegada da ferrovia, São Paulo era uma pequena “cidade de barro”, com seus edifícios coloniais construídos através da técnica da taipa de pilão. A argila que servia ao revestimento era o barro branco, conhecido como tabatinga e sua fonte se localizava, entre outros lugares, na ladeira da Tabatinguera (TOLEDO, 1983, p.13-14).

Nos arredores do platô histórico, se instalavam as familiares ricas em suas chácaras e algumas reproduziam o mundo rural tradicional do Brasil colônia. No ano de 1872, a chácara Palmeiras, no bairro da Vila Buarque, apresentava casa-grande, senzala e plantações (TOLEDO, 1983, p.72). Este cinturão de chácaras em torno de São Paulo era originário das divisões das sesmarias e além das atividades agrícolas, do cultivo de hortas e pomares, também combinavam atividades produtivas de cerâmica em olarias (ROLNIK, 1997, p.28-29; WISSENBAACH, 1998, p.134). Havia negros escravizados nas localidades mais afastadas da cidade, em propriedades destinadas à produção de gêneros agrícolas para o comércio interno. Na primeira metade do século XIX, a principal economia de São Paulo era agrícola (mandioca, chá, café, milho, azeite, aguardente, fumo, algodão) e pecuária (gados e porcos). O algodão era matéria-prima para a produção das roupas dos escravizados e para a fabricação de sacos para os grãos agrícolas e o açúcar. A mão-de-obra negra estava presente em todo esse processo,

também na produção de farinha de mandioca e de milho; trabalhava-se tanto nos quintais das casas quanto nos sítios nos arredores da cidade (MATTOS, 2006, p.43).

Em São Paulo as rápidas transformações relacionaram-se não apenas à explosão demográfica da segunda metade do século XIX, mas também à redefinição territorial da cidade que se dará com uma pesada segregação urbana. Essa segregação acabou definindo os valores da especulação imobiliária e a face política da luta pelo espaço. Na São Paulo da primeira metade do século XIX, essa separação ainda não estava tão visível, a cidade se encontrava apenas nas colinas entre o Anhangabaú e o Tamanduateí e é nesse platô central onde se encontram os lugares marcados pela presença de negros africanos e brasileiros. Eles estavam nas residências dos senhores, nos mercados de rua, nos armazéns, nos chafarizes públicos, entre outros lugares (ROLNIK, 1997, p.28-29).

As mulheres negras, vendedoras de rua, nesse período terão grande valor para a vida comunitária dos pretos e pardos de São Paulo. Segundo a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, em sua obra *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, o comércio clandestino será o grande ponto de encontro e de circulação de informações da comunidade negra no século XIX; por esse motivo tantos decretos leis e posturas redigidas pela câmara municipal se colocavam contra o exercício dessas atividades econômicas, tendo a intensão de perseguição às atividades econômicas das negras paulistanas. Esse mercado fornecia aos escravizados gêneros de primeira necessidade, além de fumo e aguardente. As elites reclamavam que, além do comércio clandestino, fruto de roubos, essas atividades favoreciam o encontro entre os escravizados fugitivos e os negros quilombolas dos arredores de São Paulo, causando temor e desconfiança (DIAS, 1984, p.114).

As negras de tabuleiros vendiam biscoitos e quitutes e alternavam-se com outros vendedores caipiras, mestiços ou livres, que negociavam garapa, aluá, saúvas e peixes. O mercado do comércio ambulante era para onde todos os subalternos da sociedade colonial convergiam, entre negros africanos, brancos da classe trabalhadora e sertanejos caipiras. Junto a este conhecido comércio de rua, principalmente após as oito horas da noite, surgia outro mercado mais voltado para as necessidades da comunidade negra, onde eram vendidas velas, cachimbos, frangos, punhais, aguardentes, fumo e estatuetas de barro. Na alimentação, destaca Dias, haveria um contato entre as quitandeiras caipiras e africanas, as comidas de origens nativas, indígenas, desde os finais do século

XVIII sofriam influência da presença africana. Os tabuleiros das mulheres negras carregavam desde as antigas broas de milho, pamonhas, curais, bolo de fubá, pinhão ou cará cozidos com pasteis de farinha de milho, pedaços de quibebe, cuscuz de bagre do Tietê, entre outros alimentos da época (DIAS, 1984, p.115).

O comércio ambulante para os escravizados era uma possibilidade de estabelecer uma vida social para além da escravidão e das relações domésticas de dependência nos sobrados. A tarefa de alimentação e circulação de gêneros por parte das mulheres seria uma das tradições africanas. Entre 1830 e 1850, havia uma maioria de mulheres entre a população negra de São Paulo. Mas esse fenômeno já vinha ocorrendo desde os finais do século XVIII, devido aos poucos recursos que as elites paulistanas tinham, preferindo pagar mais barato em mulheres a comprar homens adultos que eram bem mais caros (MATTOS, 2006, p.75). A presença de um lugar com o nome *Beco das Minas* (Rua 11 de Agosto) nos diz sobre a presença de mulheres de origem afro-ocidental na cidade. Nesse mesmo beco, também teria existido uma casa de culto muçulmana. Os relatos de viajantes sempre destacam a vocação para o comércio das mulheres de origem mina de São Paulo, e também as negras do Daomé, Nigéria, Senegal e Congo. Dias constata, por meio de anúncio de jornais e dos maços da população que identifica a origem dos escravizados, uma grande maioria falante do banto, procedentes de Angola e Moçambique, mas também a presença de negras muçulmanas, muitas iorubanas, nas práticas de comércio, além de outras oriundas do Daomé (DIAS, 1984, p.116).

Conforme aponta a historiadora Regiane Augusto Mattos (2006), por meio do estudo dos registros de batismo da Cúria Metropolitana de São Paulo, de uma forma geral São Paulo acusava a presença dos principais grupos étnicos africanos que foram enviados para toda América colonial; eram estes originários da África Ocidental, dos povos da nação mina, como iorubás, nagôs e geges, entre outros que habitavam as regiões da Nigéria, Benin, Cabo Verde, Togo, Daomé e de outras regiões. Da África Centro-Ocidental, havia os que vinham do norte de Angola e do Zaire, como os Bacongo, os Cabinda de Luanda e os Benguela do sul da Angola; também vinham da África Oriental, da região da Tanzânia, Quênia, Moçambique, Malauí e do nordeste da Zâmbia. Os estudos de Regiane Augusto Mattos também indicam uma predominância na cidade dos negros do Congo e de Angola falantes do banto, para o período entre 1800 e 1850 (MATTOS, 2006, p.56, p.100). A maior parte dessas definições não

correspondia exatamente às denominações originais dos grupos africanos, elas foram criadas pelos agentes envolvidos no tráfico atlântico de escravos, como comerciantes e proprietários, ou mesmo pela Igreja Católica. Correspondiam muitas vezes aos grandes portos de saída ou aos grandes mercados por onde passavam os negros na África, apenas em uma minoria dos casos dizia respeito às definições originais dos grupos étnicos. Os negros africanos aqui no Brasil acabaram por adotar essas definições externas impostas pela sociedade escravista, porém as utilizaram ou descartaram, na elaboração de novas identidades africanas em terras brasileiras (MATTOS, 2006, p.56, p.100, p.214).

Ernani Silva Bruno, em sua obra *História e Tradições da cidade de São Paulo: arraial de sertanistas (1554-1828)*, afirma a existência da presença negra em São Paulo desde os meados do século XVII, através da música local, dos batuques e das cantigas africanas. Quase todos os cronistas relatam a paixão popular do paulista pela dança e pelo canto (BRUNO, 1954, p.422-423). Bruno também fala do encontro, durante o século XVIII, das antigas cantigas portuguesas e indígenas com a música de influência africana. Os pretos e pardos vindos de Minas Gerais ou pelos caminhos de Parati batucavam em diversos pontos da cidade, mas sempre combatidos pelo poder público por motivos, dentre outros, de intolerância religiosa (BRUNO, 1954, p.430). Com o surgimento de um mundo mais urbanizado no século XIX, a casa-grande em contato agora com o universo da rua, foi diminuindo de tamanho e de complexidade social, e automaticamente as senzalas também se tornaram menores, transformando-se em pequenos quartos de criados e empregadas.

No período do Império, esse processo em que as senzalas diminuía e se compactavam, os mocambos aumentavam de tamanho e espalhavam-se pelas áreas abandonadas da cidade, sempre nas proximidades de sobrados e chácaras (FREYRE, 2013, p.451). Essa realidade pode ser vista em São Paulo na formação e consolidação de quilombos urbanos no século XIX e XX, como o da Saracura no bairro do Bixiga, próximos aos sobrados e chácaras da região da Bela Vista, Avenida Paulista e Consolação. O mocambo, a casa dos pobres em geral, era de barro e com o chão de terra-preta devido à atividade orgânica dos que ali habitaram; aparentava a umidade dos solos de cemitério, segundo o sociólogo culturalista Gilberto Freyre (2013, p.501). Os mocambos possuíam até três camadas de sapé, um tipo de capim que protegia da chuva e do sol, tecnologia nativa que irá se encontrar com a choça/choupanas de origem

portuguesa e também com o mocambeiro africano. Estes últimos associados aos quilombolas, à Palmares e aos fugitivos nos matos que utilizavam a palha dos coqueiros nas suas habitações (FREYRE, 2013, p.501). Gilberto Freyre não via nenhuma pobreza material nesse tipo de habitação, já que o solo oferecia pedra, cal, lenha entre outras matérias-primas. Para ele, a pobreza estaria, na verdade, na condição socioeconômica de seus habitantes (FREYRE, 2013, p.508).

Autores e intelectuais paulistas conhecidos, como Paulo Cursino de Moura (memorialista), Alcântara Machado, Monteiro Lobato e Paulo Prado, viam nos não-brancos paulistanos uma realidade que deveria ser apagada ou tratada com desprezo (CASTRO, 2008, p.48). Aconteceu uma determinada cruzada “cívica” contra os negros, que apenas ajudou a “emparedar social e culturalmente” a comunidade negra. Essa campanha racista foi alimentada não apenas por discursos de “intelectuais”, mas também pela imprensa e o poder público municipal paulistano (CASTRO, 2008, p. p.49). Ainda que alguns estudiosos tenham afirmado por um bom tempo que não existia a presença negra na história da São Paulo colonial, isso nunca foi comprovado. Gilberto Freyre, ao citar os relatos do viajante inglês John Mawe dizendo ter visto no início do século XIX “muito negro em São Paulo, às sombras dos sobrados de taipa”, demonstra que as elites paulistas estavam erradas ao tentar esconder a história do negro no período colonial de São Paulo (FREYRE, 2013, p.518).

Ainda que em São Paulo a população negra africana fosse menor do que em outras localidades brasileiras, como Rio de Janeiro e Salvador, na primeira metade do século XIX a presença do negro era marcante nas ruas da cidade. Estavam nas feiras, trabalhando nos comércios, no transporte de montarias, na limpeza pública e nos trabalhos rurais e agrícolas. Também se encontravam festejando e celebrando nas praças públicas e nos largos, circulando por todos os cantos da cidade. O negro africano influenciava a vida cultural de São Paulo através de seus batuques, da sua religiosidade e seus jogos de capoeiras (MATTOS, 2006, p.75). Omitir a presença do negro na São Paulo do século XIX, como diversos escritores e pesquisadores paulistas fizeram, foi uma postura racista que buscava apagar a participação dos africanos na história da cidade. Esse posicionamento ideológico era fruto do bandeirantismo das elites paulistas, que fomentaram por um bom tempo o embranquecimento da população do estado através do estímulo à imigração de europeus (WISSENBACH, 1998). Apropriando-se indevidamente do passado, esse ufanismo tentou embranquecer a história de São Paulo,

mas cabe aos historiadores e arqueólogos mais críticos remover essas camadas ideológicas que impedem uma compreensão real da história da cidade.

1.2.1 *Os antigos “covões” de descarte urbano*

O antigo Largo da Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios, o Largo da Força, o Largo Paissandu e a Várzea do Carmo, entre outros, são notórios territórios negros da antiga cidade de São Paulo. Nessa cartografia negra estão inseridos os sítios arqueológicos de onde vieram as contas que são o foco de nossos estudos. O sítio Praça das Artes se encontra na região entre o antigo Largo do Rosário e o Largo Paissandu, na meia vertente do Vale do Anhangabaú. Os sítios Casa n.1, Beco do Pinto e o contexto do Solar da Marquesa de Santos (na terceira etapa de escavações), fazem parte da área de influência relativa à Várzea do Carmo. Recentemente foi identificado na região central de São Paulo um sítio arqueológico funerário relativo ao antigo cemitério da Capela dos Aflitos (século XVIII-XIX). Ele foi escavado entre novembro e dezembro de 2018 e os relatórios ainda estão sendo elaborados. Podendo ser o primeiro sítio arqueológico exclusivamente relacionado à diáspora africana em São Paulo, ele faz parte do antigo território negro do Largo da Força, no atual Bairro da Liberdade.

Os contextos da Praça das Artes, Casa n.1 e Solar da Marquesa de Santos, respectivamente associados ao Largo do Paissandu e à Várzea do Carmo, apresentavam uma característica comum no início do século XIX: estavam todos localizados em áreas de descarte urbano de resíduos. Na passagem do século XVIII para o XIX, após a limpeza geral da cidade, a câmara municipal ordenava que todo o lixo fosse encaminhado a dois grandes buracos conhecidos como “covões”, que haviam sido abertos em determinados pontos de São Paulo para organizar a limpeza pública (BRUNO, 1954). Através dos escritos de José Jacinto Ribeiro, Ernani Silva Bruno identifica um edital municipal de 1790 ordenando aos moradores da Rua do Pátio do Colégio, Largo da Sé, Rua das Flores e do Convento do Carmo que despejassem seus dejetos e rejeitos domésticos no “covão” localizado na estrada que ia em direção à ponte de baixo da Casa das Carmelitas. Os moradores das Ruas do Rosário, Boa Vista e de São Bento deveriam depositar seu lixo no buraco aberto no caminho para o Tamanduateí (atual Ladeira do Porto Geral), um “covão” localizado na divisa com o quintal murado do Padre Inácio de Azevedo Silva. Aqueles moradores das antigas Ruas Direita, da Quitanda, dos Camargos, do Largo São Francisco, da Rua Nova de São José

e da região do bairro de São Gonçalo deveriam despejar seu lixo doméstico no rio que fluía para Santo Amaro. Identifica-se, desta forma, que no final do século XVIII haveria três grandes pontos de recolhimento de lixo urbano que cobriam os três vértices do triângulo histórico da cidade de São Paulo. Segundo Regiane Mattos (2006, p.37), em 1809, nas proximidades do Córrego e da Ponte do Acu, abriu-se outro local para o despejo de dejetos urbanos, sendo esta a área de descarte relativa ao contexto arqueológico da Praça das Artes. O mesmo ocorria na Várzea do Carmo, nas proximidades do Rio Tamanduateí, onde além dos despejos de parte da população, havia animais de criação soltos, pessoas caçando e lavadeiras batendo roupas (BRUNO, 1954; MATTOS, 2006, p.37).

Figura 1. Áreas de descarte de resíduos urbanos de São Paulo nos séculos XVIII e XIX. Os primeiros “covões” de São Paulo, em verde 1. Covão do caminho do Tamanduateí. 2. Covão da Casa das Carmelitas. 3. Covão em direção à Santo Amaro. Em azul, lixões abertos no século XIX. 4. Área de descarte de lixo relativa à baixada da Várzea do Carmo. 5. Descarte da antiga Rua da Palha. 6. Área de descarte da Ponte do Acu e foço do Anhangabaú (BRUNO, 1954). Em vermelho, os contextos arqueológicos em estudo, onde foram identificadas contas de vidro e orgânicas. A - Solar da Marquesa de Santos. B - Casa n.1, C - Praça das Artes. Em preto, os vértices do Triângulo Histórico D – Convento das Carmelitas, E – Largo São Francisco, F – Mosteiro de São Bento. Planta da Cidade de São Paulo – 1881; Escala 1:10.000. Companhia Cantareira e Esgotos, Henry B. Joyner. .

Na obra de Teodoro Sampaio, Ernani Bruno levanta a informação de que no início do século XIX alguns pontos da várzea do Tamanduateí, principalmente na região do Carmo, constantemente encharcada, serviam para o depósito de grande parte do lixo

paulistano. Possivelmente essa era a localização dos depósitos de resíduos diretamente relacionados aos contextos arqueológicos do Beco do Pinto e do quintal do Solar da Marquesa de Santos. Há ainda outros locais reservados ao depósito de lixo doméstico urbano, como no profundo sulco do Anhangabaú e na íngreme ladeira que descia em direção à antiga Ponte do Acu, onde hoje ocorre o cruzamento entre a Av. São João e o Vale do Anhangabaú. Há o registro de um último ponto de despejo de lixo onde depois foi traçada a antiga Rua da Palha, atual Rua 7 de Abril. Esses foram grandes “lixões”, onde eram despejados todos os tipos de resíduos da população paulistana do século XIX (BRUNO, 1954, p.166).

Apesar desses esforços e da abertura dos “covões” para organizar a coleta de lixo, as ruas da cidade continuavam sujas. Em 1821, segundo o Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo, consultado por Ernani Silva Bruno, a Câmara ainda se via obrigada a orientar a população para o uso dos lugares indicados para o despejo do lixo (BRUNO, 1954, p.167-169). O cronista Vieira Bueno relatava a falta de um serviço de limpeza organizado em São Paulo, com a constante presença de grammas crescendo onde não havia trânsito. Diz o cronista que o pouco serviço de limpeza que ocorria era executado geralmente por negros e africanos presos e escoltados por soldados. Ele relata a presença de dois esterquilínios em São Paulo do início do século XIX, um na Ladeira do Carmo e outro próximo à Ponte do Acu, no fim da Rua São José. Nesses “covões” se despejava todo o lixo que não permanecia nos quintais e onde eram derramados os “tigres” (caçambas com dejetos humanos) oriundos da cadeia e dos quartéis (BRUNO, 1954, p.169).

Em 1854, um vereador solicitou para ajudar na limpeza urbana uma carroça e um animal de tração que deveriam permanecer sob a responsabilidade de dois africanos livres. Em 1855, consta a presença de outras carroças destinadas à limpeza dos resíduos domésticos da população mais pobre e toda uma organização de trabalho de limpeza distribuída sobre os quatro distritos da cidade. Em cada área permaneceria uma carroça com fiscais negros e guardas e estes iniciariam seus serviços às seis horas da manhã (BRUNO, 1954, p.518). Existe informação nas Atas da Câmara de que em 1865 foi preso o negro João, posse do Conselheiro “T”, por realizar despejo irregular no Beco da Rua São José, e da negra escravizada Benedita, propriedade do Tenente-Coronel Antônio J. O. da Fonseca, por jogar lixo na antiga ponte do Piques (BRUNO, 1954, p.518).

1.3 Territórios Negros

Pode-se dizer que com o advento do café, da imigração, da chegada da ferrovia e da abolição da escravidão na segunda metade do século XIX, a comunidade negra de São Paulo sente um grande impacto devido aos constantes deslocamentos de seus territórios urbanos surgidos no período colonial. No período republicano muitos serão forçados a reconstituir suas vidas em novas localidades. O território negro vai sendo obrigado, muitas vezes sem sucesso, a se afastar do núcleo original do triângulo histórico, seguindo o crescimento da cidade.

Como conceitua o geógrafo Milton Santos, o território é definido historicamente e é compreendido como parte do espaço; para Santos o território possui uma constituição material que diz respeito aos conjuntos naturais e às construções artificiais, como estradas, fábricas, cidades ou plantações. Dessa forma, o uso do território é determinado por objetos organizados sistematicamente. Existem porções, ou fragmentos de territórios em ações, objetos, ritmos, agentes, normas e nas suas heterogeneidades, as diferenças e limites que o definem (SAQUET; SILVA, 2008; SANTOS, 1996). Para entendimento de “território urbano”, o definimos como a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, “uma geografia feita de linhas divisórias e demarcações que não só contém a vida social mas nela intervém, como uma espécie de notação das relações que se estabeleceram entre os indivíduos que ocupam tal espaço” (ROLNIK, 1989, p.15).

A população negra deslocada irá para os porões e cortiços ao Sul da Sé, tanto quanto para os cortiços do Bixiga, ajudando a consolidar o bairro enquanto território negro primordial. Nesse momento histórico surge outro importante território negro paulistano, a Barra Funda, devido a presença da ferrovia. Com a chegada dos trilhos ocorre todo um reordenamento territorial das rotas de abastecimento para a cidade de São Paulo. Os antigos pontos de vendas de alimentos onde predominava a comunidade negra, como no Largo do Piques, conhecido como a antiga quitanda negra, entra em decadência e se transforma em zona do meretrício, perdendo seu comércio para as regiões do Brás, Luz e do Bom Retiro. Todo esse mercado de alimentos localizado nas pontes será deslocado para as proximidades das estações de trem (ROLNIK, 1997, p.75-76). Como toda a legalidade urbana impunha um modelo eurocêntrico que delimitava o tempo e o espaço de seus habitantes, os espaços que não seguiam esses modelos eram compreendidos como marginais e passavam a ser estigmatizados juntamente com seus

habitantes (ROLNIK, 1997, p.85). O Bixiga negro das baixadas do córrego Saracura passará a maior parte do seu tempo sofrendo com estes estereótipos e, ao mesmo tempo, resistindo a eles. Segundo Samuel Lowrie (ROLNIK, 1997, p.90), em 1938 a maior concentração de negros estava nos territórios do Bixiga e da Barra Funda, com cerca de 10% do total da cidade. A realidade social racista indicava que no século XX continuaria o estigma de quanto mais periféricos, mais escura a cor da pele predominante nos bairros de São Paulo.

Em todo Brasil o território negro será marcado pelo preconceito surgido no seio da sociedade colonial. Na escravidão colonial o negro foi associado à barbárie e à sub-humanidade e, após a abolição, o trabalho livre não significará nenhuma emancipação para essa parte da população. Enquanto o negro rural do período colonial era reprimido pelo feitor, o escravizado urbano passa a ser perseguido pelo aparato oficial, a força policial (MOURA, 1988, p.233). Raquel Rolnik vê nessa relação um *apartheid* velado, através da discriminação e do racismo que quase sempre buscou não reconhecer esses territórios históricos. (ROLNIK, 1989, p.16).

Figura 2. Territórios negros em São Paulo, 1881 (ROLNIK, 1997).

Em São Paulo a legislação que surge nos finais do século XIX é ambígua e procura exigir normas rígidas para as habitações da região central. A comunidade negra ocupava quartos, cômodos e porões de moradias. Estas eram opções baratas que deram origem às habitações coletivas, transformando pátios e corredores dos cortiços em áreas semi-públicas (ROLNIK, 1997, p.66). Essas habitações com várias famílias ocupando o mesmo espaço, não eram reconhecidas pela legislação municipal. Sempre na informalidade, essa região ilegal era onde habitava o negro africano em São Paulo nos finais do século XIX. Havia na cidade uma heterogeneidade nas habitações, formando verdadeiras cartografias étnicas, já que alguns bairros imigrantes, no século XX, vão também compor essa zona marginal e de territórios fora da lei (ROLNIK, 1989, p.59-60).

Enquanto no sul dos EUA se constituiu guetos em que viviam grupos separados em territórios exclusivos, no Brasil esse tipo de ocupação segregada não ocorreu da mesma forma. Por aqui negros e brancos pobres compartilhavam guetos e favelas (ROLNIK, 1989). Para Rolnik, na legislação municipal a pobreza ocupava um lugar contraditório que permitia a existência de realidades fora da própria lei, retirando dessa forma qualquer responsabilidade do poder público. A proposta da legislação era o modelo das Vilas Operárias, higienizadas e com casas de formato unifamiliar e de fácil controle. Ainda que a ambiguidade fosse permitida, os habitantes da cidade que ocupassem espaços habitacionais coletivos, estando no espaço público de maneira não prevista legalmente, seriam punidos e repreendidos. Segundo Rolnik (1989), os formatos de ocupações coletivas, semi-públicas, em pátios e corredores, e tudo que não reproduzisse um ambiente para a família nuclear monogâmica, pertencia a um mundo de ilegalidades e informalidades urbanas que deveriam ser combatidas.

Essa zona obscura onde os negros irão estabelecer seus territórios em São Paulo, depois será incorporada aos bairros populares dos imigrantes, formando verdadeiras territorialidades étnicas na São Paulo do início do século XX. Conforme afirma Raquel Rolnik, mesmo após a promulgação da lei em 1896, 72% das novas construções estava fora dos padrões de alinhamento estabelecidos. Essa proporção permanecerá nas próximas décadas, constituindo uma história de moradores em terrenos e casas fora dos padrões legais da cidade, pondo a grande maioria na ilegalidade, constituindo uma cartografia de diferentes modos de habitar. As formas espaciais carregavam diferentes significados e compunham diferentes estratégias de inserção dos grupos que habitavam

São Paulo, formando territórios diversos, mesmo que a legalidade urbana tentasse impor o padrão eurocêntrico (ROLNIK, 1997, p. 59-61).

Como em todo continente americano, os negros escravizados e libertos em São Paulo se organizaram sobre bases étnicas, em torno de associações profissionais, laços de parentescos não apenas em família nucleares, mas também estendidas, para além dos laços consanguíneos, eram amizades, matrimônios e laços estabelecidos em irmandades religiosas. Essa organização em agrupamentos étnicos foi uma forma de resistência ao sistema escravista, pois proporcionou a constituição de novas identidades africanas. Ela serviu como apoio a uma população que estava sendo retirada de sua terra, deixando suas famílias à força no continente africano. Nesses novos locais foram preservadas redes de solidariedade, parentesco e vizinhança e se estabeleceram meios de sustento, como roças ou mesmo práticas de espirituais. Foi nesse processo que esses territórios foram construídos para que os negros pudessem participar de forma positiva, realizando alianças e delimitando suas “fronteiras” étnicas.

O meio urbano permitia ao negro africano uma mobilidade maior de deslocamento, por isso eles estavam circulando nas ruas, nas pontes, chafarizes, nas feiras, quitandas e nas residências das elites devido aos serviços domésticos. Nos feriados e domingos, escravizados e livres se dirigiam aos espaços públicos onde se reuniam africanos de origens diversas. O urbano proporcionou interações e trocas culturais de diversos costumes e manifestações africanas diferentes, ajudando na constituição de uma verdadeira sociabilidade negra sobre o espaço urbano paulistano. Na maior irmandade católica negra do século XIX, a Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, ainda que existisse uma predominância de origem congo-angolana, era permitida a participação de outras etnias africanas nos cargos da Irmandade, configurando, assim, um lugar genuíno de diversidade negra. Além das irmandades, os batuques e as capoeiras eram outras formas de sociabilidade negra, abertas à participação de todos, inclusive aos setores populares brancos (MATTOS, 2006, p.168; WISSENBACH, 1998, p.153).

Esses territórios negros na segunda metade do século XIX também serviam como polo de atração para os fugidos de todas as partes da província de São Paulo e de outros lugares relacionados às grandes lavouras. A densa mata da região do Caanguçu (atual bairro da Bela Vista/ Bixiga) e seus vales nas divisas das propriedades semi-

rurais, ofereciam refúgio seguro aos fugitivos da escravidão. O bairro do Bixiga é um desses lugares relacionados à população negra mais antigos e emblemáticos de São Paulo; ele expressa ainda hoje a presença afro através dos aspectos paisagísticos da região. As ruas “quebradas”, baixadas, morros e seus caminhos sinuosos são características associadas a uma antiga ocupação quilombola às margens do córrego Saracura, o que confere valor patrimonial à paisagem urbana do lugar. Nas matas do Caanguçu existia uma população negra que auxiliava os foragidos que buscavam abrigo, oferecendo alimento, abrigo e estadia. Com o avanço do abolicionismo e a decadência da escravidão na segunda metade do século XIX, as cercanias de São Paulo comporão rotas de fuga planejadas pelos militantes abolicionistas conhecidos como *caifazes*, transformando esses locais em pontos estratégicos para o descanso, antes de seguirem em direção à Cubatão (WISSENBAACH, 1998, p.153).

Abaixo, destacamos os três principais territórios negros do século XIX relacionados à região do triângulo histórico paulistano.

1.3.1 A Sé e o Sul da Sé

Tanto a região da Sé quanto a Santa Ifigênia eram os distritos com o maior número de negros reunidos, constituindo dois grandes territórios de São Paulo. Nesse período a principal ocupação dos negros era o serviço doméstico e a maioria dos casarões se localizava nesses mesmos dois distritos e em chácaras no seu entorno (ROLNIK, 1997, p.62). Os limites dos territórios negros chegavam até a casa dos senhores, onde cotidianamente realizavam trabalhos domésticos. As fontes públicas, chafarizes, bicas e os rios eram nós desse território, constituído por diversos pontos de conexão. Ali os negros sempre se encontravam trabalhando, abastecendo de água seus senhores ou lavando roupas. Permaneciam no entorno dos sobrados das elites, interconectando as regiões do Sul da Sé, Largo da Forca, Piques, Bica do Largo do Carmo, Várzea do Carmo, Mercado do Acu, Largo do Rosário e o Tanque do Zuniga (ROLNIK, 1997, p.63).

O Sul da Sé corresponde hoje à área entre o Largo e a Catedral da Sé, a Rua do Carmo, Praça João Mendes e suas redondezas. No século XIX, essa foi uma região povoada pelos pobres em geral, mas principalmente por negros escravizados e libertos. A área sofrerá intensas modificações no decorrer do século XIX como parte do processo iniciado na campanha pelo sanitarismo, que buscava a remoção de tudo e todos que não

eram desejados na região central de São Paulo. Diversas ruas que constituíam o Sul da Sé e adjacências serão extintas, alteradas ou mesmo rebatizadas nas primeiras décadas do século XX (SANTOS, 1998, p.126). Comparando fotografias entre 1895 e 1928, Carlos José Ferreira dos Santos em *Nem tudo era italiano: São Paulo e Pobreza (1890-1915)*, observou que a antiga rua conhecida como Santa Teresa desapareceu quase que completamente. Ela era então conhecida como Beco do S. S. Sacramento, no início da Ladeira do Carmo.

A antiga Rua Capitão Salomão, caminho histórico para a força que foi desativada em 1821, aparece com seu último nome na documentação consultada por Santos, como Rua Esperança. Ela iniciava no Largo da Sé e se dirigia em direção à Praça João Mendes e à Igreja dos Remédios; essa rua também desapareceu nesse processo de reurbanização. No trecho do Largo da Sé, em frente à catedral, o antigo Beco do Mosquito também deixa de existir. Na comparação com as plantas de 1895 e 1928, percebemos grandes alterações na Rua Marechal Deodoro, que posteriormente será incorporada à Praça da Sé. A Rua Caixa d'Água passa a se chamar Barão de Paranapiacaba, e a antiga Rua do Quartel passa a ser denominada 11 de agosto. Esta última será incorporada à Rangel Pestana (antiga Ladeira do Carmo) e a Rua da Boa Morte será incorporada também à mesma Ladeira do Carmo, que na parte relativa ao Pátio do Colégio deixa de ter este nome para chamar-se Robert Simonsen (SANTOS, 1998, p. 130).

Affonso de Freitas, em seu livro *Tradições e Reminiscências Paulistanas* (1978), descreve um personagem negro do início do século XIX relacionado ao antigo território da Sé. Era um velho e pobre homem preto, forro por invalidez e que mendigava sobre os degraus da antiga Sé. Era conhecido como *Zé Prequeté*, e passou parte da vida sendo zombado por crianças, ficando registrado para a posterioridade por ser o alvo das cantigas recolhidas pelo autor, quando pesquisava as antigas tradições paulistanas.

Oh Zé Prequeté

Tira bicho do pé

Prá comer com café

Na porta da Sé

(FREITAS, 1978, p.35)

Entre outras personalidades negras referentes à antiga Sé do século XIX, Freitas cita também *Nheco Nheco*, outro morador de rua inválido e que vivia de esmolas, com cerca de 80 anos, negro forro de origem fulô. Frequentador da casa dos Alvarengas na Rua da Boa Morte e também da família Santa Bárbara, *Nheco Nheco* pedia comida no comércio do português José “Frango Assado”, localizado na travessa da Sé (FREITAS, 1978, p.68). Ao Sul da Sé, a Praça João Mendes era o antigo Pátio de São Gonçalo, onde eram realizados os festejos de São Gonçalo (TOLEDO, 1983, p.104), santo popular de origem portuguesa, tinha o culto bastante difundido entre os negros do Brasil. Este Largo do São Gonçalo reunia edifícios, sobrados, a Igreja de São Gonçalo, a Capela dos Remédios, Câmara Municipal, o antigo teatro São José e a cadeia da cidade (TOLEDO, 1983, p.151). No Largo do São Gonçalo havia também um pelourinho e, no seu entorno, para o lado do Largo Piques, Riachuelo ou do Bixiga, havia comércio de produtos alimentícios, animais e artesanatos oriundos das chácaras do entorno da cidade, constituindo-se num ponto importante da territorialidade negra em São Paulo no período do final da escravidão (ROLNIK, 1997, p.62).

Conforme afirma Affonso de Freitas (1978) em seus escritos de 1921, a área ao Sul da Sé conhecida hoje como Largo da Liberdade era denominada primordialmente como Largo da Força. Ela se localizava entre o Largo da Liberdade e a Rua São Joaquim, onde havia ainda em 1921 restos do morro onde se encontrava a antiga força pública que funcionou até o dia 20 de setembro de 1821, data das últimas execuções que ocorreram por ali. Nessa mesma região ainda existiam o conhecido depósito da Pólvora e a primeira necrópole paulistana, o Cemitério dos Aflitos, localizado ao lado da Capela dos Aflitos (1779) e que ainda resiste às ameaças urbanas. Era nesse lugar que no início do século XX, circundada com duplos degraus de madeira, se acendiam os círios de promessas e realizavam-se orações pela alma do último executado de 1821, o conhecido Chaguinha. Ele foi um soldado negro executado pela Coroa devido ao seu envolvimento em uma revolta pela independência do Brasil. A população passou a tê-lo como injustiçado e como um mártir, com isso o rebelde negro acabou se tornando um santo popular paulistano. Chaguinha teria participado da revolta no IIº Batalhão de Caçadores, um acampamento ocorrido em Santos. Além de Chaguinha, mais seis foram enforcados pelo mesmo motivo (FREITAS, 1978, p.25-26).

Ao Sul da Sé moravam em quartos de aluguel muitas mulheres pretas que sustentavam suas famílias, avós e mães solteiras (DIAS, 1984, p.119). Essa região e a

do Lavapés, após a chegada da ferrovia e com toda remodelação territorial que ocorreu em São Paulo, permanecerá resistindo como territórios negros crescentes, consolidando os núcleos que se iniciaram em meados do século XIX (ROLNIK, 1997, p.75-76). Porém, muitos negros que habitavam o Sul da Sé serão despejados e removidos à força para o Anhangabaú, Piques e Riachuelo, onde permanecerão até 1939 (ROLNIK, 1997, p.86).

1.3.2 *Largo do Rosário*

Em São Paulo a localização de um dos primeiros cemitérios de negros africanos da cidade se encontrava na atual Praça Antônio Prado, no antigo Largo do Rosário dos Homens Pretos. Esse local era ocupado também por pequenas casas e formava uma viela estreita no cruzamento com o antigo alinhamento da Avenida São João (FREITAS, 1978, p.91).

A primeira igreja da Irmandade do Rosário foi levantada com dez mil cruzados recolhidos por doação pelo ermitão Domingos de Mello Tavares nas Minas Gerais. Ele tornou-se responsável pelas obras da igreja no ano de 1745. Porém, dez anos antes, já existia no mesmo lugar uma capela mantida pelos devotos, onde foi criada a primeira *Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos* (PINTO, 1979, p.36-37). No século XVII, a rua onde se localizava a irmandade chamava-se Manuel Paes Linhares, antigo morador da mesma. Mas, oficialmente seu primeiro nome foi Rua da Imperatriz, em homenagem à primeira visita da família real à cidade São Paulo em 1846 (FREITAS, 1978, p.95). A Rua do Rosário era uma das mais habitadas do início do século XIX, com 77 casas, 78 forros, além de 23 comércios e 443 moradores (FREITAS, 1978, p.135). Foi em 1737 que nessa região foi erguida a primeira capela da Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos (FREITAS, 1978, p.95).

No ano de 1822 partiam do Largo do Rosário, assim como de outras igrejas no entorno da cidade, como a de Santo Antônio e a dos Remédios, numerosas procissões, de novenários e setenários, com terços puxados na Ave Maria ocorrendo nos oratórios públicos e nas casas patriarcais (FREITAS, 1978, p.98). Segundo a descrição de Alfredo Moreira Pinto, a frente da Igreja do Rosário ficava para a rua XV de Novembro e sua arquitetura apresentava quatro janelas e uma torre na lateral esquerda, esta com janela e porta. Na parte que se volta para o Largo do Rosário existia uma porta de entrada para a sacristia, e uma janela acima dessa porta. O interior da igreja, na opinião

desse pesquisador, era feio e escurecido. A capela-mor possuía seis tribunas e um altar com o painel da Nossa Senhora do Rosário, acompanhada nas laterais por São Roque e Santo Antônio. No corpo da igreja havia quatro tribunais, com dois altares e dois púlpitos, em um deles permaneciam Bom Jesus da Prisão, Santa Efigênia e o Santo Elesbão. No outro o Sagrado Coração de Jesus. À esquerda da Igreja existia a capela do Bom Jesus da Pedra Fria e à sua direita a sacristia, com o altar da Nossa Senhora das Dores (PINTO, 1979, p.36-37).

As irmandades paulistanas compostas em sua grande maioria por africanos, libertos e escravizados que faziam devoção aos santos negros, como Santo Elesbão, Santa Efigênia e São Benedito. Santo Elesbão e Santa Efigênia eram cultuados na África desde o século XVIII e a devoção a São Benedito era bastante comum entre os africanos de colônias portuguesas. Em Angola, pelo menos desde o século XVII, há o culto a São Benedito (MATTOS, 2006, p.138, p.143-144). Ainda que estas fossem instituições com origens europeias e dirigidas para a difusão do catolicismo, os negros africanos e afro-brasileiros criaram nas irmandades um espaço de afirmação das origens culturais africanas. Através delas eram transmitidas tradições ancestrais mantidas pelos contatos constantes e pela conservação da língua. As irmandades do Rosário na África Centro-Occidental tiveram um grande papel na difusão do catolicismo no continente. A apropriação do culto católico com seus santos pretos foi o que estimulou a difusão do catolicismo entre os negros americanos, europeus e africanos, segundo os estudos sobre o catolicismo realizados por Lucilene Reginaldo (MATTOS, 2006, p.139).

Para compreendermos as irmandades e as suas respectivas coroações de reis negros, tidas como recriações em contextos da diáspora africana, devemos olhar não apenas danças e músicas, mas também a própria organização política e social da religiosidade centro-africana (MATTOS, 2006, p.142). Essa organização política e social centro-africana estava na organização em linhagens agrupando aqueles com ancestrais comuns. A unidade de várias linhagens formava uma aldeia organizada em torno de um chefe com poderes políticos e sacerdotais. De forma similar, nas irmandades organizadas em contextos da diáspora africana, os cargos de reis e rainhas também eram imbuídos de poderes políticos e religiosos (MATTOS, 2006, p.157-158).

A historiadora Maria Odila L. da Silva Dias observa que desde 1827 existe registro das palavras cantadas que as negras utilizavam quando seguiam os cortejos dos

enterros das comerciantes negras mais antigas, dançando e cantando na Igreja do Rosário dos Homens Pretos, garantindo um ritual fúnebre. A cantoria era algo que incomodava a elite religiosa católica. As negras escravizadas ou forras organizavam todas as partes das cerimônias fúnebres, lavando o corpo das falecidas, rezavam e se colocavam como intermediárias entre o mundo dos vivos e dos mortos. Elas organizavam os rituais de passagem para outra vida (DIAS, 1984, p.118).

Um dos cantos fúnebres (DIAS, 1984, p.118):

Zoio que tanto vio.

Zi boca que tanto falo.

Zi boca que tanto zi comeo e zi bebeo

Zi corpo que tanto trabaiô

Zi perna que tanto andô.

Podemos dizer que as irmandades católicas organizadas possuíam grande importância na organização do cotidiano das comunidades negras de São Paulo e era um dos pilares que sustentavam o território urbano dos negros africanos e afro-brasileiros. Os largos na frente das igrejas eram onde ocorriam as festas religiosas e os batuques (ROLNIK, 1997, p.64). Segundo Affonso de Freitas, nos séculos XVIII e XIX, após as procissões católicas, as congadas, batuques e sambas (moçambiques) tomavam conta do Largo do Rosário, assim como no Largo do São Bento ou próximo à Igreja São Benedito (FREITAS, 1978, p.147). Entre 1860 e 1865, durante as rodas de samba no pátio da Igreja de São Bento, os pretos formavam variados grupos conforme a diversidade étnica e subdivisões dos povos africanos. Segundo Freitas (1978, p.149):

as danças e os cantares rompiam ao ruído seco do reque-reque, ao som rouco e soturno dos tambus, das puítas e dos urucungos que, com a marimba solitária, formavam a coleção dos instrumentos africanos conhecidos em nossa terra.

As nações identificadas no século XIX no samba da Igreja São Bento eram *Mina, Cassange, Benguela, Moçambique e Congo* (FREITAS, 1978, p.149). Nos cânticos havia o protesto contra o histórico de sofrimentos do povo africano: *Turi, caringa e cangombe, Eh! ...* (fomos tangidos para o mar como o gado)/ *Cuenda caiara, Equinama Cungira, Eh! ...* (Com as nossas pernas tivemos de andar pelos caminhos) (FREITAS, 1978, p.150). Na Irmandade da Nossa Senhora do Rosário, ainda que houvesse uma predominância do grupo étnico congolense-angolano, sendo permitido

apenas aos seus membros ocupar os cargos administrativos, as outras etnias poderiam participar de cargos intermediários, o que fomentava uma integração. Essa reunião baseada nos grupos étnicos caracterizou as formas de organização da população negra nas Américas. Esses agrupamentos funcionavam como resistência ao sistema escravista, já que estimulavam a formação de novas identidades africanas na sociedade colonial. Essas novas famílias formadas em torno das irmandades organizavam parte do território negro onde era possível uma participação ativa na construção de alianças, refletindo a diversidade étnica africana (MATTOS, 2006, p.168).

No século XIX, havia a proibição da prática da capoeira no Largo do Rosário, segundo o código de postura de 17 de novembro de 1832. Isso afetou a vida e os costumes daqueles que se reuniam em torno dessa igreja e de outros largos da cidade. O poder estabelecido perseguia qualquer ajuntamento de negros e pardos em locais públicos, sempre com a desculpa do combate às brigas e à violência. As festas religiosas negras sofriam todo tipo de dificuldade para serem realizadas na cidade, inclusive as mais tradicionais, como as dos Largos do Rosário, São Francisco e São Benedito (DIAS, 1984, p.120).

Na cartografia africana de São Paulo era central o espaço das irmandades religiosas. Raquel Rolnik, em 1982, entrevistou Raul Joviano do Amaral, membro da antiga Irmandade do Rosário. Ele relata (ROLNIK, 1997, p.63) :

Nas pequenas casas (cômodos) de porta e janela, primitivamente de propriedade da venerável Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, até mais ou menos 1890, residiam forros e libertos, cuja a ocupação era a prestação de serviços: carregamento de água, limpezas de sítios e chácaras, e a quitanda: comércio de doces, bolos, geleias, pinhão, milho verde cozido, mandiocas, legumes, hortaliças, frangos e galinhas, venda de quinquilharias, etc.

Para a derrota da escravidão foi essencial a luta desempenhada pelo próprio negro (MOURA, 1988, p.242). A Irmandade do Rosário e a Irmandade dos Remédios tiveram um papel importante na luta pela abolição, compravam alforrias e ajudavam ao movimento de libertação dos *caifazes*, organizado por Antônio Bento (ROLNIK, 1997, p.63). Esse movimento também recebeu ajuda no final do século XIX de categorias profissionais diversas, como os cocheiros e outros setores negros da sociedade paulistana (MOURA, 1988, p.241). Era também do Largo do Rosário de onde saía a procissão dos “irmãos da alma”, organizada pelos *caifazes* e que tomava a direção ao

Largo do Piques, para realização de resgate de cativos à venda nessa região, onde ocorriam leilões de escravizados (ROLNIK,1997, p.63-64).

Figura 3. Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, no Largo do Rosário, na atual Praça Antônio Prado. 1904. Acervo do DIM-DPH/PMSP.

Carlos José Ferreira dos Santos, em seu livro *Nem tudo era Italiano: São Paulo e Pobreza (1890-1915)*, analisa uma imagem fotográfica da Irmandade do Rosário de 1904 (fig.3) e identifica ali um ponto de comércio e concentração de ambulantes, tabuleiros e barracas que apenas ressaltava a contradição do lugar, com suas luxuosas casas financeiras instaladas, relojoarias, confeitarias e cafés frequentados pelas camadas mais ricas de São Paulo (SANTOS, 1998, p.122). Segundo Ernani S. Bruno, na obra de Antônio Egídio Martins *São Paulo Antigo*, há a referência de que em todos os lugares onde existiam aglomerações, havia quitandeiras e vendedores de origens africanas. Nas pequenas casinhas do Largo do Rosário não era diferente essa realidade. Ali viviam casais africanos livres que, ajudados pelas negras escravizadas, mantinham as casas de quitanda (BRUNO, 1954, p.674).

O Largo do Rosário no início do século XIX era considerado o coração da cidade, mas em 1904 a igreja foi demolida conforme a elitização do lugar se impunha já

com a presença das confeitarias *Brasserie Clemenceau* e Castelões (TOLEDO, 1983, p.78). Benedito Lima de Toledo utiliza a região da antiga Igreja do Rosário para definir o conceito de “Largo”, um alargamento da rua, sem abrir mão do espaço do centro da via. Então o pesquisador cita o Largo do Rosário como um desse exemplo: “*um acanhado espaço na extremidade*” da Rua XV de Novembro que acabava criando uma perspectiva para a Igreja do Rosário. As cidades de colonização portuguesa, diferentemente das de colonização espanhola, não possuíam grandes espaços abertos. Na colonização portuguesa estes espaços abertos estão confinados aos edifícios religiosos, sendo o Pátio do Colégio o exemplo mais antigo de São Paulo (TOLEDO, 1983, p.104). Mas os largos paulistanos do século XIX passam a ter outras origens, para além das religiosas. O Largo do Arouche tem seu formato em “L”, por ter sido organizado pelo interesse militar para o treino de tiro; outro importante, o Largo dos Curros (atual Praça da República), estava voltado para organização de touradas (TOLEDO, 1983, p.105). O Largo do Rosário após ser remodelado e ampliado duas vezes, deu origem à atual Praça Antônio Prado (TOLEDO, 1983, p.104).

O responsável pela desapropriação e demolição da Igreja da Irmandade do Rosário e das casinhas do local⁶, e de sua realocação no Largo Paissandu, foi exatamente quem hoje nomeia o largo da antiga Irmandade, o ex-conselheiro do Império e primeiro prefeito de São Paulo (1899), Antônio Silva Prado (SANTOS, 1998, p.126). Filho das elites escravocratas e grande fazendeiro de café, foi ministro, senador e governou por doze anos a cidade. Seu governo queria fazer São Paulo assumir ares europeus, atendendo dessa forma as exigências das elites do café (RAM-199, p.34). Antônio Prado elaborou o *Plano de Melhoramentos da Capital*, tido por Raquel Rolnik como uma “reconquista” do centro e baseava-se no alargamento das ruas e praças, o que ocorreu com a XV de Novembro, a Álvares Penteado e a Quintino Bocaiuva, além das transferências e a demolição do antigo mercado (ROLNIK, 1997, p.67).

A implantação do *Plano de Melhoramentos da Capital* ocorre à custa da exclusão da população negra e de outras categorias da classe trabalhadora explorada. Havia um grande território negro paulistano no final do período da escravidão. Desmontá-lo, apagando seus traços e bloqueando seus circuitos, era importante para as concepções racistas dos que queriam fazer de São Paulo uma cidade com ares europeus

⁶ E provavelmente da destruição do antigo cemitério de negros de São Paulo.

(ROLNIK, 1997, p.66). Conforme consta na R.A.M. (Revista do Arquivo Municipal), Antônio Silva Prado foi apenas o primeiro interventor e destruidor da memória colonial da cidade. Após ele vieram muitos outros inspirados pela remoção e pela destruição. Antônio Prado construiu o Teatro Municipal, o Jardim da Luz e começou a planejar as intervenções no Anhangabaú, que outros gestores deram continuidade (RAM-199,p.36).

Em 1904, a Irmandade do Rosário é transferida do final da Rua XV de Novembro para o Largo do Paissandu, em uma região que também era estigmatizada como perigosa (SANTOS, 1998, p.126); era o lugar conhecido inicialmente como o Tanque do Zunega ou Zúniga. O Tanque do Zúniga se localizava nas nascentes do Iacuba, no tempo em que era possível ver a verdadeira topografia da cidade (FREITAS, 1978, p.91). O título de concessão dos irmãos Cunha Gago, datados entre 1 e 8 de julho de 1651, informava que foram concedidas “trinta braças de chão” a cada irmão, no *rossio* da Vila de São Paulo, localizadas entre os rios Anhangabaú e Iacuba (FREITAS, 1978, p.187). Affonso de Freitas nos diz que, em sua época (1921), na memória dos velhos paulistas permanecia presente a imagem do antigo Tanque do Zúniga, que diziam produzir cerca de “dez polegadas de água” e que descia do antigo leito escavado. Havia um volume muito maior de água na direção da travessa do Paissandu e que recebia também o curso d’água do *Acu*, que logo mais embaixo confluía com o Anhangabaú.

Em 1855, o tanque foi extinto e terraplanado, por ordem do presidente da província, e as nascentes foram canalizadas com canos de ferro até o início da travessa do Paissandu, onde havia um chafariz. Iacuba era um rio cuja principal vazão era no tanque do Zunega, e que confluía em seu trajeto com a Bica do Acu, localizada em frente à antiga casa do Brigadeiro Tobias de Aguiar (FREITAS, 1978, p.189). O nome Zúniga vem do século XVIII e era uma homenagem ao sargento-mor Manoel Caetano Zúniga. O nome Iacuba, com o tempo, deixou de ser adotado para todo rio e tanque e ficou reservado à bica na frente da residência de Tobias de Aguiar e da planície desta bica até o rio Anhangabaú. Com o passar do tempo o termo *Iacuba* foi sofrendo modificações, sendo diminuído e transformando-se em *Iacu* e *Guacu*, até chegar em *Acu*. O nome em Tupi significa: *Y* – água, e *acu* – veneno, e *ba*, - contração da partícula *bae*, o que significa para Freitas, “a água que contém veneno”, ou “água venenosa”.

Freitas cita ainda a análise do engenheiro d'Orta em 1791, que comprovou que a água era insalubre, já que possuía muito ferro e era fria, de base térrea, acida vitriólica, calcária de oca, com partículas de arsênio e contando a presença de gás mefítico (FREITAS, 1978, p.189-191). Manoel Caetano Zúniga, militar e proprietário do tanque nos finais do século XVIII, entrava em conflitos com a população negra ao querer impedir o uso de suas águas para a lavagem de roupas, expulsando e agredindo as lavadeiras que trabalhavam no local. O lugar onde havia as nascentes do *Iacuba* se transformou no Largo do Zúniga, e depois, com a tomada da praça uruguaia de Paissandu na Guerra do Paraguai, em 1865 o logradouro passa a ser denominado como Largo do Paissandu (FREITAS, 1978, p.190).

Apesar da mudança de lugar, o entorno da Irmandade do Rosário continuará sendo um ponto de referencia e de fé para a população negra paulistana (SANTOS, 1998, p.126). Toda destruição física que a Irmandade sofreu, foi também simbólica e de valores historicamente formados naquele lugar original. Ali se encontrava o antigo cemitério dos negros africanos, lugar de importância ancestral para o Brasil. A gestão de Antônio Prado buscou construir um novo significado para aquele espaço, até então território negro de crenças, festas, sambas, batuques e resistências sociopolíticas. A remodelação arquitetônica estava vinculada a uma nova concepção de cidade e à tentativa de eliminar as tradições negras (SANTOS, 1998, p.126).

Segundo Rolnik, o objetivo era a destruição do terreiro, por excelência o espaço social tradicional africano e afro-brasileiro. Muniz Sodré em sua obra *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*, afirma que o terreiro se encontra tanto no corpo do negro, onde a África é reterritorializada através da dança, quanto na celebração da unidade comunitária, como se dá nas rodas de samba, na capoeira e nos cultos afro-brasileiros; será através do corpo, que a memória coletiva e ancestral será transmitida e festejada. Foi esse espaço comunitário que a legislação da cidade tentou combater, através do sanitarismo e da higienização. Como o corpo, o espaço das senzalas foi relativizado e transformado em terreiro, o mesmo que ocorre nos espaços aquilombados, nos cortiços e nos porões dos sobrados; todos estes espaços eram reinterpretados como lugares de celebração comunitária afro (ROLNIK, 1997, p.65).

Para a historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach (1998), o Largo do Rosário era o território negro por excelência, não apenas devido à religiosidade e à

igreja, mas porque havia na região habitações onde viviam os negros quitandeiros e vendedores ambulantes da cidade. Em torno da igreja existia uma sociabilidade que atingia seu ápice no dia 6 de janeiro, quando ocorriam os festejos para Nossa Senhora do Rosário. Nessa mesma data saiam em procissão negros e negras africanas, vestidos em trajes, adereços e ao ritmo da sonoridade dos tambores africanos. Pelas ruas de São Paulo eram exibidas as hierarquias internas à Irmandade, com o Rei e a Rainha do Congo, suas damas e seus titulares. A memória africana era evocada através do uso de adornos na cabeça e de contas nos pescoços femininos, bem como nos amuletos das crianças que acompanhavam os festejos, para protegê-los contra os maus-olhados. Segundo Wissenbach, (1998, p.205-206):

- Os filhos de menor idade dos pretos africanos, acompanhados de suas mães, também assistiam as mesmas festas, apresentando-se bem vestidos, com um gorro de lã, feito de crochet, na cabeça, e trazendo, como adorno, ao pescoço, um rosário de contas vermelhas e de ouro, com um grande número de bugigangas, taes como dentes de onça, figas de guiné e de ouro, olhos de cabra, pacova, etc., sendo que tudo isso era para livrar os pequenos filhos dos mesmos pretos africanos de algum mau olhado ou de qualquer quiçaça, matirimbimbe ou pincuanga (feitiçarias).

Em outro relato de Antônio Egídio Martins, citado por Raul Joviano do Amaral e destacado por Ernani S. Bruno (1954, p.786) e Raquel Rolnik (1997, p.64), há também a referência ao uso de contas vermelhas e douradas pelas mulheres negras nas festas no entorno do Largo do Rosário:

Por ocasião das solenidades que antigamente se efetuava na Igreja N. S. do Rosário, em honra desta santa, se realizavam também, em frente da mesma igreja, festejos populares, portando-se aí um numeroso bando de pretos africanos, que executavam com capricho a célebre música denominada tambaque, cantando e dançando com suas parceiras, que adornadas de rodilha de pano branco na cabeça, pulseira de prata e de rosário de contas vermelhas e de ouro ao pescoço, pegavam o vestido e faziam requebrados, sendo por isso vitoriosos com uma salva de palmas por numerosa assistência.

Ernani Silva Bruno, citando os escritos de viagem de D. P. Kidder, dizia que as negras africanas possuíam gostos e requintes de luxo. O ouro e as pedras comuns nos salões eram vistos pelas ruas na pele de algumas vaidosas mulheres negras (BRUNO, 1954, p.789). Obviamente que as contas e miçangas, enquanto objetos de uso religioso e constituindo rosários católicos, possuíam destaque e importância simbólica nessas antigas irmandades. E muito mais, elas estavam presentes nas festas religiosas, nos sambas e nos batuques em torno do Largo do Igreja da Nossa Senhora do Rosário;

estavam sendo utilizadas pelas mulheres negras, compondo a história de resistência da comunidade africana e afro-paulistana da época. Em 1860, eram acirradas as disputas políticas entre os candidatos ao cargo de Rei do Congo nas antigas festas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (BRUNO, 1954, p.789-790), conforme os registros do Jornal Correio Paulistano. Após essas danças, o Rei ou a Rainha do Congo iam com sua respectiva corte, formadas por um grande número de titulares e damas muito bem vestidas, para suas próprias residências onde distribuíam comes e bebes para os membros da comunidade (BRUNO, 1954, p.789).

1.3.3 *Várzea do Carmo*

A Várzea do Carmo compreende a região cortada pelo Tamanduateí, onde hoje se localiza o Parque D. Pedro II (SANTOS, 1998, p.88). Possuía nas suas proximidades charcos e pântanos que passaram a ser alvo de descarte de lixo a partir da primeira metade do século XIX. Por esse motivo a vizinhança elitista mais de uma vez tentou fechar o seu acesso através do Beco do Pinto. O descarte de resíduos urbanos na Várzea do Carmo era realizado principalmente pela população negra escravizada, segundo Carlos Lemos no artigo *A Casa da Marquesa de Santos em São Paulo-SP* (1968), publicado na Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Ernani Silva Bruno, consultando os trabalhos de Nuto Santana intitulado *São Paulo Histórico*, destaca que em 1859 o poder público municipal ordenou o calçamento do Beco do Colégio para ajudar na passagem daqueles que carregavam lixo para a Várzea do Carmo (BRUNO, 1954, p.563).

Para quem chegava do Rio de Janeiro, a capital do Império, a Várzea do Carmo era a porta de entrada de São Paulo e na paisagem se destacavam as igrejas e o convento do Carmo, a chácara da Marquesa de Santos e a antiga ponte do Carmo sobre o Tamanduateí (TOLEDO, 1983, p.151).

Figura 4. Lavadeiras na várzea do Tamanduateí e animais de tração, ao fundo o morro do Pátio do Colégio. Imagem do fotógrafo carioca Militão Augusto de Azevedo, de 1862 (SANTOS, 1998).

O Tamanduateí, na altura da Rua do Glicério, era utilizado para o lazer pela juventude da época. Era o lugar para onde os estudantes que faltavam à aula se dirigiam para tomar banho no rio, mergulhar e praticar da natação. Mas, entre 1880 e 1889, o poder público resolveu proibir os banhos e os jogos de lazer, inclusive com batidas policiais (FREITAS, 1978, p.64). Esse fato demonstra a real intenção do poder municipal em associar à região a um determinado público, para depois intervir na mesma. Por ser uma área alagadiça, onde o lixo era depositado, a Várzea do Carmo tornou-se alvo das intervenções públicas, e acabou por receber toda a culpa pelas doenças que proliferavam em São Paulo. Todos aqueles que a frequentavam, pobres, pretos e outros marginalizados, passaram a ser vistos como difusores de doenças.

Conforme Ernani S. Bruno, as primeiras obras de retificação do rio Tamanduateí começaram entre 1782 e 1786, e segundo a consulta deste autor aos trabalhos de Affonso A. de Freitas, foi aberta uma vala na região que deixou reta uma antiga curva do rio. Em 1810, foi construída uma segunda vala e o aterro da continuação da Ladeira do Carmo, obra que prejudicou o transporte fluvial que até então existia nesse rio. As lavadeiras estavam presentes em quase todos os cursos de água de São Paulo (MATTOS, 2006, p.169), mas em especial nas margens do Tamanduateí. Saint-Hilaire, em a *Viagem à Província de São Paulo*, relata sua visita em 1819 e percebe na Várzea do Carmo uma paisagem animada pela presença das lavadeiras negras que trabalham

próximo às pontes. A região foi descrita como bastante pantanosa nas proximidades do Tamanduateí, onde logo depois se formavam pastagens e capões. Os Registros da Câmara de 1822 relatavam os problemas causados pelo desvio do Tamanduateí, que acabou por criar uma área reduzida a um pantanal contínuo. Anteriormente, a Várzea do Carmo era diferente, mais seca, servia inclusive como local de passeio de moradores (BRUNO, 1954, p.212-213).

Figura 5. Lavadeiras no Tamanduateí em 1910. Vista da Várzea do Carmo/Parque Dom Pedro II. Imagem de Vincenzo Pastore. Acervo do Instituto Moreira Salles.

Carlos José Ferreira dos Santos (1998) afirma que a prefeitura de Washington Luís (1914-1919) entendia a cidade como bipartida, com uma área europeizada com bairros nobres e operários e outra área degradada, contrária ao modelo urbanístico imposto, encarada como insalubre e perigosa. A prefeitura realizava interferências constantes, tanto nesses lugares quanto nas populações que ali se encontravam. Como a região da Várzea do Carmo não se moldava aos modelos de limpeza das autoridades, não apenas as doenças e as moscas incomodavam e causavam receios de transmissão de doenças, mas também o comportamento das pessoas que estavam associados à várzea. Segundo as interpretações de Santos sobre fotografias antigas da região, constata-se a presença de lavadeiras e cavalos com carroças sendo lavadas nas margens do Tamanduateí. As autoridades encaravam tudo como ameaça de grande epidemia que poderia se espalhar por São Paulo, não apenas as doenças, mas aqueles comportamentos comuns à Várzea do Carmo. Daí a necessidade de controle e interferências constantes

em nome da saúde, dos “bons costumes” e da segurança pública. Trata-se de uma política de higienização social e moral. As pessoas eram igualadas ao espaço que ocupavam, na verdade as populações pobres, e incluindo-se aí os pretos e pardos que estavam no alvo de todas essas ações do poder público (SANTOS, 1998).

Foi devido a todas essas questões que a urbanização da área virou uma meta, sendo idealizado o Parque D. Pedro II pelo francês Cochet, que mudaria a paisagem da Várzea do Carmo. Em 1875, João Teodoro começa a apresentar preocupações com o saneamento das grandes várzeas e suas ideias concretizar-se-ão no Plano Bouvard, de onde surgiram projetos como o do Parque D. Pedro II e do Anhangabaú, assim como do Largo dos Curros, a atual Praça da República (TOLEDO, 1983, p.120). O historiador Carlos José Ferreira dos Santos (1998), baseado na confrontação de fontes históricas, como declarações públicas das autoridades e fotografias antigas da Várzea do Carmo, identifica um discurso político que estigmatizava determinados setores da população como vadios, criminosos e perigosos.

Porém, a análise das fotografias indica que eram na verdade trabalhadores, lavadeiras e carroceiros que carregavam trouxas, cestos, tabuleiros e balaios pela região. Lavavam roupas nas margens do Tamanduateí, tratavam de cavalos, conduziam carroças. O que havia era uma clara criminalização da pobreza relacionada à Várzea do Carmo. A reurbanização promoveu o aterramento e o ajardinamento da região, que consequentemente afetou o trabalho das lavadeiras negras, suas relações sociais e de outras categorias que ali se encontravam (SANTOS, 1998, p.97-99). Na virada do século XIX para o XX, a Várzea do Carmo contava com a presença de mulheres negras e dos habitantes do universo rural e de origem indígena, o conhecido caipira. O “mercado dos caipiras” era um polo de atração dessas populações, onde moradores de todas as redondezas da cidade iriam vender produtos agrícolas, medicinais, artesanais, entre outras mercadorias (SANTOS, 1998, p.101).

Destacava-se a presença dos curandeiros e benzedores, como personagens constantes na Várzea do Carmo, onde a imagem do Pai Inácio em uma tenda do Mercado Velho é a ilustração fiel a este período (fig.6). Observando os raizeiros contemporâneos das ruas de São Paulo, ao mesmo tempo analisando documentos, tais como descrições de memorialistas e fotos antigas, Santos (1998) chega à conclusão de que provavelmente ali eram vendidas folhas secas, tais como “cascas de pau, frutas,

figas, chifres de veado e de bode, unhas de cabra, couros de animais, pelos e uma infinidade de produtos, misturados com pássaros e outros animais” (SANTOS, 1998, p.111). Esses ervanários, benzedores, raizeiros e curandeiros carregavam conhecimentos milenares indígenas e africanos e cumpriam o papel de medicina popular em uma sociedade onde o sistema médico de saúde não possuía qualquer presença fora dos meios das elites. Ainda que tenham sido combatidos e perseguidos por um longo período de tempo, o raizeiro é um tipo de personagem popular das ruas de São Paulo que permanece desde os tempos mais antigos da cidade. A Várzea do Carmo foi e ainda é palco de constantes interações e lutas entre a ordem imposta e a experiência cotidiana dos espaços populares (SANTOS, 1998, p.115-119).

Figura 6. Conhecido como "Pai Inácio", década de 1920. Vendedor de pássaros, ervas e raízes no antigo Mercado Caipira. (SANTOS, 1998).

1.4 Materialidades, sociabilidades e formação de identidades

Os três territórios negros da cidade aqui elencados estão relacionados diretamente aos sítios arqueológicos com os quais trabalhamos e que no próximo capítulo serão apresentados. A relação social que permeia a atração dos territórios negros paulistanos é a *sociabilidade*, conforme a conceituação da antropologia urbana. A sociabilidade urbana imprime interações que não dizem respeito a fins práticos e econômicos, como ocorre no trabalho e no emprego, ela está nos encontros dedicados ao lazer, às festas e reuniões lúdicas (FRÚGOLI, 2007). Existia uma *sociabilidade*

negra em torno da materialidade e monumentalidade paulistana. Ela se encontra no século XIX nas festas de samba-de-roda e nas congadas das comunidades negras organizadas no entorno das igrejas das irmandades, na Nossa Senhora dos Homens Pretos, na Santa Efigênia e na da Nossa Senhora dos Remédios ou na de São Benedito (BERTIN, 2010, p.128).

Desejamos aqui descrever aspectos materiais desses antigos territórios negros. Um pouco dessa materialidade desaparecida se encontra na descrição da arquitetura da primeira Igreja do Rosário dos Homens Pretos. Também na referencia à antiga senzala da chácara Palmeiras (Atual Vila Buarque), ou mesmo nas descrições dos aspectos naturais e hídricos do antigo tanque do Zuniga (Largo Paissandu). Todos esses são apontamentos históricos de uma antiga materialidade destruída pelos interesses econômicos; a destruição e a remoção era uma forma de expressão da dominação de um grupo étnico sobre outros. Na Várzea do Carmo destacamos a história de transformações e impactos urbanísticos sobre Rio Tamanduateí e em toda a vida social que figurava por ali. Os mercados eram um dos pontos focais da territorialidade negra; além do mercado dos caipiras na Várzea do Carmo, destacavam-se as sete casinhas, o mercadinho da São João na baixada do Acu e o Paredão do Piques (ROLNIK, 1997, p.60).

Os territórios negros paulistanos não se limitavam apenas às três áreas urbanas elencadas. Encontrava-se também na formação de bairros afastados do centro histórico, como a Penha, a Nossa Senhora do Ó e o Bixiga. O ofício do juiz de paz do Distrito Sul, Caetano Antônio de Moraes, ao presidente Manuel Machado Nunes, consultado por Bertin (BERTIN, 2010, p.127), pedia atenção para a reunião de pessoas de fora da cidade no Bixiga, incluindo-se aí negros escravizados que aos domingos e dias santos se dirigiam à localidade. Essa região compreendia as matas do Caanguçu e ao antigo Quilombo da Saracura, onde os foragidos se integravam às matas, aos valos e à população local como forma de proteção contra a perseguição e garantia de refúgio; estes negros poderiam ser oriundos de diversas regiões da província de São Paulo ou mesmo da grande lavoura de outros estados. O território negro no entorno da região central de São Paulo ajudou a essa parte da população somar forças contra toda vida adversa que a sociedade colonial impunha. Eram territórios relativamente livres, onde a fiscalização pública tinha dificuldades de atuar. Era possível a aglomeração de iguais e os alugueis possuíam preços mais acessíveis, aumentando a margem de liberdade

através de redes de solidariedade, parentescos e vizinhanças que se estabeleciam (WISSENBAACH, 1998, P.152-153).

Ao norte da Igreja da Santa Efigênia, na área rural designada Campo Redondo, em direção ao Jardim Público da Luz, nos dias de domingo se reuniam negros africanos para as práticas de “jogos e outros fins”, constituindo um território negro paulistano, mais afastado e protegido da vigilância da força pública (BERTIN, 2010, p.124). Ainda hoje permanece de pé na Avenida Tiradentes um antigo pórtico (figura 7), fragmento remanescente da construção original da antiga Casa de Correção de 1852 e que servia como “depósito” de escravizados que iam a leilão, além de lugar de punição e correção para todos os tipos de marginalizados. Localizada próximo ao antigo chafariz de Miguel Carlos e do Jardim Público, a Casa de Correção possuía funcionários que eram, em grande parte, africanos livres no ano de 1860 (BERTIN, 2010, p.126). No século XIX, de uma forma geral as cadeias estavam cheias de negros foragidos, penhorados por dividas, mas também por diversos criminosos comuns (MOURA, 1988, p.232). Às proximidades da Casa de Correção, na Rua da Constituição, que ligava a região do Jardim Botânico ao Mosteiro de São Bento, era um dos lugares mais destacados da sociabilidade urbana do negro paulistano do século XIX (BERTIN, 2010, p. 126).

Figura 7. Pórtico original de 1852, Cadeia da Luz, antiga Casa de Correção, posteriormente Presídio Tiradentes. Autor: Cristiano Mascaro, 1985. Fonte: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019.

A Praça da República, que girava em torno das montarias e arenas de touradas, integrava o universo do trabalho e lazer do negro paulistano e pode ser considerada como um ponto desse território. Segundo Clóvis Moura, os cocheiros eram base de apoio para o movimento abolicionista organizado por Antônio Bento, conhecido como os “caifazes” na segunda metade do século XIX (MOURA, 1988, p.241). As profissões voltadas às montarias eram ocupadas principalmente por homens negros, que além de cocheiros, poderiam ser carroceiros e praças da companhia urbana, com seus bondes puxados a burro (ROLNIK, 1997, p.63).

Na Igreja da Irmandade Nossa Senhora dos Remédios (Praça João Mendes), onde eram organizadas as danças de São Gonçalo (TOLEDO, 1983, p.104), havia uma proximidade com o combativo movimento abolicionista organizado por Antônio Bento. Em 1887, a Igreja dos Remédios foi palco do lançamento do Jornal abolicionista *A Redenção* (BORGES, 2013, p.99). Tanto a Confraria da Nossa Senhora dos Remédios quanto a Irmandade da Nossa Senhora dos Homens Pretos apoiaram as campanhas abolicionistas, ajudando na articulação entre quilombos rurais e apoiadores urbanos (ROLNIK, 1989, p.5).

Enidelce Bertin em seu artigo *Sociabilidade Negra na São Paulo do século XIX* (2010), afirma que a Igreja do Rosário (na primeira localização) e a Igreja da Santa Efigênia eram, além de locais de organização da vida social da comunidade negra, também cemitérios onde foram enterrados os membros dessas irmandades naquele período. No interior da Igreja da Santa Efigênia se encontra sepultada a africana livre Quitéria, servente do Seminário das Educandas. Foi enterrada ali em 1843, “amortalhada em um hábito preto”, segundo a cópia do atestado de óbito consultada por Bertin; também a africana livre Vitória, “amortalhada em uma túnica de paninho branco e uma capa azul”, enterrada em 1851, em procissões fúnebres que eram feitas de noite e ao ritmo de tambores africanos (BERTIN, 2010, p.128).

Os cemitérios, como afirma o Professor Vagner Porto Cavalheiro (2016), carregam valores patrimoniais materiais em seus túmulos e imateriais nos ritos funerários de despedida e preparação do corpo, o que podemos perceber, sem precisar escavar, nas descrições acima relativas à mortalha fúnebre que vestia as africanas Quitéria e Vitória. Segundo Porto, os cemitérios e o chão onde repousam os mortos podem ser considerados, junto a outras monumentalidades, como igrejas e diversas

edificações, bens patrimonializáveis já que constituem nos centros históricos áreas que testemunham o fazer cultural da cidade. Além da Igreja da Nossa Senhora do Rosário e a Igreja da Santa Efigênia, o cemitério lateral à Capela Nossa Senhora dos Aflitos (Liberdade), que nesse momento está sendo pesquisado para o licenciamento ambiental pela *Alasca Arqueologia*, é outro exemplo materialmente emblemático dos territórios negros paulistanos dos séculos XVIII e XIX. Os espaços sagrados das igrejas e seus sepultamentos configuram-se como suportes materiais da cultura e dos valores morais que ali foram depositados (PORTO, 2016).

As pontes também atraíam a população negra, lugar genuíno de passagem, era através delas que chegavam viajantes e mercadorias. Sobre as pontes passava o fluxo dos habitantes do município, das chácaras, freguesias rurais e dos pequenos núcleos de povoamento, estes que se dirigiam ou saíam do núcleo urbano central. Passavam por ali tropeiros, quitandeiras negras, escravizados e as lavadeiras que trabalhavam nos cursos d'água. As antigas pontes do Lorena, sobre o córrego do Anhangabaú e a do Ferrão, sobre o Tamanduateí, era onde se reuniam os negros para “jogos e danças”; eram a entrada e saída de São Paulo no século XIX (BERTIN, 2010, p.123-124; WISSENBACH, 1998, p.181).

Os espaços das fontes, bicas e chafarizes públicos e dos rios também cumpriam esse papel aglutinador da sociabilidade urbana da população negra, tanto dos escravizados quanto dos libertos. Os chafarizes eram para onde os negros se dirigiam para conversar e jogar capoeira, mas também era local de trabalho onde buscavam água ou lavavam roupas (ROLNIK, 1997, p.63). Em 1893, a remoção do chafariz localizado no Largo do Rosário e ali instalado desde 1874 foi motivo de uma revolta popular reprimida pela força pública (ROLNIK, 1997, p.67). Em torno dos chafarizes eram condensados trabalho e lazer de uma forma que quase era imperceptível essa divisão. As mulheres negras que realizavam trabalhos domésticos iam buscar água no chafariz da Misericórdia, no do Miguel Carlos ou mesmo nas bicas da Rua do Príncipe. Em determinados horários, como ao meio-dia e às seis horas da tarde, o movimento aumentava bastante e integravam-se outros tipos sociais para além do negro africano (WISSENBACH, 1998, p.183).

Esses lugares eram nós de um território maior, composto por múltiplos pontos de conexão. Formavam uma rede em torno das casas das elites econômicas da cidade. Os

território negros paulistanos eram formados no século XIX pelas regiões do Sul da Sé, Paredão do Piques, Bica do Largo do Carmo, Várzea do Carmo, Tanque do Zuniga, Mercado do Acu e o Largo do Rosário (ROLNIK, 1997, p.63). A constituição desses espaços urbanos relacionava-se à resistência, já que nesses lugares e em sua monumentalidade estavam suas práticas sociais e culturais (BERTIN, 2010, p.129).

Os sambas e os batuques ajudavam intrinsecamente na formação dos espaços associativos dos territórios negros, acabando por assumir um caráter político, principalmente na segunda metade do século XIX, com a ascensão do abolicionismo. Era uma maneira de construir no seio da sociedade colonial uma nova vida social, com novas convivências, relacionamentos e formando novos sistemas de parentescos não consanguíneos. O “batuco” era uma dança praticada pelos grupos angolanos Ambriz, Congo e pelos falantes da língua *bunda* nas redondezas de Luanda (MATTOS, 2006, p.174). Teria sido essa a origem do batuque brasileiro, possuindo semelhanças rituais, como na hora da dança a disposição dos participantes em círculo e com alguns em pares ou sozinhos, que se dirigem ao centro da roda, trocam de casais e seguem a cadência do ritmo através de cantos e das palmas. Há uma clara continuidade entre a musicalidade angolana com a brasileira, parceria que começou entre 1820 e 1860, com a grande chegada de africanos centro-ocidentais ao Brasil (MATTOS, 2006, p.174). O batuque estava associado ao universo religioso, através da dança os fiéis entravam em contato com o sagrado. O catolicismo negro da África Ocidental manteve as festas da dança no entorno das igrejas (MATTOS, 2006).

Outra prática conhecida e que favorecia a constituição dos territórios negros era a capoeira, que tem suas origens na Bacia do Rio Zaire, no norte de Angola e na atual República Democrática do Congo, segundo Regiane Augusto Mattos (2006, p.185). Para a pesquisadora, o batuque e a capoeira fomentaram a sociabilidade negra em São Paulo e possuíam uma característica comum: ainda que fosse um espaço aberto à participação de qualquer um nas rodas de batuque e de capoeira, estas eram instituições que não perderam a identidade africana, elas eram (e ainda são) afro-centradas. As capoeiras e os batuques enquanto lugares de encontro para a afirmação e solidariedade entre membros de um mesmo grupo, eram espaços de sociabilidade e ao mesmo tempo, de construção de identidades. Sendo as identidades étnicas fluídas e não diretamente relacionadas aos aspectos culturais (BARTH, 1998), foram formadas novas etnicidades africanas no contexto colonial da escravidão nas Américas, porém isso não excluiu a

permanência de crenças, posturas, cosmovisões e experiências da herança cultural africana (MATTOS, 2006, p.174-185).

Em relação à cidade de São Paulo compreendida aqui como um grande sítio arqueológico (CRESSEY, 1978), a entendemos também como um “documento histórico vivo e vivido, possuindo materialidades que para cada época reflete vivências específicas” (PORTO, 2016, p.141). Dessa forma, fazemos uso da concepção de território de Milton Santos (1996), compreendido como parte de um todo maior, o espaço, o território seria a “negação da natureza”. Ele é definido historicamente pela materialidade humana e por esse motivo os objetos possuem influência direta no seu uso, havendo porções de território em ações, normas, agentes, ritmos e heterogeneidades. O passado do negro paulistano se encontra em seus antigos territórios, formado pelas arquiteturas coloniais ocupadas, como os casarões do século XVIII, chafarizes, pontes, largos, igrejas, ruas, mercados e cemitérios.

CAPÍTULO 2. A CIDADE COMO ARTEFATO

2.1 Formação e Localização do Sítio Urbano Paulistano

A singularidade de São Paulo se encontra em seu mosaico de colinas, terraços fluviais e planícies inundáveis relativas ao Planalto Atlântico Brasileiro. A aglomeração urbana paulistana se justapõe à bacia sedimentar do Alto Tietê, conhecida como Bacia São Paulo. No século XX esse sítio paulistano, entendido geograficamente como a pequena parte do relevo onde se localiza o organismo urbano, se estenderá da Cantareira até os limites da Serra do Mar, englobando parte da bacia hidrográfica do Alto Tietê. O relevo urbano mais antigo de São Paulo está restrito ao sistema de colinas e terraços no ângulo da confluência entre os rios Tietê e Pinheiros. Esse sistema de colinas influenciará profundamente a expansão e o arranjo do sistema viário paulistano. Em São Paulo as colinas tiveram preferência para a formação do “habitat urbano” em todos os períodos históricos, o que acabou caracterizando a sua paisagem, por isso ocorrem na cidade tantas escadarias, ladeiras, viadutos, galerias e túneis (AB’SABER, 2007).

A ocupação original de São Paulo ocorreu na elevação conhecida como “espigão central”, onde se instalaram os jesuítas no século XVI e para onde a cidade vai crescer e se expandir a partir do século XIX. Os rios que nessa região confluem, o Tamanduateí e o Anhangabaú, compõem a rede hidrográfica relacionada à margem esquerda do seu tronco principal, o Tietê. Esses dois cursos d’água são os responsáveis por esculpir o relevo da região central de São Paulo, criando vales que se impõem na paisagem urbana. Essa geografia possuía as melhores condições para a formação de um assentamento colonial (PRADO, 1983). O posicionamento favorável no meio do caminho entre o litoral e o planalto levará o pequeno núcleo jesuítico a se tornar o maior ao sul da colônia. Em 1560 Mem de Sá, terceiro governador-geral, após conhecer os Campos de Piratininga, decide que São Paulo reuniria as melhores condições e transfere o núcleo colonizador, que antes estava localizado em Santo André da Borda do Campo, a primeira vila fora do litoral brasileiro. Esse primeiro núcleo urbano do planalto acabou perecendo perante ataques de indígenas e a falta de curso d’água nas proximidades. Historiadores viram no prestígio administrativo e político dos jesuítas o principal motivo para a transferência da sede para São Paulo, porém Caio Prado Jr. destaca que existe outro fator a ser considerado: a condição geográfica favorável à instalação de um núcleo administrativo. O relevo escolhido era uma colina, alta, que oferecia proteção

aos ataques de indígenas e estava inserida numa rede hidrográfica que forneceria alimento, água e meios de transportes aos seus futuros habitantes (PRADO, 1983).

Por ordem da coroa as cidades portuguesas seguiam o modelo de instalação urbana peninsular, onde as principais diretrizes dessa urbanização eram as proximidades com as fontes de recursos no ambiente tropical, como a presença de mata densa para extração de madeira destinada às construções, além da informalidade da formação urbana. Essa espontaneidade na formação do núcleo urbano ocorria devido à distância, que dificultava a aplicação das leis metropolitanas (ETCHEVARNE, 2011). A urbanização portuguesa também foi condicionada pelos sistemas defensivos de muralha e fortificações, tendo São Paulo nos séculos XVI e XVII suas próprias muralhas medievais (BRUNO, 1954). Essas muralhas podem ter determinado o traçado de ruas e vias do triângulo histórico paulistano (TOLEDO, 1983).

As cidades luso-brasileiras eram multiculturais, onde existiam espaços de convivência entre as populações portuguesas, indígenas e populações africanas de diversas origens (ETCHEVARNE, 2011). São Paulo se encaixa em muitos desses aspectos, mas também possui suas particularidades. Carlos Etchevarne destaca a predominância negra africana nas cidades luso-brasileira, mas São Paulo, devido aos ciclos econômicos não ligados à produção de açúcar, contará com a presença significativa de negros africanos apenas a partir do século XIX (MOURA, 1988), período cronológico relativo à nossa pesquisa.

2.2 A Dinâmica Material da Cidade

Segundo Pedro Paulo Funari (2008) a arqueologia das cidades na América portuguesa não se desenvolveu mais rápido devido a concepção ideológica brasileira de progresso e Modernidade, evidenciadas na destruição material das cidades. O pensamento nacional posto na bandeira republicana tem se colocado de maneira geral contra tudo o que é antigo, atribuindo quase nenhum valor às coisas do passado. O país da ordem e progresso, na busca utópica pela Modernidade considera tudo que é novo melhor do que o velho. É dessa forma que a destruição do patrimônio arqueológico e arquitetônico se torna realidade comum em nossa sociedade. Brasília seria o mais perfeito exemplo da utopia brasileira de progresso, uma capital praticamente quase sem passado (FUNARI, 2008). Para Rafael de Abreu Souza o patrimônio arqueológico corre mais perigo nas cidades, já que além da efervescência das transformações, temos uma

legislação falha e poucos arqueólogos que busquem integrar essa empreitada para além da arqueologia por contrato. Essa destruição poderia diminuir com a arqueologia assumindo um papel político mais ativo, tecendo propostas para transformar a realidade através da participação política local, fomentando planejamentos sustentáveis e planos de manejo (SOUZA, 2014).

Pedro Paulo Funari (2008) interpreta São Paulo como uma metrópole que cresceu muito rápido e de forma desordenada no século XX, tornando-se um grande exemplo de desprezo pela memória material. Em sua evolução urbana tudo o que era remanescente e antigo sofreu constantes degradações físicas e ideológicas, para que novos edifícios fizessem surgir uma nova cidade; os marcos históricos paulistanos mais conhecidos são a Catedral da Sé e o Ibirapuera, este último um parque modernista dos anos 1950. Os palácios de governo municipal e estadual são prédios recentes, assim como o da Assembleia Legislativa.

A Avenida Paulista, símbolo da cidade, sofreu drásticas alterações urbanísticas até os anos 1970. Sua aparência bucólica do início do século XX, com grandes casarões e um magnífico mirante da paisagem, o antigo Belvedere-Trianon, foi destruída para dar lugar à sede de multinacionais, bancos e do MASP (Museu de Arte de São Paulo). Na virada do século XIX para o XX a cidade sofreu profundas mudanças urbanísticas que tentavam domar a natureza, alterando os cursos dos rios e, posteriormente, construindo-se diversas pontes, viadutos e túneis. Dentro dessa realidade o interesse histórico acabou por se tornar isolado e restrito aos prédios que contavam a história das elites. Por esse motivo, a arqueologia histórica brasileira teria se desenvolvido tão tardiamente, limitando-se muitas vezes a recolher artefatos escavados por máquinas em obras urbanas (FUNARI, 2008).

Os processos de formação do registro arqueológico de São Paulo foram e são bastante intensos. No nosso entendimento da arqueologia urbana não faz sentido o uso de noções como “materiais descontextualizados” (SOUZA, 2014), já que todos os artefatos urbanos fazem parte de um contexto maior, que é a própria cidade, compreendida como um único sítio arqueológico (CRESSEY, 1978). Ao utilizar essa noção de que existem “materiais descontextualizados”, podemos estar desconsiderando os processos de formações culturais e naturais desse imenso registro arqueológico que é o meio urbano (SOUZA, 2014).

A estratigrafia dos sítios históricos urbanos, reocupados várias vezes, é particularmente caracterizada pelos aterros. O crescimento desordenado da metrópole no século XX foi a causa de alterações na topografia original da cidade, cobrindo com uma grossa camada de aterro e concreto a materialidade urbana do passado paulistano (JULIANI, 1996). A realidade do meio urbano é a das transformações, da destruição, da remoção e da “limpeza” do antigo (SOUZA, 2010). Os aterros, com suas sucessivas camadas de entulho e outros materiais que compõem o solo da cidade, possuem importância para o entendimento arqueológico do urbano. Assumimos esse posicionamento apenas quando concebemos a cidade como um grande contexto arqueológico em constante transformação e renovação, quando assumimos uma arqueologia da cidade (STASKI, 1982). A constante refundação de São Paulo gerou aterros complexos e isso tem haver com aspectos simbólicos e ideológicos, tal como a concepção de progresso e Modernidade assumida por nossa sociedade (SOUZA, 2014).

Devemos pensar sim na dinâmica material e nos processos de formação arqueológica da metrópole, suas destruições e reconstruções, descarte e reúso de materiais, mas para além das motivações ideológicas e simbólicas, destacamos as motivações históricas e econômicas que determinaram o ritmo dessas destruições, assim como suas consequências para a memória paulistana.

Nas últimas décadas do século XIX a crise econômica gerada no período da Guerra do Paraguai teria estimulado as elites paulistanas a tirar dinheiro dos bancos e a investir na aquisição de terrenos e na construção de prédios (PRADO, 1960). Esse fato levou à destruição da antiga cidade de taipa para a construção de chalés de influência arquitetônica europeias na passagem do século XIX para o XX. A antiga arquitetura colonial de influência portuguesa, indígena e africana, foi substituída por chalés, solares e sobrados de inspiração italiana, suíça, alemã, inglesa, entre outras de origem europeia. A passagem do século foi marcada por grandes destruições e demolições urbanas e por novas construções na cidade e em seu entorno (BRUNO, 1954).

O poder público teve um papel ativo nesse processo de desconstrução material da cidade. Influenciado pelos ideais dos cafeicultores, buscava europeizar a metrópole do café. Essas transformações na São Paulo dos finais do século XIX tem início sob o governo de João Teodoro, segundo o urbanista Benedito Lima de Toledo na obra *São Paulo: três cidades em um século* (1983). João Teodoro foi pioneiro em querer

higienizar e revitalizar as áreas de várzea em 1875, acabando com os terrenos miasmáticos e poluídos, como era a região do Tamanduateí, próximo à Várzea do Carmo e do antigo Mercado da 25 de Março (TOLEDO, 1983, p.70). Nesse período, afirma o historiador Ernani Bruno (1954), nem mesmos as edificações religiosas serão poupadas da destruição, com destaque às profundas modificações e demolições do Convento São Francisco e da primeira Igreja da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos.

Os antigos casarões coloniais do século XVIII, que nos finais do XIX estavam abandonados e serviam como moradia popular, se tornaram um dos principais alvos do interesse do poder público. A economia do café, que estimulava a imigração para São Paulo e um aburguesamento da cidade, foi o grande combustível da sua destruição material. Os novos bairros que surgiam para além do triângulo histórico na passagem do século XIX para o XX, passaram a ter uma aparência italiana, como vemos na Santa Efigênia, Vila Buarque, Santa Cecília, Bixiga, entre outros. A cidade que contava com cerca de três mil prédios em 1875, em 1886 contará com cerca de sete mil edificações. Com a abolição, não apenas a população negra, mas também muitos fazendeiros buscaram a cidade como novo lugar de moradia, fator que contribuiu com esse processo de demolição e reconstrução urbana. Essa realidade levou São Paulo a ter uma paisagem heterogênea, mosaica e não harmoniosa, com as edificações carregando novas etnicidades em suas arquiteturas. No final do século XIX, quase já não havia mais as edificações de taipa do período colonial (BRUNO, 1954).

Para a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, os altos e baixos da economia cafeeira eram a grande motivação para o investimento em imóveis urbanos no início do século XX. A hipoteca no ano de 1900 passou a ser aceita por parte dos bancos para a realização de empréstimos aos cafeicultores. Os imóveis urbanos acabavam servindo como estratégia de diversificação dos investimentos, já que em 1902 os baixos preços do café no mercado internacional estimulavam o investimento nos imóveis (ROLNIK, 1989, p.25). O setor imobiliário era considerado um dos investimentos mais seguros no país, fazendo dos terrenos urbanos uma reserva de valor historicamente estratégica. Por isso toda legislação urbanística que interfira no potencial de valorização dos terrenos urbanos, acaba chamando atenção por ser uma reserva de investimentos em épocas de crise (ROLNIK, 1997, p.25).

Em 1913 foi demolido um edifício de três andares na esquina da Rua São Bento com a Ladeira do Acu, datado de 1814, e que representava a arquitetura do início da economia do café nos primórdios do século XIX. Ele contrastava com outras casas da região. Nessa mesma época também foram derrubadas outras edificações antigas, como o Convento Jesuítico do Pátio do Colégio em 1908, para dar lugar ao palácio do governo, levando à destruição boa parte da antiga construção que restava da época da fundação da cidade. Fatores naturais também favoreceram a demolição no Pátio do Colégio, como uma tempestade ocorrida em 13 de março de 1896, que derrubou a parede de taipa e o telhado, levando em seguida à sua ruína. A justificativa para a remoção da antiga cidade era o “aprimoramento”, que se baseava na expectativa de conforto para os habitantes enriquecidos pelo café. Em uma cidade onde boa parte dos empreiteiros, construtores, pedreiros e mestres de obras eram imigrantes italianos, inevitavelmente iria adquirir um aspecto mediterrânico, que conforme o viajante Ferruccio Mácola afirma em seu livro *L’Europa ala Conquista dell’América Latina* em 1894, São Paulo aparentava carregar a arquitetura comum às cidades italianas de província (BRUNO, 1954).

Benedito Lima de Toledo (1983) considera que São Paulo pode ser entendida como um *palimpsesto*, um grande pergaminho onde a escrita é de tempos em tempos raspada, para receber, normalmente, uma nova com qualidade literária inferior. São Paulo é uma cidade que foi destruída e reconstruída duas vezes em menos de um século. Foi capaz de gerar belos parques, como o antigo Parque do Anhangabaú e belas avenidas, como a bucólica Avenida Paulista do início dos anos 1900, para destruí-los em tão pouco tempo apenas por imediatismo. Na economia do café, com a chegada da ferrovia começou o loteamento das antigas chácaras no entorno da cidade, levando São Paulo à sua “segunda fundação”, conforme a expressão utilizada pelo arquiteto Eurípedes Simões de Paula e utilizada por Benedito Lima de Toledo (TOLEDO, 1983, p.67-68).

A metrópole do café que surge nos finais do século XIX sobre a antiga cidade colonial, durou até os anos 1940 quando foi novamente destruída. O desmonte da “segunda cidade” nos anos 1940 se deu devido à necessidade de uma melhor infraestrutura, onde eram deficientes os serviços de telefonia, correio e transporte, o que acabava desestimulando o surgimento de novos centros alternativos para a expansão do centro comercial. Os edifícios da época do café foram aos poucos sendo demolidos e

substituídos por novas edificações que aproveitavam melhor o solo. Aos poucos a cidade fez desaparecer os aspectos materiais de sua evolução urbana, em um processo que ainda permanece em curso. Segundo Benedito Lima de Toledo, em São Paulo construía-se “em cima” e não “ao lado”, comportamento este que fez surgir no meio do século XX a terceira cidade (TOLEDO, 1968, p.105). No urbanismo é muito raro o fenômeno onde uma cidade foi destruída e reconstruída duas vezes sobre o mesmo assentamento e em menos de um século (TOLEDO, 1986, p.141).

Como afirma Raquel Rolnik em sua tese (1997), a história do centro de São Paulo na virada do século XIX para o XX foi de demolições e segregação espacial, em destaque para os territórios da população negra que constantemente na história da cidade foram removidos por um poder público dominado por interesses econômicos. A Legislação Municipal nos finais do século XIX favorecia essas remodelações urbanas, redesenhando as ruas centrais e procurando expulsar as classes populares e suas habitações do centro, proibindo os cortiços através de uma burocracia exigente. Na gestão de Antônio Prado (1899-1911), a região central foi alvo dos empreendimentos dos Planos de Melhoramentos da Capital. Para além de melhorias urbanísticas, a legislação buscava perseguir e expulsar as classes populares de seus espaços, não passava de um código de leis excludente (ROLNIK, 1997, p.37).

Foi nesse período de “reconquista” do centro que o antigo mercado municipal foi derrubado e toda vida social e materialidade arquitetônica da antiga Igreja da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi removida para a construção da Praça Antônio Prado. Segundo o depoimento de Raul Joviano do Amaral, tomado por Raquel Rolnik em sua pesquisa, foi em 1872 que a Câmara Municipal decidiu desapropriar os pequenos prédios e terrenos que serviam de cemitério, localizados ao lado da igreja, para o alargamento da Rua São Bento e da Rua do Rosário. Em 1903 a igreja foi desapropriada para o aumento da praça, sendo construída em seu lugar a sede do *First National City Bank* (ROLNIK, 1997, p.67). Para além do crescimento demográfico como grande motivador das transformações dos finais do século XIX, a redefinição territorial paulistana e o surgimento da segregação espacial urbana foi o elemento estruturador dos valores da especulação imobiliária e da forma política da disputa pelos espaços (ROLNIK, 1997, p.28).

Toda a preocupação higienista com a saúde pública do centro-velho era baseada na então teoria dos miasmas, que acreditava que os micróbios surgiam espontaneamente em materiais orgânicos em decomposição. Junte-se a isso a concepção de que as doenças contagiosas ocorriam através da contaminação pelo ar, em locais de aglomeração. Pasteur em 1870 já havia derrubado a teoria dos miasmas, demonstrando que o contágio se dava pelo contato indireto entre as pessoas, através de objetos contaminados com secreções. A forma de combate utilizada era ineficaz e anacrônica para eliminar doenças contagiosas. Podemos dizer que o poder público baseado em uma teoria sanitaria ultrapassada continuou seu combate aos locais de habitação das classes populares, demonstrando que seu objetivo era removê-los. Relacionava-se não às questões verdadeiras de saúde pública, mas aos interesses econômicos de alguns. Essa intervenção tinha como objetivo o fim dos cortiços, locais de moradia da população negra paulistana (ROLNIK, 1997, p.42).

Através dos preços o território social foi delimitado, a própria legislação favorecia a segregação ao exigir padrões únicos de ocupação para determinadas áreas. Assim foi criado um muro invisível em São Paulo, gerando uma mercadoria apenas para poucos no mercado imobiliário. Junto com as fábricas químicas, matadouros, asilos e hospícios, a população mais carente de recursos e seus cortiços eram forçados a se estabelecer fora dos limites da cidade, na ilegalidade e sob constante tensão. Na legislação de 1886 estava delimitado quem vivia dentro da cidade e quem ficava do lado de fora (ROLNIK, 1997, p.47-48). A antiga muralha medieval de São Paulo aparentava ainda estar de pé, mas sob outras formas.

Para aqueles que desejavam fazer de São Paulo uma cidade com ares europeus, desmontar e apagar os territórios negros era imprescindível. As elites econômicas tomavam o espaço público para si, modificavam sua realidade material e os transformavam em fontes de lucro (ROLNIK, 1997, p.66). Em 1877 começa o processo de remoção simbólica e física dos territórios negros, gerando distúrbios nas ruas devido à tentativa de expulsão das quitandeiras do Largo do Palácio. Em 1893, ocorrem conflitos com a força pública nas ruas da cidade devido à remoção do chafariz instalado desde 1874, no antigo Largo da Igreja do Rosário (ROLNIK, 1997, p.67). Para Ulpiano Meneses, a cidade enquanto bem cultural possui uma dimensão material, tal como um artefato, dessa forma ela é produzida, fabricada, constituindo parte da natureza física apropriada socialmente. Esse artefato que é a cidade realiza-se apenas no interior das

relações estabelecidas entre as pessoas no campo de forças, onde se encontram conflitos sociais, econômicos, territoriais, culturais e políticos. A cidade seria um vetor desse campo de forças, reproduzindo suas estruturas sociais (MENESES, 2006).

2.3 *São Paulo em uma Perspectiva Global*

Edward Staski conceitua “cidade” como uma entidade sociopolítica que apresenta identificações com um ambiente urbanizado. Nesse mesmo sentido, ele diferencia a prática da “arqueologia na cidade”, que aplica qualquer questão teórica dentro do ambiente urbano, de uma “arqueologia da cidade”, voltada para levantar questões relativas à evolução desse ambiente urbano através do uso de métodos arqueológicos (STASKI, 1982). Por esse motivo, abraçando a ideia de uma arqueologia da cidade, temos as contas de vidro, e quaisquer outros materiais oriundos de contextos arqueológicos paulistanos, como testemunhos que contam a história de um artefato muito maior, que é a própria cidade.

Para Orser Jr. (1996), ao estudar o cotidiano de sociedades passadas, o foco da arqueologia é a análise dos artefatos. Porém os objetos não falam, estão em silêncio e é papel da arqueologia fazê-los falar. Para interpretar esse silêncio, devemos nos debruçar sobre as conexões que esses artefatos mantinham com as populações que os produziram e os utilizavam. Pessoas e coisas estão inevitavelmente conectadas no curso da história humana; artefatos e pessoas estão entrelaçados em redes complexas de significados (ORSER, 1996).

De uma forma geral, a arqueologia histórica é um esforço de entendimento da natureza global da vida moderna. Por isso, para compreender São Paulo em uma escala maior, nos baseamos na teoria de rede aplicada à arqueologia, apresentada por Charles Orser Jr. no livro *A Historical Archaeology of the Modern World* (1996) e no artigo *A Teoria das Redes e a Arqueologia da História Moderna* (1999). Buscamos as interações do passado nas coisas, e também uma perspectiva global que nos ajude a compreender essas redes. Para Orser Jr. o estudo das redes demanda pesquisa em textos, já que estes documentam as antigas interações em larga-escala. Objetos físicos e documentos históricos estão intensamente ligados. Essas redes comerciais são de produtos manufaturados, alimentadas por hábitos de consumo e modas de épocas. Orser Jr. (1999) chama nossa atenção para a devida importância do entendimento das redes e das conexões materiais, sociais, culturais e econômicas que as mantinham. A rede na qual a

cidade de São Paulo se inseria nos finais do século XIX a conectava com outras áreas da província paulista, com outras regiões brasileiras e com diversas localidades do globo, integrando a metrópole do café, como um dos nós da grande teia globalizada do século XIX.

Entre os artefatos pertencentes aos depósitos de lixo com os quais trabalhamos, se encontram objetos que indicam antigas ligações internacionais de São Paulo, como as próprias contas de nossa pesquisa, apresentando possíveis origens mediterrâneas, africanas ou orientais, mas também nas faianças portuguesas e inglesas, na porcelana chinesa, em cachimbos de barro branco (caulim) de fabricação francesa, entre outros. Para a identificação das ligações da cidade na escala local-regional, seria importante comparações com a indústria cerâmica do Estado de São Paulo. Marcos André Torres de Souza em artigo publicado na coletânea *Objetos da Escravidão* (2013) indica a hipótese de que a produção e o comércio local de cachimbos e cerâmicas regionais paulistas estavam ligados aos centros produtores de São Sebastião e às olarias de Itu. O pesquisador acredita que essa indústria possa ter espalhado e distribuído seus recipientes cerâmicos de forma difusa para outras cidades e províncias durante os séculos XVIII e XIX (SOUZA, 2013).

2.4 Formação das Lixeiras na Área de Estudo.

Em São Paulo os primeiros três “covões” (aterros sanitários) para o depósito de lixo urbano, foram abertos nos finais do século XVIII, fora do perímetro urbano principal (BRUNO, 1954). Esse fato corresponde na metrópole ao modelo de Michael Schiffer, sobre a predominância de refugo secundário em áreas urbanas e a localização de áreas especializadas para o descarte de resíduos em comunidades com população significativa. Com o crescimento populacional no século XIX, novos covões serão abertos nas adjacências de São Paulo. Por outro lado, podemos utilizar a noção de ciclo-de-vida dos artefatos para explicar a materialidade do próprio sítio urbano de São Paulo e de suas edificações. Residências, prédios e outras construções após a vida útil são demolidas e seus restos muitas vezes reaproveitados como aterros urbanos (SCHIFFER 1972). Também é importante para a reflexão o modelo comportamental de Willian Rathje sobre o descarte⁷, para pensarmos o refugo material das edificações paulistanas, reutilizados como aterro e piso. Esse reaproveitamento material em aterros urbanos, tal

⁷ Descarte comum/Queima/Reutilização/Redução das fontes (RATHJE, 2001).

como ocorre em São Paulo, também observamos na reciclagem material de pedras das edificações maias e nos extensos estratos de Troia (RATHJE, 2001).

Os modelos comportamentais podem nos auxiliar a pensar e a criar inferências a respeito da localização das contas e miçangas nos contextos do triângulo histórico paulistano.

2.5 Contextos Arqueológicos

Nas páginas a seguir apresentaremos os dados relativos aos quatro sítios arqueológicos da região central de São Paulo. São contextos arqueológicos bastante comuns ao meio urbano, caracterizados como antigos depósitos de lixo coletivo e doméstico. O estudo baseou-se na análise dos relatórios de pesquisa e peças de acervos dos sítios Praça das Artes, Solar da Marquesa de Santos, Beco do Pinto e Casa n.01, pertencentes ao acervo do Centro de Arqueologia de São Paulo, órgão do Departamento do Patrimônio Histórico, ligado à Secretaria de Cultura de São Paulo.

Figura 8. Em vermelho, contextos arqueológicos pertencentes ou adjacentes à região do triângulo histórico paulistano, objetivo dos nossos estudos: 11-*Praça das Artes*; 12-*Casa n.º 1*; 13-*Beco do Pinto*; 14-*Solar da Marquesa de Santos*. Vértices do Triângulo Histórico: a- *Largo São Francisco*; b- *Mosteiro São Bento*; c- *Convento das Carmelitas*. Outros contextos arqueológicos da região central de São Paulo. 1- *Ramos de Azevedo*; 2- *João Teodoro*; 3- *Jardim da Luz*; 4- *Quartel da Luz*; 5- *Luz*; 6- *Quadra 90*; 7- *Senador Queiroz*; 8- *Florêncio de Abreu*; 9- *Praça da República*; 10- *Cemitério dos Aflitos*. Em azul, algumas ocorrências arqueológicas: 15- *Anhangabaú*; 16- *Dr. Falcão*; 17- *Puc/Consolação*. Fonte: Planta de 1881 da Cidade de São Paulo, Companhia Cantareira e Esgotos. Escala: 1:100.

2.5.1 PRAÇA DAS ARTES

A Praça das Artes está implantada no Vale do Anhangabaú, região central da capital paulista, formada pela Rua Formosa, Avenida São João, Rua Conselheiro Crispiniano e Praça Ramos de Azevedo. O sítio arqueológico foi datado entre os séculos século XIX e XX, porém há presença de objetos do século XVIII.

Figura 9. Áreas arqueológicas A, B e C. (SCIENTIA, 2012).

Descrição geral

A região do Vale do Anhangabaú é identificada como de elevado potencial arqueológico, já que vem sendo ocupada desde o século XVI. A área recebeu estruturas da colonização portuguesa, como calçamentos, canalização, aterramentos e construções desde o meio do século XVI; isso demonstra seu valor para arqueologia histórica da cidade de São Paulo. O sítio corresponde a um depósito coletivo de lixo relativo ao século XIX e início do XX que se encontrava em uma das encostas do Anhangabaú.

Esse aterro se localizava ao fundo dos quintais de algumas residências da antiga Rua São João no século XIX. A Praça das Artes possui uma área de aproximadamente 5.480 m² que, junto à área externa, totaliza aproximadamente 7.400 m² (SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2012).

Escavações

O sítio foi escavado pela equipe do *Projeto de Monitoramento e Resgate Arqueológico para a área destinada à implantação da Praça das Artes - Operação Urbana Centro, no Município de São Paulo*. As intervenções foram executadas pela empresa *Scientia Consultoria Científica Ltda*, tendo como coordenadora geral a Mestre em Arqueologia Maria do Carmo M. M. dos Santos; a operação de resgate foi coordenada por Anderson Barbosa Alves Pereira. As atividades de campo ocorreram entre novembro de 2009 a agosto de 2010, e resultaram na coleta de expressivo acervo de artefatos arqueológicos. Os trabalhos foram executados de forma escalonada e em momentos distintos para não comprometer o cronograma das obras. A segurança das atividades foi outro fator importante no cronograma, já que algumas áreas apresentavam riscos à integridade física das equipes; estes problemas foram equacionados antes da intervenção arqueológica. Os procedimentos para o resgate foram definidos por essa realidade, levando sua adequação às condições locais e à forma como os materiais estavam depositados no solo. No monitoramento foram identificados quatro locais contendo materiais arqueológicos: uma pequena estrutura de alvenaria e três áreas denominadas ‘A’, ‘B’ e ‘C’, com características mais expressivas e contendo fragmentos associados às principais classes de materiais estudadas pela arqueologia: louça, cerâmica, vidro, metal, resina e ossos, entre outros (SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2012).

Área A

Segundo os dados do relatório, essa área com 35 m² era composta por um estrato arqueológico preservado, apesar das ocupações que se sucederam no local. A estratigrafia arqueológica possuía cerca de 15 centímetros de espessura e se encontrava em uma profundidade que variava entre 10 e 30 centímetros, sem interrupções.

As características do local sugerem que se tratava de um contexto de deposição de resíduos, indicando originariamente uma área bem maior e que teve frações do solo suprimidas devido a intervenções. Foi possível identificar em todos os lados uma interrupção brusca do estrato, ocasionada pelo corte do solo para edificação de alicerces, paredes ou para rebaixar a cota do terreno.

Área B

A área arqueológica 'B' foi identificada na região posterior da Praça Monteiro Lobato e abrangia uma área aproximada de 310 m². Era um estrato arqueológico com 15 centímetros de espessura, de coloração marrom-escuro e contendo grande quantidade de artefatos, majoritariamente fragmentados, misturados com terra e grãos de carvão. Inicia-se no centro da praça na profundidade de 50 centímetros. Ela acompanha a inclinação natural do terreno em direção ao Vale do Anhangabaú, com a taxa média de declividade de 15 centímetros por metro. Próximo ao prédio do sindicato, a inclinação acentuava-se para 30 centímetros por metro, terminando com a profundidade de aproximadamente 5 metros.

Identificada a camada arqueológica, foi necessário definir sua área de alcance; para isso foram realizadas 10 sondagens, plotadas de 2 em 2 metros e alinhadas ao longo do talude, onde o estrato foi identificado. Os testes visavam encontrar a existência da camada arqueológica e, em caso positivo, sua profundidade; as sondagens eram finalizadas quando atingiam o solo escuro e arqueológico.

Já que após a camada arqueológica logo aparece o solo natural, a escavação ajudou a observar e sugerir que sua superfície teria sido retificada antes da deposição do estrato arqueológico. A camada superior começava diretamente com os sedimentos comuns aos horizontes pedológicos 'A' e 'B', sendo superficialmente plana e inclinada em direção ao vale.

Figura 10. (SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2012).

Aterro

São predominantemente formados por fragmentos de tijolos maciços, reboco de terra e cal, reboco com cimento, concreto, ladrilhos e cerâmicas hidráulicas, telha francesa e, em menor quantidade, telha colonial; esta era a composição dos sedimentos depositados acima da camada arqueológica. Os artefatos mais recentes estavam associados à segunda ou terceira década do século XX, sugerindo que o soterramento do local pode ter ocorrido nesse período. Não foi possível identificar se este entulho era originário do próprio entorno ou proveniente de outra região. Neste sentido, a principal constatação é que os fragmentos de telha e tijolos eram muito heterogêneos em termos de textura e cor. Para o relatório, disso nada se pode concluir das telhas, pois este é o seu comportamento em contextos daquela natureza. Entretanto, para os fragmentos de tijolos, sua diversidade poderia indicar vários fabricantes e que os mesmos vieram de edificações distintas. Estes artefatos não eram muito numerosos se comparados com a terra que os envolvia; a camada de aterro existente sobre o estrato arqueológico continha mais terra do que entulho. O aterro encontrava-se sobre a camada arqueológica e teria sido nivelado superficialmente, de forma que ao centro da Praça Monteiro Lobato possuía pouca profundidade e, no fundo da praça, junto ao edifício do sindicato, sua espessura possuía cerca de 5 metros.

Figura 11. Estratigrafia. Disposição dos sedimentos, Área B
(SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2012).

Área C

Como a área era pequena e possuía pouco material, foi realizado o resgate, chegando ao seu término ao se coletar todos os artefatos presentes *in situ*. Esta área correspondia a uma pequena faixa de solo disposta junto ao muro de divisa da Praça Monteiro Lobato. Estava localizada no mesmo nível que o da estratigrafia da Área Arqueológica 'B' em sua faixa inicial, sugerindo que originalmente compunham uma única camada de deposição. No local foram coletados os artefatos que se encontravam parcialmente expostos ou entremeados na fina faixa remanescente do estrato arqueológico original.

As escavações

A Área 'B' mostrou-se mais expressiva em termos qualitativos e quantitativos para os artefatos arqueológicos resgatados. Ela apresentou maior complexidade quanto à técnica de escavação adotada e à adequação do resgate arqueológico com o cronograma do empreendimento e a questões de segurança do trabalho.

Foi utilizada uma escavadeira hidráulica 45, que preparava a superfície acima da camada arqueológica para os trabalhos de escavação. Este equipamento apresenta boa precisão, podendo fazer cortes no solo com exatidão aproximada de 10 centímetros. Desta forma, optou-se como margem de segurança, extrair o solo sobreposto até cerca de 20 centímetros acima da camada arqueológica. A área escavada com este método foi coordenada por um dos arqueólogos presentes e a remoção do sedimento executada com a máquina em baixa velocidade, para que não ocorressem danos à camada arqueológica.

Após a remoção dos sedimentos sobre a camada arqueológica, foi retirada a camada remanescente através do uso de pás e enxadas até chegar à parte superior do estrato arqueológico. As quadras foram demarcadas de 2 em dois 2 metros, sendo a mesma metodologia adotada para a Área Arqueológica 'A'. A área foi previamente preparada e dividida em quadras que totalizaram 35 unidades, correspondendo a 140 m². Além destas 35 unidades, ao final foi feita a inclusão de mais 5 quadras, totalizando 40 unidades e 172 m² de área superficial.

Na segunda fase da escavação a área foi previamente preparada e dividida em quadras que totalizaram 22 unidades, correspondendo 88 m². Todas as Quadras apresentaram resultados positivos, com artefatos semelhantes aos identificados na Fase 1. Na Fase 3 procedeu-se à escavação em uma superfície mais inclinada e com maior profundidade. Ao todo foram escavadas 40 quadras, correspondendo a 140 m². Todas as quadras apresentaram-se positivas e contendo artefatos semelhantes aos identificados nas Fases 1 e 2.

Material Arqueológico

No total foram resgatados cerca 22.896 artefatos no sítio Praça das Artes. As informações abaixo estão de acordo com os índices materiais, separados pelas Áreas A e B (A Área C não apresentou significância quantitativa).

Figura 12. Quantificação material.

1) Área arqueológica A (percentual de artefatos por classe);

2) Área arqueológica B (percentual de artefatos por classe).

(SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2012).

Artefatos

Cerâmica Terracota:

Foram identificados 3212 artefatos (peças e fragmentos), 59 foram os fragmentos agrupados, colados e reconstituídos; peças inteiras: 1211 unidades. Desse total, 3155 eram recipientes, 22 cachimbos e 03 bonecas. Segundo os dados levantados no relatório, a maioria da cerâmica terracota possuía antiplástico mineral e foi produzida em técnica torneada (industrial), apresentando queima completa; em seguida vêm as cerâmicas regionais (ZANETTINI, 2005 apud SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2012), produzidas em técnicas de acordelamento e moldagem.

Louças (cerâmica branca):

Foram identificados 7230 artefatos, entre fragmentos e peças inteiras.

- a) Faiança: 82 artefatos ao todo; após colagem, 80 unidades. Consta a presença de malgas decoradas e sem decorações. As malgas estão associadas ao uso das classes populares ou da população rural (SOUZA, 2010, apud SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2012, p.179). Segundo o relatório, a presença de pratos, malgas e xícaras em faiança, por ser um material mais barato e de

qualidade inferior, provavelmente serviu para uso doméstico das classes populares, e de empregados ou crianças nas residências senhoriais.

- b) Faiança fina: 708 artefatos. Pela análise da faiança fina, a lixeira poderia ser usada para área de descarte de diversas unidades domésticas, ou foi formada pelo descarte de diferentes ocupações de uma mesma unidade doméstica, ou, na terceira hipótese, a lixeira não estava relacionada apenas à unidades domésticas, mas a algum local de comércio, hotelaria ou pensão. Locais onde a manipulação de recipientes parecidos seja maior do que no ambiente doméstico, onde a quebra e o descarte sejam frequentes. O número de recipientes era alto, assim como era alta também a taxa de variabilidade formal. Com a alta variabilidade morfológica e a baixa variabilidade volumétrica, de desenhos intraformais (com alta diversidade de formas e poucas diferenças dos tipos de uma mesma forma), é indicado que uma ação poderia ter sido diversas vezes repetida; o relatório chega à conclusão que não poderia ser apenas refugo doméstico, mas de unidade produtivas, institutos ou instituições.
- c) Grês: 16 artefatos; após colagem, 12 unidades.
- d) Grês branco (*Ironstone*): 35 artefatos; após colagem, 13 unidades.
- e) Porcelana: 52 artefatos, após colagem, 36 unidades.

Vidros:

Foram resgatados cerca 3390 artefatos de vidro, entre fragmentos e peças inteiras. Destes, 1606 foram descartados e 1784 eram amostras não diagnósticas.

Tabela 1. Distribuição da frequência dos vidros por função
(SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2012).

Função	Quantidade Total	
Garrafa	1380	77,4%
Frasco	206	11,5%
Copo	64	3,6%
Indefinido	38	2,1%
Pote (com encaixe para tampa)	26	1,5%
Taça	15	0,8%
Pires	14	0,8%
Tampa	11	0,6%
Bule	8	0,4%
Vidraça	6	0,3%
Bastonete	5	0,3%
Pote	5	0,3%
Xícara	2	0,1%
Bola de gude	1	0,1%
Jarra	1	0,1%
Miçanga	1	0,1%
Recipiente (indefinido)	1	0,1%
Total	1784	

Metais:

Foram analisados apenas qualitativamente. Não houve avaliação quantitativa devido ao estado de deterioração devido à oxidação. Abaixo (fig.13), tampa de embalagem de metal, para perfume ou creme facial, com a marca da indústria *Delletrez*, em relevo; origem francesa. À direita, botões feitos em latão e cobre, fabricados por estampagem e mecânica. Também foram identificados carcaças de abotoaduras metálicas (afixador de mangas de camisas e vestidos), fivelas em bronze para malas ou cintos, de origem parisiense conforme inscrição na haste central; também dedal de latão, conchas de colher de sopa feitas em processo de estampagem de cobre, casco de latão para peso de medida, chaves de ferro, cravos de aço, carcaças de fechadura em latão e rebites de bronze, utilizado em estruturas metálicas, guisos de latão e colchetes em bronze para fixação de roupas.

Figura 13. Objetos metálicos (SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2012)

Ossos:

Foram identificados 320 fragmentos; a maioria é relativa a animais de grande porte, como bovinos e mamíferos menores, como porcos. Foi identificado um fragmento ósseo relativo a uma ave; também foi identificado um artefato histórico produzido com material ósseo, apresentando furos, indicando ser um pente ou uma escova de dentes (Fig.14).

Figura 14. Material aparentando escova
(SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2012).

Materiais malacológicos:

Foram 18 amostras, com dois bivalves não identificados, 11 conchas de ostras (*Ostreidae*) e 3 conchas de gastrópodes não identificados, sendo associados a sua presença no sítio aos hábitos alimentares da população.

Observações

A análise dos materiais por parte do relatório é bastante reveladora. Ainda que a maior parte da cerâmica terracota fosse de produção industrial, realidade levantada pela grande presença de antiplásticos minerais e pela técnica de manufatura torneada, a cerâmica regional aparece em seguida, em menor quantidade, produzida em técnicas de acordelamento e moldagem. Na categoria faiança, cerâmica branca de qualidade inferior

e mais barata, foram identificados pratos, xícaras e malgas de provável uso das classes populares, ou destinadas a funcionários e crianças nas residências senhoriais. De acordo com a análise da faiança fina é plausível que a cultura material seja relativa ao descarte de duas ou mais ocupações na mesma quadra, sendo algumas de unidades domésticas e outras de edificações diversas, como pensões, comércios, instituições, estalagens, entre outras similares. A grande diversidade morfológica e a baixa diferença volumétrica e de desenhos intraformais, indicam que uma ação foi diversas vezes repetida, por um indivíduo ou um grupo. Por isso os pesquisadores concluíram que não poderia ser esse refugio apenas de origens domésticas, mas também de unidade maiores, produtivas, comerciais ou de instituições (SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2012).

O predomínio no total de louças brancas de decorações *standard* e a baixa frequência de malgas (de uso rural ou popular), com ou sem decorações florais e pintadas, levou a formação de duas hipóteses: 1) teria ocorrido uma rápida ocupação da elite rural que se transferia para a cidade no século XIX em um dos terrenos, o que gerou uma quantidade pequena de lixo, na proporção entre tempo e atividade; 2) no processo de formação dessa lixeira, ela poderia ter sofrido vários esvaziamentos ocasionais, levando aos objetos mais antigos a desaparecerem do registro, já que foram retirados. A cronologia da maior parte dos artefatos de louça branca identificou que foram produzidos no século XIX, com predomínio das marcas inglesas, seguidas das faianças finas francesas e holandesas. Porém, para o relatório da Praça das Artes/Quadra 27 existe uma distorção com as informações cronológicas escritas e arquitetônicas do sítio em relação às contidas nos materiais. As louças estão sendo consumidas quase que vinte anos após o fim da sua fabricação, enquadrando esse contexto no problema comum aos sítios históricos, onde há um descompasso entre cronologia e padrões de consumo, realidade que se repete em outros sítios arqueológicos paulistanos, como no Quadra 090 e no Florêncio de Abreu (SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2012).

De uma forma geral, tanto nos cachimbos de caulim, quanto nas cerâmicas brancas e também nos metais (fivelas de bronze, para malas ou cintos) são identificados frequentemente produtos de origem francesa. A presença de bonecas de porcelana importadas indicaria que o contexto da Praça das Artes era utilizado para o despejo de resíduos também pelas elites, recebendo lixo de diferentes moradias de classes sociais diversas.

No banco de dados da Praça das Artes foram identificadas 6 contas, sendo 5 de “resina” e 1 de vidro, as peças de numeração 12.198, 12.221, 12.384, 12.433, 12.432 e 3.848. Infelizmente no acervo só tivemos acesso a 3 dessas contas, as de numeração 12.198, 12.221, 12.384. Elas foram designadas no relatório como sendo de “resina”, e não de vidro, sua verdadeira matéria-prima. A seguir ilustramos a distribuição das contas na Área B, em associação com a localização dos cachimbos cerâmicos artesanais e fabris (fig.15). Acreditamos ser possível alguma interpretação a partir da associação entre esses dois tipos materiais. Desses 22 fragmentos de cachimbos cerâmicos resgatados no local, 11 lembravam decoração barroca, mais rebuscada, 6 eram vernaculares, sem decoração e 5 antropomórficos, 14 eram cachimbos feitos em moldes, observados através das marcas deixadas; não foi possível identificar a técnica de confecção de 3 fragmentos. Em um fragmento de tubo está gravado em alto relevo o nome da marca francesa *Gambier* e sua procedência, *Paris*; a *Gambier* foi a maior produtora de cachimbos no mundo, presente entre 1850 e 1920 em diversos países. Todos os cachimbos da Praça das Artes apresentam marcas de uso e a presença deles evidencia o consumo de tabaco na região, ou de outros tipos de fumo, tal como os cachimbos de pequenas dimensões diz sobre o possível uso de substâncias concentradas, provavelmente alucinógenas, sugere o relatório (SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2012).

Distribuição das contas de vidro e cachimbos na Área B, Sítio Praça das Artes.

Figura 15. Localização de contas e cachimbos na Área Arqueológica B da Praça das Artes. 1. Conta chevron verde, peça 12.364; 2. Conta vermelha e branca, peça 12.198; 3. Conta vermelha e branca, peça 12.221.; 4. Nesse quadrante foram identificadas duas contas (não localizadas no acervo), são as peças 12.433 (preta) e 12.432 (azul), menores que 2 cm ; 5. Conta de vidro peça 3.848 (não localizada no acervo), transparente e medindo entre 2 e 5 cm; 6. Cachimbo de barro branco (caulim), de procedência europeia, decoração com rosto caucasiano no forninho, peça 12.496; 7. Cachimbo vernacular, peça 12.485; 8. Cachimbo feito em molde, forninho decorado, peça 12.475; 9. Fragmento de cachimbo feito em molde e com enfeites, peça 12.476.; 10. Cachimbo vernacular, peça 12.486; 11. Fragmento de cachimbo feito com barro branco, decorado, peça 12.493. 12. Cachimbo feito em molde, forninho decorado, peça 12.480; 13. Fragmento de cachimbo de barro-branco (caulim) , decoração rosto, peça 14.495 ; 14. Cachimbo feito em molde, de tamanho diminuto (2 cm), para provável uso de fumo concentrado alucinógeno, peça 12.479. 15. Peça 12.382. Objeto alongado, com perfuração e de cerâmica branca (caulim), provável filtro de cachimbo importado. Todos esses artefatos foram identificados na camada arqueológica (SCIENTIA, 2012).

2.5.2 SOLAR DA MARQUESA DE SANTOS

O solar se localiza na Rua Roberto Simonsen, número 136A (antigo nº 03). O sítio encontra-se próximo ao Pátio do Colégio, vizinho ao Beco do Pinto, na antiga colina da fundação de São Paulo, compõe um conjunto arquitetônico remanescente do traçado barroco do século XVIII de São Paulo. Ele é datado entre os séculos XVIII e XIX.

Mapa

Figura 16. Localização. 1-Casa 01; 2-Beco do Pinto;

3-Solar da Marquesa; 4-Igreja, 5-Pátio do Colégio (fonte: DPH-SMC, 1994)

Descrição geral

O Solar da Marquesa de Santos é um dos últimos exemplares da arquitetura colonial na cidade de São Paulo. É formada por duas casas de taipa de pilão que, em 1834, foram fundidas numa só residência. Nesse mesmo ano a casa passou a ser de propriedade da Marquesa de Santos. Segundo Lemos (1968), o Brigadeiro Joaquim José Pinto de Moraes adquiriu a residência em 1802. Após um vasto levantamento chegou-se a conclusão que o proprietário anterior possuía o imóvel desde 1712, o que não quer dizer que a construção seja dessa data. Para o pesquisador ela pode ser da segunda

metade do século XVIII, conforme suas envasaduras de vergas curvas (LEMOS, 1968). Em 1834, a filha do Brigadeiro, Dona Maria da Anunciação de Moraes Lara Gavião vende a casa à Domitila de Casto Canto e Melo, a Marquesa de Santos, que passa a utiliza-la como moradia.

Em 1880 é arrematada pela Cúria Metropolitana e se torna palácio episcopal. Em 1909 o prédio é adquirido através de compra pela Companhia de Gás. Para Carlos A. C. Lemos (1968) esta é a última construção residencial urbana do século XVIII que restou em São Paulo, já que as casas bandeirantistas existentes no entorno da cidade foram absorvidas pelo crescimento urbano. A residência formada pela junção das duas casas de taipa em 1834 a partir dessa data passa a sofrer interferências esporádicas em sua arquitetura (ANDREATTA; JULIANI, CAMPOS; 1991). É provável que a Marquesa de Santos tenha sido a responsável pela reforma que deu a cara neoclássica do século XIX à residência. A casa sofreu intensas modificações relacionadas às reformas, acréscimos e demolições desde sua construção, sendo a última mudança substancial no ano de 1935 (LEMOS, 1968).

As duas primeiras etapas de escavações arqueológicas levadas por Margarida D. Andreatta buscaram enriquecer o quadro histórico do imóvel, como a identificação de ocupações sucessivas, alterações da planta original, o uso de cômodos, entre outros (ANDREATTA; JULIANI, CAMPOS; 1991). Porém nos concentramos na terceira etapa das escavações em nossos estudos, por ter apresentado contas de vidro e orgânicas. Esse contexto se localiza no antigo reservatório de água, ladeira abaixo, no fim do quintal, à cerca de 40 metros da parte principal do Solar. Segundo Paula Nishida, essa área contém solo arenosos acinzentado, característico de áreas alagadiças, relacionado à Várzea do Carmo; ao mesmo tempo o contexto arqueológico adjacente, o Beco do Pinto, e a historiografia da cidade, conforme já foi discutido no capítulo 1, indicam que o lugar era um antigo “lixão” urbano relativo ao século XIX. A Várzea do Carmo também era uma região com constante presença popular, com destaque aos negros. No processo de formação do sítio, é provável que o solo ali depositado tenha sido deslocado no momento da abertura da atual Rua Dr. Bittencourt Rodrigues, entre as décadas de 1910 e 1920 do século XX.

Escavações

A primeira etapa das escavações ocorreu em 1986 e foi realizada pelo Projeto de Restauração da Seção Técnica de Projetos de Restauro e Conservação do DPH-SC-PMSP (Departamento do Patrimônio Histórico, órgão da Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo). As atividades na casa tiveram como objetivo fornecer dados para o restauro e a preservação do imóvel, somado às informações históricas e arquitetônicas. A segunda intervenção ocorre em 1991 na execução das atividades da obra de restauro, através de um programa de colaboração entre o DPH-SC/PMSP e o Museu Paulista/USP. Nas duas primeiras etapas Margarida Dias Andreatta foi a coordenadora. A terceira etapa aconteceu em 2009, sob a coordenação de Paula Nishida, arqueóloga do CASP/DPH (Centro de Arqueologia de São Paulo/Secretaria da Cultura) e ainda encontra-se sem um relatório finalizado.

Figura 17. Pátio interno do Solar da Marquesa de Santos.

(fonte: ANDREATTA, et al, 1986-1991).

Conforme a documentação consultada, intitulada *Intervenção Arqueológica na Casa da Marquesa de Santos, Sé – São Paulo* (1986-1991), na primeira e na segunda etapa foram abertas trincheiras e cortes estratigráficos na área interna da casa, além de decapagens em níveis naturais que permitiram observar cada fase do edifício, relacionando-as com as estruturas evidenciadas. Junto à prospecção arquitetônica,

convergências entre a arquitetura e a arqueologia foram identificadas, como soleiras e vãos originais, divisórias internas, técnicas construtivas, pisos, entre outras evidências.

Os pontos internos escavados nos cômodos revelaram uma estratigrafia fragmentada onde aparecem camadas de entulho próximas aos 50 centímetros de profundidade em algumas das sondagens, mas com variações de profundidade ocasionais. A taipa de pilão também está muito presente no subsolo junto a objetos como fragmentos de telhas e tijolos, louça, cerâmica regional, vidros, ossos, porcelanas, grês e metais que falam da história da casa e de seu cotidiano. Apesar das pesquisas dialogarem com a arquitetura da residência e a história das sucessivas ocupações, o uso dos cômodos, alterações das plantas, entre outros aspectos, também podemos extrair dos estudos da Margarita D. Andreatta um exemplo da dinâmica de formação dos contextos estratigráficos urbanos. Através dos aterros e seus entulhos podemos contar a história material da cidade demolida e constantemente reformada. A caracterização estratigráfica exemplificada nos aterros do Solar da Marquesa pode ter sido uma constante no subsolo paulistano após a primeira destruição da cidade, nos finais do século XIX (ANDREATTA; JULIANI; CAMPOS, 1986-1991).

Diferentemente das duas primeiras etapas, as escavações de 2009 foram realizadas em áreas mais distantes do Solar, especificamente num antigo reservatório da residência. O sítio se localizava na média para a baixa vertente do morro do Pátio do Colégio, no cruzamento do Beco do Pinto com a Rua Dr. Bittencourt Rodrigues. Também foram identificadas estruturas de um muro a 2,2 metros de profundidade, paralelo ao Beco do Pinto. Os trabalhos organizados por Paula Nishida em 2009 indicaram uma estratigrafia tipicamente urbana, com uma camada de aterro de aproximadamente um metro de profundidade, relacionada às obras ocorridas a partir de 1860 na própria residência e finalizadas em 1935, segundo Lemos (1968). Após o aterro começa o sedimento arenoso, cinza, provavelmente associado à várzea do Tamanduateí. É nessa camada onde aparecem os materiais arqueológicos, chegando até 3 metros de profundidade. A terceira etapa encontra-se em processo de finalização dos relatórios. Essas informações foram passadas através de conversas com Paula Nishida, em julho e agosto de 2017.

Material Arqueológico

Foram identificados no total 3.399 artefatos, abaixo elencamos os principais tipos de *artefatos*.

Tabela 2: Dados da Primeira e Segunda Etapa.

Ocorrência de material arqueológico

(ANDREATTA; JULIANI; CAMPOS, 1986-1991)

Material	Quantidade	Material	Quantidade
Louças	326 (9,59 %)	Argamassas	09 (0,26%)
Vidros	374 (11%)	Azulejos	47 (1,38%)
Cerâmicas	1539 (45,28%)	Sementes	01 (0,3%)
Metal	250 (7,35%)	Lítico	44 (1,29%)
Telha	200 (5,88%)	Couro	07 (0,21%)
Ossos	500 (14,71%)	-	-
Madeira	70 (2,06%)	-	-
Valvas	32 (0,94%)	-	-

Dentre os 14 cômodos escavados, os que mais apresentaram evidências materiais foram os cômodos 02 (35,33%) e 05 (24,24%). Quanto a terceira etapa, os relatórios, como já se dito, estão sendo elaborados.

Observações

Não tivemos acesso a todo material relativo às três etapas, apenas aos relatórios, que já nos revelam a importância deste contexto estratigráfico para compor uma interpretação a respeito dos aterros urbanos paulistanos. Apesar do relatório da terceira etapa ainda se encontrar em processo de finalização, todo material já foi triado e todas as contas que apareceram nesse contexto foram devidamente registradas em nossos estudos, com a possibilidade de uma ou outra ter se perdido. As contas do Solar da Marquesa de Santos, resgatadas por Paula Nishida, foram localizadas contextualmente (Fig.18). Esses dados foram ilustrados conforme as informações contidas nas fichas dos

objetos e em croquis repassados pela Dr. Paula Nishida em julho e agosto de 2017. Ao todo foram registradas no Solar da Marquesa de Santos 20 contas, sendo 14 de vidro ou massa vítrea e 6 de material orgânico (provavelmente ósseo). Observamos que as contas são similares e correspondentes às identificadas em outros contextos de diáspora africana do século XVIII e XIX, tal como no Cais do Valongo, Rio de Janeiro (BRITO, 2015).

Figura 18. Distribuição das 20 contas no contexto do reservatório do Solar da Marquesa de Santos. A falta de informações contextuais e sobre outros artefatos dificulta qualquer interpretação.

2.5.3 BECO DO PINTO

Localizado na Rua Roberto Simonsen, s/n, Centro, São Paulo-SP, entre a Casa nº.1 (atual Casa da Imagem) e o Solar da Marquesa de Santos. A grande presença de cacos de faiança portuguesa do século XVII e porcelanas chinesas dos séculos XVII e XVIII, indicam o estabelecimento da passagem para o Tamanduateí desde os primórdios do município, no século XVI.

Mapa

Figura 19. Localização: 1-Casa 01; 2-Beco do Pinto; 3-Solar da Marquesa; 4-Igreja, 5-Pátio do Colégio (fonte: DPH-SMC, 1994).

Figura 20. Croqui do Beco. Fonte: Projeto de Pesquisa Arqueológico Beco do Pinto (fonte: DPH-SMC, 1994).

Figura 21. Fotografia feita na ocasião dos trabalhos no início dos anos 1980. (fonte: DPH-SMC, 1994)

Descrição geral

O Beco do Pinto é uma antiga passagem municipal para o Tamanduateí, localizada entre a Casa n°. 01 e o Solar da Marquesa de Santos. Esse caminho, também conhecida como Beco do Colégio, foi alvo de inúmeras disputas judiciais para o fechamento de seu acesso à população. Em 1821, o Brigadeiro Joaquim José Pinto de Moraes Leme, quem dá o nome mais conhecido ao beco, o fecha com um portão; o caminho posteriormente será reaberto, fechado e novamente aberto em disputas com o poder público da época. Desde a fundação de São Paulo, este era um dos poucos acessos da colina ao Rio Tamanduateí, sendo muito utilizado para o abastecimento de água.

A Várzea do Carmo caracterizava-se por possuir charcos que passaram a ser alvos do descarte de resíduos a partir da primeira metade do século XIX, motivo ao qual levou o Brigadeiro a querer fechar o caminho mais de uma vez. Esses despejos eram realizados principalmente por negros africanos e afrobrasileiros (LEMOS, 1968). Ao final da passagem do beco, após as residências e ao morro, o caminho serpenteava entre

as árvores dos quintais e demonstrava a falta de um alinhamento definido. O despejo de lixo e as enxurradas que desciam do Pátio do Colégio motivaram as primeiras intervenções no beco em 1821. O alinhamento contemporâneo dessa antiga passagem é resultado dos litígios ocorridos durante o século XIX.

Segundo documentação da Divisão de Preservação do Departamento do Patrimônio Histórico, a referência mais antiga ao beco diz respeito a 1802, mas certamente ele é mais antigo. Além de acesso fácil ao Tamanduateí, a passagem serviu como escoadouro de águas pluviais. Quando a Casa n.º1, vizinha ao beco, serviu à polícia na passagem do século XIX para o XX, o caminho foi fechado e as escadarias foram ocupadas por anexos da delegacia. Foi nessa época que Rua Bittencourt Rodrigues cortou o beco ao meio e o seu prolongamento ganhou o nome de Travessa Luiz Teixeira.

Conforme a descrição sumária da Ficha do Cadastro de Sítios da Seção Técnica de Levantamento, ligados à Divisão de Preservação, o material arqueológico ali encontrado e a presença de calçamento de blocos de arenito comprovam o uso como passagem e local de descarte. Assim o Beco do Pinto além de caminho para o Tamanduateí, foi também um depósito de lixo paulistano do século XIX.

Escavações

No Beco do Pinto ocorreram duas etapas de escavação, a primeira entre julho e agosto de 1980 e a segunda na ocasião das obras de reforma e restauro ocorridas entre julho e agosto de 1992. As pesquisas foram desenvolvidas através do programa de colaboração firmado entre o Museu Paulista/USP e o Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo.

O solo local apresentou-se escurecido, com sucessivas camadas de aterro de lixo. Foram realizadas sondagens que revelaram uma camada de entulho com solo areno-argiloso e apresentando diversos materiais, tais como louças, escória de ferro, restos vegetais, seixos, vidros, cerâmica, entre outros. Abaixo da camada arqueológica o sedimento definido era argila siltica, com a coloração cinza clara e bastante utilizada para o revestimento de paredes de taipa. Segundo informações contidas nos diários de campo da primeira etapa (1980), primeiramente foi feita uma limpeza da superfície, com a retirada de paralelepípedos, seguida da retirada da areia sob os paralelepípedos,

de forma setorizada e onde foram abertas trincheiras. A estratigrafia foi identificada através das anotações de cadernos de campo. Entre 0 e 20 centímetros, ocorrem paralelepípedos e areia, entre 20 e 30 centímetros, consta a presença de aterro. No corte da Trincheira 1 o perfil chegou a apresentar argila, com areia após a camada de paralelepípedos, traço comum à região.

A Trincheira 1, no setor B-1, possui 4 metros quadrados e 60 centímetros de profundidade, sendo subdivididas em duas partes retangulares com 2 metros de espessura e 4 metros de comprimento. Até 110 centímetros, apresenta argila amarelada, sem evidências arqueológicas. No perfil norte, no setor E1 foi aberta a Trincheira 2, onde aparece argila amarelada até 115 centímetros; após essa profundidade surge uma argila acinzentada. Uma terceira Trincheira foi aberta no setor I-1, que contou com a presença de argila com espessura 45 centímetros e alcançou a calçada de tijolos, junto à parede da Casa nº1 no lado norte. Outra Trincheira, a de número cinco foi aberta no setor O, na face norte, próximo ao bueiro de águas pluviais, para o exame do calçamento de arenito (no diário não ficou esclarecida sua profundidade). Nessa Trincheira a 40 centímetros de profundidade, apareceu a evidência de uma estaca; a 110 centímetros, foram identificados restos de telhas, tijolos e paralelepípedos e fragmentos de arenitos, caracterizando uma camada de entulho.

Sucessivamente outras trincheiras foram abertas nos setores I-J, apresentando calçamento de arenito e tijolos, removidos de seus locais originais provavelmente devido à instalação da tubulação de água em época mais recente. Segundo o diário de campo, no setor N - O, após a retirada do calçamento e das camadas superficiais, foi feita decapagem até 75 centímetros, próxima à parede do Solar da Marquesa. Os setores H, G e I tiveram os paralelepípedos retirados e foram evidenciados dois calçamentos antigos; os setores G, E e F foram escavados até o aparecimento da primeira calçada. Após os paralelepípedos há uma camada arqueológica.

Os setores L e J também sofreram decapagens, sendo encontrada a continuidade de uma calçada de arenito mais antiga e outra mais recente. No setor D-Sul foi aberta a Trincheira 4, com 1 metro quadrado para verificação do solo, chegando a 50 centímetros de profundidade. Na superfície, até 20 centímetros os paralelepípedos predominavam; após esse nível e chegando a 40 centímetros de profundidade temos areia e concreto; após esse estrato chega-se à areia amarelada, caracterizada por

Margarida Dias Andreatta como aterro. No corte denominado “cachimbo 01”, no setor L, após a retirada do cimento foram identificados aterro e tijolos até 70 centímetros, seguindo até a parede. Em 110 centímetros de profundidade foram registrados fragmentos cerâmicos, louça e moldes de cimento. Nos setores F e G foi identificada uma fogueira em 75 centímetros de profundidade, junto ao nível mais profundo, da calçada mais antiga, e outra fogueira a 50 centímetros, junto ao calçamento arqueológico mais recente. As soleiras de duas portas laterais das duas casas vizinhas foram escavadas. A estratigrafia de uma forma geral era composta na superfície por paralelepípedos, areia, argila, seguida de entulho e, após esta, temos duas calçadas de arenito, sendo uma mais recente e outra mais antiga. Por vezes o aterro pode estar por baixo da camada arqueológica. Após todas as camadas arqueológicas, expõe-se um solo argiloso claro, comum à região.

Tabela 3. Totalidade de trincheiras abertas no Beco do Pinto.

Trincheira	Área	Observação
T1	B1 (Norte)	-
T2	E 1 (Norte)	-
T3	I 1 (Norte)	Início da calçada de tijolos que assenta a calçada mais antiga. Parte central da trincheira sofre interferência devido à manilha. Setor-J porta 1; Setor O, I (calçada arenitos). Consta a presença de duas calçadas arqueológicas.
T4	D 1 (Sul)	-
T5	O 1 (Norte)	Calçamento de granito
T6	N 1 (Sul)	Setor M, 1,5 m comp. e 70 cm larg. Profundidade. 2,1 m
T7	J1 (Norte)	-

Dentre os documentos digitalizados do Beco do Pinto oriundos do Centro de Arqueologia de São Paulo, não consta a presença de um relatório final. As informações foram retiradas de cadernos de campos e outras anotações à mão dos pesquisadores, além de alguns documentos históricos reunidos pela equipe do DPH-SC-PMSP.

Material Arqueológico

No Beco do Pinto foram identificados 430 artefatos, vestígios de calçada do século XVIII (tipo dolomita), tijolos e paralelepípedos, além de fragmentos de louça, vidro e cerâmica, ossos, cadinho de grafite e materiais cirúrgicos para autópsia, oriundos da área da antiga delegacia ao lado. Como o local é caracterizado como um antigo “lixão”, normalmente o material não é associado às casas. Dentre os artefatos cerâmicos a grande presença foi de faiança fina, seguida da faiança comum, porcelanas e cerâmicas vidradas. As maiores frequências cerâmicas ocorreram nos setores J, M e L (ARAKAKI, 1989).

Figura 22. Material cerâmico (Beco do Pinto) Fonte: Acervo/DPH

Tipos de Artefatos

Tabela 4. Artefato/Materiais (ARAKAKI, 1989)

Materiais	Quantidade
Azulejos	12
Carvão	02
Cerâmica	308 fragmentos, 71 unidades
Escória	03
Lítico	28
Louça	101

Marfim	03
Metal	73 fragmentos, 42 unidades
Moedas	01
Ossos	47 (42 mamíferos; 03 aves; 02 peixes, sendo 06 de animais como porcos e cabras)
Sedimentos	13
Valvas	02
Vegetais	01
Vidros	294 frag, 104 unidades (16 garrafas; 8 frascos, 76 vidros plano, 188 frag. sem identificação)

Figura 23. Louça, Beco do Pinto (Acervo DPH/PMSP).

Observações

O contexto do Beco do Pinto é importante para o entendimento arqueológico do do antigo depósito de resíduos relativo à encosta do Tamanduateí. Ele está relacionado ao contexto lateral, escavado na terceira etapa do Solar da Marquesa e com a Casa n.º 1, apresentada a seguir. Sua estratigrafia revela um pouco da “colcha de retalhos” que é o subsolo paulistano, com suas camadas de pisos, calçamentos, aterros e entulhos. Ainda

que significativo, esse sítio não apresentou nenhuma conta, seja de vidro, natural ou de qualquer outro material. O Beco do Pinto se encontra entre dois contextos que apresentaram contas de vidro e orgânicas. Por sua contribuição para a leitura arqueológica contextual do local, já que é contíguo ao contexto das escavações da terceira etapa do Solar da Marquesa, consideramos esse sítio importante para os nossos estudos.

2.5.4 CASA Nº 1

A residência se encontra na Rua Roberto Simonsem, n.136B, na colina de fundação da cidade. É vizinha ao Pátio do Colégio e à antiga passagem do Beco do Pinto. Este sítio é datado entre o século XVIII e o XIX, integra o conjunto remanescente do traçado barroco e urbano paulistano dos anos setecentos, formado pelo Solar da Marquesa de Santos e pelo Beco do Pinto.

Mapa

Figura 24. Localização 1-Casa 01; 2-Beco do Pinto; 3-Solar da Marquesa; 4-Igreja, 5-Pátio do Colégio (fonte: DPH-SMC, 1994).

Descrição geral

O atual sobrado relativo à Casa n.º1 foi construído pelo Major Benedito Antônio da Silva no final do século XIX. No local havia anteriormente uma casa de taipa de pilão, erguida nos primórdios do município de São Paulo. Na antiga casa habitaram pessoas como os Padres Ramalho e Moura, este último falecido na residência em 1842. Também funcionou no local o antigo Colégio Ateneu Paulista. Apesar das escassas

informações, a equipe do DPH acredita que o atual edifício tenha sido construído entre 1881 e 1891, no primeiro grande surto de crescimento imobiliário da cidade. O sobrado atual foi erguido sobre as fundações da antiga casa de taipa de pilão.

Em 1894 a casa foi vendida ao poder público e em 1910 instalaram-se no edifício instituições ligadas à segurança pública. Em 1924, passou a funcionar no local o gabinete Médico Legal e a Delegacia de Plantão. Os órgãos policiais permanecem no sobrado até os anos 1970. Desde então, o local não foi ocupado. Sua arquitetura de chalé demonstra bem os hábitos de moradia das elites dos finais do século XIX. A Casa n.º1 seria o último testemunho dos antigos chalés à moda europeia que existiram aos montes pela cidade. Na sua construção foi utilizado o pinho-de-riga nas esquadrias e telhas francesas, comuns na arquitetura dos sobrados paulistanos. Estes chalés foram construídos na primeira fase da expansão física das intensas reconstruções (e demolições) que levaram à transformação da cidade colonial em uma metrópole (JUNIOR, 1990).

Em 1980, ocorrem as primeiras pesquisas arqueológicas lideradas pela arqueóloga Margarida D. Andreatta do Museu Paulista. O material identificado no quintal foi associado ao refugio doméstico. Em 2010, o DPH realiza uma segunda etapa de estudos.

Figura 25. A Casa n.1 se encontra em primeiro plano, seguida da entrada do Beco do Pinto e do Solar da Marquesa de Santos (imagem, de Lima)

Escavações

Etapas

A arqueóloga Margarida Andreatta adotou o método de prospecção e escavação de superfícies amplas, trabalhando com níveis estratigráficos naturais. Uma trincheira cortou transversalmente o quintal da Casa nº1. Na sequência das operações primeiramente foi retirado o revestimento de aterro com argila expandida, em seguida foi feita a locação da trincheira (1 m após o muro), quadriculamento, escavação e coleta sistemática do material arqueológico.

Segundo as anotações de Andreatta, em julho de 1980 se iniciaram as pesquisas que tiveram como objetivo encontrar o solo original e artefatos arqueológicos. A escavação ocorreu no quintal através da abertura de uma trincheira e, constatados os vestígios arqueológicos, foi feito o quadriculamento de dois por dois metros, de oeste para leste, em um total de 8 metros de comprimento por 2 metros de largura, dividido nos setores A e D.

Setor A: A primeira decapagem foi até 30 centímetros de profundidade, com retirada de material da superfície e entulho até 25 centímetros, característica equivalente aos setores C e D; foi escavado até 60 centímetros. A segunda decapagem acontece entre 50 e 77 centímetros de profundidade, a terceira entre 60 e 80 cm, a quarta entre 80 e 85 cm, onde apareceram fragmentos de carvão vegetal, cerâmica e algumas louças, constituindo parte de uma fogueira no lado sul do *setor A*. A decapagem continuou até 110 centímetros de profundidade. A 25 centímetros de profundidade, em meio ao entulho e próximo à superfície foi resgatado louça branca decorada, ossos, fragmentos de cristais e vidro, seixos e carvão, além da evidência de um pilar. Nos 30 centímetros foram identificados fragmentos de tijolos, telhas, vidro, louça e cerâmica. Entre 40 e 45 centímetros o solo apresentou-se úmido, areno-argiloso e acinzentado.

Nesse setor as escavações pararam a 55 centímetros. Entre 50 e 60 centímetros foram resgatados materiais cerâmicos, metais, louça, conchas, telhas, tijolos, ossos, carvão e vidro; entre 60 e 80 centímetros apareceram entulhos. Na face sul desse setor, a 85 centímetros, a coloração do solo é acinzentada, apresentando areia e argila, além de fragmentos de carvão vegetal que diminuem a frequência conforme se aprofunda a decapagem; cerâmicas e louças se tornam menos frequente a partir de 60 centímetros.

Entre o *setor A* e a parede da Casa n.º1 foi realizado o Corte 1 (face oeste), com 1,20 m de comprimento e 60 centímetros de largura, onde a primeira camada apresentou blocos de arenito limonitizado, fragmentos de tijolos e telhas, carvão e pedregulhos; a coloração acinzentada foi até 80 centímetros. Nessa profundidade apareceu um veio d'água, oriundo de um vazamento que perturbou a estratigrafia e interrompeu a escavação.

Setor B: Nesse setor, até 40 centímetros, aparecem entulhos e, a partir dos 45 centímetros de profundidade, temos um solo avermelhado e moderadamente compacto. Após 50 centímetros, o solo se torna mais argiloso e passa a apresentar areia, de coloração cinzenta e úmida. Entre a superfície e 45 centímetros de profundidade foram resgatados fragmento de telhas, vidros, cerâmicas, tijolos, louças, azulejos e um cachimbo de barro. Entre 50 e 70 centímetros, foram resgatados materiais cerâmicos, louça, conchas, telhas, fragmentos de tijolos, carvão vegetal e uma agulha de metal. Nesse mesmo nível, na parede oeste, apareceu entulho de coloração acinzentada. A 60 centímetros de profundidade o solo se torna parcialmente areno-argiloso. Entre 50 e 90 centímetros de profundidade foi realizada uma escavação horizontal. Essa atividade logo completou 1 metro de profundidade, indo na direção leste. Entre 100 e 150 centímetros foi identificada uma fogueira na face norte e ela foi decapada, sendo recolhido o material na parte central (10-15 cm), e abaixo do centro da fogueira (20 cm). Na face leste, junto à divisa com o *setor A*, o corte possui 1 x 1,1 metros.

Setor C: Da superfície até 45 centímetros o solo apresenta uma camada de entulho compacta, expondo líticos, telhas, tijolos, ferro, louças, ossos, carvão, concha e cerâmica.

Setor D: Também apresentou a mesma camada de entulho, equivalente ao *Setor C*, até 40 centímetros de profundidade.

Etapas 2

Entre os dias 06 e 31 de agosto de 2010, os arqueólogos do DPH, Paula Nishida e Marcos Rogério R. Carvalho realizaram atividades de sondagem nas áreas do reservatório e do elevador, além das etapas de curadoria relativa aos trabalhos na Casa n.º1. A grande presença de cacos de faiança portuguesa do século XVII e porcelanas chinesas dos séculos XVII e XVIII indicam que a passagem para o Tamanduateí existe

desde os primórdios do município. As sondagens foram realizadas entre os dias 06 e 13 de agosto de 2010; os dados relativos à estratigrafia seguem abaixo:

*Tabela 5- Sondagem I, Elevador.
(NISHIDA; CARVALHO, 2010).*

Nível (cm)	Material	Sedimento
0,93-103	Cerâmica	Marrom - argiloso
103-113	Cerâmica/Louça vidrada	Marrom - argiloso
113-123	Cerâmica	Marrom - argiloso
123-133	Ausente	Marrom - argiloso
133-143	Ausente	Marrom - argiloso
143-153	Ausente	Marrom - argiloso

No elevador localizado na área A2, já havia ocorrido escavação anterior até 0,93 cm, por isso a sondagem inicia nesse nível. Ela foi realizada através de uma tradagem e recolheu os objetos de 10 em 10 centímetros. O material arqueológico apareceu até 1,23 metros de profundidade. Outras sondagens anteriores nas proximidades indicaram material arqueológico entre 1,5 m (área C2) e 2,0 m (área E1).

Tabela 6. Sondagem III; Muro (NISHIDA; CARVALHO, 2010)

Nível (cm)	Material	Sedimento
0-10	2 bolas de gude, 2 fragmentos de louça, osso	Vermelho
20-30	2 bolas de gude, fragmento de cartão telefônico, 2 frag. de louça, 1 osso	Vermelho
30-40	3 frag. louça, 1 frag. de metal, 4 ossos	Vermelho
40-50	38 frag. osseos, 14 vidros, 10 louças, 1 cerâmica, 8 metais	Vermelho
50-60	12 ossos, 9 louças, 6 vidros, 4 cerâmicas.	Vermelho
60-70	6 vidros, 3 ceramicas, 3 louças	Vermelho

70-80	6 ossos, 5 metais, 13 cerâmicas, 6 louças, 6 vidros	Vermelho
80-95	13 louças, 15 ossos, 2 metais 2 cerâmicas.	Vermelho
95-125	7 vidros, 5 metais, 5 louças, 7 cerâmicas, 3 ossos	Vermelho

A sondagem realizada na nova área do reservatório estava localizada junto ao muro, na divisa do Pátio do Colégio. Tal como no elevador, foi realizada a sondagem com um trado e os objetos foram recolhidos de 10 em 10 centímetros, com o material arqueológico aparecendo entre 0,30 cm e 2,2 m.

Tabela 7. Sondagem II. Nova área do reservatório (NISHIDA, CARVALHO, 2009).

Nível (cm)	Material	Sedimento
0-24	Ausente	Argila expandida
24-34	Ausente	Vermelho escuro
34-44	1 fragmento de louça	Marrom avermelhado
44-54	1 fragmento de telha e vidro	Marrom avermelhado
54-64	1 fragmento de osso calcinado	Marrom avermelhado
64-74	Ausente	Marrom avermelhado
74-84	4 frag. cerâmicos, 1 osso, 1 prego, 1 vidro	Marrom avermelhado
84-94	Cerâmica, fauna, louça, vidro	Marrom avermelhado
94-104	Cerâmica, fauna, louça, vidro	Marrom avermelhado
104-114	Cerâmica, fauna, louça, vidro	Marrom avermelhado
114-124	Cerâmica, fauna, louça, vidro	Marrom avermelhado
124-134	Cerâmica, fauna, louça, vidro	Vermelho
134-144	Cerâmica, fauna, louça, vidro	Vermelho
144-154	5 frag. cerâmicos, 1 louça, 1 osso	Vermelho
154-164	2 frag. cerâmicos, 1 frag. louça, 1 osso calcinado	Vermelho
164-174	Frag. de tijolo e telha, entulhos	Vermelho

174-184	Ausente	Vermelho
184-200	1 frag. cerâmica esmaltada	Vermelho
200-210	2 frag. cerâmicos	Vermelho
210-220	Ausente	Vermelho

Material Arqueológico

Foram identificados cerca de 507 artefatos inteiros na primeira etapadas escavações da Casa n.º.1. Na categoria cerâmica, a maior parte dos fragmentos era de faiança fina, seguido por porcelanas de outras procedências, faiança e cerâmicas vidradas. A maior frequência de cerâmica ocorreu nos setores A e B (ARAKAKI, 1989).

Tabela 8. Inventário de Peças. Casa n.1. Acervo DPH.

Azulejos	12
Botões	Metal:1; Plástico 1; Não diagnosticados:2
Orgânico	Total:63; carvão vegetal: 02; couro: 01; marfim: 07; ossos: 38; raízes: 01; valva moluscos: 14.
Metais	Total: 39; escória: 04; outros: 33
Cerâmica	81; sendo 03 cachimbos de barro
Líticos	25
Louça	179
Numismática	01
Sedimentos	15
Vidros	89

Tabela 9. Materiais cerâmicos, quantificação.

Material cerâmico	Do total de fragmentos	Fragmento simples	Fragmento decorado	Total
Faiança Fina	79,07%	504	392	896
Porcelana (outras procedências)	6,75 %	57	19	76
Faiança	5,19%	28	31	59
Louça vidrada	5,01%	19	38	57

Na segunda etapa em 2010, os materiais foram separados por área. Na área do fosso elevador foram coletados 1462 artefatos arqueológicos, dentre fragmentos e artefatos inteiros. Abaixo apresentamos alguns dados quantitativos.

Tabela 10. Material coletado/ Elevador (NISHIDA; CARVALHO, 2010).

Categorias	Total	%
Louças	144	9,85
Cerâmicas	899	61,49
Metais	83	5,68
Fauna	258	17,65
Vidro	21	1,43
Outros	57	3,9
Total	1462	100

Tabela 11. Material coletado/ Reservatório (NISHIDA; CARVALHO, 2010).

Categoria	Total	%
Louças	389	26,34

Cerâmicas	273	18,48
Metais	235	15,91
Fauna	332	22,48
Vidro	225	15,23
Outros	23	1,58
Total	1477	100

Observações

A Casa n.1 é um artefato que conta a história da arquitetura paulistana, e constitui um fragmento do grande sítio arqueológico que é São Paulo. Nesse sítio foram identificadas apenas duas contas de vidro no acervo relativas à Etapa II (2010). Uma conta azul esférica (Peça 26) e outra *chevron* (Peça 28), decorada e com provável produção veneziana ou holandesa dos séculos XVII e XVIII. Elas foram identificadas na área do elevador, onde havia uma predominância cerâmica, seguida de material faunístico e por louças. A Peça 26 na Quadra A2, estava entre 22 e 32 cm de profundidade, e a Peça 28, na Quadra A1, também entre 22 e 32 cm de profundidade. Não possuímos informações sobre a distribuição das quadras na área do elevador. Na Etapa 1, foram identificados 3 cachimbos, que podem vir a indicar a presença negra africana na área da Casa n.1.

Figura 26. Peça 28, conta *chevron* decorada/colorida. Peça 26, conta azul esférica, identificadas na área do elevador, na Etapa 2. Cachimbo decorado, similar aos da Praça das Artes, resgatado na Etapa 1 (NP:39, Quadra 01).

2.6 Considerações Gerais

Os estratos de aterros dos sítios Praças das Artes, Solar da Marquesa de Santos, Beco do Pinto, e da Casa N.1, localizados acima das camadas arqueológicas, ou às vezes misturados a ela, devem ser encarados como contendo valor arqueológico já que também possuem historicidades. Eles foram formados a partir de um determinado período histórico e econômico relativo à destruição da cidade de taipa e do surgimento da metrópole do café nos finais do século XIX e início do XX. Em todos os aterros relatados acima há uma constância de fragmentos e restos construtivos, como tijolos e telhas, que são fontes de informação a serem exploradas. Infelizmente, faltam estudos específicos voltados à compreensão dos aterros paulistanos e que poderiam ser investigados à luz de análises apuradas, baseadas em técnicas da arqueometria.

Nos aterros da Praça das Artes, a diversidade de fabricantes de tijolos identificados no relatório a partir dos fragmentos levanta a hipótese de origens em edificações diferentes. Estes fragmentos podem ser oriundos de diversos pontos da antiga cidade. O aterro da Praça das Artes não chega a ser tão denso, há uma mistura grande de terra junto, mas no aterro de outro sítio arqueológico paulistano que não faz parte da pesquisa, como na Praça da República há um contexto intenso de aterros. Na Praça da República aparecem diferentes entulhos, como fragmentos de telha, manilha, tijolos e azulejos, chegando estes até os 120 centímetros de profundidade; eles são fruto das intervenções da cidade em seu próprio solo (DOCUMENTO ARQUEOLOGIA & ANTROPOLOGIA, 2007). A Praça da República carrega um bom potencial para estudos elaborados a respeito da formação de aterros paulistanos.

Também são emblemáticos os aterros da Casa n.º1, carregados de telhas, tijolos fragmentados e entulhos até 40 centímetros de profundidade. Nos do Solar da Marquesa, consta a presença de taipa na parte interna da casa (escavado nos anos 1980), e de restos construtivos das obras do próprio solar em 1860, na parte externa da casa (escavada na terceira etapa, em 2009). Estes são indicadores de que as camadas de aterros desses sítios relativos ao século XIX foram formadas por restos construtivos que são testemunhos da antiga São Paulo colonial. Por esse motivo devem ser entendidos como carregados de valor arqueológico. Os aterros paulistanos são fruto da historicidade urbana, dos diálogos com a paisagem e da relação homem-natureza, uma vez que aterros são artefatos produzidos pelo homem (SOUZA, 2014, p.36-37).

Esse olhar sobre os aterros ampara-se numa perspectiva que encara a cidade como um imenso sítio arqueológico (CRESSEY, 1978), procurando compreender seus processos de formação (SCHIFFER, 1972). E enquanto artefato descartado, os entulhos construtivos são reutilizados como aterros urbanos, conforme o modelo comportamental para o descarte explicitado por Willian Rathje (2001).

O Beco do Pinto apresentou entulhos e restos construtivos junto a fragmentos cerâmicos e outros vestígios. Por ser um lugar de passagem, também pode ser compreendido à luz dos conceitos de Rathje (2001). O descarte é o tipo mais comum de despejo de resíduos, inclusive no meio urbano onde os solos pisados e duros quase sempre revelam uma quantidade significativa de materiais arqueológicos. Estes nada mais são que resíduos despejados pelos transeuntes, pisoteados e jogados aos cantos nesses caminhos, conforme os padrões de tráfego das pessoas (RATHJE, 2001). No Beco do Pinto, logo abaixo da camada arqueológica, ou mesmo abaixo do paralelepípedo em algumas áreas, aparece uma argila síltica e cinzenta. Essa é a argila tabatinga, característica da Bacia São Paulo, conhecida como “barro branco” e que serviu por séculos como fonte de matéria-prima para as construções de taipa da antiga cidade colonial, ela era retirada na ladeira da Tabatinguera (TOLEDO, 1983, p.14). Esse barro branco compõe o início do ciclo material do grande sítio arqueológico que é o meio urbano paulistano, formando a sequência: 1) argila tabatinga, 2) construções de taipa, 3) aterros urbanos.

No sítio Praça das Artes a presença de sedimentos relativos aos horizontes pedológicos A e B, logo após o fim da camada arqueológica, indica que o local perdeu seus estratos naturais superiores. Essa informação pode indicar que o solo foi preparado para o despejo de resíduos urbanos, condizendo com a documentação historiográfica sobre a abertura intencional dos antigos “covões”, aterros sanitários destinados ao descarte de resíduos urbanos, nos limites da cidade durante o século XIX (BRUNO, 1954).

São Paulo, vizualizada enquanto um grande sítio arqueológico, pode ser compreendida materialmente também como um imenso artefato, compondo um dos aspectos do bem cultural urbano (MENESES, 2006). Esse artefato produzido pelos habitantes da metrópole serve como vetor do campo de forças, de conflitos e tensões sociais (MENESES, 2006). Todas as destruições materiais de São Paulo, motivadas por

questões econômicas, geraram conflitos e tensões no século XIX e ainda hoje suas consequências são sentidas pelos habitantes da metrópole. A segregação espacial é um componente dos conflitos sociais em São Paulo, tanto no passado quanto no presente. Na metrópole-artefato, os quatro *haunts* do mundo moderno destacado por Charles Orser Jr. (1996), o colonialismo, o eurocentrismo, o capitalismo e a modernidade, estão sempre presentes e nos alertam para o quanto a arqueologia urbana paulistana exige uma abordagem próxima à da arqueologia histórica do mundo moderno.

Compreendendo São Paulo seja como um artefato ou como um sítio, o mais importante é ter em mente a prática de uma “arqueologia da cidade” (STASKI, 1982). Todos esses sítios arqueológicos citados e que servem para nossas análises são parte de um contexto muito maior que é a própria metrópole. Por isso, buscamos nessa pesquisa recompor essa materialidade relativa à população negra através dos objetos que esses sítios nos oferecem, dentre estes os mais significativos, as contas e miçangas de vidro e de materiais orgânicos. Ainda que sejam artefatos de tamanhos tão diminutos perante monumentalidade de São Paulo, devemos ouvi-los. As contas podem nos informar a respeito do passado de uma parte da população da cidade, que devido ao racismo, foi violentada de inúmeras formas. Uma dessas violências foi a ausência do negro africano na historiografia oficial da cidade, para se tentar construir um passado bandeirantista e eurocêntrico, que nunca existiu (WISSENBACH, 1998; MATTOS, 2006). Resgatar os aspectos materiais dos territórios negros paulistanos do século XIX é um esforço de construção de outras interpretações sobre o passado, politicamente orientadas à visibilidade de grupos sociais excluídos. Recompor a materialidade do negro paulistano é pensar nossas memórias, sem exclusões motivadas por questões ideológicas e raciais.

Em nosso trabalho os excluídos falam, mas de maneira dialética, reconhecendo o papel das elites nesses processos. O uso de uma arqueologia histórica a partir de uma via mutualista para o estudo do passado é importante por situar o grande sítio que é São Paulo, em uma perspectiva global. Busca-se compreender as redes de interações passadas que conectavam a metrópole com outras regiões do Atlântico (ORSER, 1996, p.182). No próximo capítulo veremos o caráter dessas conexões através da indústria do vidro e das contas na África e na Europa, o que nos ajuda a compreender o passado paulistano da população negra no século XIX. Além das contas, outros objetos como os cachimbos também indicam antigas redes de interações. Esse potencial pode ser

trabalhado através de comparações arqueométricas, manufatureiras, iconográficas e estilísticas.

Como Carlos Etchevarne afirma (2011), os vestígios arqueológicos são marcos e referências históricas para a população contemporânea. Por esse motivo o estudo da cultura material relativa ao negro demanda responsabilidades e consciência do interesse público, já que ela não se resume a documentos materiais para cientistas construir suas carreiras. Esses vestígios carregam grande simbolismo e adicionam atributos de memória para a população negra paulistana. Investigar esse passado material ajuda a recompor a teia histórica de uma maneira mais completa, dialética e justa, já que alguns foram evidenciados nas publicações sobre o passado da cidade, em detrimento de outros. A história do negro paulistano foi e é escondida em primeiro lugar da própria comunidade afrodescendente, servindo como estratégia de dominação. Um povo sem memória não pode reivindicar seu patrimônio cultural, arqueológico, seus territórios e lugares na cidade, em fim, sua cidadania.

As constantes remoções dos territórios negros em São Paulo no período da expansão da economia capitalista do café configuraram uma clara relação entre poder e espaço na passagem do século XIX para o XX. A remoção da Irmandade do Rosário de seu local original no início do século XX, assim como as constantes interferências higienizadoras na Várzea do Carmo, confirma esse aspecto ideológico e conflituoso sobre a paisagem. A destruição do antigo Largo do Rosário, do comércio e das moradias da comunidade negra a sua volta, assim como de seu cemitério, é um exemplo significativo.

Foi construída no mesmo lugar da irmandade a “Praça Antônio Prado”, batizada com o nome da liderança política das elites paulistas responsável pelas remoções da Irmandade, demonstrando a apropriação ideológica desse antigo lugar. As relações de poder estão engendradas na paisagem, por isso a espacialidade pode ser obscurecida pela ideologia dominante, com a criação de ilusões sobre o espaço, com a sua aparência cumprindo função de incluir alguns e excluir outros (ORSER, 1996, p.142). A comunidade negra paulistana sofreu (e sofre) tentativas constantes de apagamento de sua existência pela sociedade eurocêntrica dominante. O batizado do lugar da antiga Irmandade da Nossa Senhora do Rosário com o nome do próprio prefeito que a removeu, foi (e é ainda) uma tentativa artificial de criar uma ilusão “branca” sobre a

cidade de São Paulo. O espaço é um instrumento político manipulável, podendo ser convertido em uma ferramenta de poder ativo tanto para a perseguição e o genocídio, quanto para as lutas populares e a resistência (ORSER, 1996, p.137).

CAPÍTULO 3. SOBRE CONTAS E MIÇANGAS

3.1 A constância das contas

Nos registros arqueológicos os cachimbos cerâmicos e as contas de colares são relativamente frequentes em sítios que tiveram africanos e afro-brasileiros em sua rede de relações sociais, sendo também abundantes na iconografia dos viajantes que vieram ao Brasil durante o século XIX (AGOSTINI, 2007, p.116-117). Muitos tipos de contas estão associados aos africanos escravizados, incluindo-se, entre estas, as “casadas”, dos rosários católicos. Estes colares de contas, normalmente de produção europeia, carregavam significados espirituais e estéticos (SYMANSKI, 2007, p. 230).

Luís Cláudio Symansky (2007) fez um levantamento sobre trabalhos em contextos arqueológicos afro-brasileiros e menciona o estudo de Marcos André Torres de Souza (2007). Nessa pesquisa destaca-se uma amostra significativa da vida material afro-brasileira, representada por: louças europeias baratas, garrafas, pulseiras, brincos e contas de vidro. No projeto *Café com açúcar: arqueologia da escravidão em uma perspectiva comparativa no sudeste rural escravista- séc. XVIII e XIX*, de 2012, realizado no Colégio dos Jesuítas de Campo dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Symanski identificou uma área de deposição de refugio que remonta à primeira metade do século XIX, em um antigo conjunto de senzalas. Na escavação foi resgatada grande quantidade de ossos de mamíferos domésticos e silvestres, conchas de mariscos, fragmentos cerâmicos, louças portuguesas do século XVIII e inglesa do século XIX, contas de vidro, ornamentos de cobre martelado e cachimbos cerâmicos (SYMANSKI *et al.*, 2007, p.188).

As contas de vidro atravessaram o Atlântico como mercadorias, levadas por embarcações que saíam das metrópoles europeias e navegavam pelas rotas comerciais, cruzando mares e oceanos. Serviam como moeda de troca com os nativos nas relações coloniais, principalmente na África Ocidental e nas Américas (RODRIGUES, 2003). A presença de contas em naufrágio é o testemunho material desse período da expansão marítima europeia, como mostra a pesquisadora portuguesa Andréia Martins Torres (2013). A partir do resgate em um navio, ela problematizou os significados das contas de vidro e naturais no contexto comercial entre a Índia e a África. Mombaça, onde a fragata foi encontrada, era o eixo principal de ligação entre a Europa, África e Ásia. Para Torres, as contas seriam elementos privilegiados de troca desde o início do

comércio entre a África e a Europa, em um sistema abastecido pelos comerciantes muçulmanos.

Enquanto mercadoria, esses objetos alcançaram uma escala global, integrando parte de um circuito que ligava os entrepostos do Oceano Índico aos do Pacífico e estes com cidades coloniais nas Américas, chegando até ao Oceano Atlântico. Essa realidade mercantilista levou ao aparecimento de contas chinesas no vice-reino da Nova Espanha (TORRES, 2013, p.188). Partindo da conjuntura portuguesa através da fragata de Santo Antônio de Taná, que realizou diversas viagens à Europa e ao Brasil, constata-se que o império português, portanto, usava contas como moeda, fossem elas naturais ou de vidro. Esses circuitos comerciais em que Portugal estava inserido acabaram por difundir as contas pelos continentes. Andreia Torres (2013) as classifica entre naturais (líticas, conchas, azeviche, madeira, sementes) e as de vidro. Esses adornos eram produtos da manufatura de vários continentes e testemunham a circulação de pessoas e bens por todo o mundo naquele período.

A arqueologia histórica vem demonstrando certa frequência no aparecimento de contas de vidro em resgates de contextos brasileiros, porém a maioria destes estudos apenas descrevem as contas, sendo pouco ou quase nada interpretativos em relação ao material. Em muitos relatórios as miçangas vêm sendo ignoradas, normalmente esquecidas em meio aos vidros, tendo seu potencial interpretativo neutralizado para o entendimento do contexto arqueológico.

3.1.1 *Pesquisas relacionadas às contas em contextos de diáspora africana*

Os contextos arqueológicos da diáspora africana têm sido estudados sistematicamente pelos pesquisadores da América do Norte. Uma pesquisa bastante conhecida surge no trabalho da norte-americana Linda France Stine (1996), em que ela discute a distribuição das contas de vidro em sítios históricos do sul dos EUA e a predominância de contas azuis nos sítios afro-americanos em determinado período do século XIX.

Charles E. Orser Jr. (1994) demonstrou a importância de não ignorarmos o tamanho das propriedades coloniais das *plantations*, já que essa questão está relacionada à atuação e liberdade dos escravos para as práticas religiosas, o que pode interferir na presença de miçangas e contas. Em grandes propriedades, a possibilidade

de se manter elementos de suas tradições religiosas era maior do que nas pequenas fazendas, onde havia maior poder de controle (1994, p.43). Em estudos arqueológicos na região das charqueadas de São João (1808), no Rio Grande do Sul, vemos esse tipo de preocupação sobre o tema do controle. As fazendas de charque enquanto espaços de trabalho eram lugares segmentados e sequenciados para a matança do gado e secagem do couro. Os feitores estavam abrigados ao lado das senzalas, fazendo surgir uma verdadeira topografia de vigilância, modulada pela distância e pela proximidade, onde os sentidos, tal como a visão e a audição eram aguçados para o controle social (FERREIRA, 2019 a; 2019 b). Orser Jr. fala sobre a dificuldade em estudar as práticas afro-religiosas nos Estados Unidos, onde deviam ser ocultas da sociedade em geral devido à perseguição. A presença de artefatos, tal como as miçangas, são lembranças concretas de que os escravizados africanos trouxeram sua religiosidade e a adaptaram para uma nova realidade social e política (ORSER, 1994, p.36).

Contextos arqueológicos funerários possuem importância nesse sentido, já que estão normalmente associados aos objetos pessoais do morto. Orser Jr. (1994) exemplifica a partir de um contexto em Barbados, junto à *plantation* Newton (séc. XVII), estudado por Handler & Lange em 1978, onde foram achados os restos de um idoso descendente de africanos, enterrado com vários objetos comuns ao lugar. Entre estes achados, braceletes de cobre, anel de metal branco, uma faca de metal e o que Charles Orser Jr. destacou como sendo os mais interessantes, um cachimbo de barro cozido e um colar de contas muito bem elaborado. O colar continha 7 cauris, 21 dentes caninos e 40 contas de vidro de vários tamanhos e cores, vértebras perfuradas de um grande peixe e uma pérola cornalina. Essas informações levaram o indivíduo a ser identificado como um “médico” popular, ou um curandeiro, pois o cachimbo e o colar o associam às práticas mágicas africanas.

Outro exemplo citado por Charles Orser Jr., escavado e publicado por ele mesmo em 1986, é um enterramento com influências cristãs, encontrado junto ao primeiro cemitério oficial de Nova Orleans, do início do século XVIII. Dos 32 enterramentos escavados, apenas um continha objetos religiosos. Esses objetos eram um rosário com 63 contas pretas de madeira e duas medalhas de prata, sendo uma brasonada com São Cristóvão e a outra com uma Nossa Senhora e uma criança. As mutilações nos dentes incisivos era uma realidade nesse enterramento, por isso sua associação à África segundo Orser Jr.. O rosário indica a conversão em algum momento

da vida, não se pode saber se foi na África ou no continente americano. A diferença entre os enterros citados por Orser Jr. indicam a ampla diversidade dos povos africanos que vieram para as Américas (ORSER, 1994, p.38).

Cheril LaRoche (1994) apresentou uma discussão para as contas identificadas em alguns enterramentos do maior cemitério de africanos dos EUA, o *African Burial Ground*, localizado na área histórica de Nova York, entre as Ruas *Broadway*, *Duane*, *Elk* e a *Reade*, na Baixa *Manhattan*. Essas escavações começaram em maio de 1991, devido a obra de uma torre de 34 andares do *General Services Administration of the United States*. Foram identificados cerca de 400 enterramentos relativos ao século XVIII. LaRoche identificou 145 contas de 14 tipos diferentes, em sete enterramentos. Essas contas se encontravam em colares e pulseiras; no sepultamento de número 340, identificaram-se fios de contas passando sobre a bacia dos restos esqueléticos. Contas nas cinturas são identificadas como um costume de tradição africana. Essa foi a primeira vez que foi descoberto tal uso em contextos arqueológicos do hemisfério ocidental, não havendo na ocasião da pesquisa outros contextos americanos para comparação (LAROCHÉ, 1994).

O sepultamento 340, do sexo feminino, possuía modificações nos dentes que, junto às contas na cintura, o identificava como originário do continente africano. Esse indivíduo manteve seus costumes originais mesmo vivendo na América. Por ter sido enterrada com um significativo colar de contas é levantada a possibilidade de ter sido uma mulher destacada em sua época. Para LaRoche, estes achados revelam costumes religiosos e *status* relacionado ao uso das contas. O cemitério foi datado como sendo de 1712, mas pode ter suas origens no final do século XVII. No século XVIII nele era sepultado a maior parte da população africana e afro-americana da cidade. Esses enterramentos permaneceram perante as intensas transformações urbanas, porque foram protegidos sob oito metros e meio de aterro (LAROCHÉ, 1994).

Durante as escavações ocorreu uma marcante presença do interesse da sociedade civil no assunto, com a comunidade negra afro-americana se posicionando em relação aos cemitérios ancestrais que sofrem com intervenções arqueológicas. Com ações e pedidos do senador Gus Savage, do prefeito David Dinkins e vários outros membros da comunidade afro-americana, as escavações foram interrompidas em julho de 1992. Cerca de 200 enterramentos restantes permaneceram sem análises. O local se tornou um

marco nacional dentro da área do distrito histórico de Nova York, em meio a um dos quarteirões mais caros do mundo (LAROCHE, 1994).

As miçangas foram identificadas em 2% dos enterramentos do *African Burial Ground* de Nova York, porém, para LaRoche, isso não é um indicativo de que não estavam sendo utilizadas. As análises quantitativas baseadas em presença ou ausência de contas em locais de sepultamento de africanos escravizados não devem ser o único determinante de significância. O seu uso poderia ser desestimulado ou a aquisição poderia ser difícil devido à condição de opressão que essa população estava submetida, sem autonomia ou liberdade para suas práticas culturais. Concordando com a visão de Handler e Lange, o autor acredita que as miçangas poderiam ser bastante estimadas, por isso não estavam sendo colocadas junto às sepulturas em todas as ocasiões, mas apenas nos enterramentos das pessoas mais destacadas. Ao comparar o citado contexto funerário da *New Plantation* em Barbados, em que havia um curandeiro enterrado com contas e cachimbos, com o sepultamento de número 340 do *African Burial Ground*, identificou-se enterros rituais similares para indivíduos importantes e antigas lideranças comunitárias (LAROCHE, 1994).

Nos três últimos anais do Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira há apenas um trabalho intitulado *Arqueologia do Quintal Beneditino: Os Escravos da Religião*, associado ao projeto de salvamento arqueológico realizado na Rua São Bento, no centro histórico do Rio de Janeiro, coordenado por Márcia Barbosa da Costa Guimarães, que tem as miçangas como objeto de estudo. Tendo-se como diaspórica a população que viveu em parte deste sítio no século XVI, as autoras do trabalho selecionaram entre o material achado alguns objetos religiosos, como contas leguidibá e de vidro “para compreender as práticas gentílicas e modos de viver frente aos poderes no espaço religioso Beneditino” (GUIMARAES; OLIVEIRA, 2015).

Rosana Najjar é organizadora do livro *Arqueologia no Pelourinho* (IPHAN; NAJJAR, 2010), que trata da pesquisa arqueológica dentro da 7ª Etapa do Projeto *Pelourinho, Restauração do Centro Histórico de Salvador/ BA, Monumenta/ IPHAN*, da qual a pesquisadora foi também coordenadora. Nesse sítio foram coletadas 413 contas junto aos enterramentos evidenciados. A presença de contas e de cachimbos inteiros ou em fragmentos ultrapassam duas mil peças, as miçangas foram recuperadas em depósitos de descartes primários e os cachimbos provêm de aterros. A classificação foi

baseada em cor e matéria-prima, sendo 343 brancas, 69 pretas e 1 incolor, destacando-se nesta publicação um pingente de cauri. Algumas dessas contas foram consideradas na pesquisa como provavelmente oriundas de rosários, “usados em enterramentos cristãos”, e, quanto àquelas que fogem ao padrão (as brancas dos rosários), acredita-se que fossem elementos de colar usados *por negros, principalmente africanos, em rituais religiosos* (IPHAN; NAJJAR, 2010, p. 240, ver tb. p. 263-264).

Existem pesquisas recentes envolvendo o estudo de contas não apenas em senzalas, quilombos e naufrágios, mas também em candomblés. É o caso da tese de doutorado de Samuel Lira Gordenstein, intitulada *De sobrado a terreiro: a construção de um candomblé na Salvador oitocentista* (GORDENSTEIN, 2014), sob orientação do Prof. Dr. Carlos Etchevarne. A tese é sobre a identificação de um Candomblé localizado no porão de um antigo sobrado da Rua do Tijolo, no centro histórico de Salvador, datado entre os séculos XIX e XX. Objetos e espaços foram analisados, inclusive através do uso de analogias etnográficas.

O trabalho do argentino Daniel Schávelzon intitulado *Buenos Aires Negra: arqueologia histórica de uma ciudad silenciada* (2003) é bastante inspirador para quem estuda a diáspora africana na cidade de São Paulo. Através de levantamentos em acervos, o pesquisador identifica diversas áreas da cidade de Buenos Aires onde habitavam negros africanos no início do século XIX. Nesse período os afro-argentinos eram 30% da população, mas com o passar do tempo desapareceram devido às difíceis condições de vida. A alta taxa de mortalidade infantil, o baixo número de casamentos e natalidade e a miscigenação, foram alguns dos principais motivos para esse desaparecimento. Schávelzon fala da materialidade do negro argentino e demonstra o potencial da arqueologia histórica para desvendar histórias escondidas, ou quase esquecidas em nossas memórias afro-latino-americanas. Foram identificados nos levantamentos cachimbos cerâmicos similares aos brasileiros, um sabre de madeira, bastões, miçangas, adornos e ornamentos diversos, objetos e esculturas cerâmicas, instrumentos de trabalho e peças de jogos.

Uma pesquisa destacada é a de Tânia Andrade Lima no antigo porto de entrada de escravos do Rio de Janeiro, entre 1811 e 1831 – antes chamado *Cais do Valongo*. Esses estudos ocorreram a partir de 2011 nas obras de revitalização da área portuária do Rio de Janeiro, no projeto do Porto Maravilha, para as Olimpíadas de 2016. Foram

resgatadas e identificadas milhares de contas de vidro, anéis de fibra vegetal e de metal, cachimbos cerâmicos, brincos, pulseiras e figas de cobre, moedas perfuradas, cristais de quartzo, ambares, efígies, muitos búzios (ou cauris), representações do cosmograma *bacongo* em vasilhames cerâmicos, entre outros artefatos (LIMA, 2013, p.184).

Os contextos desses sítios relacionados ao Valongo são de dois grandes lixões urbanos datados entre 1811 e 1843. Tânia Andrade Lima interpreta alguns dos artefatos como “amuletos”, utilizados para proteção física e espiritual de seus usuários. A pesquisadora faz uma leitura de que o uso de contas de vidro e de outros materiais constituía uma “segunda pele”, com objetos cobrindo o pescoço, braços, mãos, cinturas, tornozelos, costas, entre outras partes do corpo. As contas, com medalhões e crucifixos associados, eram utilizadas como verdadeiros amuletos, indo além do valor estético. A cosmovisão centro-africana funcionou como uma plataforma para os africanos vindos de diversas regiões e origens. Nessa convergência ocorriam reinvenções simbólicas, para a manutenção da sobrevivência perante a escravidão, e rearticulações da consciência étnica. Com novas identidades e novas crenças, estabeleceu-se formas de resistência que deram origem a múltiplas estratégias geradas para proteger seus corpos de doenças, violências físicas e feitiços mágicos. A “segunda pele” era produzida pelos escravizados do Valongo através do uso das contas de vidro, entre diversos outros objetos e a sua presença nesses contextos arqueológicos são evidências materiais das crenças africanas do Rio de Janeiro no século XIX. As contas de vidro do Cais do Valongo nos permitem visualizar crenças e estratégias para se lidar com opressão da sociedade colonial escravista (LIMA, 2014).

Patrícia Carolina Letro de Brito, sob orientação de Tânia Andrade Lima, escreveu uma dissertação de mestrado (2015) a respeito das contas de vidro do Cais do Valongo intitulada *De Conta em Conta: rotas atlânticas e comércio no Rio de Janeiro. O caso do Cais do Valongo*, do Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu Nacional/ UFRJ. A autora defende a importância dos estudos relacionados às populações escravizadas, já que ajudam na compreensão do cotidiano do africano no Brasil, valorizando dados renegados por muito tempo pelas versões oficiais. Em sua dissertação, Brito trabalhou com cerca de 2.800 contas de vidro, entre inteiras e semidestruídas; buscou conhecer as rotas comerciais destas e de outros materiais para o mercado do Rio de Janeiro da época. Através de sua pesquisa foram classificadas e sistematizadas cerca 257 contas de vidro resgatadas no local, o que permitiu delinear o

comércio de contas no Rio de Janeiro do século XIX e a constatação da presença da população africana nessa atividade.

Áurea Conceição Pereira Tavares desenvolveu uma dissertação de Mestrado junto à UFPE intitulada *Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador: posturas das instituições religiosas africanas frente à Igreja Católica em Salvador no período escravagista* (2006), orientada, por Carlos Alberto Etchevarne. Os 55 sepultamentos encontrados nessa pesquisa levaram Áurea Tavares à hipótese de tratar-se de um contexto relativo a práticas religiosas católico-africanas. Nesses sepultamentos foi identificada junto aos indivíduos uma significativa quantidade de contas de origem africana, feitas de vidro e marfim, assim como cauris (búzios). As análises de estratigrafia e de fontes documentais indicam uma cronologia entre séculos XVIII e XIX. Para a sua interpretação a autora valeu-se de analogias entre os tipos de matérias-primas, formas e combinações das cores ali identificadas com as utilizadas pelos candomblés contemporâneos (TAVARES, 2006). Por sua vez, Carlos Etchevarne consultou o especialista Valdeloir Rego para a identificação das origens das contas do Largo da Sé de Salvador. Ele também trabalhou com documentação histórica primária, como o livro de registro de óbitos da segunda metade do século XVIII até a quarta década do século XIX, permitindo verificar os sepultamentos de africanos do período. Os escravizados ainda que estivessem utilizando valores, ritos e o espaço católico, no sepultamento conservaram costumes das religiões africanas, como atestam as contas de vidro ali identificadas (ETCHEVARNE, 2011, p.89-90).

Conforme aponta Tânia Andrade Lima, o contexto da Sé de Salvador foi onde mais apareceram contas de vidro no Brasil, são 2.621 contas associadas aos restos esqueléticos de africanos. Nesse contexto, a maioria das contas era branca (37%) e em segundo lugar azul (19%). No Cais do Valongo, entre cerca de duas mil contas, a predominância era das contas de cor azul. Para Lima essa realidade vai contra a ideia de Linda France Stine (1996) de que a predominância de contas azuis era um fenômeno afro-americano, relativo aos EUA. Lima acredita que a atribuição de significados é uma questão complexa e composta por múltiplos fatores, por isso a pesquisadora do Museu Nacional defende que na análise das contas nas Américas outras questões sejam apresentadas, tal como as crenças e magias de cada grupo étnico no tempo e espaço de estudo. No Brasil predominavam os africanos ocidentais em Salvador, mas no Rio de Janeiro a grande maioria tinha origem na África Centro-Occidental. Uma questão a ser

considerada é a disponibilidade de contas nos mercados que compunham as redes comerciais entre Europa, África e as Américas (LIMA, 2014, p.113).

3.2. A indústria de contas mediterrânea e europeia

No período relativo ao Renascimento a produção de contas europeias entra em uma fase de forte expansão devido ao crescimento das demandas que ocorre com as grandes navegações e a abertura de novos mercados na África, Ásia e nas Américas. Ainda que o uso de contas na Europa estivesse em baixa nesse período, a produção crescia conforme o consumo no além-mar aumentava. Navegadores e exploradores levavam esses objetos em suas viagens para serem utilizados principalmente como moeda de troca em transações comerciais (DUBIN, 1987, p.101). Segundo levantamentos feitos por Domenico Bussolin em sua publicação do século XIX e republicada por Karlins Karklins (1990), essa origem monetária das miçangas seria de onde vem o termo “contas”, e *conterie* (ou, na verdade, *competeries*), como ainda são chamadas. Os venezianos, desfrutando de privilégios e entrepostos, conseguiam realizar grandes negócios relativos às *conteries*, tal como na costa setentrional africana e em Trípoli, Tanger, Marraquexe, entre outras localidades. Muitos negociadores e comerciantes se reuniam para comprar com os venezianos e para vender produtos nativos. A mão-de-obra escravizada era uma das principais mercadorias negociadas pelas contas de vidro (KARKLINS, 1990, p.75).

Sendo o vidro desconhecido no continente americano, seu aparecimento causava interesse em muitos povos não europeus. As contas de vidro mediterrâneas se tornaram um produto colonial por excelência e os seus estudos fornecem informações sobre a economia e a produção veneziana (TRIVELLATO, 1996, p.26-27). As contas e o seu consumo global por não europeus possui grande importância no desenvolvimento das redes mercantis oceânicas do século XV. Além da produção, a variedade de formas e cores irá aumentar significativamente nesse período devido ao desenvolvimento das tecnologias de manufatura. As contas são negociadas por peles de castor com os nativos da América do Norte, ou por marfim, ouro ou mão-de-obra escravizada na África. Nesse circuito comercial a Europa também negociava rum, tecidos, armas e recebia dos trópicos açúcar, tabaco, ouro e prata. Essa expansão comercial se aproveitará das rotas comerciais existentes de épocas antigas, pois em boa parte do mundo havia um comércio de contas que já estava ativo por milênios. A habilidade dos produtores

europeus foi a de identificar as preferências de alguns povos em relação às contas, produzindo ao gosto dos mercados da Ásia, África e Américas, garantindo o crescimento das vendas (DUBIN, 1987, p.106; TRIVELLATO, 1996, p.28; PANINI, 2007, p.146; KARKLINS, 1990, p.75).

3.2.1 As Associações Produtivas

A produção de vidro e o surgimento dessa indústria esta relacionado ao desenvolvimento das antigas associações de produtores, guildas mercantis e artesanais da Europa durante o período Medieval. Elas surgem a partir do século VIII A.D. como associações religiosas de ajuda mútua para famílias que perdiam seus membros; as antigas guildas romanas já cumpriam essa função de acolhimento (FRANCIS, 1994). Elas passam a ocorrer em toda Europa e na França eram chamadas *metier* (artesanato e comércio), e na Alemanha eram conhecidas como as *geld* (imposto/tributo) ou *zunft*. Na Espanha eram os *gremios* (ofícios, irmandades ou congregações), na Itália a *corporazione, associazione, universario* ou *maestranze* e especificamente em Veneza as *artes* (FRANCIS, 1994, p.73). As guildas de produção de contas se estabeleceram onde havia demanda; normalmente, vinham de outras já instaladas. Ocorre um grande crescimento das guildas no século X com o aumento das exportações, com o incentivo de governantes na criação de guildas e o aumento da associação voluntária de novos membros (FRANCIS, 1994, p.73). Elas eram financiadas pela nobreza e tendiam a aumentar sua autonomia e influência política, econômica e social. No século XII atingem o seu apogeu, período em que a Europa começa a se tornar a maior produtora de contas do mundo (FRANCIS, 1994, p.73). O seu declínio ocorre apenas a partir do século XVII, quando serão consideradas atrasadas, ligadas à antiga economia mercantil e entraram em decadência após a Revolução Industrial.

As duas principais guildas de produção de contas de vidro eram a *Margaritari* e a *Paternostri*. A *Margaritari* foi a primeira e maior guilda, fundada em 1308 por artesãos organizados. Era especializada na produção de contas pequenas, as conhecidas como *seed* (possuindo entre 4,72 e 7,99 mm), produzidas no método *drawn*. As contas *seed* eram a espinha dorsal do comércio internacional e da produção veneziana, o principal e mais conhecido produto. Entre outros tipos de contas que produziam, havia as do tipo *rocaille* e *charlotte*. Elas eram finalizadas através da queima dos fragmentos cortados no fogo, em uma espécie de panela de bronze intitulada *ferraza* (panela de

metal). A segunda guilda é a *Paternostri*, fundada em 1486 em Veneza, mas que atuava em Amsterdã e na França, suas principais diferenças estavam na forma de acabamento e tamanho das contas que fabricavam. Também produzia contas maiores e mais extravagantes, onde sua finalização recebia um tratamento de moedura das bordas e o reaquecimento através da vareta do método *speo* (espeto). Entre seus exemplares, as contas *drawn* são mais conhecidas, como a *nueva cadiz* e a *chevron/rosetta*, e também as contas conhecidas como *eye* (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009, p.66).

Figura 27. A Idade da expansão europeia, 1500 – 1850. Redes e interações globais, do mercantilismo ao capitalismo industrial (DUBIN, 1987).

3.2.2 Centros productores

Os três principais centros produtores de contas de vidro após o Renascimento foram Veneza, Boêmia/Morávia e a Holanda, mas existia produção de vidro também na Espanha, na França, em outras regiões da Itália, Suíça, Bélgica, Alemanha e no Báltico. Com o declínio da indústria na Ásia Ocidental devido ao avanço das forças mongóis de Tamerlana, que governou entre 1369 e 1405 e tomou Damasco, Tyre, Aleppo e Sidon em 1401, a produção no Mediterrâneo Oriental de contas de vidro com cerca de três mil anos de tradição foi interrompida; caberá à Veneza suprir os mercados de contas do

Mediterrâneo Ocidental, da África e do sudeste asiático (DUBIN, 1987, p. 107). A seguir, apresentaremos esses principais centros produtores.

Veneza

Antes de serem produzidas contas de vidro em Veneza, já existia na cidade uma tradição em produzir contas de osso e madeira de rosário para a Terra Santa (KARKLINS, 1990, p.75). Para Louis Dubin (1987, p.107), mesmo que não seja possível traçar a continuidade da tradição dos antigos fabricantes de vidro da Antiguidade Romana para a Renascença, há muitas evidências de uma forte reemergência dessa indústria durante a Idade Média através dos laços culturais e marítimos entre Veneza e o Mediterrâneo bizantino. Essa ligação possibilitou o desenvolvimento industrial de Veneza durante a Idade Média. No início do século VI, Veneza era uma colônia bizantina, mas em 828, sob a proteção de São Marcos, inicia sua independência. O imperador (ou basileu) abre as portas do Oriente para Veneza, dando privilégios aos mercadores venezianos, como a isenção de impostos em terras bizantinas. Em 1099, são estabelecidos importantes entrepostos em Jerusalém, no Levante e na Ásia Central. A diplomacia veneziana estabelecida nas colônias garantia os sucessos das negociações comerciais. A ilha de Candia no século XII se tornou um importante “nó” na rede comercial e marítima veneziana. Havia rotas para Constantinopla, como o caminho de Euboea, que também seguia para Trebisonda, no Mar Negro. Depósitos foram estabelecidos em Cyphrus, Síria e em toda Beirute, onde se iniciava a antiga rota da seda (PANINI, 2007, p.143).

Veneza foi fundada em 568 A.D. pelos lombardos, e o início da manufatura de vidro, ainda que incerta, pode ser inferida através da descoberta na ilha de Torcello de dois fornos de produção de vidro, com fragmentos, recipientes e cubos mosaicos sendo datados entre 600 e 650. (DUBIN, 1987, p.107; PANINI, 2007, p.143). Esses fornos para vidros se limitavam à produção de garrafas de vinho oriundas de monastérios e de pequenos azulejos na decoração de mosaicos para a Catedral de Torcello (PANINI, 2007, p.143). Na produtividade do vidro, Torcello foi ultrapassada por Veneza a partir do século IX (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009, p.56). Registros de monastérios indicam que os primeiros produtores de vidro eram de 882, mas a grande indústria de vidro surge apenas no século XII e se estabelece entre os séculos XIII e XV (DUBIN, 1987, p.107). No século XIV, viajantes cristãos que paravam em Veneza

quando se dirigiam à Jerusalém compravam na cidade coroas de rosários. A presença destes viajantes teria estimulado o início da produção de contas de vidro em Veneza; os artesãos de vidro buscavam na verdade imitar, para substituir, o uso de pedras preciosas nestes rosários (TRIVELLATO, 1996, p.126).

Domenico Bussolin, em sua publicação de 1847, republicada por Karlins Karklins (1990), indica que nos séculos VI e VII os venezianos estavam presentes em portos egípcios, e com a expansão dos negócios eles já estariam buscando um novo tipo de indústria. Do Egito levaram para Veneza certa influência para produzir suas próprias contas de vidro. O Egito possuía uma indústria consagrada de vidro e cerâmicas revestidas com vidros coloridos; eram produzidos vasos, utensílios domésticos e adornos em geral, como contas, amuletos, entre outros encontrados como mobiliário funerário junto às múmias (KARKLINS, 1990, p.74-75). Ainda que ocorressem mudanças nas estruturas de poder no Egito, como os *Fatimids* sendo sucedidos pelos *Abbasids* e os *Mamluks*, os venezianos continuavam negociando seus privilégios comerciais, independente de quem estava no poder (PANINI, 2007, p.143).

Veneza foi bastante favorecida com sua sofisticada rede de relações comerciais e frota mercantil que a conectava até com o Mar Negro, no leste europeu (DUBIN, 1987, p.110). A cidade da lagoa abastecia os mercados da Holanda, Inglaterra e do Mar Negro em 1280, estabelecendo comércio com o leste do antigo Império Romano; em 1345, os vidros venezianos eram enviados para Rhodes, no Mar Egeu (DUBIN, 1987, p.107). Em 1291, o Senado ou o *Maggior Consiglio* decreta que os fornos de produção de vidro eram perigosos para as estruturas de madeira venezianas e ordena que fossem transferidos para a ilha de Murano e grande parte da indústria do vidro veneziana se muda para lá em 1292. Além do perigo de incêndios nos centro urbano, a transferência se deu também devido à possibilidade de maior controle dos segredos de fabricação que Murano oferecia (DUBIN, 1987, p.107; BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009, p.56; PANINI, 2007, p.143). Com o avanço turco-otomano e a consequente queda de Constantinopla no ano de 1453, os artesãos do vidro do Oriente Médio passam a buscar Veneza como nova estadia. Com as sucessivas guerras e mudanças políticas no Mediterrâneo Oriental, a cidade se torna um lugar de refúgio para artesãos que carregavam as tradições da Arte Bizantina, tesouros intelectuais e materiais do oriente, fazendo de Veneza um lugar cosmopolita, tal como era Alexandria (PANINI, 2007, p.145).

Por 50 anos os vidreiros de Murano foram proibidos pelo poder público, sob o risco de sofrer pena de morte, de divulgar os segredos ou abrir estabelecimentos em outras regiões. As autoridades temiam a competição com outros centros e criaram leis para a manutenção do monopólio comercial da produção de contas de vidro em 1490, deixando as guildas de fabricantes de vidro sob a jurisdição do *Consiglio dei Deici* (Conselho dos Dez) da República Veneziana, para garantir os segredos de produção (DUBIN, 1987, p.110; KARKLINS, 1990, p.76). Essa legislação por vezes era desobedecida (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009, p.56). Apesar das proibições os venezianos espalharam suas oficinas por muitas partes, sendo eles às vezes punidos severamente, outras vezes passavam impunes. Eram convidados com certa frequência a novos empreendimentos.

Um dos produtores venezianos que mais migrava pela Europa era Zuan Antonio Miotti, responsável por uma fábrica em Middelburg, na Holanda, em 1606, e passou a ser proprietário da mesma em 1610. Abriu guildas na Inglaterra em 1619 e em 1622 rumou para Bruxelas e Namur, na Bélgica. No século XVIII, os fabricantes de vidro e de contas venezianos estabeleceram novas indústrias em Florença, Roma, Bolonha, Nápoles, Turim, Pisa, Loreto, Marselha, Innsbruck, Graz, Amsterdã, Espanha e Portugal (FRANCIS, 1994, p.74-75). Os vidros venezianos assim como os artesãos de contas migravam convidados por países rivais que desejavam iniciar uma lucrativa indústria de contas. As guildas desempenharam um papel importante para as contas venezianas, refletindo seus processos únicos de produção (FRANCIS, 1994, p.75). Segundo os números sobre as fábricas de vidro, entre 1500 e 1525 existiam 24 vidrarias em Murano. Em 1606, 251 fábricas de contas estavam registradas na cidade de Veneza (DUBIN, 1987, p.111).

Enquanto na Idade Média a produção e circulação de contas se concentrava no Mediterrâneo Oriental, no período da Modernidade ela será global e a alta valorização das contas de vidro nas terras mais distantes de Veneza e do Mediterrâneo (após as explorações que vinham desde o século XV) fará esses objetos chegarem às regiões mais remotas do planeta. As contas serão um dos principais recursos de negociação com os indígenas, chegando às colônias junto com tecidos, armas de fogo, cauris e metais em barra (TRIVELLATO, 1996, p.26).

No século XVIII, as contas de vidro venezianas estavam sendo enviadas para Síria, Egito, costa norte-africana ocidental e para o chamado “alto oeste”: Portugal, Espanha, Holanda e Inglaterra, assim como para suas colônias e também aos portos do Mediterrâneo, como em Livorno, Marselha e Napoli. Origem das rotas intermediárias, os portos no Mediterrâneo eram a primeira etapa da longa viagem que as contas venezianas faziam até os portos asiáticos e africanos. As contas do tipo *lampwork* (*wound*) e as *conteries* mantinham os maiores negócios da indústria veneziana com a região norte-africana e do Levante nesse período, ainda que as rotas atlânticas já estivessem abertas e estrangeiros estivessem circulando pelo Mediterrâneo (TRIVELLATO, 1996, p.26).

A construção de uma geografia colonial das contas de vidro não é tarefa fácil, pois a maioria da documentação historiográfica veneziana não é precisa, utilizando termos genéricos para o destino de suas mercadorias, como “províncias bárbaras” ou “novo mundo”, a documentação dificulta a identificação de seus destinos. Os países intermediários europeus e do Oriente Médio eram de mais fácil identificação nessa rede, mas o destino após esses “nós” intermediários permanecia muitas vezes desconhecido. O *Dicionário do Comércio dos Irmãos Savary*, publicado pela primeira vez em 1723 e reimpresso e traduzidos diversas vezes, era, como outros que foram publicados, um manual de negócios dos países relacionados ao comércio colonial, já indicando que as contas venezianas eram úteis para o trato com povos nativos. Nesse manual, por exemplo, são relatados os 37 tipos de contas mais adequadas para o comércio no Senegal. Essa obra acaba sendo um reflexo da necessidade dos mercadores europeus de conhecerem as preferências de suas clientelas do outro lado dos oceanos (TRIVELLATO, 1996, p.27-28).

Da África Ocidental, a importação de contas dos portugueses teria começado ainda no século XV e se expandiu sem parar perante o comércio de pedras preciosas, ouro, escravizados, papagaios, macacos. Dentre a enorme variedade de contas, as do tipo *chevrons/rosettas* eram as mais transportadas para a costa da África Ocidental. Em 1650, Andrea Benedetti esteve em Lisboa em viagem de negócios e testemunhou navios holandeses carregando contas de vidro venezianas que seriam, junto com o arroz, levadas para as Américas. Para Trivellato (1996), as escavações realizadas em sítios arqueológicos indígenas da América do Norte revelam esses materiais enquanto relacionados às grandes empresas coloniais britânicas. Demonstam como chegavam ao

continente americano uma maioria de contas de Murano, sendo incorporadas pelos nativos em seus bordados; muitas contas eram feitas em *lamp-work (wound)*, as conhecidas contas *Cornalinas de Aleppo*, caracterizadas por um núcleo branco e uma camada externa de esmalte vermelho vinho⁸. Entre algumas empresas europeias dos séculos XVIII e XIX que negociavam contas de vidro em troca de peles na América do Norte, existia a *Hudson's Bay Company* e a *American Fur Company in Wisconsin* (TRIVELLATO, 1996, p.28).

No século XVIII (1764), eram produzidas semanalmente cerca de 44 mil libras em Veneza. Entre os séculos XVIII e XIX, com a queda de Veneza nas mãos das tropas de Napoleão em 1797, a indústria sofrerá um abalo, com muitos trabalhadores emigrando para a França. Na ilha de Murano, as guildas de produção de contas serão diminuídas para o número de apenas doze, em 1836 (DUBIN, 1987, p.111).

Com intuito de criar um guia para estrangeiros, a publicação de 1847 do vidreiro Domenico Bussolin produziu descrições detalhadas da indústria veneziana de contas. Sua obra serviu como um manual para as técnicas de manufatura e aspectos sócio-econômicos da indústria de contas. Esse texto possui grande valor por ter sido escrito por alguém específico do ramo do vidro (KARKLINS, 1990). A indústria vítrea veneziana estava dividida no século XIX em:

1. Fábricas de contas de vidro colorido e esmaltado (*jais, rocailles e conteries*)
2. Fábrica de artigos de vidro
3. Fábrica de espelhos
4. Fábrica de vidros para janela (KARKLINS, 1990, p.69)

Segundo Bussolin, Christopher Briani teria sido um dos pioneiros a trabalhar com contas ainda no século XIII; com Dominique Miotto, conseguiu colorir vidros, possibilitando a imitação de pedras preciosas. Em Basra (Iraque), essas contas foram muito bem-sucedidas comercialmente, o que levou Miotto a continuar estudando para criar uma nova guilda de produção de vidro, que depois viria a ser a conhecida *Arte*

⁸ Esse tipo de conta foi resgatada em contexto arqueológico de enterramentos (séc. XIX) relativo ao antigo Reino do Congo, na África Central, e no sítio arqueológico Praça das Artes, na região histórica de São Paulo. Voltaremos a esse tema mais adiante.

Margaritaire. As pedras preciosas, como granada e outras, em Veneza eram conhecidas pelo nome genérico de *Marguerites* (KARKLINS, 1990, p.75).

As *conteries*, *seed* ou *margariteri*, feitas de esmalte ou vidro colorido, podem ser divididas em três categorias principais: nas conhecidas como *margaritines*, dedicadas aos bordados em contas, ou *charlottes* no comércio; nas contas ou *conteries* reais, com tamanhos e qualidades diversas, também conhecidas como *jais* e *rocailles*, e por último as contas feitas em *lamp*, também conhecidas como *wound*. André Vidaore introduziu o processo de fazer contas *lamp* em Veneza, produzindo vidros multicoloridos e outros decorados com dourado. Em 1528 obteve uma matrícula do Comitê para a Supervisão de Artes e Ofícios e fundou a arte do *Perlaires*, conhecidos no passado como *suppialume*, ou os "sopradores de lâmpadas". As contas *lamp* eram utilizadas para compor braceletes, colares e chapéus femininos, entre outros usos (KARKLINS, 1990, p.74-75).

No século XIX, as fábricas que produzem as *conteries* podem ser divididas em duas categorias, conforme a qualidade dos seus produtos: as fábricas que produzem esmaltes (*émaux*) ou *conteries* finas, e as fábricas que produzem *rocailles*, ou *conteries* baratas (KARKLINS, 1990, p.70).

A produção de *conteries* estava dividida em três ramos conforme a legislação da República, sendo o dos processos químicos o primeiro e também considerado o mais importante; é a fase que fornece material aos dois outros ramos, imprescindível ao trabalho. Deveria ser realizado apenas em Murano onde os segredos de preparação continuavam seguros. No segundo ramo em Veneza, as guildas se dedicavam à técnica *lamp* e permaneciam também separadas. O terceiro ramo é aquele que pratica a arte *lamp-wound*, seus artesãos viviam em Veneza e tinham suas oficinas em suas próprias casas (KARKLINS, 1990, p.69-70).

As etapas da produção dessas contas são:

1. A arte/guilda de preparar e colorir o vidro e esmalte fundido. Esse é o aspecto químico.
2. A arte a que nos referimos como *del margaritaio* (*du margaritaire*), que envolve a transformação dos esmaltes em contas, com fornos especialmente construídos e procedimentos específicos.

3. A arte do *patenotrier*, de esmaltar ou de produzir contas *lamp-wound* (KARKLINS, 1990, p.69).

Espanha e Portugal sempre negociavam significativamente contas venezianas, principalmente para grandes exportações para América do Sul, mas no século XIX decaiu a participação desses dois países no mercado veneziano. Nos anos 1800, o comércio de contas teve como principais centros de exportação Hamburgo, Amsterdã, Liverpool e Londres, e como destinos as colônias inglesas e holandesas nas Américas. Grandes quantidades de contas são consumidas na África, no Império Marroquino, Guiné, Congo, África do Sul, Zanzibar, Abissínia e, ainda no século XIX, eram utilizadas por europeus para adquirir produtos locais (KARKLINS, 1990, p.75-76). Também havia um comércio menor com a Alemanha, Polônia, Rússia, China e, através dos portos de Barbary, abasteciam às tribos africanas vizinhas e, a partir daí, eram introduzidas nas regiões centrais da própria África (KARKLINS, 1990, p.75).

No século XVIII, diferente da época do Renascimento, as contas retornam aos gostos e modas dos europeus e as inovações técnicas desse período permitem o aumento da produção e do consumo. Em 1850, os europeus controlam oceanos e formam colônias na África, América e na Ásia e realizam transações econômicas lucrativas em nível mundial (DUBIN, 1987, p.101-102). Nesse período da Revolução Industrial, temos o surgimento de uma nova classe média no século XIX, que trouxe novos costumes e hábitos. Novos materiais e técnicas de produção permitiam agora que joalherias finas estivessem ao alcance do grande público, fato que também ocorreu na antiguidade com as contas de faiança e vidro, através da tecnologia acessível naquela época.

Eventos políticos como a Revolução Francesa e socioeconômicos como a Revolução Industrial, alteraram os gostos e os hábitos em relação às contas. Contas do tipo coral, feitas em cristal, âmbar e vidro passaram a ser usadas não apenas pela pequena burguesia, mas também pela nobreza. Os excessos da ostentação de joalherias preciosas era um comportamento agora mal visto, já que a França passava por crises e a luxúria era tida como um hábito menor e mesquinho. Mesmo a aristocracia também é impactada por todas as mudanças sociais, mudando também seus hábitos e gostos. Na época da queda da Bastilha, as contas de ferro fundido eram bem conhecidas em Paris e as contas em granada vermelho vinho eram as preferidas das populações rurais. As

contas de ferro fundido serão substituídas pelas feitas em pedras ou metais. Na década de 1830, as mulheres ricas europeias usam as contas *jet* (âmbar negro), mas desde 1827 são utilizadas como joalheria de luto: eram colocadas nos cabelos do morto, em colares de contas. Este hábito se tornou uma tradição após a morte do Príncipe Albert's em 1861 (DUBIN, 1987, p.104).

Com o desenvolvimento técnico para a produção em massa no século XIX, há uma preocupação com o desaparecimento do artesanato mais refinado; esse sentimento abriu o mercado para o consumo de estilos de contas mais antigos. As explorações arqueológicas no Egito, Grécia, Itália, África e na Ásia Ocidental estimulou um *revival* das técnicas e estilos antigos de contas e adornos (DUBIN, 1987, p.104-106). Dentre os estilos que foram reinventados pelos venezianos, um foi o das contas mosaicas, obtida através da utilização de técnicas *drawn*, com canos compostos, parecido aos métodos antigos do Império Romano. A produção de desenhos e padrões intrincados foram simplificados através dos modelamentos. São métodos conhecidos até o século XIX, mas só passaram a ser utilizados amplamente na indústria do período no momento em que as casas industriais passaram a produzir contas *lamp-wound* (DUBIN, 1987, p.111).

Panini (2007) nos diz que as artes do vidro de Alexandria e de Roma podem ser observadas através da comparação entre a produção veneziana do período moderno e as contas do período clássico. Os artesãos vidreiros ao longo de séculos mantiveram técnicas tradicionais e, ao mesmo tempo, as aperfeiçoaram. Elas foram fielmente preservadas nos tipos predecessores, resgatando antigos motivos ornamentais que os árabes já vinham atualizando. As contas produzidas em Murano reuniam todas as técnicas da arte tradicional de produção de vidros, tal como as *lamp-work (wound)*, as *drawns* de seções cruzadas e os vidros mosaicos (PANINI, 2007, p.146).

Ainda que no século XVIII a indústria de Veneza tivesse o monopólio dos mercados, essa realidade não perdurou e outras indústrias e mercados europeus que já existiam na Idade Média forneceram contas para rosários, tal como os centros produtores na Alemanha, Boêmia/Morávia e nos Balcãs. Venezianos renegados irão ajudar boêmios e holandeses a desenvolver uma próspera indústria de contas. Porém, nenhuma delas irá se comparar com a produção veneziana em tradição e lucratividade. Quando Veneza se recupera do grande abalo econômico sofrido no final o século XVIII com a ocupação das tropas de Napoleão, uma grande quantidade de contas volta a ser

produzido e a remessa para os EUA, na década de 1880, será de 6 milhões de libras em contas, por ano (DUBIN, 1987, p.111). As coleções de contas de vidro do século XIX documentam o seu uso enquanto meio de troca com as populações não-europeias, de uma forma precisa e acurada. Foi na passagem do século XIX para o XX que as contas de vidro tornaram-se fortemente associadas ao colonialismo no imaginário ocidental (TRIVELLATO, 1996, p.126).

Figura 28. Contas *chevrons* de provável indústria holandesa ou veneziana, séc. XVII-XVIII (DUBIN, 1987).

Boêmia

Província da Europa Central que faz parte atualmente do território da República Checa, no período de sua maior produção de contas entre 1867 e 1918, a Boêmia pertencia ao antigo Império Austro-Húngaro. A história de produção de vidros na Boêmia começa nos séculos VII e VIII. No Sul do Império, até o início do século XVII, existiam oito vidrarias, sendo que quatro eram *Betelhutten* (Casas de contas) (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009, p.97). Ao norte, no século XVII, os boêmios passam a produzir contas baseadas nas receitas venezianas, por isso elas são tão parecidas com as mediterrâneas. Eles copiavam as contas *cornalinas d'aleppo* e as *rosettas/chevrons*, também reproduziam contas de outras partes do mundo. No final do século XVII, exportavam para o Báltico, Rússia, Escandinávia, Holanda, França, Espanha, Inglaterra e para o Império Otomano. As florestas ao norte forneciam lenha para os fornos e o álcali para produção. Mas diferentemente de Veneza, a Boêmia possuía dificuldades comerciais devido à distância das regiões europeias mais povoadas (DUBIN, 1987, p.111-112).

Os boêmios desenvolveram vários dispositivos para moldar contas, entre os mais conhecidos o molde *tong* inventado por Václav Rybár, que viveu de 1726 a 1790. Este deixava perfurações cônicas porque a pinça fechava a borda externa em um arco; a parte

do molde que perfurava a borda era cônica. Tais moldes eram conhecidos como moldes de “mandril” ou “dornel” e deixavam marcas equatoriais nas contas (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009, p.98). As contas da Boêmia podem ser reconhecidas por estas linhas que as contornam de modo equatorial; também devido à modelagem no processo de fabricação, o uso da lapidação e seus desenhos únicos. No século XVIII, as contas da Boêmia poderiam ser encontradas em todo o planeta (DUBIN, 1987, p.111-112).

A Boêmia foi um dos maiores centros produtores de contas do mercado mundial no século XIX e maior concorrente de Veneza. Ainda que existissem grandes fábricas, muito da produção era realizada em pequenas oficinas no entorno das montanhas. No século XIX produziam contas mais baratas que imitava ágatas, cornalinas indianas e cauris, material ósseo e bauxita; eram produzidas e comercializadas para o grande mercado da África. Utilizavam técnicas de fabricação de contas *blow* (sopradas), *mandrel-pressed* e *Prosser-molded* (DUBIN, 1987, p.111-112). Eram conhecidas suas contas *drawn* poliédricas e as facetadas, e também as *mold-pressed*, sendo produzidas com um enorme alcance de formas e cores. As contas *wound* foram fabricadas em poucas quantidades pela indústria boêmia (KARKLINS, 2012, p.82).

Como os venezianos, os boêmios e moravianos também acabaram migrando para outros lugares da Europa. Para a Áustria essa migração ocorre de forma voluntária, para a Índia e para China foram convidados e, para a Alemanha, foram forçados a se retirar. As primeiras guildas de produção surgem em Chribska em 1661, a propriedade *Sloup* é do ano de 1663 e a *Kamenichy Senov* de 1694. Segundo Peter Francis (FRANCIS, 1994), os irmãos Wenceslas e Franz Fiser foram enviados à Veneza pela guilda *Turnov*, para espionar os segredos industriais da fabricação de vidro e descobriram o vidro rubi originário do ouro chumbado. Em 1711, começaram a produzir de forma mais elaborada essas imitações na Boêmia e logo esses desenvolvimentos na imitação do vidro rubi se espalhariam entre outros artesãos locais. Essa era a indústria de contas de *Jablonec nad Nisou* (Gablonz), localizada na região norte (FRANCIS, 1994, p.76; BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009, p.98).

Holanda

A Holanda possuiu uma indústria de contas de vidro bastante próspera, distribuída por várias regiões do país entre os finais do século XVI e o início do XVIII

(FRANCIS, 2009, p.74). Mas ainda que os produtos holandeses conseguissem imitar perfeitamente a produção veneziana, não foi possível manter a concorrência com a produção mediterrânea. A sua produção de contas *drawn* iniciada no século XVII não ultrapassaria o ano de 1698. Existe documentação de uma oficina de vidro de 1597 em Middelburg. As principais fábricas de contas de vidro holandesas se encontravam em Amsterdã, Middelburg, Haarlem e Rotterdam, e possivelmente também em Zutphen.

Os vidreiros de Veneza estavam presentes no desenvolvimento da indústria holandesa de contas de vidro. Zuan Antonio Miotti, veneziano de família produtora de vidros, com apoio de comerciantes locais conduziu a produção em Amsterdã até 1619, quando foi para a Inglaterra (KARKLINS, 2012, p.82; BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009, p.73). Em 1550, vidreiros de Murano se dirigiram para a Holanda e, entre 1600 e 1750, as contas produzidas na Holanda estavam sendo levadas para as Américas, África Ocidental e Indonésia por exploradores holandeses, ingleses e franceses. Em suas fábricas predominavam as técnicas *drawn*, a técnica *wound*, da mesma forma como em Veneza e Murano, possuía uma produção menor (DUBIN, 1987, p.113). Foram analisadas cerca de 15 mil contas descobertas no aterro de uma fábrica holandesa de vidro, anterior à 1610 (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009, p.73).

Segundo Karlins Karklins em seu artigo intitulado *Early Amasterdan Trade Beads*, outra escavação em Amsterdã sugere uma indústria de vidro holandesa por volta de 1580, que se localizava em um antigo aterro sanitário de Waterloopein, um quarteirão judeu, onde foram analisadas cerca de 50 mil contas inteiras e fragmentadas do tipo *drawn*. Mas existem muitas dúvidas a respeito das contas holandesas identificadas nas colônias; como não há muitas evidências arqueológicas para comparação, elas podem ser de qualquer outra indústria europeia transportada pelos próprios holandeses para as Américas. Contas holandesas datadas do século XVI estão presentes em sítios arqueológicos do sudeste de Ontário até a Flórida (DUBIN, 1987, p.112).

As trocas e o comércio entre os povos indígenas norte-americanos são um componente que deve ser levado em consideração na análise da distribuição dessas contas. Foram encontradas quantidades significativas de contas holandesas em sítios arqueológicos *Iroqueses* e *Susquehannock* a oeste de Massachusetts, no sudeste da

Pennsylvania e em outras localidades (DUBIN, 1987, p.112). As análises de composição químicas são pertinentes e ajudam na identificação das contas holandesas (KARKLINS, 2012, p.82).

Alemanha

Entre as montanhas cobertas por florestas de Thuringia, na cidade de Luascha, no leste central da Alemanha, já havia indústria de vidro no século XVI, com a produção de contas começando no meio do século XVIII. Muito dos produtos de Luascha eram similares aos produzidos na Boêmia, e apenas análises de composição química poderiam diferenciar estes vidros (KARKLINS, 2012, p.82). Segundo os escritos de Louis S. Dubin, a produção de contas na Alemanha existe desde os finais do Império Romano e em determinados momentos também esteve em contato com venezianos, em outros, com holandeses, havendo interações também com a indústria da Boêmia.

Em *Fichtelgebirge, Franconia*, região germânica limite com a Boêmia, eram produzidas contas de vidro de diversas cores entre os séculos XVI e XVIII. A Indústria alemã de contas enviou à África, entre 1830 e 1908, mais de 100 milhões de contas produzidas de material lítico (ágata). A produção na cidade de *Idar-Oberstein* foi uma das maiores entre os séculos XIX e XX, abastecendo principalmente a África, mas também outras localidades europeias e americanas (DUBIN, 1987, p.113). Seus negócios se sustentaram e se expandiram devido à habilidade de estar em sintonia com os gostos africanos e da capacidade de produzir uma vasta diversidade de contas, em formas, cores e padrões. A indústria alemã de *Idar-Oberstein* conseguiu derrubar a produção de indústria indiana de ágatas e cornalinas, que por séculos foi uma das grandes fornecedoras de contas para África (DUBIN, 1987, p.114).

3.3. Cultura, comércio e a indústria de contas na África

Em 1929, os trabalhos de Gertrudes Caton-Thompson na Grande Zimbábue foram pioneiros no uso das contas para o estabelecimento de cronologias. O objetivo da pesquisadora era relacionar dois contextos arqueológicos para levantar informações mais precisas do que até então pesquisas arqueológicas anteriores, baseadas no senso religioso cristão, vinham dizendo. As contas de vidro importadas foram utilizadas na datação da Grande Zimbábue, um dos sítios mais emblemáticos da África. A

pesquisadora acreditava que o comércio de miçangas da costa oriental africana teria contatos amplos, não com os árabes, mas com a Índia e a Indonésia, e que as construções monumentais da Grande Zimbábue seriam autóctones (CATON-THOMPSON, 1971).

Segundo Brian Murray Fagan (FAGAN et al., 2010, p. 610), a arquitetura de pedra de Zimbábue não seria árabe, como uma linha de pesquisa defende, mas propriamente africana, seguindo a lógica das áreas e bairros reservados às elites feitos em palha, barro e madeira dos grandes estados, como os conhecidos *Kraals* africanos. A única diferença é que na Grande Zimbábue foram utilizadas pedras nas construções, já que eram abundantes na região. Com exceção de uma torre de origem desconhecida, toda a monumentalidade é africana (FAGAN et al., 2010, p. 610).

Houve em Zimbábue um comércio de contas intenso por longo período, anterior à chegada dos europeus; em seus contextos foram identificadas contas indianas e malasianas do século VIII e X A.D., contas que foram datadas devido à presença de moedas oriundas da Índia e da Malásia presentes no mesmo contexto. Essa realidade acabou fazendo Gertrudes Caton-Thompson acreditar piamente no valor daquelas ruínas; o debate em relação à datação da Grande Zimbábue apenas começou com suas pesquisas, pois ao longo do século XX ela seguiu trabalhando conforme métodos novos foram sendo desenvolvidos e adotados pela arqueologia. O interesse por esses objetos veio de seus contatos com o ilustre pesquisador de contas Horace Beck, a quem Caton-Thompson homenageia na introdução da segunda edição de *The Zimbabwe Culture: ruins and reactions*, lançada em 1971. Nesse livro, ela argumenta pela necessidade da releitura de novas teorias e métodos arqueológicos, principalmente com o advento do rádio-carbono. Gertrudes Caton-Thompson afirma que Horace Beck, pesquisador pioneiro na sistematização para a classificação e nomenclatura das contas de vidro em 1928, chegou às prováveis datas dos séculos VIII e X para uma parte da coleção da Grande Zimbábue, ainda em 1929. Essa cronologia depois foi confirmada, estando de acordo com o período de 1075 (+ ou – 150) A.D., indicado pelos testes do Carbono 14 (CATON-THOMPSON, 1971).

Segundo Victor M. Matveiev (2010), na costa oriental da África, entre os séculos XII e XV A.D., formou-se um grupo étnico denominado Swahili, uma civilização urbana que tem sua história ligada ao desenvolvimento do comércio

marítimo. Contextos arqueológicos do século XII indicaram uma grande quantidade de cauris (búzios) usados como moeda, cerâmicas importadas, objetos de vidros e também miçangas de pedra cornalina, quartzo, vidro, louça e esteatita de Madagascar. As mesmas contas datadas do século XV e XVI foram identificadas em contextos de Kilwa e da Tanzânia. As contas e miçangas de vidro, após as porcelanas da China, cumpriram o papel de moeda de troca nas transações comerciais, identificadas tanto no litoral quanto no interior oriental africano. Esse intenso comércio de contas de vidros na costa oriental acabou penetrando no interior do continente (MATVEIEV et al., 2010).

Os povos pastoris de subsistência do Kênya e do Sudão, os Turkana, Sambuwu e os Dinka, frequentemente se moviam pela paisagem em busca de água e pastagens para seus rebanhos. A grande posse material dificultava a mobilidade e, por esse motivo, tomou lugar de riquezas volumosas o uso de contas e adornos valiosos. Nessas sociedades os adornos indicam origem étnica, geracional, estado civil, posses e riquezas (DUBIN, 1987, p.137).

Para T. Shaw e T. Insoll (1997) as similaridades percebidas através da comparação entre as 264 contas de vidro locais e importadas presentes em Gao (séculos XI-XII), no leste do Mali, com as de Igbo-Ukwu na Nigéria (séc.VIII – XI), onde foram resgatadas mais de 165.000 miçangas, indicaram a existência de um comércio regional ao longo do Rio Niger. As semelhanças estavam nas contas monocromáticas amarelas, vermelhas, verdes e azuis escuras em forma de barril curto e médio, e nas cilíndricas. Sendo muitas dessas miçangas do Egito, os autores levantam a possibilidade de Gao ter sido intermediário comercial entre Fustat, no Egito, e Ugbu-Ukwu, na Nigéria. Para esses pesquisadores, em vez de uma rota leste-oeste, como muitos defendem, no sentido do caminho da seda, o predomínio das rotas comerciais africanas seriam na realidade no sentido norte-sul, passando pelo Nilo ou atravessando o Saara.

Esse comércio transaariano teria existido para abastecer o Norte da África de matéria-prima e mão-de-obra, oferecendo em contrapartida mercadorias manufaturadas, como artigos de luxo. De Gao, no Mali, estes objetos seguiam em direção ao sul, que fornecia mercadorias caras como ouro, mão-de-obra escravizada e marfim. Há a hipótese de que Igbo-Ukwu possa ter fornecido marfim para Gao, de onde as contas de vidro seriam enviadas ao sul para essas trocas. Na virada do primeiro para o segundo milênio, essa ligação entre Gao e Igbo-Ukwu provavelmente não era direta; na

realidade, elas deveriam passar por vários pontos pelo caminho, de área em área, de aldeia em aldeia, tendo o Níger como eixo principal. Nesse período a África do Norte dependia do marfim e a África subsaariana tinha as contas como objetos bastante valorizados. A Namíbia, então, se configurou como um centro produtor, ligada às amplas redes de comércio islâmicas e que também importava vidros e contas em grandes quantidades (INSOLL; SHAW, 1997).

Como na costa africana oriental, os Zandj e os Swahili possuíam contatos com árabes orientais, indianos e chineses, outros povos africanos também ajudaram a tecer uma grande rede comercial interna à África, estabelecendo ligações comerciais amplas antes da expansão comercial e colonial europeia no século XV. Os sudaneses, devido às peregrinações de seus governantes, conheciam o Magreb, o Egito e a Arábia desde o século XIII. Possuíam embaixadores negros no Cairo ainda nos finais do século XV; tanto os sudaneses quanto os povos da África Oriental buscavam as cidades árabes. Enquanto os limites ocidentais conhecidos chegavam apenas às Ilhas Canárias, para o sul os muçulmanos, após o século X, avançaram pela costa oriental africana e pelo continente no lado ocidental (DEVISSE et al, 2010, p.725).

Por muito tempo os muçulmanos comandaram o comércio entre a Europa e a Ásia e conectaram a região do Sahel na Nigéria, com o sistema mundial de trocas. Esse processo começa entre os séculos VII e X A.D. de forma lenta e se torna muito mais dinâmico entre os séculos XI e XII A.D.. Rotas meridionais ligavam-se aos principais caminhos muçulmanos, comunicando os antigos impérios do Mali e de Gana e também o Chade, Darfur e o curso de todo o Nilo. Na região ao norte do Sahel, no século XI, surgem reinos e estados nos pontos de cruzamentos dos antigos caminhos e estradas que vinham do sul, de onde a África subsaariana vinha abastecendo a África setentrional com ouro e diversas mercadorias. A competição comercial levou esses reinos antigos a guerras que enfraqueceram os estados muçulmanos perante os reinos cristãos. No século XII, os cristãos passam a tirar vantagens políticas e militares desses conflitos internos. A região muçulmana e seus anexos meridionais estavam envolvidos em uma área muito maior da expansão econômica do Mediterrâneo Ocidental e, posteriormente, da Europa como um todo (DEVISSE et al., 2010, p.731).

Para Veneza e Gênova o comércio durante muito tempo se limitava ao Egito e ao Mediterrâneo Oriental, e não tanto para o resto da África. O açúcar oriundo do

Chipre e de Creta enriqueceu e alimentou as disputas comerciais entre Veneza e Gênova. Veneza também forneceu vidros, tecidos e cobres à Trípoli e Túnis, que negociava com ouro. Porém, com o avanço Otomano essa realidade transformou-se e o comércio mediterrâneo se voltou à África setentrional. Gênova, que transportava africanos e muçulmanos pelo Mar Mediterrâneo, concentrou-se na África setentrional, com preços competitivos aos venezianos, e seu açúcar passa a ser vendido a granel. Buscavam controlar as áreas produtoras de açúcar e, assim, aliaram-se aos interesses dos espanhóis, que já vinham investindo no açúcar, desde que os portugueses iniciaram o plantio de cana nas ilhas atlânticas. Essa disputa levará os italianos a ultrapassarem o estreito de Gibraltar, tendo presença genovesa na exploração marítima. Essa expansão portuguesa pelo Atlântico irá determinar as relações comerciais com a África Ocidental a partir do século XV (DEVISSE et al., 2010, p.734).

Os hábitos africanos de diferenciação social, presentes desde antes do século XV, acabaram por moldar as demandas e o consumo, estabelecendo o uso dos cauris (búzios) após o século XV e institucionalizando as contas como objetos de poder. No final do século XV e início do XVI, as redes comerciais transatlânticas prosperaram e cresceram sob as redes comerciais já existentes e as preferências de consumo já estabelecidas. Mas essas redes antigas serão transformadas devido a intensidade das trocas econômicas entre os séculos XVII e XIX, apresentando novas formas de riqueza, fronteiras comerciais e formas de consumo. Deslocamentos sociais, inseguranças e mudanças sociopolíticas em várias regiões serão causados pela demanda europeia por escravizados em troca de importações. Os significados simbólicos e valores que carregam as miçangas e os cauris indicam uma via para o entendimento histórico e cultural da experiência atlântica na região Iorubá da Nigéria e do Golfo de Benin, assim como das suas memórias coletivas, do comércio atlântico e como estes objetos mudaram essas sociedades (OGUNDIRAN, 2002, p.427-428).

As contas e cauris acompanharam essa ruptura no período atlântico do século XV, elas foram utilizadas para compor novas formas de relações sociais, políticas e econômicas. Seu desempenho social estava relacionado à institucionalização das contas enquanto objetos de capital político (OGUNDIRAN, 2002, p.429). Segundo Akinwuni Ogundiran, os objetos são cruciais para gerar, transmitir e transformar ideias e valores, sejam eles externos ou nativos. O pesquisador encontra processos bidirecionais em que a conversão de ideias em objetos e de objetos em ideias criam cultura, codificada e

limitada. Ogundiran identifica nas miçangas e nos búzios biografias culturais ao longo de ciclos produtivos, circulação e tradução cultural. No entendimento dessa biografia, o valor social e o significado dos objetos não são estáticos, mas mudam com o passar do tempo, com a transformação de contextos históricos e culturais (OGUNDIRAN, 2002, p.431-432).

O valor das contas como objetos de diferenciação social e capital político vem de sua raridade e de suas origens longínquas, advindo, também, do controle de sua oferta e distribuição pelas elites locais. Essas relações de poder e organização sociopolítica se espalharam pela região Iorubá entre os séculos XII e XIV, junto com a difusão do uso de contas de vidro e de cauris. Ilé-Ifé tinha quase o monopólio da produção e da distribuição de contas. No início do século XVI, as miçangas produzidas em Ilé-Ifé passaram a ser compradas pelos portugueses no Golfo de Benin e revendidas para as populações ao longo da costa africana ocidental. Elas foram utilizadas como capital político em todos os lugares onde o sistema monárquico de governo iorubano era adotado, incluindo o Reino do Benin (OGUNDIRAM, 2002, p.434-435).

A manutenção política e ideológica era garantida pelo controle da produção, importação e distribuição das contas nessas sociedades (OGUNDIRAM, 2002, p.435). Entre os séculos XVI e XIX, os cauris (búzios) que até então eram mais relacionados às práticas rituais e tinha a distribuição controlada na região do Rio Niger, passaram a ter seu uso difundido e valorizado no Reino Iorubá. Esse hábito não foi imposto pelos europeus, mas era uma reinterpretação política, econômica e cultural do antigo uso de contas e miçangas de vidro como objetos políticos; sua adoção estava relacionada às mudanças comerciais e ideológicas entre os iorubanos (OGUNDIRAN, 2002, p.456). Esse período do comércio atlântico possui um grande potencial para explicar a experiência vivida na chegada dos europeus no Reino Iorubá; a era atlântica determinou a memória coletiva e as formas como ela se expressa na biografia cultural de contas de vidro e dos búzios, entre outros tipos de artefatos. As qualidades icônicas, simbólicas e culturais desses objetos explicam como processos globais e pan-regionais reproduziram e ao mesmo tempo mudaram a paisagem cultural local, e, ainda, como esses processos globais foram reordenados simbolicamente na esfera local (OGUNDIRAM, 2002, p.457).

As contas de vidro europeias que sempre foram importadas pelo continente africano, terão um papel particularmente destacado após o século XV, elas se tornaram os adornos mais associados à África. As contas mais antigas do mundo são do Egito e os vidros já vinham sendo produzidos no Egito e na Mesopotâmia desde 4.400 B.C. A influência dessa indústria egípcia na África subsaariana nunca pareceu muito forte. Segundo Sidney Goldstein, do *Corning Museum of Glass*, uma quantidade pequena de contas *eyes* do estilo romano, produzidas no Egito na era ptolomaica (304 B.C.), foram enviadas para o sul do Saara, sendo resgatadas no sítio de *Djenne* (300 B.C. - 200 A.D.). Ainda que estivessem sendo exportadas para o resto da África, nada indica que a indústria egípcia também tenha se deslocado junto. Existem relatos de produção de contas de vidro na África do Sul num sítio arqueológico datado entre os séculos XII e XIII A.D. (DUBIN, 1987, p.125). Antes da chegada dos europeus pelo Atlântico, as contas de vidro percorriam rotas comerciais de longa distância para chegar até à África subsaariana, atravessaram o deserto em caravanas praticamente por todo primeiro milênio A.D. (DECORSE, 2003, p. 78).

Os antigos centros comerciais africanos, tal como Kilwa, Zanzibar, Sofala, Djenne e Timbuktu, apresentam sítios arqueológicos ricos em contas de vidro e líticas importadas. Embarcações com carregamentos de contas chegam à costa africana desde o quarto século da nossa era. Os portos comerciais litorâneos eram onde europeus e indianos negociavam com os intermediários, aqueles que conectavam as redes marítimas internacionais com o interior do continente. A África Ocidental começou seu comércio com a Europa no século XV, quando milhões de contas venezianas, holandesas e boêmias foram enviadas à África e trocadas por marfim, ouro, ferro-gusa, madeira e diversos outros produtos dos trópicos de interesse para os europeus. Entre 1500 e 1867, cerca de 12 milhões de africanos são enviados para as Américas, sendo rotineiramente negociados por contas de vidro das indústrias europeia mediterrânea e continental (DUBIN, 1987, p.132).

Ilé-Ifé é a cidade sagrada do Reino Iorubá, centro do mundo de onde saíram seus reis. Foi um grande centro produtor através da fundição de contas e outros vidros oriundos da Europa e do Oriente Médio. Entre os iorubás os diversos orixás são homenageados nos trabalhos em contas. Sua mitologia é herdeira das tradições do Reino do Benin; as representações artísticas dos *onis* (reis sacerdotes) em terracota ou bronze quase que por uma centena de anos são apresentadas com grandes quantidades de contas

(DUBIN, 1987, p.141). Para o iorubano, as miçangas reunidas protegem pessoas, selam a unidade, a solidariedade e simbolizam gerações e regenerações; envoltas em partes do corpo, como pescoço, cabeça, pulsos, cinturas, pernas e dedos, elas “amarram” através de formas perfuradas, como colares, braceletes e pulseiras de contas; elas “conectam” o as divindades à matéria (o corpo), para a proteção, através das “forças invisíveis”, o *axé*, que condiciona a essência espiritual de pessoas e coisas.

Questões relativas à beleza e sedução, potencialidades e riquezas também estão associadas às contas entre os povos *iorubanos*. As cores possuem grande importância nesse contexto, servindo quase como códigos que ressoam significados, movendo a experiência, sendo atribuídas a determinadas características e modos de ação. As cores são a natureza e personalidades das coisas, pessoas e orixás. Para a compreensão dessa arte, é necessário o entendimento do sistema de cores iorubano (DREWALL, 1997, p.17-18). As miçangas que carregam cores hierarquizam a sociedade através da comunicação do *status*, diferenciando seus proprietários e suas posições em cargos políticos, filosóficos e de riqueza (DREWALL, 1997, p.24).

Na cosmovisão iorubana, existe uma ênfase na dinâmica e nas transformações do universo/mundo, que se encontra dividido entre Orum (céu) e Ayé (terra). As contas estão presentes nesses limites, intermediando realidades segmentadas. Um grande exemplo está nos pratos de Ifá, onde ocorre a consulta oracular que é feita pelos babalaôs. Na borda dos pratos as contas indicam um limite entre os eventos míticos e as pessoas. O sacerdote (babalaô) que consulta, representa o contato entre o Ayé (terra) e o Orun (o céu), por isso as contas estão presentes em sua indumentária (DREWALL, 1997, p.22). Os colares de contas em verde e amarelo representam as cores tradicionais da divindade Ifá, a oposição entre as cores nos colares servem para lembrar aos fiéis a inconstância e a ambiguidade de *Exu*, divindade responsável pela criação e funcionamento do cosmos, relacionado à promoção da vida e da morte, da paz e da guerra na mitologia. A oposição das cores das contas indicam a necessidade de atenção e reflexão contínua na vida, mediada pelo caótico *Exu* (DREWALL, 1997, p.26).

Figura 29. Um colar de contas, ou *ogdigba*, corre no entorno do prato de adivinhação Ketu-Iorubá (DREWAL, 1997).

No Benin havia uma sociedade conectada com outras regiões africanas através dos rios de sua bacia hidrográfica, o que favorecia o comércio. Nessa região, produtos como gêneros alimentícios locais, ouro, marfim e óleo de palma também estavam sendo negociados com europeus por contas de vidro. A dinastia no Benin surge em 1000 A.D. e o Obá (chefe político) constrói sua riqueza através do controle comercial, monopolizando o comércio com os portugueses que chegam em 1485 e posteriormente com outras nações. No Benin havia a produção de bronze e suas esculturas de metal possuíam grande sofisticação, causando a cobiça dos estrangeiros. Entre as regalias do Obá e outras chefias e a criadagem, estava o uso de contas de coral. O número de contas dos empregados próximo ao Obá indicava seu posicionamento na hierarquia da corte (DUBIN, 1987, p.140).

Em Igbo-Ukwu foram identificadas mais de 165 mil contas de vidro e contas líticas relativas ao século IX e que serviam de uso cerimonial, presentes em adornos e em esculturas de bronze. A maioria das contas de vidro era do tipo *drawn* de cor azul e amarela e com origens hipoteticamente indiana ou islâmica. Os africanos também produziam contas e adornos em materiais orgânicos, como conchas, ossos, dentes, nozes e os conhecidos búzios (*cauris*), havendo, também, produção de contas em pedras

(DUBIN, 1987, p.124). O ferro já era utilizado em armas e ferramentas desde 300 B.C. na África, e os adornos desse metal aparecem em períodos mais recentes. A presença do ouro na África Ocidental, particularmente das contas de ouro dos Ashanti produzidas através da antiga técnica da cera-perdida (conhecida na região desde o século IX), e da prata na Etiópia, também tiveram um papel destacado na indústria de miçangas e adornos africanos. O Reino do Benin se tornou especialista em trabalhar com ágatas, utilizadas nas roupas, saias e coroas das elites reais. Ainda hoje, os Dogon do Mali produzem contas de granito. A maioria das contas em ágata e cornalinas achadas na África são de origens indianas, ou então são cópias das indianas fabricadas nos séculos XIX e XX em *Idar-Oberstein*, na Alemanha. Por quinze séculos relatos da joalheria de ouro da África Ocidental levaram os exploradores europeus a se aventurar no continente, os quais buscavam, também, outras riquezas, como marfim, pedras preciosas e especiarias (DUBIN, 1987, p.124-125).

Em Bida, na Nigéria, há uma arte sofisticada e valorizada, que produz contas de vidro e braceletes em técnicas *winding/ wound* e *drawn*, tradicionais da indústria veneziana, utilizando-se o vidro moído em pó como matéria-prima. Em nota, Louis Dubin nos explica que em Krobo (Gana) e na Mauritânia, produtores de vidro utilizam diferentes técnicas, tal como a queima de contas de vidro moídas em fornalhas simples ou fornalhas sem fornecimento de ar. São duas as tecnologias de produção de vidro em pó conhecidas, a primeira delas é a *dry-form*, utilizada em Krobo e que coloca de forma cuidadosa o vidro moído em moldes horizontais ou verticais. Estes são aquecidos em baixas temperaturas que permitem as partículas de vidro fundir-se, sem derreter, produzindo uma textura macia e um granulado fosco. A outra é a *wet-form*, que é uma técnica da Mauritânia voltada à produção de contas policromadas, sem moldes. O vidro moído é pulverizado de contas monocromáticas importadas, sendo posteriormente misturados a um aderente para formar uma pasta úmida. Esta é uma técnica que requer altas temperaturas, com as contas sendo polidas após a queima (DUBIN, 1987, p.129).

A cidade de Ilé-Ifé, antigo centro da civilização Iorubá, ficou famosa por sua terracota e suas artes em bronze. Entre os séculos XII e XV, suas artes plásticas e metálicas floresceram em uma época onde muitos pavimentos de argila eram construídos nas ruas, nos *compounds*, e nos templos da cidade. Nesse período há uma produção maciça de contas de vidro, o que fez de Ilé-Ifé um centro econômico regional. Em Ilé-Ifé existiam três tradições diferentes de contas de vidro: a primeira era através de

contas moídas em pó, feitas em vidro azul, verde, vermelho e coral; a segunda através da lapidação de contas de vidro, fabricadas na moldagem (a frio) de fragmentos de vidro quebrados, sendo polidas e modeladas; a última tradição eram as contas de vidro *drawn* azul-esverdeadas. Nessa última indústria, foram feitos os tipos mais destacados e sofisticados de contas, sendo diferentes das contas *drawns* europeias presentes em sítios africanos. As contas locais aparentemente desaparecem no século XVIII, devido ao predomínio das importadas da Europa (IGE, 2010, p.65-66).

Desde o século XVI os fabricantes de vidro da África subsaariana se concentraram na África Ocidental (Nigéria, Gana e Níger), e ainda hoje Bida e Krobo são dois grandes centros produtores de vidro africano. Em Kitta e Ovalata, na Mauritânia, também existe produção de contas de vidro policromadas. Os islâmicos produzem contas de duas maneiras segundo Raymond Mauny (1949): uma delas formam as contas denominadas *metha* (sal), produzidas normalmente com a retirada de fragmentos de uma garrafa de vidro comum branco, perfurando-os e os polindo em uma pedra para formar suas facetas; a outra, mais complexa e testemunhada por Raymond Mauny, é a produção de contas policromadas nas mãos de artesãs femininas, uma das indústrias mais antigas da Mauritânia. Nessa técnica o vidro simples oriundo de copos de vidro verde é moído em um pilão e o pó acinzentado é lavado e seco. Em um segundo momento, as contas de vidro europeias ou pedaços de vidro das cores pretendidas são misturados; o pó colorido é depositado numa concha, lavado e posto a secar. Depois, com dois fios transversais manipulam a futura conta sem precisar tocá-la. Elas serão ainda molhadas com saliva e um pouco de pasta de vidro verde que será espalhada sobre a lâmina menor e que vai lhe dar a futura forma. Estas são contas triangulares usadas em enfeites de cabelo, também são produzidas contas esféricas para colares e pulseiras feitas em couro. Esta é uma indústria que se espalha por toda Mauritânia, R. Mauny encontrou contas similares em muitos portos durante suas viagens, em Sain-Louis, Lago Tichilipe, localidade ao sul de Kiffa, Kifta, Tichit, Akreijit, Ovalata. Na Mauritânia as contas são valorizadas e as mais desejadas são as arqueológicas de vidro, buscadas em sítios antigos. Seus nomes na língua moura formam um rico vocabulário, com cada miçanga possuindo designações poéticas (MAUNY, 1949, p.117).

Em 1978, o pesquisador Omótóró Elúyemi (DREWALL, 1997) escavou sítios de produção de vidro em Ilé-Ifé (Nigéria), na região conhecida da mata de Olokum.

Identificou quatro fornos utilizados para fundição de ferro, produção de vidro, contas de vidro e cerâmica. Para Frank Willett, a indústria do vidro em Ilé-Ifé surge em 800 A.D. e não fazia particularmente vidro, mas reciclava contas importadas. Rochas de bigorna encontradas no sítio de Orum Obá, já indicavam que o reuso das contas de vidro seria um hábito muito antigo em Ilé-Ifé (DREWALL, 1997, p.37). Existe todo um debate em torno da produção de vidro em Ilé-Ifé, se os artesãos das contas produziam localmente esse vidro ou se elas eram importadas para depois serem derretidas e remodeladas em Ifé. Para Frank Willett, nenhum dos três grupos de vidro analisado apresentou alguma particularidade que indicasse que a matéria-prima fosse local.

Em *Orum Obá Ado* e *Itá Yemoó*, os vidros de sódio e potássio encontraram aderentes dentro dos cadinhos de barro utilizados na produção, o que revela que as contas eram provavelmente da Europa medieval ou muçulmanas. As datações para esses artefatos foram estipuladas como sendo entre os séculos IX e X da nossa era, para o caso de *Orum Obá Ado*, e entre os séculos IX e XII, no que se refere a *Itá Yemoó*. Segundo Willett, as contas *segi*, que eram azuis e dicróicas (que refletem separadamente duas cores), podem ter origem no comércio com os europeus desde o século XVII. Experimentações têm indicado que muitos itens materiais locais poderiam ser usados para produzir contas em Ilé-Ifé (DREWALL, 1997, p.37). Existe, ainda, a possibilidade da produção de vidro ser própria de Ilé-Ifé, a partir de uma rocha de quartzo local (SiO₂). Segundo Christopher DeCorse (DECORSE, 1989), há a hipótese das contas serem produzidas através dos restos de sílica da fundição de ferro.

Existe uma relação entre Olokum, a orixá associada ao mar, e a produção de contas em Ilé-Ifé. Ainda que a indústria de contas em Ifé seja antiga, essa ligação entre Olokum e as contas ocorreu a partir do século XV, durante o mercantilismo. A mata de Olokum se encontra ao lado externo do muro mais novo da cidade de Ifé. Nessa mata no entorno de Ilé-Ifé existiria uma indústria de contas de vidro e um santuário para a Olokum, constituindo sítios onde festas anuais reuniam artesãos e compradores em homenagem à deusa (DREWALL, 1997, p.37). Segundo Roberto Horton (DREWALL, 1997), no século XV o comércio de Ilé-Ifé com o litoral fez a riqueza da cidade, período associado com a ascensão do culto à Olokum. Tal comércio teria desenvolvido a já tradicional indústria de contas de vidro em Ifé. Segundo os irmãos Lander & Lander (DREWALL, 1997), dois dos primeiros britânicos a cruzarem o território iorubano no início do século XIX, a indústria mais antiga teria acabado em suas formas mais

tradicionais. Os irmãos relatam a visita ao mercado da antiga Oyó, em maio de 1830, onde amontoados de contas fundidas podiam ser compradas. Estas seriam desenterradas em Ilé-Ifé, onde a mitologia dizia que seus antepassados foram criados e a partir de onde toda África fora povoada (DREWALL, 1997, p.38).

Ainda que o estudo sobre a tecnologia africana tenha ganhado força nos últimos anos, a investigação sobre os vidros antigos ainda se encontra nas mãos de especialistas dedicados a outros ramos de pesquisa. De uma forma geral, a tecnologia produtiva de vidro é complexa, e essa é a justificativa para se excluir determinadas regiões do mundo do estudo das antigas tecnologias do vidro. A África subsaariana vem sendo subestimada e esquecida, onde apenas vigoram o Oriente Médio, Mediterrâneo e o sul e sudeste da Ásia quando o assunto é vidro antigo (BALALOLA, 2017).

Abidemi Babatunde Babalola (2017) tem sido um dos pesquisadores dedicados a compreender a tecnologia do vidro antigo africano relativo à passagem para o segundo milênio. Ele o vem fazendo por meio de evidências arqueológicas e históricas da cidade de Ilé-Ife, em conjunto com análises de composição química. O pesquisador conseguiu traçar uma relação entre o desenvolvimento tecnológico da indústria de contas de vidro e as transformações sociais, políticas e econômicas da África Ocidental e, especialmente, da sociedade Iorubá. Essas transformações estariam relacionadas, também, ao período da diáspora africana. Aponta que Igbo-Okum foi um lugar de produção de vidro no século IX A.D., ou mesmo em épocas anteriores. Ainda que essas descobertas não tenham precedentes na África, ele não afirma que este seria o único centro produtor de vidro subsaariano. Para ele, os estudos devem continuar para se responder essa questão.

Abidemi B. Balalola nos mostra que a produção de vidro na África Ocidental não era apenas secundária – baseada na reciclagem de vidro importado, como mostramos acima –, mas primária, ou seja, o vidro era produzido localmente antes do contato com europeus. A indústria vítrea de Igbo-Olokum utilizava matéria-prima local para produzir suas contas de vidro, em tamanhos, cores e formas diferentes. Esse desenvolvimento tecnológico da indústria de contas de vidro ocorre ao mesmo tempo em que se transforma a complexidade política e econômica da sociedade Iorubá. Informações históricas, etnográficas e arqueológicas indicam que as contas de vidro de Ilé-Ifé estariam distribuídas em contextos externos à região do Reino Iorubá e isso teria

ocorrido através dos contatos comerciais transaarianos e transatlânticos. Os mercadores europeus, proprietários de fazendas e os africanos escravizados podem ter sido canais através do qual as contas do Reino Iorubá chegaram ao continente americano. Porém Abidemi B. Balalola destaca que estas são hipóteses que ainda precisam ser comprovadas através da análise de composição química. Os estudos de Balalola corroboram os esforços que já vem sendo feito por J. W. Lancton, A. Ige, e T. Rehren, Freestone e Ogundiran (BALALOLA, 2017).

3.3.1 *O colonialismo e as contas na África Centro-Occidental*

O antigo Reino do Congo, localizado na África Central, na atual República Democrática do Congo, estava dividido nas províncias Mpemba, Soyo, Mbanba, Nsundi, Mpangu e Mbata. O Congo passa a ter contato com os portugueses em 1483, e estabeleceram-se acordos para o tráfico de escravizados e a difusão do cristianismo. Gradualmente, os europeus foram introduzindo contas de vidro na África Centro-Occidental e o Reino do Congo adotou esses objetos como moeda. As contas normalmente eram de produção europeia, equivalente às que existem em outras regiões da costa da África Ocidental. O sítio arqueológico Kindoki foi escavado no Projeto *Kongo King* e seus estudos tiveram um caráter interdisciplinar, unindo a linguística histórica e a arqueologia para reconstrução da história do Reino do Congo. Foi realizado pela *Ghent University*, a *Université Libre de Bruxelles* e pelo *Royal Museum for Central Africa* (Bélgica) entre 2012 e 2013.

No sítio foram identificados 11 túmulos, onde apenas as tumbas 8, 9, 11 e 12 apresentaram contas, em quantidades bem diferenciadas. Nas tumbas 8 e 11 havia o maior número de contas, associadas ao enterramento de mulheres da elite local. Nas tumbas masculinas as contas eram em menor número. Através da análise desses objetos se chegou a conclusão de que eram relativas ao século XIX. Entre os Bacongo as posições sociais, poder e descendência eram transmitidos através dos tipos e quantidades de contas de vidro, conchas e metais. As contas expressam identidades, sendo o seu grande número associado ao universo da feminilidade. Esses testemunhos permaneceram devido ao hábito Bacongo de enterrar seus mortos com pertences pessoais, em que as contas de vidro figuram no mobiliário funerário e nos informam identidades e posicionamento social (VERHAEGHE, et al., 2014).

As contas de vidro e outros objetos europeus integravam-se aos diferentes setores da vida simbólica e material dos povos centro-africanos, segundo as publicações do explorador português Henrique Augusto Dias de Carvalho, quem percorreu a região entre 1884 e 1888 (ALMEIDA, 2017, p.68-69). As contas são objetos privilegiados para a compreensão dos múltiplos níveis de ressignificação das populações centro-africanas dos finais do século XIX. Elas possuíam um papel importante na formação de espaços sagrados, estavam em adornos, amuletos e simbologias de poder e como moeda de troca. São objetos que podem evocar diferentes significados dependendo dos sentidos sociais que lhes foram dados (ALMEIDA, 2017, p.69-70). Esses artefatos estavam entre os objetos mais desejados pelos povos centro-africanos. Eram tidos como bens de prestígio para as elites locais.

Vários símbolos e objetos como esteiras, chapéus, cestas, possuíam enfeites com contas e eram destinados para os governantes Lunda, intitulados como *Muatas* e *Muatiânvua*. Para a historiadora Márcia Cristina Passito F. de Almeida, objetos mesclados, onde convergem elementos locais e importados, são símbolos de diferenciação política. As elites do antigo Império Lunda estavam se comunicando através das contas com outros grupos étnicos centro-africanos, passando a mensagem de que suas relações eram bem estabelecidas na economia colonial da época. Como vemos no contexto arqueológico de Kindoki, as contas grossas possuíam grande valor e riqueza para as mulheres, onde todo o corpo era coberto com contas diferenciadas, comercializadas com os portugueses. Segundo Henrique Augusto Dias de Carvalho, a falta de miçangas na vida das mulheres centro-africanas era motivo de tristeza; elas as utilizavam inclusive como moeda de troca no mercado local (ALMEIDA, 2017, p.74-75). Para Almeida, as contas de vidro agenciadas por europeus e africanos nos faz compreender como os objetos, a partir de seus circuitos, apropriações e ressignificações, transitam por diferentes domínios.

A presença de contas de vidro e outros objetos, como os relativos às insígnias de poder, vestuários e adornos em geral na coleção recolhida pelo explorador português Henrique Augusto Dias de Carvalho, promovia uma visão de que essas populações poderiam alcançar a civilização através do comércio; ao mesmo tempo, atestavam à comunidade internacional o predomínio de Portugal naquela região. Esses objetos também serviam como referência aos comerciantes portugueses sobre os gostos de consumo das populações centro-africanas. A compreensão de determinadas práticas

sociais, culturais e políticas centro-africanas podem ser alcançadas através dos seus artefatos e dos seus usos locais. Houve uma africanização de objetos europeus, como vemos ocorrer com as contas de vidro levadas ao Congo pelos portugueses. O que nos remete às agências das populações centro-africanas no período colonialista do século XIX (ALMEIDA, 2017).

Para Louis Sheer Dubin, ainda que cada cultura africana tenha seus padrões únicos no uso de contas, pode-se dizer que existem temas gerais ao continente (DUBIN, 1987, p.149). Os adornos e as contas africanas são em essência uma arte comunitária; as formas dos cordões, braceletes, chapéus e aventais em contas são determinados por padrões comuns. Ainda que não reflitam sentimentos privados, as interferências e toques particulares ocorrem dentro de limites culturais estabelecidos. A Arte Africana transmite concepções comuns e unifica a comunidade. As contas de vidro são usadas na África para criar objetos com representações simbólicas e espirituais que ajudam a organizar a vida comunitária, por isso estão nos ritos de continuidade e reprodução do grupo, como circuncisão, casamento, iniciações guerreiras, ritos funerários, entre outros (DUBIN, 1987, p.151).

3.4 Considerações gerais

Além dos centros produtores europeus abordados (Veneza, Boêmia, Holanda e Alemanha), outros centros existiam na França, Espanha, Inglaterra e na Rússia. A indústria de contas do Mediterrâneo Oriental e da Índia, grandes produtoras e exportadoras para os mercados da África, perdeu espaço com a expansão mercantil e colonial europeia após o século XV (DUBIN, 1987, p.114).

Podemos dizer que a partir do século XV a grande demanda e o aumento significativo do tráfico de contas de vidro levaram a transformações na indústria veneziana e na sua organização produtiva. O processo de desintegração das antigas guildas na metade do século XVII (e que se estenderá até o século XIX) é testemunha desse período, junto ao aumento da presença feminina como mão-de-obra na indústria de Veneza. O período será também marcado pelos conflitos trabalhistas entre patrões e empregados venezianos; esse circuito produtivo estava inserido nas demandas do comércio global que crescia entre os séculos XVII e XVIII (TRIVELLATO, 1996, p.31-32).

Um dos aspectos importantes para a compreensão das contas é saber quem são seus produtores, especialmente os artesãos e produtores de vidro. Estes se mudam bastante e, ao mesmo tempo, em determinadas circunstâncias podem permanecer um longo tempo no mesmo lugar. Quando migram, o fazem devido às mudanças sociais, políticas e econômicas, como ocorreu nas cruzadas e na ocupação Turco-Otomana no Oriente Médio, ou nas invasões napoleônicas em Veneza. Como Peter Francis Jr., entendemos que a história da produção de contas é muitas vezes o microcosmo da história de uma determinada sociedade e deve ser entendida à luz da história da humanidade. Os estudos de registro de guildas podem ser uma boa fonte de dados sobre a produção e os produtores de contas de vidro antigos. As guildas estão relacionadas à história da manufatura de contas e eram instrumentos de organização sociopolítica, ensino e formação dos artesãos (FRANCIS, 1994).

O uso e produção de contas por africanos e afrodescendentes, portanto, nos remete a uma história global, onde diversos povos estavam conectados através de redes de interações comerciais, políticas e culturais. É necessário o desenvolvimento de estudos baseados em técnicas arqueométricas de identificação de composição química, para o levantamento de informações sobre a possível presença dessa indústria da África Ocidental, em sítios arqueológicos da diáspora africana no Brasil.

CAPÍTULO 4. CLASSIFICANDO

4.1 Métodos

Horace Beck, em 1928, produziu um estudo pioneiro para classificação das contas de vidro, intitulado *Classification and Nomenclature of Beads and Pendants*. Seu método centrava-se nas formas como princípio organizativo e era seguido da caracterização da perfuração, cor, material e decoração das contas. Seu objetivo era criar uma classificação que pudesse ser utilizada mundialmente. Inicialmente, ele diferenciou contas de pingentes, definindo-as e conceituando-as pela morfologia, tal como o “eixo” (de perfuração), “perímetro”, “diâmetro”, “perfis” e “vértices”, “comprimento”, “finalizações”, “seções transversais”, “raio” e “seções longitudinais”. Seu estudo se destacou por apresentar uma terminologia compreensiva e precisa. Por outro lado, o sistema de Beck obscurecia questões relativas à manufatura e a tendência para o futuro seriam os estudos sobre contas se deterem sobre a fabricação e não tanto sobre a morfologia (DECORSE, 2003, p.85-86). O valor da obra de Horace Beck se encontra na iniciativa da classificação e na criação de definições básicas que ainda hoje são utilizadas. Sua diferenciação entre conta e pingente se dá através da perfuração: nas contas a perfuração corre por todo o corpo da conta (fig.30 - A1), nos pingentes a perfuração se encontra apenas em uma das extremidades (fig.30 - B1).

Figura 30. Contas (A1) e pingente (A2), (BECK, 1928).

O casal Kenneth E. Kidd e Martha A. Kidd, nos anos 1950, criaram o sistema de classificação para contas mais abrangente já inventado. O artigo chamado *A Classification System for Glass Beads for the use of Field Archaeologist*, delineava uma pesquisa a respeito do comércio de contas de vidro na América do Norte e foi publicado pela primeira vez em 1970. Foram realizados exames em numerosas coleções de contas do nordeste da América do Norte e essa sistematização estava centrada nos

procedimentos usados na manufatura das contas. Pretendiam uma base de classificação que pudesse descrever com exatidão referências para as contas identificadas em contextos arqueológicos. A classificação foi criada a partir de quinhentas contas. Diferentemente da cansativa classificação de Horace Beck, eles admitiram a enorme diversidade desses artefatos e a impossibilidade de classificá-los em sua totalidade. O casal Kidd's propunha um sistema aberto às novas descobertas e expansível para todo o mundo. Sua classificação baseada na manufatura era seguida pela caracterização de atributos físicos, tal como forma, tamanho e coloração (translúcida ou opaca) (KIDD & KIDD, 1970, p.40).

A descrição das contas *drawn* do casal Kidd's é detalhada e muito rica, porém demonstrou ser limitada para as contas *wound*, além de não abarcar outros processos produtivos, como a técnica *mold-pressing*, *molding (wound on drawn)* e *blowing*. Por último, sua classe de atributos englobaria entidades verificáveis, onde as amostras seriam submetidas a exames e poderiam ser comparadas com outras. Por essa razão, em seu sistema, a cada tipo diferente é dado uma designação alfanumérica, com o objetivo de facilitar a comparação. Porém, para Christopher DeCorse (2003, p.87), quanto mais tipos são adicionados nesse sistema, mais aumenta a confusão com as contas que carregam variações e diferenças sutis, ou com elementos diagnósticos individuais. As contas são diferentes de outros artefatos em que a combinação particular de atributos pode ser usada para a separação dentro de tipos relativamente discretos. Desta forma, seu sistema alfanumérico se torna inaplicável devido à grande diversidade das contas, mas, ainda assim, sua classificação serviu como base para as tipologias subsequentes. É impossível um sistema classificatório expansível para todos os tipos de contas do mundo. Esse é um esforço que renega os fundamentos da organização para comparação dos artefatos em tipos (DECORSE, 2003, p.87; KIDD & KIDD, 1970; KARKLINS, 2012, p.62).

Christopher DeCorse, no artigo *Toward Systematic Bead Description System: a view from the Lower Falemme, Senegal* (2003), escrito em conjunto com François G. Richard e Ibrahima Thiaw, formula um sistema classificatório baseado nas técnicas de manufatura para ajudar a determinar cronologias de contextos arqueológicos. Através da identificação do processo de manufatura das contas é possível inferir sobre seus respectivos centros produtores e as épocas de produção de cada tipo de tecnologia. Para os autores, o uso de catálogos para a datação das contas é imprescindível, com destaque

aos catálogos *Living Catalogue* e o *Venezian Bead Book*, que ajudam a identificar os tipos de contas e verifica as associações cronológicas. Mas, os catálogos também têm suas limitações, suas amostras apresentam apenas frações reduzidas da variedade de contas comercializadas nos séculos XIX e XX, limitando seu poder analítico.

Neles estavam incluídas contas produzidas exclusivamente para o comércio africano, permitindo a comparação visual com exemplares de origens arqueológicas. Outra fonte de comparação podem ser as coleções de museus. Christopher DeCorse destaca a importância da associação entre artefatos diferentes como uma forma de diagnóstico para importações comerciais; tal como entre fragmentos de cachimbos, cerâmicas e vidros que possam ajudar a estabelecer alcances cronológicos para os tipos de contas escavados (DECORSE, 1989). Pesquisas em arquivos como correspondências e outros documentos, podem ser usadas para reconstruir processos envolvidos nas técnicas de manufatura, delineando o alcance da produção. É um tipo de método bastante indicado para o século XIX e XX, onde os processos produtivos são bem datados. Para DeCorse, a importância da cronologia das contas de vidro está em fornecer uma mediação independente para o controle de outros métodos de datação (DECORSE, 2003, p.84).

As pesquisas de DeCorse foram feitas em Elmina (Gana) e Falemme (Senegal). Resgataram centenas de contas de vidro, com uma diversidade maior do que de contextos americanos e europeus. Como ocorrem amplos desvios de padrões da datação radiocarbônica, as contas poderiam ajudar na constituição de cronologias do período da Modernidade. Contas e suas técnicas de manufatura bem datadas ajudam a estabelecer limites cronológicos para níveis, horizontes e componentes de um sítio arqueológico. O potencial analítico das contas só poderia ser alcançado através de um quadro sistemático de apresentação, descrição e organização dos artefatos, e que esse quadro seja flexível o suficiente para a enorme diversidade de tipos de contas e miçangas de vidro (DECORSE, 2003, p.85). Um sistema de classificação nunca terá a capacidade de capturar a infinita variedade de contas produzidas pela humanidade. Em Murano, um pequeno produtor teria fabricado entre 200 e 300 mil contas, em Elmina aproximadamente 40 mil contas foram produzidas com cerca de 800 tipos diferentes (DECORSE, 2003, p.86-87).

Para DeCorse, a própria natureza das contas exigem tipologias complexas; códigos rígidos, como a classificação alfanumérica de Kidd & Kidd (1970), impedem a apresentação clara dos dados e uma comparação dos conjuntos de contas. Com o desenvolvimento de programas de gestão de dados esse tipo de classificação alfanumérica torna-se ultrapassado, já que a interface direta entre o processamento de texto e funções de banco de dados acaba superando a necessidade do campo alfanumérico. O *Microsoft Access*, ao possibilitar o registro dos atributos em campos diferentes, permite uma boa gestão de pesquisa (DECORSE, 2003, p.87).

O sistema criado por Christopher DeCorse foi elaborado para fornecer um quadro sistemático de identificação e registro dos atributos das contas, constituindo um caminho fácil e flexível de apresentação dos dados, garantindo a fácil comparação entre as coleções de sítios arqueológicos diversos. DeCorse também busca construir uma estrutura que facilite o exame de questões específicas de pesquisa. Ele se dedica às contas europeias e africanas produzidas após o século XV, por isso não alcança outras possibilidades materiais, técnicas, estilísticas, de cores e formas presentes em outros contextos arqueológicos. Sua classificação, que tem como critério organizacional as técnicas de manufatura, é complementada pela descrição dos atributos físicos; sem o usar códigos alfanuméricos para cada tipo de conta, seu foco se encontra na clara apresentação e características das contas (DECORSE, 2003, p.87). Os principais critérios elencados por ele são: *Composição Material; Métodos de Manufatura; Estrutura da conta; Modificações secundárias; Forma; Medidas; Brilho, diáfaneidade e cor; Descrição e decoração da conta; Origem e idade das contas; Observações.*

Composição material: (G) vidro; (CE) cerâmica; (ST) lítica; (SH) concha; (CR) cornalina; (P) plástico; (I) Indeterminado.

Métodos de Manufatura (relevantes para as contas de vidro): (W) winding; (LW) Lamp-winding; (M) molding; (D) drawing; (PM) Prosser-molding; (F) Fired glass; (I) indeterminado.

Obs: Categorias outras de manufatura podem ser aqui adicionadas.

Estrutura das contas (descreve números de camadas de vidro ou elementos decorativos): (S) simples/ uma camada de vidro; (CPD) composta/duas ou mais

camadas de vidro; (CPX) Complexa/ contas simples com decoração accidental; (CPE) Compostas/ com decoração accidental.

Modificações secundárias: modificações após a manufatura inicial, tal como reaquecimento, quedas, gravuras, trituração ou outra tentativa de modificação. Na África contas importadas sofreram modificações.

Forma: por exemplo, curtas (*short*), contas cujo comprimento é igual ou menor ao diâmetro (comprimento é a medida paralela à perfuração).

Medidas: quando mais do que uma conta compõe um tipo simples, são medidas em milímetros; quando dado um alcance, a expressão refere-se ao comprimento máximo e ao diâmetro máximo de espécimes menores ou maiores de um mesmo tipo.

Brilho, diafaneidade e cor: Brilho (D) *dull* ou (S) *shiny*; diafaneidade é a capacidade da conta em transmitir luz, podendo ser (OP) opaca, (TL) translúcida, ou (TP) transparente. Cores baseadas na Tabela *Munsell* (com gradientes e matizes)

Descrição e decoração da conta: descrição de elementos decorativos; categoria bastante diversa, as cores aplicadas ao vidro são dadas em ordem reversa na qual elas estão originalmente aplicadas, como por exemplo, um ponto de azul transparente em branco opaco.

Origem e idade das contas: locais de produção, cronologia

Observações: informações idiossincráticas específicas, como intemperismo, patinação, *pitting* (buracos, covas, corrosão) ou quebras (contas partidas).

Nos estudos de DeCorse foram sistematizadas 474 contas oriundas dos 25 sítios arqueológicos de Falemme. Ele constatou que a grande maioria era do período pós-contato com europeus; cinco sítios restantes possuíam componentes da Idade do Ferro e um era relativo ao Neolítico. DeCorse identifica que o período predominante das contas de Falemme era o século XIX, fruto da fase onde houve uma expansão de novas redes comerciais europeias e o declínio das antigas rotas. Junto às contas foram identificados fragmentos de louças brancas (pós-1830), porcelanas europeias do século XIX e garrafas de vidro do século XIX, entre outras evidências que apenas confirmavam a datação das contas através das técnicas de produção (DECORSE, 2003, p.103). Ainda que as contas possam ser usadas como instrumentos de datação, deve-se fazê-lo com

cautela, já que possuem limitações e os contextos pedem que os dados fornecidos pelas contas sejam complementados por linhas de evidências autônomas.

Os usos do sistema de classificação proposto por DeCorse permitiu ligar determinado número de sítios a eventos históricos que atingiram a região de Falemme no século XIX. Puderam ser comparados os dados com informações do comércio de importação e as cerâmicas locais, além da documentação. A discussão de Christopher DeCorse está relacionada às questões de interações econômicas e de mudança cultural no Alto Senegal através do estudo das contas de vidro. Além do uso cronológico, as contas também servem para fornecer informações a respeito dos padrões de consumo e dados culturais sobre o passado das sociedades africanas. Uma organização das coleções de contas de vidro poderia apresentar informações sobre a variação dos gostos e modas dos últimos 500 anos (DECORSE, 2003).

Karlins Karklins, em 2012, publicou o *Guide to the Description and Classification of Glass Beads found in the Americas*, tendo como base de referência o já citado método do casal Kenneth E. Kidd e Martha A. Kidd (1970). A sua tipologia dedicada às contas *drawn* e *would* é uma versão ampliada e melhorada da proposta do casal Kidd's. O pesquisador canadense tem como critério primário de classificação para as contas de vidro as técnicas de manufatura. Ele identifica os seis principais tipos tecnológico de contas nas Américas: *drawn*, *wound*, *wound-on-drawn*, *mold-prossed*, *blown* e *Prosser-molded* (KARKLINS, 2012, p.63). Elenca como prioritários os seguintes atributos em ordem decrescente de sua relativa importância na classificação.

Estrutura: a composição física da conta.

- a) *Simples* (uma camada não decorada de vidro e inclui tipos brilhantes)
- b) *Composta* (duas ou mais camadas de vidro não decorado)
- c) *Complexa* (exemplares simples com decoração casual)
- d) *Combinada* (exemplares compostos com decoração casual)

Forma:

- a) *Tubular*: contas quebradas ou cortadas em suas extremidades e que não foram alteradas em arredondamento por aquecimento. Uma conta é tubular se o comprimento excede duas vezes seu diâmetro e tiver os finais arredondados. Podem ter o corpo em seções hexagonais, heptagonais e octagonais e os cantos

retirados por “esmirilhamento”. Observar se as paredes de uma conta de vidro tubular são finas ou grossas em relação ao tamanho da perfuração são por vezes informações úteis.

- b) *Circular*: formam anéis e possui o comprimento duas vezes menor que o seu diâmetro. Como existem muitas variedades *drawn* e algumas *wound* arredondadas por aquecimento, a categoria redonda incorpora contas globulares, esferoides, oblates e barris. As formas *dought-shaped* são para aquelas contas *wound* que possuem corpos oblatos, grandes perfurações e lembram a forma de uma boia de salva-vidas. Contas com mais de 21 facetas são definidas, conforme Horace Beck, como “facetadas”. Aqui deve ser anexada uma descrição do tipo (corte) ou molde passado, da forma, do número e localização das facetas.

Decoração: os adornos achados nas Américas se dividem em:

- a) Sobrepostos (*Overlaid*): aplicações de vidro ou outro material que apareça na superfície, podendo ser decoração pintada.
- b) Embutidos (*Inlaid*): elementos colocados cuja superfície está nivelada ou ligeiramente acima da superfície do cordão.
- c) Interno (*Internal*): elementos decorativos, como cilindros coloridos, faixas em espiral, folhas metálicas, dentro do corpo da conta.

Técnicas e elementos diversos podem decorar contas, juntamente com a perfuração; as listras podem ser denominadas como simples (monocromáticas), compostas (policromadas) e retas ou em espiral. Linhas podem se cruzar formando uma rede e anéis podem envolver a conta de forma perpendicular à perfuração. Também existem linhas onduladas, simples ou compostas, ou linhas entrelaçadas, onde duas linhas onduladas se cruzam e circulam a conta. Adorno em formas de ponto simples ou compostos, conhecidos nas contas “eye”. Florais em grinaldas simples e compostas, flores e plantas estilizadas, são as contas mosaicas *wound*, entre outros tipos de contas.

Cor:

Karlins Karklins (2012) recomenda o uso da tabela do *Munsell Book of Color* (2010), ou do *Munsell Bead Color Book* (2012), para efeitos comparativos. A propriedade determina a cor de uma conta e para ser observada ela deve ser limpa de

toda sujeira. A conta deve ser posta na ponta de uma agulha e comparada com as tabelas de Munsell em um fundo branco e em luz natural (meio dia) ou fluorescente. Deve ser anotado se o vidro é dicróico, se há variações na luz transmitida. Em contas com várias camadas as cores devem ser registradas de fora para dentro.

Diafaneidade:

São nomeadas em opacas (OP), translúcidas (TSL) e transparentes (TSP). As contas translúcidas transmitem luz de forma difusa, deixando um pino interno da perfuração aparecendo como uma sombra quando observado através do corpo da conta. O pino da perfuração fica totalmente visível nas transparentes. Bolhas podem afetar a diafaneidade de uma conta, por isso devem ser anotadas.

Patinação e Brilho:

A cor e o grau de patinação devem ser anotados, podendo vir a indicar uma idade relativa. A pátina pode ser fina e ter um tom amarelado (ou de outra cor) quase imperceptível, alterando a coloração de uma conta azul brilhante, por exemplo, para azul turquesa. A remoção da pátina geralmente revela a cor verdadeira. Os tipos mais comuns são as brilhantes e as opacas. As contas oitocentistas e do século XX podem ser metálicas, com superfície iridescente, com aparência oleosa, fosca (em ácido) ou acetinada (estrutura fibrosa)

Tamanho:

O comprimento, medida paralela à perfuração e ao diâmetro, perpendicular à perfuração, são as duas dimensões úteis para a sistematização das contas. Onde ocorrer mais de uma amostra por variedade de contas, a faixa de tamanho deve ser registrada. Nas achatadas deve ser buscado o comprimento (paralelo à perfuração), a largura (perpendicular à perfuração) e a espessura (perpendicular à largura). Em grandes amostras com mais de cem contas a média das formas devem ser calculadas, fornecendo informações históricas sobre o tamanho das contas.

Karlins Karklins (2012) nos diz que o tamanho da perfuração pode ajudar a identificar contas de vidro do tipo *wound* devido aos seus furos largos. Deve-se separá-las das feitas em *mold-pressed*, que possuem furos com o diâmetro muito pequeno. Através de um compasso de calibre vernier o pesquisador sugere que deve-se anotar a

faixa de menor comprimento e diâmetro de cada tipo, até próximo do décimo milímetro, sendo esse diâmetro mínimo indicado porque é a dimensão que determinará o tamanho da conta conforme ela passa por determinadas fases durante o processo de dimensionamento.

Ainda que para Karklins não fosse importante anotar as medições de perfurações das minúsculas contas *seed*, entre as contas do tipo *drawn* a situação é outra. Nesse caso foram identificadas contas onde a forma, diafaneidade e cor eram todas iguais. O único atributo que as diferenciavam eram as paredes finas e as perfurações largas em algumas, e perfurações finas e paredes grossas em outras. Para o pesquisador, elas não são a mesma coisa e devem ser entendidas como uma variante.

Karlins Karklins, na categoria “tamanho”, não segue a sistematização do casal Kidd. Eles separavam as contas nos seguintes valores: muito pequeno (- 2,0 mm), pequeno (2 - 4 mm), médio (4 - 6 mm), grande (6 – 10), e muito grande (+ 10 mm). Karklins considera que são valores muito amplos para montar grupos de tamanhos históricos, quando o intervalo entre os tamanhos é muito pequeno, com cerca de apenas 0,2 mm (KARKLINS, 2012, p.79).

Modificações pós-produção:

Para Karlins Karklins as características a serem observadas eram se a conta foi moída ou esmerilhada para mudar sua forma ou remover camadas externas, ou se foi aquecida e sofreu queima, processo que transformam a sua diafaneidade, cor e morfologia. É importante fazer um esforço para tentar determinar a forma original e a sequência de cores, observando outros exemplares não modificados presentes junto ou em outras coleções. A modificação das contas após elas saírem de suas fábricas era comum, principalmente no território americano (KARKLINS, 2012, p.80).

Cronologias:

Karlins Karklins (2012) recomenda o uso das cronologias já levantadas em pesquisas arqueológicas, mesmo que não exista uma cronologia compreensiva para as contas de vidro identificadas em sítios arqueológicos norte-americanos e sul-americanos.

Origens:

Apesar de Veneza e a Boêmia terem produzidos a grande maioria das contas de vidro, outros centros produtores também participavam desse processo. Para Karlins Karklins, estudos baseados na ativação de nêutrons, como os de sintetização realizados por Ron Hancork, e os trabalhos de Burgess e Dussubieux, utilizando *Laser ablation – Inductively Coupled Plasma- mass spectrometry* (LA-ICP-MS), nos ajudam a compreender a questão química das contas de vidro sobre o tempo, e também vem ajudando a determinar suas origens. Porém, o pesquisador é cético ao dizer que faltam trabalhos para chegarmos a uma história geral, já que não há material comparativo datado de sítios produtivos de vidro europeus.

Existem alguns poucos trabalhos sobre os sítios industriais do século XVII em Amsterdã, Middelburg e em Londres. Escavações têm sido feitas na Alemanha, mas ainda sem resultado publicados. Para Karlins Karklins, tanto as análises químicas quanto o uso de catálogos comerciais de fábricas do século XIX e XX apresentam um potencial de produção de dados bastante útil. Mas o autor diz que pesquisas devem ser realizadas para que análises químicas consigam resolver as questões gerais de origens das contas (KARKLINS, 2012, p.81). Ele acredita ser possível buscar as prováveis origens de muitos tipos de contas utilizando a comparação com exemplares de catálogos de amostras comerciais históricos, coleções de museus e de origens arqueológicas de sítios industriais europeus. Como já visto no terceiro capítulo, entre os principais centros produtores de contas de vidro temos Murano-Veneza, também Boêmia, Holanda, Alemanha, França e Igbo-Olokum e Ilé-Ifé na África Ocidental, além das antigas indústrias de contas de vidro do Mediterrâneo Oriental, Índia, China e da Rússia.

Função:

Nas contas é muito difícil atribuir função específica, a menos que seja encontrada em contextos devidamente diagnósticos, como costuradas em alguma vestimenta, localizadas no pescoço em um enterramento ou em rosários.

As pequenas miçangas, com menos de 6 mm de diâmetro, eram usadas em bordados e teares; formavam também colares, brincos, ornamentos de nariz e cabelo,

decorações em cerâmica nativa e etc. Contas grandes, maioria de 6 mm, são vistas como fazendo parte de colares e como adorno para cestas, esteiras, entre outros itens.

Para Karlins Karklins, alcançamos às funções de uma conta através da análise de seus tamanhos e também de seus contextos arqueológicos, históricos e culturais (KARKLINS, 2012, p.84). Segundo o pesquisador o importante é que as contas de vidro tenham uma descrição bastante informada. Por isso, imagens em cores nítidas devem ser feitas; elas ajudam quando falhamos na descrição. Seu guia auxilia arqueólogos a interpretarem adequadamente as contas, facilitando a comparação entre locais de conjuntos de contas e ajudando na preparação de cronologias regionais para a datação de contextos arqueológicos. Sua classificação também permite desenvolvimento de um gráfico de distribuição de contas características de um determinado período, ou de um determinado grupo étnico.

Mas diferentemente de Christopher DeCorse (2003), Karlins Karklins defende o uso do sistema de códigos para tipos de Kidd's (1970). Para o pesquisador, aqueles que não queiram organizar seu inventário de contas usando o número de variedades taxonômicas de Kenneth e Martha Kidd, podem utilizar os sistemas de “tipos” e “variedades” baseados nesse sistema. Em sua opinião, os estudos comparativos dessa forma ficam muito mais fáceis. Admitindo não ser um sistema alfanumérico perfeito, Karlins Karklins defende que o a taxonomia criada pelo casal Kidd, e que por ele foi expandida, ainda é a melhor para o ordenamento lógico dos tipos de contas de vidro, principalmente para as do tipo *drawn*.

Há outros pesquisadores que se dedicaram às contas. Foi o caso em 1967 de Van Der Sleen, quem buscou dialogar com a manufatura das contas de vidro e trabalhou com a nomenclatura das contas. Seus esforços para nomear contas de diferentes áreas do mundo foram pioneiros para traçar um gráfico de origem e alcance temporal desses objetos. Mas ele parou suas pesquisas antes de desenvolver um critério sistemático para a classificação (DECORSE, 2003, p.85-86). Lyle M. Stone é outro autor. Ele publicou, em 1974, uma monografia sobre o Forte *Michilimackinac*, onde apresenta uma seção apenas de contas de vidro classificadas a partir do tamanho (KARKLINS, 2012, p. 62). Lyle M. Stone enfatiza o tamanho relativo e função em seu sistema classificatório, dando importância secundária à classificação dos métodos por manufatura. Suas categorias funcionais principais são subdivididas em classes (método de manufatura),

séries (estrutura e forma), tipos (corpo/perfil) e variedade (cor/diafaneidade). Seu sistema trabalha apenas com as contas *drawn* e *wound*, tal como o sistema de Kenneth e Martha Kidd. Lester A. Ross foi outro autor que publicou em 1976 uma monografia chamada *Fort Vancouver, 1829-1860: historical archaeological investigation of the goods imported and manufactured by the Hudson Bay Company*. Seu sistema também foi influenciado pelo casal Kidd (1970), possuindo a tipologia do *Fort Vancouver* uma cobertura compreensiva dos grandes tipos de manufatura (KARKLINS, 2012, p. 62).

Destacamos aqui apenas os autores mais importantes para nossa pesquisa: Horace Beck e sua pioneira nomenclatura, também os trabalhos mais recentes de Christopher DeCorse (2003) e Karlins Karklins (2012). Essas sistematizações destacam a importância central dos estudos das tecnologias de manufatura e da identificação de sua produção no tempo e no espaço para o levantamento cronológico das contas, bem como suas interações econômicas ou relativas à mudança cultural.

O trabalho de Lisa E. Hopwood, intitulado *Glass trade Beads from Elmina Shipwreck: more than pretty trinkets* (2003), demonstra como as contas de vidro de um naufrágio na costa de Elmina forneceram informações a respeito do comércio mundial no século XIX, assim como sobre a dinâmica das relações comerciais entre a África Ocidental e os europeus. A pesquisadora propõe que os conjuntos de contas poderiam fornecer informações quando examinadas através de documentação e em seus contextos espaciais e culturais. No naufrágio na costa de Gana, em uma embarcação europeia (inglesa ou holandesa) que afundou entre 1830 e 1850, foram identificados 16 tipos de contas de vidro diferentes.

Lisa E. Hopwood se baseou nos sistemas Kidd/ Karklins/ DeCorse para compor os atributos para a formação de um banco de dados relacional, relativo ao conjunto de contas dos naufrágios de Elmina. Sua importância se encontra na possibilidade de descoberta de atributos comuns às contas, para depois serem relacionados às informações espaciais de distribuição. Arqueólogos, por meio de um banco de dados como esse, podem organizar as contas de forma a encontrar relações regionais no que diz respeito à cor, tamanho e forma (HOPWOOD, 2003).

4.1.2 As Técnicas de Produção

Horace Beck, na sua pioneira classificação relativa às contas e pingentes, divide essa categoria entre os seguintes tipos: materiais orgânicos, metais e materiais artificiais. Em relação ao vidro, o pesquisador o define como uma combinação de sílica e cal ou chumbo, somado a um álcali (soda, potássio) (BECK, 1928, p.57). O casal Kidd's define vidro como uma substância de sílica, álcali, um estabilizador e quase sempre um agente de coloração que se funde quando determinada temperatura é alcançada. O vidro, dessa forma, é um material extremamente maleável, na fundição e ao ser resfriado permite a manipulação através de técnicas específicas (KIDD, KIDD, 1970, p.40).

Na identificação morfológica das contas, nossa referência é a nomenclatura de Beck (1928). A classificação se organiza em torno das técnicas de produção, já que essas informações, somadas aos dados relativos aos centros produtores e à história da indústria, nos ajudam no levantamento de cronologias localizadas no período moderno (DECORSE, 2003). Abaixo, apresentamos as principais técnicas de produção de contas de vidro. Nossa referência é o sistema adaptado por Karlins Karklins (2012) da tipologia de Kidd & Kidd (1970), voltados à manufatura.

DRAWN

A caracterização das contas *drawn* é de segmentos de tubo, inalterados ou com extremidades trabalhadas. Paralelos ao eixo de perfuração ocorrem bolhas no vidro e estrias na superfície. Algumas podem ser arredondadas pelo método *speo* (espeto), quando apresentam uma leve marca na extremidade, indicando que poderia ter se fundido com outra conta e que depois foram separadas (KARKLINS, 2012, p.64). Esses tipos foram produzidos em larga escala pela indústria de vidro europeia para serem negociadas nas Américas, sendo encontradas em coleções de museus no mundo inteiro. As contas *drawn* eram além de tudo mais baratas e permitiam uma grande variedade de formas e cores (DUBIN, 1987, p.110). Elas servem à produção fabril em massa, permitindo que milhares de contas possam ser fabricadas a partir de uma única bolha soprada (KIDD, KIDD, 1970, p.40-41).

Em Veneza, a produção dessas contas foi iniciada em 1490, e estiveram disponíveis aos primeiros exploradores marítimos ibéricos da época moderna (BLAIR,

PENDLETON, FRANCIS, 2009, p.55). A indústria da Boêmia, entre 1867 e 1918, foi uma das maiores produtoras de contas *drawn* facetadas e poliedras (KARKLINS, 2012, p. 82). Também foram produzidas na França no século XVI (KARKLINS, 2012, p.83). Na Holanda, as oficinas de vidro produziram esse tipo de conta no século XVII, mas sua fabricação não passou de 1698. É possível que na região alemã da Bavária também tenham sido produzidas contas *drawn* (KARKLINS, 2012, p.82).

CONTAS DRAWN SIMPLES E COMPOSTAS

Figura 31. Contas drawn simples à direita, e compostas (com duas ou mais camadas de vidro) à esquerda; conforme sistematização de Kidd & Kidd (1970)

Segundo Kidd e Kidd (1970), elas podem ser produzidas por duas pessoas. O primeiro toma uma pequena quantidade de vidro fundido em uma zarabatana (ou *punty* para os ingleses), o assopra e o alarga como uma bolha. Nesse momento é formado um cilindro oco, com a forma cilíndrica sendo alcançada através do rolamento em uma superfície resistente ao calor (um *marver*, ou superfície de mármore). Segundo Francis Jr. e Pendleton (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009), soprar uma bolha em um vidro é uma tarefa difícil, por isso alguns pesquisadores não falam no sopro, mas na manipulação do vidro com um *punty* ou um dispositivo de pinça que é aberto dentro do vidro (BLAIR, et al, 2009, p.55). A bolha é então colocada dentro da massa de vidro fundido, com o intuito que sejam reunidos mais materiais. Ele pode adicionar vidro

colorido ou da mesma cor; e quando uma cor é adicionada, o processo é chamado *layering*. Mais que duas cores podem ser usadas, chegando até cinco ou seis camadas.

Com um tubo roliço, um segundo homem junta a outra haste de ferro para longe do final da bolha. Um homem finaliza com um soprador e os dois então caminham em direções opostas para logo depois deixarem o vidro esfriar. Com o tubo rígido, ele é posto em placas de madeira para continuar o resfriamento, para depois ser quebrado em pequenos pedaços, que são cortados no tamanho desejado para as contas. Durante o processo de desenho (*drawning*), a proporção de qualquer ponto do tubo é constante, seu diâmetro permanece uniforme em toda parte, porém se tornar menor. E quanto menor for, mais finos os tubos ficam.

Após esse processo temos contas cilíndricas de vidro monocromáticas ou policromáticas, conforme a quantidade de camadas que foi posta na bolha. Além do tratamento de camadas múltiplas, a bolha também pode receber marcas oriundas de bastões ou canos de vidro colorido fixados na bolha, produzindo contas listradas. As hastes da cor desejada são colocadas nas paredes de um tipo de “balde”, podendo ser hastes simples ou múltiplas. A bolha de vidro é então colocada no balde, ao serem expandidas, as hastes vão aderir ao vidro soprado. Nesse momento a bolha de vidro retorna ao fogo o tempo suficiente para que as hastes se unam à superfície da bolha. As contas *drawn*, no tratamento no *marver*, as bolhas quentes (sejam elas em camadas, listradas, não alinhadas ou tudo isso ao mesmo tempo) são colocadas sobre o mármore, onde serão achatadas ou patinadas, para tomarem forma triangular, quadrada ou qualquer outra morfologia de seção transversal (KIDD, KIDD, 1970).

Os tubos prontos cortados, sem acabamento, foram ocasionalmente repassados para a venda, mas o normal era que fossem acabados pelos próprios produtores de contas de vidro, já que os acabamentos são uma marca dessa indústria. Até o século XIX, quando foram introduzidas as máquinas de processamento de tubos, a técnica *drawn* de produção predominante era essa descrita acima (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009, p.55).

As conhecidas contas *chevrons* assim eram produzidas: quando a bolha é enrolada em marfim corrugado ela é posta em camadas de vidro de outras cores, com o processo sendo repetido entre cinco ou seis vezes, mas podendo até chegar a doze camadas. Conforme o vidro era formado, ela era torcida. Podemos encontrar nessa

técnica contas que possuem formas complicadas, que sofreram aplicação de várias camadas e listras, deixando-as quadradas e torcidas (KIDD, KIDD, 1970).

As contas maiores, como as *chevrons* grandes, são normalmente moídas nas extremidades para fazer surgir os efeitos das cores nas camadas. Após o resfriamento dos tubos, eles são partidos em pedaços longos, que poderão depois ser fatiados em blocos do tamanho desejado. Ou, também, as contas em tubo *drawn* podem ser submetidas a um tratamento que as reduz a contas esféricas. Para isso, elas são misturadas em carvão moído e areia fina num recipiente, onde serão reaquecidas. Esses recipientes para manter as contas em fusão juntas e aquecidas são agitados constantemente sob um eixo. Essa ação e o aquecimento faziam as contas se tornarem arredondadas, enquanto a mistura em areia e carvão servia para que as perfurações das contas não desaparecessem. Tal método foi utilizado após 1817. Antes de 1817, os pedaços do tubo eram colocados nos espetos de forma a que eles não se tocassem e a ferramenta pudesse ser girada em um forno, arredondando os segmentos (KARKLINS, 2012, p.63-64). A ferramenta era semelhante a um espeto, por isso era conhecido como método *speo*, utilizado entre 1600 e 1817 (DECORSE, 2003, p 84).

Figura 32. Produção das contas *drawn* Fonte: Kidd & Kidd (1970)

O processo de arredondamento de contas que surge após 1817 é muito mais eficiente, misturando as contas ásperas com cal e carvão para tampar os buracos e depois colocá-las em um tambor de metal, com areia e às vezes misturada com pó de carvão (KARKLINS, 2012). O tambor, ou panela, era colocado em um forno e permanecia girando a baixa velocidade, uma técnica chamada de “*tumbling*”. Tanto nesse método de arredondamento quanto no método “*pan*”, o calor e a agitação são

responsáveis pelo arredondamento das extremidades quebradas, enquanto várias misturas impediam que as contas grudassem umas nas outras e que fechassem as perfurações quando o vidro atingisse a temperatura de fundição. Conforme a temperatura e o tempo em que os segmentos de tubo ficavam expostos, eles podiam dar origem tanto a tubos quase inalterados até contas globulares. Após o resfriamento elas eram limpas e quase sempre polidas, amarradas e embaladas para serem enviadas aos mercados mundiais (KARKLINS, 2012, p.64).

Figura 33. Produção de decoração listrada em contas drawn.
(Kidd & Kidd, 1970).

Horace Beck as chamava contas *cano*. Na técnica mais antiga, elas eram feitas com vidro fundido que ao final de uma zarabatana era soprado para que ficasse oco. Enquanto o vidro se encontrava aquecido, uma era presa na extremidade da outra, sendo esticadas o mais rápido possível, formando um longo tubo antes de esfriar (fig.32). Esse método foi inventado no primeiro século da era cristã, por isso todas as contas *drawn* devem ser posteriores a essa data. Porém, Beck nos chama a atenção para a presença de contas de vidro tubulares na antiga fábrica de vidro de *Tel El Amarna*, da época da XVIIIª Dinastia Egípcia (séc. XVI B.C.). Estas eram as conhecidas *folded canes*, feitas em canos dobrados, mas sem serem puxadas. Esses cortes determinam a sua forma mais rústica nas contas *cane* (tubo) antigas (BECK, 1928, p.60-61). A denominação *drawn* foi escolhida em nossa classificação por estar relacionado ao processo de fabricação e

não à forma finalizada, como ocorre nas denominações tubo, *cane*, ou cano-oco (KARKLINS, 2012, p.63).

WOUND

Esse é um dos tipos mais antigos de produção de contas. Horace Beck as chamava *wire-wound* e eram feitas com uma fina vareta de vidro que era aquecida até se tornar viscosa e, então, era enrolada em volta de um arame. Nesse processo o vidro é puxado para fora por um fio, por isso é possível identificar uma projeção na superfície da conta que determina onde o fio foi quebrado. Elas são reaquecidas para receber a decoração (BECK, 1928, p.60). Além de serem conhecidas como contas *wire-wound*, também são chamadas *mandril-wound*. Podem ser fixadas em moldes *tang-link* para passar uma forma. Essa técnica pode ser confundida com a *molded-pressed*, porém, a diferença se encontra no fato de que um globo de vidro fundido inicia a produção dessa técnica *molded-pressed*, e nas *wound* ela é feita em contas já prontas (KARKLINS, 2012, p.68).

Filamentos de vidro coloridos podem ser adicionados para a produção de contas multicoloridas, como simples pontos, rosetas ou arranjos florais aplicados enquanto o vidro se encontra aquecido e macio. As contas *wound* possuem variações quase infinitas e sua classificação seria praticamente impossível (KIDD, KIDD, 1970, p.41). Às vezes pode ser muito difícil diferenciar contas *wound* das contas *drawn*, mas segundo o casal Kidd uma inspeção detalhada com uma lupa nos mostra que nas contas longas as fibras estão lado a lado longitudinalmente. Isso está presente em contas tubulares que permaneceram no solo muito tempo e sofreram uma desintegração inicial, mostrando a fase em que aparecem as listras. Nas contas *wound* as fibras se encontram de forma helíaca, contornando a circunferência da conta. As bolhas que ocorrem nos dois métodos seguem os mesmos padrões das fibras, longitudinais para as contas tubos/*drawn* e globulares nas contas *wound* (KIDD, KIDD, 1970, p.41-42).

Figura 34. Contas *wound* (KARKLINS, 2012)

WOUND-ON-DRAWN

Foram encontradas apenas em poucos sítios arqueológicos do lado noroeste do Pacífico. Ela é uma curta seção do tubo *drawn* onde é enrolada uma camada de vidro colorido. A parte externa é vermelha e o núcleo é branco. Essa conta não se diferencia de seu tipo mais comum, a *wound*. Porém, os núcleos das *wound-on-drawn* possuem bolhas lineares paralelas à perfuração. Elas podem ter origem na Boêmia, segundo análises de composição química (KARKLINS, 2012). Sua categoria está designada como WD na tipologia de Kidds/Karklins de contas *wound* (o ultimo exemplar da fig.34), sendo a WDla em forma de barril. Com fabricação rara, apenas essa variedade foi identificada até hoje (KARKLINS, 2012, p. 71).

MOLD-PRESSED

Esse tipo de contas possui uma ampla diversidade de cores, estilos e formas. Poucas foram identificadas em contextos arqueológicos e as que existem podem ser usadas para criação de um quadro classificatório. Também conhecida como *molded* ou *pressed*, o termo *mold-pressed* foi escolhida por Karlins Karklins porque expressa melhor a técnica de manufatura. Nos sítios norte-americanos o pesquisador identificou dois processos técnicos predominantes relacionados a esse tipo de manufatura de conta. Em uma extremidade da vareta ela é aquecida até o seu derretimento e depois uma peça é pressionada no molde de duas partes. No momento em que o vidro aquecido é comprimido, o excesso é forçado para fora, na linha de junção, enquanto um pino móvel penetra no vidro para o buraco da perfuração.

Aqui aparecem “costuras” equatoriais na conta. No segundo método dois pedaços de vidro viscoso, um em cada metade do molde, são pressionados juntos para serem fundidos. Esse método foi responsável por contas com padrões coloridos complexos. O pino para formar a perfuração prolonga-se de um lado ao outro nas contas redondas, e estende-se através da face aberta para as achatadas e alongadas. Nessa variação as costuras estão ao longo de sua crista. Algumas contas facetadas possuem costuras em zigue-zague ao redor do meio, seguindo as bordas das facetas centrais. É importante que a natureza da costura no molde seja observada (KARKLINS, 2012, p.71). Esse tipo de conta normalmente é simétrica, podendo ter superfícies desniveladas que aparentam a casca de uma laranja. Também podem apresentar marcas de moldes em cristas e saliências lineares, com costuras coloridas. Na classificação de Karlins Karklins, a categoria *mold-pressed* é dividida em duas classes, uma com a presença e outra com a ausência de facetas lapidadas ou desenhos moldados (KARKLINS, 2012, p.71).

Figura 35. Exemplo de contas Molded-Pressed (KARKLINS, 2012).

Veneza e Boêmia foram dois centros produtores europeus desse tipo de conta (DECORSE, 2003, p.84), sendo que na Boêmia a produção foi de 1867 a 1918 (KARKLINS, 2012, p. 82). Na Alemanha, na região da Bavária, algumas contas *molded-pressed* também foram produzidas nos finais do século XIX; na França, elas ocorrem no século XVI (KARKLINS, 2012, p.82-83). Furos cônicos de algumas *molded-pressed* da Boêmia datam do século XIX, não eram feitas totalmente pelos processos de pressão; também eram finalizadas por perfurações, deixando uma marca na extremidade. Algumas, entre 1860 e 1870, possuem buracos cônicos totalmente moldados e nos exemplares da passagem do século XIX para o XX ocorrem perfurações retas que se estendem pelo corpo da conta (DECORSE, 2003, p.84).

BLOWS

Essas contas são nomeadas como *blow free* ou *mold blow*. Uma de suas características básicas é que elas são todas ocas. O método *blow free* é feito numa bolha de vidro fundido, na extremidade de um canudo de sopro. Este era um processo lento, onde individualmente era soprada uma ou mais bolhas em um tubo de vidro aquecido através de uma lâmpada. Enquanto o vidro se encontrava quente, era possível gravar desenhos na superfície. O método de sopro em molde (*mold blow*) possuía uma técnica

mais simples: soprava-se uma bolha no final de um tubo de vidro, inserido em um molde com duas partes. O ar era soprado para que a bolha enchesse a cavidade. Outro processo mais produtivo e complexo era o de colocar um tubo de vidro num molde dividido em duas partes, com até vinte e quatro cavidades ligadas. Após o vidro ficar viscoso com o aquecimento, o ar era soprado por dentro do tubo por via oral ou de forma mecânica, com ar-comprimido, expandindo-se o tubo e deixando-o na forma do molde. Essas contas possuem uma grande infinidade de formas, mas raramente foram encontradas em sítios arqueológicos americanos e não ocorreram tentativas de listar as contas produzidas sob essa técnica (KARKLINS, 2012, p.73).

Figura 36. Contas *blow* (KARKLINS, 2012)

A Boêmia foi um centro produtor desse tipo de conta no século XIX. Serviam à ornamentação de árvores de natal (KARKLINS, 2012, p. 82). As contas *free-blow* também foram produzidas na Alemanha no início do século XIX, utilizando tubos de vidro produzidos no próprio país e moldes de duas partes composto por bronze, porcelana ou ardósia. Em 1850, são introduzidos os moldes “gang”, aumentando significativamente a produtividade. Contas *blow* e *lamp* foram feitas no século XVII na França (KARKLINS, 2012, p.83). Sua decoração possui duas das características mais importantes: pontos (*eye*) ou linhas, podendo ser simples ou complexas (BECK, 1928, p. 62).

PROSSER-MOLDED

As contas fabricadas na técnica *Prosser-molded* ou *Prosser-molding* foram patenteadas em 1840 e servem como indicador temporal para contextos arqueológicos do meio do século XIX em diante (DECORSE, 2003, p.84). Esse tipo de conta normalmente possui uma faixa equatorial suavemente elevada. Podendo uma de suas extremidades ser arredondada e polida e a outra mais grossa. A perfuração afunila em direção à extremidade. Suas decorações mais comuns são listras, pontos ou facetas elaboradas. Algumas são opacas e outras, com sílica na composição, são translúcidas.

Figura 37. Contas *Prosser-Molded* (KARKLINS, 2012)

Seu nome “Prosser” tem origem na aparência com a técnica de modelagem para botões cerâmicos, patenteada por Richard Prosser em 1840. Esse tipo de manufatura não seria produzido através de vidro fundido, mas de uma mistura de feldspato, fluoreto de cálcio, areia/sílica e um corante. A pasta é pressionada em um molde para se chegar à forma buscada. O molde depois é invertido e as contas expelidas em uma camada de metal, sendo colocadas em uma fornalha até a sua fundição (KARKLINS, 2012). Ela também poderia ser rolada em esmalte e as extremidades mergulhadas no verniz para aparentar multicamadas. O esmalte traz a aparência de porcelana sem brilho. O alto

conteúdo de sílica dá a aparência de vidro. Se o material for transparente é possível ver a estrutura granular. Essas contas, dependendo da composição da sílica, aparentam vidro granulado, mas, tecnicamente, são cerâmicas (KARKLINS, 2012).

Como poucas foram identificadas em sítios arqueológicos norte-americanos, não ocorreram tentativas de classificação em sua totalidade (KARKLINS, 2012, p.74). A Boêmia foi um importante centro produtor desse tipo de conta entre os anos 1867 e 1918 (DECORSE, 2003, p.84-85; KARKLINS, 2012, p. 82); ela também foi produzida na França, a partir de 1860, pela *Bapterosses Company* (KARKLINS, 2012, p.83).

4.2 Sistematização

Como já foi afirmado, a classificação está baseada nos métodos desenvolvidos e adotados pelo casal Kidd (1970) e pelos pesquisadores Christopher DeCorser (2003) e Karlins Karklins (2012), onde as técnicas de manufatura são o fator organizacional.

Em seguida, elencamos formas e estruturas porque dialogam muito bem com as técnicas de manufatura, permitindo-nos organizar um maior número de informações sobre indústria e cronologia. A estrutura, segundo Karklins (2012) e DeCorser (2003), é dividida em: *Simples* (S): uma camada de vidro não decorada; *Compostas* (CPD), duas ou mais camadas, sem decoração; *Complexa* (CPX): contas simples, sem camadas, mas com decoração; e as *Combinadas* (CPE): contas compostas por camadas e com decoração.

Levantamos a morfologia no que diz respeito à matéria-prima, estrutura e origens, mas não nos prenderemos à caracterização das cores e medidas. Em contextos arqueológicos onde aparecem centenas ou milhares de contas de vidro as cores são importantes porque favorecem a construção de inferências gerais e estatísticas sobre comportamento a respeito de gostos, consumo e modas; diferenças mínimas das cores podem indicar contextos únicos (DECORSE, 2003). Mas como temos quase três dezenas de contas, almejamos as características estruturais e atributos particulares de cada objeto, mas não a coloração e nem medidas, já que entre as contas existe uma infinita diversidade de cores e tamanhos.

As técnicas de produção utilizadas determinaram uma variação substancial enorme das contas de vidro; grande diversidade pode ocorrer dentro das contas de um mesmo tipo. Manufaturas idênticas podem apresentar variações em cor e tamanho.

Christopher Decorse nos diz que o tamanho é sim uma variável importante, já que pode associar-se aos usos sociais, como as contas de uso na cintura e outras menores podem estar ligadas aos colares, com outros usos. Contas idênticas em muitos aspectos e em conjuntos grandes podem ser diferenciadas através do tamanho (DECORSE, 2003). Mas não cabe a nós aqui trabalhar com essas duas características referidas, já que temos poucas dezenas de contas. Tal ênfase talvez nos leve a perder informações importantes. De qualquer forma, as imagens são nítidas para visualização das cores e possuem escala (1cm) para observação das medidas.

Como buscamos interações em níveis locais, regionais e globais, a classificação é finalizada com a sessão denominada “correlações”, para identificação de onde esses artefatos, ou similares, estão ocorrendo no tempo e no espaço. O quadro comparativo da classificação das contas pôs lado a lado as identificadas nos sítios do triângulo histórico paulistano com outras de diversos contextos arqueológicos regionais e internacionais; foram comparadas, também, com as do *Levin Catalogue* e com as das coleções de Arte Africana, Etnografia Afro-brasileira e Arqueologia Brasileira do MAE-USP. Através dessas fontes podemos observar conexões e interações em redes de múltiplas escalas, entre localidades das duas costas do Atlântico (ORSER, 1996; 1999).

4.2.1 CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS DO TRIÂNGULO HISTÓRICO PAULISTANO (POR TÉCNICAS DE MANUFATURA)

Tecnologia Drawn

TIPO: 01.a

Nº.01

Manufatura: *drawn*

Material: *massa vítrea*

Estrutura: *CPE (combinada)*

Forma: *tubular*

Decoração: *divisas na superfície externa*

Origem/ Cronologia: *Veneza, século XIX, (MORETTI, 2010)*

Contexto: *Praça das Artes (séc.. XVIII/XIX-XX)*

Identificação no Acervo: *Peça 12.384*

Observações: *é um tipo único, verde esmeralda, quando a grande maioria das chevrons são azuis. A primeira (branca), segunda (vermelha) e quarta (verde) camadas são de vidro opaco, a terceira é translúcida. Apresenta polimento nas extremidades e encontra-se fragmentada, deixando expostas suas camadas de vidro. Segundo Moretti (2005), chevrons com 4 ou 6 camadas são contas venezianas do século XIX. Sendo produzida principalmente pela guilda veneziana Paternostri (1486).*

Correlações com o Tipo 01.a:

Local	Contexto	Cronologia	Contas
Engenho S. J. dos Erasmos, MAE-USP (MORAES, 2003)	Colonial/funerário	XVI

Rua da Assembleia, Rio de Janeiro (LIMA, 2016)	Diáspora Africana	XVIII
Sé de Salvador (TAVARES, 2006)	Diáspora africana/ funerário	XVIII-XIX
Lisboa (RODRIGUES, 2006)	Diáspora africana	XV-XVIII
Veneza (MORETTI, 2005)	<i>Coleção Ercole Moretti & Flli</i>	Séc.XIX
Senegal (OPPER, OPFER, 1989)	Africano/Funerário	XVIII-XIX
Colar de <i>chevrons</i> , Peça: 77/: 4.292; Col. Mariano Carneiro da Cunha, Acervo Etnologia Africana, MAE-USP (arquivos da Profa. Salum)	Etnográfico africano (Comprado em mercado do Benin)	XVI-XX

TIPO: 01.b

N°.02

Manufatura: *drawn*

Material: *massa vítrea*

Estrutura: *CPE (combinada)*

Forma: *redonda oblata*

Decoração: *Linhas simples na camada externa*

Origem/ Cronologia: *Holanda (séc. XVI-XVII) ou Veneza (séc. XVI-XIX) (DUBIN, 1987)*

Contexto: *Casa n°.1*

Identificação no Acervo: *Peça 28*

Observações: Essa conta foi identificada na sondagem realizada no fosso do elevador da Casa n°.1 Ela é uma *drawn arredondada por aquecimento, provavelmente pelo método “speo” (espeto), bastante utilizado pela guilda veneziana Paternostri de 1486 (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009). Possui 5 camadas de vidro, com a interna translúcida, seguidas de outras coloridas e opacas. Segundo Louis Dubin (1987), essas chevrons podem ser holandesas, com a produção entre 1590-1690, e em segundo lugar, venezianas produzidas até o séc.XIX. Na sistematização do casal Kidd (1970), é o Tipo IVk. Foram encontradas similares em sítios do séc. XVI-XVII em Nova Iorque, sendo os mesmos tipos produzidos na Holanda no séc. XVII (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009, p.75).*

Correlações com o Tipo 01b:

Local	Contexto	Cronologia	Contas
Sítio Engenho dos Erasmos (MORAES, 2003)	Colonial/ funerário	XVI	

Sé de Salvador (TAVARES, 2006)	Diáspora africana/ funerário	XVIII-XIX
Ilhas St. Catherines (EUA) (BLAIR, et al, 2009)	Colonial espanhol/ indígena	XVI-XVII

TIPO: 02

Nº.03

Manufatura: *drawn*

Material: *massa vítrea*

Estrutura: *CPD (composta)*

Forma: *tubular (cilíndrica/seção transversal arredondada)*

Decoração: *(s/d) sem decoração*

Origem/ Cronologia: *n/d (não definida)*

Contexto: *Solar da Marquesa de Santos (séc. XIX)*

Identificação no Acervo: *Peça 747*

Observações: *é um segmento composto (duas camadas) cortado de um tubo de contas “seed”, mas não foi finalizada pelo método ferrazza (em uma panela de metal, sendo movimentado em altas temperatura), como foram as contas 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 (tipos 3 e 4, a seguir). Possui uma camada interna de vidro porosa e outra externa fina e transparente. Na tipologia de Patrícia L.*

Brito (2015), sua matéria-prima é classificada como “concha”. É bastante provável que exista cal na sua composição.

Correlações com o Tipo 02:

Local	Contexto	Datação	Contas
Cais do Valongo (BRITO, 2015)	Diáspora Africana	XIX	<p>Tipo 94</p> <p>4,97x5,58 mm</p>
Sé de Salvador (TAVARES, 2006)	Diáspora africana/ Funerário	XVIII-XIX
Ilhas St. Catherines (EUA) (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009)	Colonial espanhol/ indígena	XVI-XVII

TIPO: 03

Nº: 4, 5, 6

Manufatura: *drawn*

Material: *massa vítrea* (é provável que exista cal na composição)

Estrutura: *S (simples)*

Forma: *plana-arredonda*

Decoração: (s/d) *sem decoração*

Origem/ Cronologia: n/d (*não definida*)

Contexto: *Solar da Marquesa de Santos (séc.XVIII-XIX)*

Identificação no Acervo: *respectivamente às imagens, peças 743, 809 e 1496*

Observações: *essa é uma conta rocaïlle do tipo seed, finalizada no método ferrazza; é conhecida por não possui uniformidade nos tamanhos. Era produzida pela guilda veneziana Margariteri, a maior que já existiu. As “seeds” foram a espinha dorsal da economia veneziana por séculos (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009).*

Correlações com o Tipo 03:

Local	Contexto	Cronologia	Contas
Sé de Salvador (TAVARES, 2006)	Diáspora africana/ Funerário	XVIII-XIX
Ilhas St. Catherines, EUA. (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009)	Colonial espanhol/ indígena	XVI-XVII

TIPO: 04

Nº: 7, 8, 9, 10

Manufatura: *drawn*

Material: *massa vítrea (é provável que exista cal na composição)*

Estrutura: *CPD (composta)*

Forma: *plana-arredondada*

Decoração: *sobreposta*

Origem/ Cronologia: *n/d (não definida)*

Contexto: *Solar da Marquesa de Santos (séc. XIX)*

Identificação no Acervo: *Peça 1498; Peça 741; Peça 745; Peça 30.*

Observações: *conhecidas como rocailles, seu núcleo é de vidro transparente. Em algumas contas o vidro branco pode sofrer erosão, tornando-se amarelado. São contas instáveis e a camada branca pode corroer até expor o núcleo. São finalizadas através do método ferrazza (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009).*

Correlações com o Tipo 04:

Local	Contexto	Datação	Contas
Cais do Valongo (BRITO, 2015)	Diáspora Africana Depósito coletivo/urbano	XIX	<p>Tipo 97</p> <p>3,92x6,47 mm</p>
Ilhas St. Catherines, EUA. (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009)	Colonial espanhol- índigena	XVII-XVIII
Nova Iorque (LAROCHE, 1994)	Diáspora africana, Funerário	XVIII
Mombaça/ Fragata St. Antônio de Tana; (TORRES, 2013)	Africano, Naufrágio	Séc. XVII

TIPO: 05

Nº.11

Manufatura: *drawn*

Material: *massa vítrea*

Estrutura: *CPE (combinada)*

Forma: *tubular/curta, com cortes aleatórias pelo corpo.*

Decoração: *facetas rondômicas*

Origem/ Cronologia: *Boêmia (séc. XVIII-XIX) (BATISTA, 2016).*

Contexto: *Solar da Marquesa de Santos (séc. XVIII-XIX)*

Identificação no Acervo: *Peça 1495*

Observações: *conforme as classificações de Patrícia Lepro Brito (BRITO, 2015) e Karlins et al. (KARKLINS, BARKA, 1989), definimo-la como conta drawn, considerando as facetas como decoração e sua estrutura como combinada (CPE). No antigo catálogo britânico de contas, voltado para o comércio com a África Ocidental, o “Leving Catalogue”, esse tipo aparece classificado como contas drawn azuis, aleatoriamente facetadas e com finais retos. Porém seu formato é bem diferente do nosso exemplar. Estes tipos do Leving Catalogue são da coleção de 1863, da parte voltada ao comércio de pessoas escravizadas. Pode pertencer à indústria veneziana, mas há forte possibilidade de ser da indústria boêmia (BATISTA, 2016).*

Correlações com o Tipo 05:

Local	Contexto	Datação	Contas
Cemitério dos Aflitos (Bairro da Liberdade/São Paulo)	Díaspóra Africana Funerário/	XVIII-XIX	

Cais do Valongo (BRITO, 2015)	Diáspora Africana Depósito coletivo/urbano	XIX	7,11x9,08mm
Sé de Salvador (TAVARES, 2006)	Diáspora Africana Funerário	XVIII-XIX
St. Eustatius, Antilhas Holandesas (KARKLINS, BARCA, 1989)	Colonial holandês/ Diáspora africana	XVIII-XX
Senegal (OPPER, OPFER, 1989)	Africano, Funerário	XVIII-XIX
<i>Levin Catalogue</i> (KARKLINS, 2004)	Catálogo de contas criado por <i>Moses Levin Levin</i> para o comércio britânico com a África	1851-1869

TIPO: 06

Nº.12

Manufatura: *drawn*

Material: *massa vítrea*

Estrutura: *CPX (complexa)*

Forma: *esférica/ oblata*

Decoração: *sobreposta/ listras compostas (policromadas)*

Origem/ Cronologia: *n/d (não definida)*

Contexto: *Solar da Marquesa de Santos (séc.XIX)*

Identificação no Acervo: *Peça 40*

Observações: *essa é uma drawn arredondada por aquecimento, provavelmente através do método speo (espeto) ou ferraza.*

Correlações com o Tipo 06:

Local	Contexto	Datação	Conta
Rua da Assembleia, Rio de Janeiro-RJ, (LIMA, 2016)	Diáspora africana	Séc. XVIII
Ilhas St. Catherines (EUA) (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009)	Colonial espanhol/indígena	Séc. XVI-XVII

TIPO: 07

Nº: 13

Manufatura: *drawn*

Material: *massa vítrea*

Estrutura: *(S) simples*

Forma: *circular/oblata*

Decoração: *s/d (sem decoração)*

Origem/ Cronologia: *n/d (não definida)*

Contexto: *Casa n.º 1*

Identificação no Acervo: *Peça 26*

Observações: *essa conta foi identificada na sondagem feita no foço do elevador da Casa n. 1, entre 22 e 32 cm de profundidade. É uma conta simples, sem camadas e nem decoração. Foi arredonda por aquecimento, através do método “speo” (espeto).*

Correlações com o Tipo 07:

Local	Contexto	Datação	Contas
Sé de Salvador (TAVARES, 2006)	Diáspora africana/ Funerário	XVIII-XIX	

TIPO: 08

Nº.14

Manufatura: *drawn*

Material: *massa vítrea*

Estrutura: *(CPX) Complexa*

Forma: *tubular/ longa*

Decoração: *sobreposta/simples (listras monocromáticas)*

Origem/ Cronologia: *n/d (não definida)*

Contexto: *Solar da Marquesa de Santos (séc. XVIII-XIX)*

Identificação no Acervo: *Peça 1507*

Observações: este é um tipo de conta comum, apresentando variadas cores e tamanhos, aparece no Levin Catalogue voltada para o comércio com a África na parte relativa às trocas por óleo de palma, no século XIX (KARKLINS, 2004). Suas características mais emblemáticas são os finais quebrados e arredondados por aquecimento.

Correlações com o Tipo 08:

Local	Contexto	Datação	Contas
Cais do Valongo (BRITO, 2015)	Diáspora africana/ descarte urbano	XIX	6,71x2,88mm
Coleção Acervo Sertanejo, Acervo de Etnografia Afro- Brasileira (MAE-USP)	Etnográfico (cultos afro-brasileiros)	1916

Leving Catalogue (KARKLINS, 2004)	Catálogo de contas criado por <i>Moses Lewin Levin</i> para o comércio britânico com a África	1851-1869

Tecnologia Wound

TIPO: 09

Nº.15

Manufatura: *wound*

Material: *massa vítrea*

Estrutura: *(S) simples*

Forma: *esférica/ toroide*

Decoração: *s/d (sem decoração)*

Origem/ Cronologia: *n/d (não definida)*

Contexto: *Solar da Marquesa de Santos (séc. XIX)*

Identificação no Acervo: *Peça 1497*

Observações: *conta “wound” simples, sem esmalte, engobo ou qualquer outra camada sobreposta ou enfeite. Foi identificada entre 120 e 130 cm de profundidade.*

Correlações com o Tipo 09:

Local	Contexto	Datação	Contas
Cais do Valongo	Diáspora africana/ Descarte coletivo/urbano	XIX	<p>Tipo:70</p> <p>4,73x7,19mm</p>

Palácio dos Marqueses de Marialva, Lisboa. (TORRES, 2007)	Português, urbano	XVIII
Ilhas St. Catherines (EUA) (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009)	Colonial espanhol/ indígena	XVI-XVII	Tipo 75

TIPO: 10

N.º 16

Manufatura: *wound*

Material: *massa vítrea*

Estrutura: *(S) simples*

Forma: *doughnut-shaped (ou toroide)*

Decoração: *s/d (sem decoração)*

Origem/ Cronologia: *n/d (não definida)*

Contexto: *Solar da Marquesa de Santos (séc.XIX)*

Identificação no Acervo: *Peça 746*

Observações: *o casal Kidd (1970) classificou essa forma como “doughnut” associadas às wounds oblatas, que se assemelham com um “salva-vidas”, possuindo perfurações maiores. Sua coloração escurecida pode indicar a presença de manganês na composição.*

Correlações com o Tipo 10:

Local	Contexto	Datação	Contas
Nova Iorque (LAROCHE, 1994)	Diáspora africana/ funerário	XVIII
Ilhas St. Catherines (EUA) (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009)	Colonial espanhol- indígena	XVI-XVII
Igbo-Olokum (Nigéria) (BALOLA, 2017)	Africano, Fabril/ Industrial	XVI

TIPO: 11

Nºs. 17, 18

Manufatura: *wound*

Material: *massa vítrea*

Estrutura: *(S) simples*

Forma: *doughnut-shaped (ou toroide)*

Decoração: *s/d (sem decoração)*

Origem/ Cronologia: *n/d (não definida)*

Contexto: *Solar da Marquesa de Santos (séc. XIX)*

Identificação no Acervo: *Peças 1494*

Observações: *essa conta possui como característica principal o tamanho extremamente reduzido, menor que meio centímetro. Foi localizada entre 270 e 280 cm de profundidade (Quadra A4).*

Correlações com o Tipo 11:

Local	Contexto	Datação	Contas
Sé de Salvador (TAVARES, 2006)	Diáspora africana/ Funerário	XVIII-XIX
Nova Iorque (LAROCHE, 1994)	Diáspora africana/ Funerário	XVIII
Ilhas St. Catherines (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009)	Colonial espanhol /índigena	XVI-XVII

TIPO: 12

Nº. 19, 20

Manufatura: wound

Material: massa vítrea

Estrutura: CPD (composta)

Forma: tubular/ cilíndrica

Decoração: s/d (sem decoração)

Origem/ Cronologia: Veneza/ séc XIX (VERHAEGUE et al., 2014)

Contexto: Praça das Artes (séc. XVIII/XIX-XX)

Identificação no Acervo: são respectivamente as Peças 12.198 e 12.221

Observações: é conhecida como “vermelho no branco” (red-on-white) ou Cornalina de Aleppo. É caracterizada pela camada externa vermelha e o núcleo branco. Possui variadas formas, como globulares de dois tamanhos, ovais e em barril. No acervo de Etnologia Africana do MAE-USP existe um colar comprado nos mercados da África Ocidental, com dois estilos próximos dessa conta de duas camadas, uma esférica e outra cilíndrica, esta última com as dimensões maiores (2 cm) do que as contas da Praça das Artes (1 cm). Ela aparece no “Leving Catalogue” (séc. XIX) para o comércio com a África Ocidental, na parte voltada às trocas por marfim. São feitas com um tubo drawn branco, onde é enrolado o vidro vermelho. Podem ser de origem boêmia, segundo análise de composição química (apud KARKLINS, 2012). Na classificação por técnicas de produção de Karklins (2012), há a categoria “wound-on-drawn”; como é difícil saber como a camada interna foi feita (se é drawn ou wound), preferimos identificar essa conta como Wound. Esses exemplares dialogam com as contas do contexto arqueológico da antiga capital do Reino do Congo, Kindoki (VERHAEGUE et al., 2014).

Correlações com o Tipo 12:

<i>Local</i>	<i>Contexto</i>	<i>Datação</i>	<i>Contas</i>
Coleção Mariano Carneiro da Cunha, Peça 77/:4.289Acervo de Etnologia Africana, MAE-USP (fonte: arquivos da Prof. Salum)	Comprado em Mercado no Benin, África Ocidental	XIX-XX (provável)

<p>Levin Catalogue (KARKLINS, 2004)</p>	<p>Catálogo de contas criado por Moses Lewin Levin para o comércio britânico com a África</p>	<p>1851-1869</p>
<p>Kindoki, Congo (VERHAEGEH et al, 2014)</p>	<p>Africano/ Funerário</p>	<p>XVIII-XIX</p>

Produção Não Definida

TIPO: 13

Nº. 21, 22, 23 (acima), 24, 25, 26 (embaixo) e 27 (sem registro visual)

Manufatura: *n/d*

Material: *orgânico (provavelmente ósseo)*

Estrutura: *(S) simples*

Forma: *discoide (BECK, 1928)*

Decoração: *n/d*

Origem/ Cronologia: *n/d*

Contexto: *Solar da Marquesa de Santos (séc. XVIII-XIX)*

Identificação no Acervo: *respectivamente, Peça 88; Peça 69; Peça 79; Peça 73; Peça 70; Peça 80. (há mais uma, a Peça 78, que não teve sua imagem registrada, mas compõem as estatísticas do nosso trabalho).*

Observações: *a morfologia discoide para contas é comum em toda humanidade, mas conforme peças no acervo de Etnologia Africana do MAE-USP e o colar identificado nas escavações da Sé de Salvador, ela pode ter sido particularmente utilizada pelos africanos ocidentais. Ainda que os materiais não sejam os mesmos, a morfologia se repete. No “Levin Catalogue” (século XIX), aparecem contas com morfologias similares, mas de outras cores e materiais, relacionadas ao comércio de ouro com a África (DUBIN, 1987). Há a possibilidade de produção artesanal local, em material ósseo ou malacológico, segundo Paula Nishida,*

supervisora do Centro de Arqueologia de São Paulo. Esse material é bastante semelhante com o destacado entre os adornos de conchas da arqueologia brasileira (PROUS, 1992, p.88).

Correlações com o Tipo 13:

<i>Local</i>	<i>Contexto</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Contas</i>
Sé de Salvador (TAVARE S, 2006)	Diáspora africana/ funerário	XVIII-XIX
Peça 76/:2.35 A, Acervo de Etnologia Africana, MAE-USP (Arquivos da Prof. Salum)	Compradas em mercados da África Ocidental (anos 1970)	XX
Levin Catalogue (DUBIN, 1987)	Catálogo de contas criado por Moses Lewin Levin para o comércio britânico com a África.	1830-1913 (séc. XIX)

4.3 Resultados e Discussão

Para a área relativa ao triângulo histórico foi identificado o registro de 29 contas de vidro e material orgânico (ósseo), distribuídas por três contextos arqueológicos: Solar da Marquesa, Casa n°.1 e Praça das Artes. Porém, três dessas contas relativas à Praça das Artes não foram localizadas no acervo, apesar de constar no banco de dados. Assim, nosso estudo sobre as técnicas de produção foi realizado com 26 contas. A

maioria desses adornos faz parte do contexto relativo ao Solar da Marquesa de Santos e foram produzidos através da tecnologia *drawn*, conforme os dados apresentado abaixo.

Tabela 12.

*Contas identificadas por sítios arqueológicos
na área do triângulo histórico.*

<i>Contextos</i>	<i>%</i>
Solar da Marquesa de Santos	72,4 %
Praça das Artes	20,6 %
Casa 01	6,8 %
Beco do Pinto	0 %

Tabela 13.

*Porcentagem das contas conforme as técnicas
de produção*

<i>Técnicas de Manufatura</i>	<i>%</i>
Drawn	48,2 %
Wound	13,7 %
Não definidas	20,6 %
Não localizadas no acervo	10,3 %

Tabela 14.

*Das contas identificadas, porcentagem por
matéria-prima.*

<i>Material</i>	<i>%</i>
Vidro	75,8 %
Orgânico	24,1 %

Como já mencionado, a sondagem aberta na terceira etapa das escavações no Solar da Marquesa de Santos estava localizada no quintal, na área do reservatório e

distante do contexto da residência, entre a média e a baixa vertente do morro do Pátio do Colégio, próximo à Rua Bittencourt Rodrigues. As contas de vidro e orgânicas estavam localizadas na estratigrafia entre 1,10 e 2,80 metros de profundidade, após a camada de aterro, junto a um solo arenoso, cinzento e misturado a outros objetos. Segundo Nishida, há uma significativa possibilidade desse solo pertencer à antiga Várzea do Carmo⁹. No processo de formação do sítio, é provável que o solo tenha sido deslocado no momento da abertura da atual Rua Dr. Bittencourt Rodrigues, que ocorreu entre 1910 e 1920, conforme pode ser visto na análise da documentação cartográfica. Por outro lado, também existe a possibilidade desse material ter vindo da alta vertente do morro.

A Várzea do Carmo era um território popular do século XIX, onde predominava uma sociabilidade caipira e negra, com uma forte presença do cotidiano de trabalho de lavadeiras, ambulantes, comerciantes, cocheiros, profissões associadas ao universo do negro no século XIX. Lavadeiras, carroceiros e suas montarias se instalavam diariamente em diversos pontos da antiga margem do Tamanduateí (BRUNO, 1954, p.212-213; SANTOS, 1998), utilizavam da água corrente para lavar roupas, carroças e animais. A historiografia demonstra a presença negra na passagem do Beco do Pinto, trabalhando no descarte de resíduos urbanos (BRUNO, 1954) ou nos serviços domésticos no Solar da Marquesa de Santos (WINSSENBAACH, 1998), configurando a região como um ponto referencial do que chamamos de territórios negros paulistanos.

⁹ Como até o presente momento o relatório das escavações da Terceira Etapa não estava pronto, recolhemos informações em entrevista direta com responsável pela pesquisa, a Dr. Paula Nishida, em agosto de 2017.

em enfeites de cabeça, indicando que essas mulheres eram pertencentes à elite local. Nos enterramentos masculinos, a quantidade de contas como mobiliário funerário era bem menor (VERHAEGHE et al., 2014). A falta de contas e miçangas de vidro na vida das mulheres centro-africanas era motivo de tristeza no século XIX; elas as utilizavam também como moeda nos mercados locais (ALMEIDA, 2017, p.74-75). As *Cornalinas de Aleppo* estão presentes no *Levin Catalogue*, catálogo de contas de vidro do século XIX criado para auxiliar no comércio entre Inglaterra e África. Escrito pelo comerciante britânico *Moses Lewin Levin*, foi utilizado em negócios entre 1830 e 1913. Nesse catálogo há um tipo de colar de contas com estrutura similar, com camada externa de vidro vermelho enrolado e outra interna clara; com forma esférica, elas aparecem junto à seção das contas que eram negociadas por marfim entre 1851 e 1869 (DUBIN, 1987; KARKLINS, 2004).

Figura 53. 1- Localização da Igreja da Nossa Senhora do Rosário nos séculos XVIII e XIX. 2- Antiga Ponte do Acu, sobre o Anhangabaú, ponto de referência do despejo de lixo no século XIX 3- Largo Paissandu, para onde a Igreja da Nossa Senhora do Rosário se muda em 1904. 4- Covão do Caminho do Tamanduateí, dos finais do século XVIII (BRUNO, 1954). 5- Seminário das Educandas. 6- Irmandade da Santa Efigênia. Planta da Cidade de São Paulo – 1881, Companhia Cantareira e Esgotos, Henry B. Joyner. Escala 1:10.000 (cm).

O contexto da Praça das Artes é um antigo aterro sanitário, ou “lixão urbano”, relativo ao século XIX. Os chamados “covões” abertos nesse período pelo poder público eram crateras com fins sanitários, para o despejo de resíduos e refugos urbanos.

Atendiam aos moradores de suas respectivas áreas, por isso existiam outros covões em outras regiões da cidade na época (ver fig.1, p.40) (BRUNO, 1954). A Praça das Artes é um típico contexto de descarte secundário urbano, com o refugo sendo depositado fora de seus locais de uso (SCHIFFER, 1972). Conforme o relatório de pesquisa, o grande número de recipientes de faiança fina, com alta variabilidade morfológica, baixa variabilidade volumétrica e de desenhos intraformais, indica que uma mesma ação foi repetida diversas vezes (por uma pessoa ou grupo), podendo ser relacionado a processos de complexificação e ritualização das refeições.

Por esses indícios, chegou-se a constatação de que a cultura material ali identificada não seriam refugos de unidades domésticas, mas de alguma unidade produtiva maior, como instituições. Dessa forma o relatório levanta três hipóteses para a origem da lixeira: a primeira é sobre a possibilidade de que esses artefatos sejam relacionados à área comum de várias unidades domésticas; a segunda, levanta a possibilidade de ter sido formada pelo descarte de diferentes ocupações de uma mesma residência; em terceiro lugar, ela não diria respeito apenas às unidades domésticas, mas a outras edificações maiores, como pensão, comércio, hotel ou similares. São unidades onde a manipulação de recipientes parecidos, expostos à quebra e ao descarte, é maior do que em ambientes domésticos (SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2012, p.192).

Figura 54. À esquerda, conta da Praça das Artes. No centro, colar oriundo da África Ocidental, acervo do MAE-USP. À direita, contas *red-on-white* de Kindoki, no antigo Reino do Congo.

A 300 metros do contexto da Praça das Artes, seguindo na direção sudeste da Rua São João e atravessando o Vale do Anhangabaú, chegamos ao lugar onde se localizou por dois séculos um dos principais pontos de referência da paisagem negra paulistana, a Igreja da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário. Em torno dela havia moradias, tendas comerciais e o cemitério dessa comunidade, conforme descrevemos no

primeiro capítulo. Em 1904, a sede da Irmandade foi transferida para o Largo do Paissandu (SANTOS, 1998, p.126), passando então a se localizar a apenas 130 metros do contexto da Praça das Artes. Por esses motivos, pensamos que esse território negro referente à Irmandade da Nossa Senhora dos Rosário possar ter determinado, em algum grau, o conjunto da cultura material descartada no aterro sanitário referente ao contexto da Praça das Artes. As duas contas tipo 12, de produção *wound*, assim como a conta *chevron* resgatada nesse mesmo sítio, podem relacionar-se à vida social da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário. A historiografia de São Paulo relata festas religiosas organizadas pela Irmandade, apontando o uso de contas “vermelhas e douradas”¹⁰, com fins de proteção mágica da saúde, ou estéticos:

Os filhos de menor idade dos pretos africanos, acompanhados de suas mães, também assistiam as mesmas festas, apresentando-se bem vestidos, com um gorro de lã, feito de crochê, na cabeça, e trazendo, como adorno, ao pescoço, um rosário de contas vermelhas e de ouro, com um grande número de bugigangas, tais como dentes de onça, figas de guiné e de ouro, olhos de cabra, pacova, etc., sendo que tudo isso era para livrar os pequenos filhos dos mesmos pretos africanos de algum mau olhado ou de qualquer quiçaça, matirimbimbe ou pincuanga (feitiçarias). (WISSENBAACH, 1998, 205-206)

Outra referência ao uso de contas vermelhas pelas mulheres negras nas festas do Largo do Rosário:

Por ocasião das solenidades que antigamente se efetuava na Igreja N. S. do Rosário, em honra desta santa, se realizavam também, em frente da mesma igreja, festejos populares, portando-se aí um numeroso bando de pretos africanos, que executavam com capricho a célebre música denominada tambaque, cantando e dançando com suas parceiras, que adornadas de rodilha de pano branco na cabeça, pulseira de prata e de rosário de contas vermelhas e de ouro ao pescoço, pegavam o vestido e faziam requebrados, sendo por isso vitoriados com uma salva de palmas por numerosa assistência. (BRUNO, 1954 apud ROLNIK, 1997, p.64)

Como o próprio relatório de pesquisa afirma a possibilidade desse contexto de descarte da Praça das Artes não estar relacionado apenas às unidades domésticas, mas também a alguma unidade institucional maior, como locais de comércio, moradia e hospedagem; observamos que essas categorias se associam à realidade da região da Baixada do Acu e do Largo do Rosário nos séculos XIX e XX. No Largo do Rosário

¹⁰ A descrição “vermelhas e douradas” pode indicar as duas camadas de vidro que possui esse tipo de conta, a externa vermelha e a interna dourada. Há uma variação comum entre a cor branca e dourada para o núcleo, como vemos nas contas do acervo africano do MAE-USP de núcleos dourados, e nas de Kindoki, núcleos brancos (fig.54).

existia uma movimentada feira e pequenas casas destinadas à moradia para os membros da comunidade religiosa.

Localizada em dois lugares diferentes conforme o período histórico, em um primeiro momento nos séculos XVIII e XIX, a Irmandade do Rosário se encontrava no final da antiga Rua São João, próxima ao covão do “Caminho do Tamanduateí”. Isso nos leva a considerar que este era inicialmente o local preferencial para o descarte material relativo à Irmandade. Porém, no início do século XIX, outra área de aterro sanitário foi aberta pelo poder público na região da Ponte do Acu, próximo ao Largo da Irmandade. Surge então a possibilidade de a irmandade católica ter utilizado qualquer um desses dois aterros sanitários nos anos 1800. Com a mudança da Igreja em 1904, a Irmandade do Rosário passa a ficar apenas a 130 metros da área de descarte da Praça das Artes, indicando que no início do século XX a irmandade passará efetivamente a utilizar mais efetivamente esse aterro sanitário.

Uma das sugestões que a *Scientia* aponta é a possibilidade do aterro sanitário relativo ao sítio Praça das Artes ter sido limpo e esvaziado ocasionalmente. Isso leva à hipótese de que os objetos mais antigos tenham uma baixa frequência, com a maioria dos artefatos resgatados sendo mais recentes, antes do fim das atividades do aterro no início do século XX (SCIENTIA, 2012, p.195). Esse período é o mesmo em que a Irmandade do Rosário se instala a apenas 130 metros de distância do aterro, no Largo Paissandu. Por isso consideramos plausível a possibilidade de contas e cachimbos ali identificados na camada arqueológica, estarem relacionados à Irmandade do Rosário.

A Irmandade da Nossa Senhora do Rosário era um dos principais pilares do território negro paulistano. Possuía uma organização social onde predominava a coroação dos Reis do Congo. As irmandades católicas, ainda que tivesse uma origem europeia, foram apropriadas pelos africanos, que criaram nelas espaços de afirmação e identidade. Serviam como veículos de transmissão de algumas tradições que se mantiveram através dos frequentes contatos, pela manutenção da língua e outros fatores (MATTOS, 2006, p.139). A apropriação negra do catolicismo promoveu o culto de santos negros, como São Elesbão e Santa Efigênia, e também São Benedito, estes associados a outras importantes irmandades negras paulistanas do século XIX. O surgimento do catolicismo africano foi a condição primordial para a difusão dessa religiosidade entre as populações negras das Américas, da África e da Europa

(MATTOS, 2006, p.142). Os dominicanos difundiram seu culto durante viagens missionárias à África; as irmandades da Nossa Senhora do Rosário foram as principais responsáveis pela difusão do catolicismo na África Centro-Occidental. A devoção a São Benedito era comum entre os africanos dos territórios coloniais portugueses, seu culto se encontrava em Angola desde o século XVII; São Elesbão e Santa Efigênia são cultuados na África desde o século XVIII, conforme afirma Regiane A. Mattos.

Segundo Lucilene Reginaldo (apud MATTOS, 2006, p.157-158), para além das danças e das características mais formais da tradição cultural, haveria uma continuidade da organização social centro africana nas irmandades católicas negras. A pesquisadora destaca que na região centro-occidental africana a organização social se dava através das linhagens, onde se reuniam os indivíduos de uma mesma família. A reunião dessas linhagens dava origem a uma aldeia, que possuía uma chefia religiosa e política. Tal como ocorria no contexto diaspórico da Irmandade do Rosário paulistana, os cargos de “Reis” e “Rainhas” eram ao mesmo tempo posições políticas e religiosas. Para Lucilene Reginaldo, há uma relação próxima entre as Irmandades do Rosário e a coroação dos Reis negros dos grupos étnicos centro-africanos. A presença do catolicismo na região do Congo e de Angola foi o principal fator de construção da identidade africana nos espaços das irmandades localizadas nas Américas (apud MATTOS, 2006, p.159).

A presença de cachimbos no contexto da Praça das Artes pode ser outro indicativo material relacionado ao antigo território negro da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário, e podemos correlacioná-lo com as contas. Ainda que contas e cachimbos tenham uma presença constante em sítios da diáspora africana (AGOSTINI, 1998, p.116), o relatório da Praça das Artes associa os cachimbos ao lazer das elites, ligando-os às garrafas de vinho, jogos de café e chá, consumidos em tabernas, cafés e nas residências. Concordamos que essa é uma via de interpretação, porém preferimos ampliar essa noção de uso por “lazer” para além dos locais fechados e provavelmente mais privativos e elitizados, como tabernas, residências e cafés, e destacamos a provável presença do uso de cachimbos também em locais públicos.

Esse consumo pode ser relacionado à *sociabilidade urbana*, onde as pessoas se reúnem por motivações lúdicas e de lazer em determinados locais da cidade (FRÚGOLI, 2007). Diversas pinturas de viajantes europeus em expedição pelo sudeste brasileiro durante o século XIX mostra o uso difundido de cachimbos por negros

africanos no cotidiano da época, nas ruas, residências, locais de trabalho, em momentos de lazer e sociabilidade (AGOSTINI, 2018, p.19). Como as ruas de São Paulo no século XIX estavam tomadas por festas, jogos, danças e encontros africanos e afro-brasileiros, como evidenciamos no primeiro capítulo, pensamos que alguns desses cachimbos, assim como as contas, possam estar associados às sociabilidades negras do século XIX, principalmente os regionais, produzidos em moldes e os cachimbos modelados artesanalmente, com decoração geométrica mais simplificada.

Há dois grupos de cachimbos no contexto da Praça das Artes, um grupo feito com caulim (barro branco), importado de Paris e outro grupo barroco/ regional. Estes últimos se dividem em duas categorias: uma de cachimbos modelados à mão e outra de cachimbos moldados em processos semi-industriais. Segundo Camilla Agostini, os cachimbos modelados à mão eram ocasionalmente produzidos pelas “paneleiras” que trabalhavam na indústria cerâmica do sítio São Francisco (São Sebastião – SP), na primeira metade do século XIX. Eles não eram feitos para a venda, mas circulavam comercialmente na região e é bem provável que tenham o negro africano como seu produtor e consumidor.

Esses cachimbos artesanais do sítio São Francisco carregam a mesma característica dos cachimbos modelados da Praça das Artes, uma coloração mais amarelada ou avermelhada e uma decoração geométrica simplificada, ou mesmo sem decoração (fig.55). Havia nos arredores de São Paulo, no século XIX, diversas chácaras com olarias dedicadas à produção cerâmica (WISSENBACH, 1998, p.214). Os cachimbos moldados podem possuir coloração um pouco mais escurecida e uma decoração bem mais rebuscada. Para Camilla Agostini os cachimbos moldados eram possivelmente importados da África. Esses objetos estavam bastante associados à escravidão, já que aparecem e desaparecem nesse período histórico; segundo a pesquisadora, é rara a identificação de moldes industriais desses artefatos em contextos brasileiros (AGOSTINI, 2011, p.107-108).

Figura 55. 1) À esquerda, cachimbo modelado resgatado no sítio Praça das Artes. 2 e 3) Cachimbos modelados do sítio São Francisco (AGOSTINI, 2011, p.108).

A historiografia da cidade relata a presença da venda de cachimbos nas feiras organizadas pela comunidade negra (DIAS, 1984, p.115) e da existência de um cocheiro negro orgulhoso e rebelde, que não largava o seu cachimbo nem para falar com seu proprietário (WISSENBAACH, 1998, P.214). Entre as populações da África Ocidental, os cachimbos se encontram na iconografia das estatuárias de *Exu-Elegba*, simbolizando a astúcia, zombaria e a audácia contra os poderes estabelecidos (WESCOTT, 1962). Segundo uma publicação do *Jornal Correio Paulistano* de 03 de outubro de 1907, cabras soltas nas estradas de terra, crianças seminuas preparando gaiolas e homens negros de idade com seus cachimbos, davam à região do antigo Quilombo da Saracura (atual Bixiga), “ares de Congo” (CASTRO, 1984, p.57-58).

No Relatório do Sítio Praça das Artes, nas páginas 255 e 256, é identificado um cachimbo (nº.197) de pequena dimensão, com apenas dois centímetros e um forninho com meio centímetro cúbico, indicando, segundo o relatório, o uso não de tabaco, mas de algum fumo concentrado, tal como alucinógenos (SCIENTIA, 2012, p.255). Segundo o sociólogo culturalista Gilberto Freyre, eram importados da África rosários, chocalhos de cobre (*chéchéché*) para o uso religioso e também ervas sagradas para fins recreativos, tal como a *maconha*, também conhecida como *diamba* ou *liamba*. Segundo Manuel Querino, a *maconha* é um alucinógeno consumido em cigarros e cachimbos, proibida pela Câmara do Rio de Janeiro desde 1830. O poder público ameaçava prender por três dias o escravizado que fosse flagrado consumindo esse tipo de fumo (FREYRE, 2004, p.395, p.479). A *maconha*¹¹ ou “fumo d’Angola” era cultivada em Palmares e consumida nos momentos de lembrança da África, no chamado *banzo*, sentimento carregado de saudade e tristeza. Era fumada através de um longo cachimbo de barro (ou

¹¹ *Maconha*, assim como *miçanga* e *cachimbo*, são palavras com origem Bantu. Essas materialidades estavam intimamente associadas à vida social do negro centro-africano no sudeste brasileiro no séc.XIX..

de côco, segundo os holandeses) montado sobre um canudo comprido de taquari, atravessando uma cabaça de água, onde o fumo era esfriado (CARNEIRO, 1966, p.18).

Nas religiões afro-brasileiras, os rosários de contas, associados a Nossa Senhora, e aos cachimbos de barro, relacionados ao culto dos Pretos-Velhos, são bastante apreciados e valorizados (AGOSTINI, 2018, p.31). Camilla Agostini considera promissor o estudo das relações entre os cachimbos e pessoas ligadas às Irmandades do Rosário do período da escravidão, onde há a possibilidade de identificação de práticas de cura associadas ao uso de cachimbos e das fumaças. Ela também vê como promissor o estudo dos cachimbos enegrecidos com representações peroladas de rosários, uma iconografia comum nesses artefatos e com ampla difusão nos contextos históricos brasileiros da diáspora africana (AGOSTINI, 2018, p.33). Um dos exemplos mais emblemáticos da relação *contas x cachimbos* é o sepultamento de um “curandeiro” negro na *Plantation Newton* em Barbados, onde, enquanto mobiliário funerário, um cachimbo foi encontrado associado às contas (ORSER, 1994). Cachimbos e contas possuem uma relação próxima que deve ser estudada pela nossa arqueologia da diáspora africana. De qualquer forma, argumentamos que a população negra paulistana dos séculos XIX e XX e seus hábitos estão representados em parte da cultura-material desse antigo aterro sanitário localizado onde hoje se encontra a Praça das Artes.

Alguns desses cachimbos identificados na Praça das Artes poderiam ser utilizados pelas classes sociais mais ricas, como os importados de fabricação francesa. Nada impede que indivíduos das classes populares, como negros, caboclos e outros, utilizassem cachimbos franceses, mas achamos bem mais difícil que indivíduos das elites paulistanas estivessem utilizando cachimbos baratos, modelados à mão e com decoração simples que aparecem nesse contexto. Esses cachimbos com motivos barrocos e importados presentes no contexto da Praça das Artes podem ser oriundos de algum sobrado colonial, onde senhores, funcionários e escravizados “pitavam” no quintal. Também podem vir de unidades domésticas separadas, como dos quatinhos de alugueis do Largo do Rosário, moradia de africanos, ou de qualquer residência da conhecida vizinhança negra das imediações da antiga Ponte do Acu (WISSENBACH, 1998, p.180). Além da Irmandade do Rosário, na área de despejo da Ponte do Acu também havia outras instituições com presença negra que deveriam estar utilizando esse local para o descarte, como a Igreja da Santa Efigênia, outra conhecida irmandade afro-paulistana, localizada no mesmo platô do aterro de lixo. Também o antigo Seminário

das Educandas, bastante próximo ao antigo lixão e onde trabalhavam serventes negras (BERTIN, 2010). Nessa região da Baixada do Acu, também havia o Mercado de São João, um dos pontos focais da territorialidade negra de São Paulo no século XIX (ROLNIK, 1997, p.60). Constatamos que no século XIX e início do XX, toda a região do entorno da área de descarte de lixo relativa à Praça das Artes era um significativo território negro, onde a Irmandade da Nossa Senhora do Rosário figurava como seu principal expoente.

Como diz Agostini (2018), não fazemos associações essencialistas, buscamos nos contextos (seja qual for à amplitude, local, regional ou global), respostas para nossas questões. A presença da maior instituição negra de São Paulo do século XIX, a Irmandade do Rosário, e de todas estas outras instituições e domicílios relacionadas à vida do negro na região do aterro sanitário, é uma importante informação contextual que não foi levada em consideração pelo relatório do sítio Praça das Artes.

No Solar da Marquesa de Santos foi identificada uma conta de vidro azul facetada que, em escala local, é semelhante às duas contas azuis facetadas resgatadas em um dos sepultamentos do Cemitério dos Aflitos (trabalhos ainda em andamento), no Bairro da Liberdade, tradicional território negro paulistano dos séculos XVIII e XIX. Em uma escala regional, elas correspondem às dezenas de contas azuis resgatadas no Cais do Valongo. Essas contas de vidro facetadas foram conhecidas como contas “russas” e eram produzidas na Boêmia; bastante populares, elas começam a surgir, na África, no início do século XIX (BATISTA, 2016). Patrícia Lepro Brito (2015), que se dedicou a estudar as contas do Cais do Valongo, pensa que as contas azuis facetadas tinham origem em Veneza ou na Boêmia, saindo de Portugal das cidades do Porto e Lisboa e abastecendo os mercados do Rio de Janeiro com esse produto. Hamburgo aparece também como um dos portos de saída desse tipo de conta facetada, por onde provavelmente escoavam as contas produzidas na Boêmia. Gênova, Livorno e Veneza eram os principais portos de saída dessa mercadoria no Mediterrâneo (BRITO, 2015 apud BATISTA, 2016). Contas similares, mas com outros formatos, aparecem no *Levin Catalogue* do século XIX para o comércio britânico com a África, na seção das contas de vidro negociadas para a compra de mão-de-obra escravizada (DUBIN, 1987; KARKLINS, 2004).

Figura 56. Conexões espaciais em multiescalas para as contas azuis facetadas de (provável) produção boêmia (Imagem contas Cem. dos Aflitos, Alasca Arqueologia).

As contas do tipo *chevron*, bastante comuns ao comércio colonial entre os séculos XVI e XIX, são presentes em contextos arqueológicos de quase todas as regiões do Atlântico, conforme demonstramos no quadro de comparações presente na classificação dos tipos 1.a e 1.b; essas contas estão conectando São Paulo com todos esses contextos globais do século XIX. De acordo com o método de DeCorse (1989) aplicado à nossa análise, buscando o levantamento da cronologia através da identificação dos processos de produção das contas, uma determinada datação foi identificada para algumas delas. A conta *chevron* do Tipo 1.a, resgatada no sítio Praça das Artes, possui quatro camadas de vidro, correspondendo às produzidas no século XIX em Veneza, segundo Moretti (2005). A *chevron* 1.b, identificada na Casa n.1, possui uma caracterização particular por ter sido arredondada através da técnica *speo* (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009). Ela tem provável origem na indústria holandesa (1590-1690) ou veneziana, segundo Louis Dubin (1987). A *chevron* 1.b possui correlações tanto em escala local, aparecendo similar no sítio do século XVI, Engenho S. Jorge dos Erasmos (Santos - SP) (MORAES, 2003; SALUM, 2010), quanto

em escala regional, no sítio da Sé de Salvador, datado entre os séculos XVIII e XIX (TAVARES, 2006). Em escala global ela é comparável às *chevrons* do contexto colonial espanhol das Ilhas St. Catherines, nos EUA, datado entre os séculos XVI e XVII (BLAIR, PENDLETON, FRANCIS, 2009).

Figura 57. Contas *chevrons* em conexões multiescalares.

A Casa n.1 é um contexto de descarte de lixo doméstico, e a sua conta *chevron* foi identificada no foço do elevador, indicando descarte primário, em seu próprio local de uso (SCHIFFER, 1972). As escavações ocorridas nos anos 1980 apresentaram também três cachimbos, indicando uma via de investigação a respeito da possível presença negra no local.

As contas brancas tipos 2, 3 e 4 apresentam a mesma constância em contextos arqueológicos atlânticos dos séculos XVIII e XIX. Há uma possibilidade das contas tipos 2 e 4 apresentarem cálcio na sua composição, podendo ser derivadas de conchas de animais marítimos, conforme indica a classificação de Patrícia Lepro Brito para contas similares do Cais do Valongo (BRITO, 2015).

As do tipo 13, em forma de disco e produzidas com material orgânico, apresentam similaridades morfológicas com um colar resgatado na Sé de Salvador (TAVARES, 2006) e, com a peça 76/: 2.35 A, um colar comprado em mercados da África Ocidental por Mariano Carneiro da Cunha e hoje pertencente ao acervo de etnologia africana do MAE-USP. Contas com morfologia similar, mas produzidas com

outros materiais aparecem no *Levin Catalogue* (século XIX) relacionadas ao comércio de ouro com a África (DUBIN, 1987). Segundo a Dr. Paula Nishida, arqueóloga responsável pela terceira etapa das escavações no sítio Solar da Marquesa de Santos, é possível que tenha existido uma indústria local que utilizava como matéria-prima restos ósseos bovinos, provenientes dos matadouros na São Paulo do século XIX (FREITAS, 1978). Um considerável número de ossos faunísticos tem sido identificado em sítios urbanos da cidade, inclusive artefatos, como uma escova (de cabelo ou dental), feita de material ósseo, resgatada no sítio Praça das Artes (fig.14, p.90). Há outra linha de hipótese para Nishida, que considera este material orgânico como provavelmente malacológico.

CONCLUSÃO

A onipresença de contas semelhantes às *chevrons* (tipos 1.a e 1.b), contas azuis esféricas (tipos 6 e 7) e facetadas (tipo 5), contas brancas (tipos 2, 3,4), contas *red-on-white/ Cornalinas de Aleppo* (tipo 12), entre outras da nossa classificação em diversos contextos atlânticos da diáspora africana, nos leva ao entendimento de que elas deveriam cumprir um papel marcador de *status* social e origem para os africanos em seu continente e nas Américas. Ainda que não seja possível conhecer seus significados contextuais simbólicos e culturais, a recorrência desses pequenos artefatos nos três continentes pode ser compreendida como um índice direto das interações no Atlântico entre os séculos XV e XIX. A análise dos tipos 1.a, 1.b, 05 e 12 mostra que a cronologia levantada, o século XIX, é correspondente à datação dos sítios onde esses materiais se encontravam, confirmando a eficiência do método desenvolvido pelo arqueólogo Christopher DeCorse (1989, *et al* 2003).

Algumas contas do triângulo histórico apresentaram origem europeia, com a produção localizada entre Veneza, Boêmia e Holanda, revelando-nos conexões internacionais entre a indústria de vidro das metrópoles do velho continente e a São Paulo do século XIX. A ampla difusão de contas de vidro pelo mundo após o século XV foi determinada pelo o que Charles Orser Jr. denominou como os *haunts* da Modernidade: o capitalismo, o eurocentrismo e o colonialismo. Estes promoveram, desde o século XV, relações assimétricas e desiguais entre a Europa e o resto do mundo (ORSER, 1996, p.55). O uso de contas de vidro notoriamente serviu como moeda de troca e negociação entre exploradores comerciais e povos não europeus do Atlântico, principalmente durante o mercantilismo, ajudando a conformar a própria imagem do colonialismo europeu.

A indústria de vidro mediterrânea e no continente europeu produzia contas para os mercados africanos e americanos sob medida, ao gosto dos consumidores, para intercambiar com ouro, marfim, mão-de-obra escravizada, óleo de palma, entre outras mercadorias coloniais. Os interesses do capitalismo mercantil estão intrinsecamente relacionados à necessidade de subjugação de outros povos por parte dos europeus, compreendidos como inferiores devido ao eurocentrismo. Essa é uma das características centrais da Modernidade. Pensando por meio de redes organizadas em multiescalas

(ORSER, 1999), podemos dizer que as contas paulistanas expressam essas conexões verticais globais que existiram durante o século XIX.

As contas *drawn*, 48,2 % das nossas amostras, eram da indústria mediterrâneo-europeia, mas algumas podem ter sido produzidas na África Ocidental (Tipo 8). Em Veneza, sua fabricação foi iniciada no século XV, enquanto tecnologia industrial ajudou a aumentar a produtividade para as exportações no período das grandes navegações. As contas *wound*, de produção mais artesanal e antiga, são 13,7 % de nossas amostras, podendo ser tanto da indústria mediterrâneo-europeia, quanto da indústria de contas do Oriente Médio ou da própria África Ocidental. Devem ser levantados os marcadores para a identificação dessas indústrias; estudos e análises de composição química ¹² são convenientes para a continuidade desse tipo de investigação.

Além das conexões verticais, a perspectiva multiescalar também permite a compreensão de outros tipos de conexões, horizontais, que ligavam agentes econômicos, sociais e políticos modernos, em domínios de uma mesma estrutura social (ORSER, 1999, p.94). Argumentamos que as contas *red-on-white* do sítio Praça das Artes possam expor interações horizontais entre duas grandes áreas arqueológicas, o sudeste brasileiro e a África Centro-Ocidental, já que são equivalentes às identificadas no contexto de Kindoki, no Congo. Elas compõem ligações materiais atlânticas de predominância congolense-angolana. No início do século XIX, a grande maioria de negros com origem na região Congo-Angola, ajudava à integrar São Paulo à realidade diaspórica de toda a região sudeste brasileira, onde predominava os negros centro-africanos (MATTOS, 2006).

Outros exemplos de conexões horizontais se davam em Palmares, na interpretação de Charles Orser Jr. (1996), ainda que formado por fugitivos, de forma alguma se encontrava isolado do resto do mundo. Angola possuía grande importância para Palmares, já que sua influência ajudou a organizar essa comunidade no Nordeste colonial. Para Orser Jr., Palmares tinha suas particularidades, mas ainda sim era um dos

¹² Grande parte das contas *drawn* produzidas em Ilé-Ifé vinham da fusão da areia granítica, retirada dos rios da região, misturadas às conchas de caracóis. As receitas de vidro, segundo informações etnográficas, eram então determinadas pelas hierarquias sociais locais. Para as contas das elites a composição do vidro possuía altas quantidades de cálcio, devido a presença de conchas junto à mistura. Os vidros com menor quantidade de cálcio, eram relativos ao consumo dos estratos mais baixos da sociedade Iorubá (IGE, 2010, p.66).

“nós” de uma grande rede atlântica de quilombos e comunidades de fugitivos distantes do Congo.

Os Fortes *Orange's* de Nova York e Pernambuco, ainda que localizados em partes diferentes do continente americano, formavam uma mesma paisagem física holandesa, porém cada uma possuía suas particularidades locais (ORSER, 1996). Para um entendimento global, os arqueólogos históricos devem compreender partes de diferentes continentes como pertencentes a redes globais, com elos arqueológicos. Na análise geográfica de redes as áreas são compreendidas como relacionais, definidas por elos e limites (ORSER, 1999, p.95). É importante ressaltar que esse é um posicionamento divergente da ideia de “paisagem cultural”, onde as áreas estão ligadas apenas por processos culturais, cognitivos e simbólicos relacionados à colonização (ORSER, 1999, p.95-96).

Na Irmandade da Nossa Senhora do Rosário, muito mais do que pela tradição cultural ou simbólica, essas ligações transcontinentais se davam através de uma particular organização social de origem africana, que era reproduzida, com variações, em todo o continente americano. Ainda que a Irmandade do Rosário mantivesse uma caracterização política e sacerdotal dos cargos de chefia equivalente às identificadas nas aldeias do Congo, cada uma das áreas dessa mesma região arqueológica transcontinental carregava suas particularidades contextuais. Como já explicitado no caso de Palmares e dos Fortes *Orange's*, também não podemos dizer que a Irmandade da Nossa Senhora do Rosário seja uma fiel reprodução da realidade católica Centro-Africana. Os conceitos de diáspora africana por nós adotados a compreendem como um movimento contínuo de permanência e mudança, de resistência e de construção de novas identidades (FERREIRA, 2009). Podemos até partir de aspectos tradicionais da cultura africana, mas não nos prendemos a eles, nossa atenção se encontra na ação social (AGBE-DAVIES, 2017).

Estradas, caminhos e vias fluviais são elos físicos, e representam relações sociais (ORSER, 1999, p.92-93). Essa rede transcontinental que se estendia da África Centro-Ocidental até o sudeste brasileiro estava conectada fisicamente por laços locais formados por vias fluviais e estradas, e em um segundo momento por embarcações europeias e indivíduos transportados, assim como pelo próprio Oceano Atlântico. Os contextos marítimos de embarcações naufragadas revelam importantes cargas de contas

de vidro, como vemos no exemplo do século XVII do naufrágio da Fragata de Santo Antônio de Taná. Suas contas de vidro e suas contas naturais são entendidas como reflexo dos circuitos comerciais do antigo Império Português. Contextos de naufrágios devem ser vistos como antigos elos que interligavam essas redes arqueológicas. Os circuitos comerciais dessas embarcações carregavam produtos que testemunhavam a circulação de pessoas e mercadorias por todo o globo (TORRES, 2013).

A presença da maioria das contas na área externa do Solar da Marquesa de Santos, em uma estratigrafia caracterizada por um solo arenoso e cinzento, deslocado da área de influência do Tamanduateí no início do século XX, revela que essa paisagem natural estava ligada à vida social do negro paulistano no século XIX. A historiografia discute a presença de escravizados domésticos que trabalhavam na casa do Solar da Marquesa de Santos no século XIX (MATTOS, 2006; WINSENBAACH, 1998). Mas a hipótese é que havia concentrações de atividade humana na região percorrida pelo caminho que descia do Beco do Pinto, entre o Solar e o Rio Tamanduateí; estas concentrações poderiam ensejar encontros lúdicos, para o lazer e práticas de jogos entre negros e caipiras, como a própria *sociabilidade urbana* com seus ajuntamentos descompromissados favorece (FRÚGOLI, 2009).

Esse pode ser um dos motivos que explicam uma concentração de contas naquela área. Rodas de samba e batuques, além das capoeiras, configuravam sociabilidades afro-centradas que permitiam a participação e a convivência com outros grupos populares. Considerando que a maior presença de contas nesse contexto se relaciona à população que frequentava e caracterizava essa região da cidade no século XIX, pensamos que elas tenham sido depositadas no local de forma involuntária, podendo ser conceituado como *descarte comum* (RATHJE, 2001), ou primário, no mesmo local de uso (SCHIFFER, 1972). Uma possibilidade é que conforme os padrões de tráfego no local, essas contas poderiam estar concentradas na superfície, antes do solo ter sido deslocado na abertura da Rua Dr. Bittencourt Rodrigues.

O que define arqueologicamente a Várzea do Carmo não é qualquer aspecto cultural ou simbólico; não conseguimos visualizar arqueologicamente o que os indivíduos pensavam, mas apenas o que eles estavam fazendo (AGBE-DAVIES, 2017). Há um registro de atividades sociais na área do reservatório do Solar da Marquesa de Santos. Aparentemente derrubavam contas pela região e as contas eram, entre outras

coisas, marcadores sociais. No Congo do século XIX, elas possuíam um importante papel para a formação dos espaços sagrados. Evocavam diferentes significados, dependendo dos seus sentidos sociais. A elite do Império Lunda se comunicava com outros grupos através das suas contas e miçangas de vidro, demonstrando, dessa forma, associação com a economia colonial (ALMEIDA, 2017, p.69-70). Segundo Orser Jr., seres humanos e artefatos estão relacionados entre si, mas também estão intrinsicamente ligados ao seu entorno, cercados por paisagens inventadas que os localizam. Na paisagem estão incorporadas estruturas físicas e sócio-históricas, com as interações entre os indivíduos ocorrendo na paisagem física; a Várzea do Carmo era um lugar onde as relações *humano-humano* e *humano-natureza* estavam ordenadas (ORSER, 1996, p.138-139).

Sem necessariamente existir qualquer contato direto entre os indivíduos, as contas conectavam entre os séculos XVIII e XIX a cidade de São Paulo aos contextos de diáspora africana em escalas locais e globais. As contas *chevrons* (tipo 1.a, 1.b) e a azul de vidro facetada (tipo 05, as contas “russas”) no século XIX, em escala regional, possuíam equivalentes nos contextos cariocas do Cais do Valongo e da Rua da Assembleia, assim como no da Sé de Salvador. Em nível internacional, dialogavam com as contas de contextos africanos e diaspóricos nas Antilhas holandesas (KARKLINS, BARKA, 1989) e no Senegal, na África Ocidental (OPPER, OPFER, 1989). Se recuarmos o período cronológico até o século XV, onde começa a grande exportação da indústria de contas veneziana, aumentamos a amplitude da faixa de sítios relativos à diáspora africana. Temos nessas condições as *chevrons* dos contextos de Lisboa, datados entre os séculos XV e XVIII (RODRIGUES, 2003; 2007), e as do sítio Engenho São Jorge dos Erasmos, localizadas no município de Santos (MORAES, 2003; SALUM, 2010; GEAMPAULO, 2013).

As contas de vidro, enquanto objetos mutualistas, devem ser compreendidas através de seus “entrelaçamentos” (ORSER, 1996). No decorrer de suas vidas sofreram recorrentes re-contextualizações simbólicas, já que as redes lhes conferiam sempre novos significados. Muito se relata sobre o uso de contas de vidro voltado para a cura e proteção da saúde entre os africanos. Elas formavam quase que uma “segunda pele” mítica para os negros na diáspora (LIMA, 2014).

Tanto os cachimbos palmarinos analisados por Orser Jr. (1996, p.128-129), quanto as contas de vidro identificadas no triângulo histórico, conectaram escravizados foragidos ou negros libertos através do Novo Mundo. Mediavam culturas e interligavam continentes. Estes objetos contam a história moderna, a história dos nossos tempos, do impacto global do colonialismo e da Modernidade. As contas de vidro como artefatos vindos de fora, representam longas redes de interação.

Considerando a cidade de São Paulo seja como um artefato (MENESES, 2006) ou enquanto um sítio arqueológico (CRESSEY, 1978), compreendemos as contas e seus contextos como componentes diretos dessa grande materialidade que é a metrópole. Elas demarcam fisicamente um território negro, com espacialidade própria e formando sua paisagem na relação *humano-natureza* e *humano-humano* (ORSER, 1996). Essa relação estava na Várzea do Carmo no século XIX, mas também nos Largos do Rosário e do Paissandu, na região da Igreja da Santa Efigênia, da Liberdade, na região do Quilombo Saracura (Bixiga), na Nossa Senhora do Ó, Penha e em tantos outros antigos territórios negros paulistanos. O que definia essas espacialidades no século XIX era a própria organização social de origem centro-africana, como vemos na Irmandade da Nossa Senhora do Rosário e nos batuques e capoeiras do século XIX (MATTOS, 2006). Essas instituições negras não eram africanas, mas eram afro-centradas. Na diáspora africana, ao mesmo tempo em que identidades, signos e relações sociais ajudavam a resistir às agruras da escravização, elas também se reinventavam perante os *haunts* da Modernidade (ORSER, 1996; FERREIRA, 2009).

BIBLIOGRAFIA

AB'SÁBER, A. N. **Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo**. São Paulo: Ateliê editorial, 2007.

AGBE-DAVIES, A. S. Where Tradition and Pragmatism Meet: African Diaspora Archaeology at the Crossroads; **Society For Historical Archaeology**, v.51, 2017: p.9-27.

AGOSTINI, C. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. **Revista de História Regional** 3 (2), 1998: p. 115-137.

AGOSTINI, C. Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens. **TOPOI**, v. 10, n. 18, 2009: p.39-47.

AGOSTINI, C. **Mundo Atlântico e Clandestinidade**: dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea no Sudeste, séc. XIX. 2011. Tese de Doutorado – UFF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

AGOSTINI, C. (org.) **Objetos da Escravidão**: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado. Ed. 7 Letras, Rio de Janeiro,, 2013.

AGOSTINI, C. “Cachimbos de escravos” ? Miudezas do cotidiano entre malungos, irmãos e alteridades (p.11-37), In: (org.) CHEVITARESE, A. L. & GOMES, F. **Dos Artefatos e das Margens: ensaios da história social e cultura material no Rio de Janeiro**. Ed. 7 Letras, Rio de Janeiro, 2018.

ALMEIDA, M. C. P. F. Clara como o céu, escura como a água do Luembe: trajetórias, usos e significados das contas de vidro entre as populações da África Centro-Occidental (Lunda, 1884-1888), **Anais do Museu Paulista**, v.25, n.2, 2017.

ANDREATTA, M. D. A. Arqueologia Histórica no Município de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, XXVIII, 1981-1982: p.174-176.

ARAKAKI, F. R. **Estudo das categorias cerâmicas dos sítios arqueológicos históricos, Casa n.1 e Beco do Pinto, Pátio do Colégio, Município de São Paulo**.

Relatório referente ao segundo semestre 1988-1989, Bolsa de Aperfeiçoamento-FAPESP, São Paulo, 1989.

ARAÚJO, A. G. M. Arqueologia urbana no município de São Paulo: considerações sobre algumas dificuldades de implantação. **Revista de Arqueologia**, 8(2), 1994-1995: p.379-383.

ARAÚJO, A. G. M. Peças que descem, peças que sobem e o fim de Pompeia: algumas observações sobre a natureza flexível do registro arqueológico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**. São Paulo, 5, 1995: p.3-25.

ARAÚJO, A. G. M., JULIANI, L. J. C. O.; NETO, L. F. M.; CAMPOS, M. C. Levantamento e Cadastro Arqueológico do Município de São Paulo – LECAM. **A questão ambiental urbana: cidade de São Paulo**. Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 1993.

ARAÚJO, A. G. M.; CAMPOS, M. C.; JULIANI, L. C. O. O Departamento do Patrimônio Histórico e a Arqueologia no Município de São Paulo: 1979-2005. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, n. 204, 2006: p.129-138.

BALALOLA, A. B. Ancient History of Technology in West Africa: The indigenous glass/glass bead industry and the society in early ile-ife, Southwest Nigeria. **Journal of Black Studies**, Vol. 48(5), 2017: p.501-527.

BATISTA, R. T. **Caracterização multielementar de contas de vidro provenientes do sítio arqueológico do Cais do Valongo/RJ usando fluorescência de raios X**. Tese de Doutorado, CTC-IFADT, UERJ, Rio de Janeiro, 2016.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas Fronteiras, p.185-250. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. (org.) **Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Frederick Barth**. São Paulo: Ed.Unesp, 1998.

BECK, H. C. **Classification and nomenclature of beads and pendants**. George Shumway Publisher, 1973.

BERTIN, E. Sociabilidade Negra na São Paulo do século XIX (p.115-132). **Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia**, v.23, n.1, 2010.

BLAIR, E. H.; PENDLETON, L. S. A.; FRANCIS JR., P. J. The Beads of St. Catherines Island, Anthropological Papers of the American Museum of Natural History, n. 89, 2009

BOVIS, P.; BOVIS, S. **Trade beads of the world**. Winona Trading Post, Santa Fe N.M.; 1975-1982.

BORGES, R. C. B. **Axé, Madona Achiropita!** Presença da cultura afro-brasileira nas celebrações da Igreja Nossa Senhora Achiropita, em São Paulo. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

BRITO, P. C. L. **De conta em conta:** rotas atlânticas e comércio no Rio de Janeiro. O caso do Cais do Valongo. 2015; Dissertação de Mestrado - Museu Nacional, UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BRUNO, E. S. **Histórias e Tradições da cidade de São Paulo**. Arraial dos sertanistas (1554-1828), v.1. Comissão do IV centenário da Cidade de São Paulo, São Paulo; 1954.

BRUNO, E. S. **Histórias e Tradições da cidade de São Paulo**. Burgo de estudantes (1828-1872), v.2. Comissão do IV centenário da Cidade de São Paulo, São Paulo; 1954.

BRUNO, E. S. **Histórias e Tradições da cidade de São Paulo**. Metrópole do Café (1872-1918); São Paulo de Agora (1919-1954), v.3. Comissão do IV centenário da Cidade de São Paulo, São Paulo; 1954.

BUENO, B. P. S. Arqueologia da Paisagem Urbana: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 64, 2016: p 99-130.

BUENO, B. P. S. Arqueologia da Paisagem Urbana: SIG histórico e mercado imobiliário. Reconstituição do Centro Histórico (1809-1942). **XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Cidade, Arquitetura e Urbanismo: visões e revisões do século XX. 2016: p.443-455.

CAMPOS, M. C. **Arqueologia Histórica:** casa da Marquesa de Santos. PUCRS: Porto Alegre, 1995-1996.

CARNEIRO, C. **O Quilombo dos Palmares**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966

CARVALHO, M. R. R. Pratos, xícaras e tigelas; um estudo de Arqueologia Histórica em São Paulo, séculos XVIII e XIX: os sítios Solar da Marquesa, Beco do Pinto e Casa Nº 1. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, USP, São Paulo, 13, 2003: p.75-99.

CASTRO, M. S. **Bexiga**. Um bairro afro-italiano: comunicação, cultura e construção da identidade étnica. Dissertação de Mestrado – ECA/USP, 2008.

CATON-THOMPSON, G. **The Zimbabwe Culture, ruins and reactions**. (1º ed. 1931), London: Frank Cass Cia. Ltda, 1971.

CONNAH, G. **África Desconhecida**. Uma Introdução à sua Arqueologia. São Paulo: Edusp, 2013.

COORDENAÇÃO DE DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE (org.). **Memórias Resistentes, Memórias Residentes**. Lugares de memória da ditadura civil-militar no município de São Paulo. São Paulo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 1º. edição, 2017.

COSTA, D. O Urbano e a Arqueologia: uma fronteira transdisciplinar. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, Vol. 8, nº. 2, 2014: p.45-71.

CRESSEY, P. J. The city as a site: the Alexandria model for urban archaeology. **The Conference on Historic Site Archaeology Papers**. 13, 1978: p.204-227.

D'ALINCOURT, L. **Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá**. São Paulo: Martins, 1976.

DAMATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**, Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DECORSE, C. R. Bead as a chronological indicators in West African Archaeology: a reexamination. **Beads: Journal of the Society of Bead Researchers**, v.1, 1989: p.40-53.

DECORSE, C. R.; RICHARD, F. G.; THIAW, I. Toward a systematic bead description system: a view from the lower Falemme, Senegal. **Journal of African Archaeology**. V. 1 (1), 2003: p.77-110.

DEVISSE; LABIBI, S. A África nas relações intercontinentais (p.721-762). In: NIANE, D. T. (editor); **História Geral da África**, Volume IV: África do século XII ao XVI . 2010.

DIAS, M. O. L. S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DREWAL, H. J.; MASON, J. **Beads, Body and Soul: Art and Light in the Yoruba Universe**. Los Angeles: UCLA, 1998.

DUBIN, L. S. **The History of Beads from 30,000 B.C. to the Present**. Harry N. Abrams. Inc., 1987.

DUNNELL, R. C. **Classificação em Arqueologia**. São Paulo: Edusp, 2006.

ETCHEVARNE, C.; COSTA, D.; TAVARES, A. Arqueologia nas cidades coloniais portuguesas. O exemplo de Salvador. **Patrimônio Arqueológico da Bahia**; Salvador, , 2011: p.77-92.

FAGAN, B. M. As bacias do Zambeze e do Limpopo, entre 1100 e 1500 (p.591-622). In: NIANE, D. T. (editor), **História Geral da África**, Volume IV: África do século XII ao XVI . 2010.

FAGG, W. **Yoruba Beadwork: Art of Nigeria**. Nova York: Pace Editions and Rizzoli, 1980

FERNANDES, F.; BASTIDE, R. **Branços e Negros em São Paulo**. Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Ed.Global (edição digital), 2013.

FERREIRA, L. M. Sobre o conceito de Arqueologia da Diáspora Africana. **MÉTIS: História & Cultura**, v.8, n.16, 2009: p.267-275.

FERREIRA, L. M. Más Allá de la Epistemología del Sufrimiento: Dilemas de Narración sobre la Diáspora Africana en las Américas. Rosário, Argentine.

Conferência apresentada no Congresso da Federation of International Human Rights Museums (FIHRM). Museums, Democracy and Human Rights: Challenges and Dilemmas in Storytelling, 2017.

FERREIRA, L. M. **Charles Orser Jr. and his Contributions to Brazilian Historical Archaeology.** New Jersey, 2019 a.

FERREIRA, L. M. Archaeology Also Dances: African Diaspora and Spiritual Practices at the Beef Jerky Plantations in Pelotas, Southern Brazil. **Conference Unfree Memories: Slavery, Materiality, and Public Space in the Atlantic World Rutgers University.** New Jersey, February 22, 2019 b.

FRANCIS JR., P. Toward a Social History of Beadmakers (p.61-80). **Beads: Journal of the Society of Bead Researchers**, v.6, 1994.

FREITAS, A. A. **Tradições e Reminiscências Paulistanas.** São Paulo: volume IX, Coleção Paulística, 1978.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala.** Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: ed. Global, 2004.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos.** Decadência patriarcado rural e desenvolvimento urbano. São Paulo: Ed.Global (edição digital), 2013.

FRÚGOLI JR., H. **Centralidade em São Paulo:** trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez, 2000.

FRÚGOLI JR., H. **Sociabilidade Urbana.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

FUNARI, P. P. A. A Arqueologia e a Cultura Africana nas Américas. **Estudos Ibero-Americanos**, PUC-RS, XVII, 2, 1991: p.61-71.

FUNARI, P. P. A. **Teoria Arqueológica na América do Sul.** Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, col. Primeira Versão, 1998a.

FUNARI, P. P. A. (org.) **Cultura Material e Arqueologia Histórica.** Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998b.

FUNARI, P. P. A. A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial. **Revista de História Regional**, v.6 (1), 2001: p.35-41.

FUNARI, P. P. A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, ½, 41, 2001: p.23-32.

FUNARI, P. P. A. Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na Arqueologia Brasileira. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n.18, 2002: p.131-153.

FUNARI, P. P. A., HALL, M.; JONES, S. **Historical Archaeology**: back from the edge. Londres: Routledge, 2003.

FUNARI, P. P. A., CARVALHO, A.V. **Palmares, ontem e hoje**. Rio de Janeiro: J.Zahar, 2005.

FUNARI, P. P. A. Arqueología comparada en Iberoamérica: las ciudades; **5^{to} Encuentro de investigadores de Arqueología y Etnohistoria**. Instituto de Cultura Puertorriquena, 2008.

FUNARI, P. P. A., POLONI, R. J. S. Arqueologia urbana: trajetória e perspectivas. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 205, ano 80, 2014: p. 137-154.

FUNARI, P. P. A.; ORSER JR., C. E. Archaeologia, slavery, and marronage: a complex relationship (p.1-4). In: (org.) FUNARI, P. P. A.; ORSER JR., C. E. **Current perspectives on the Archaeology of African Slavery in Latin America**. Nova York: Springer, 2015.

GEAMPAULO, V. L. **Engenho São Jorge dos Erasmos**: aproximações acerca da morte e da vida no complexo açucareiro vicentino (séculos XVI-XVII). Dissertação de Mestrado - História Social, FFLCH, USP, São Paulo, 2013.

GORDENSTEIN, S. L. A Arqueologia de um terreiro de candomblé urbano na Bahia oitocentista; **Revista Eletrônica da Biblioteca Virtual Consuleo Pondé**; n.2, 2015.

GUIMARÃES, C. M.; LANNA, A. L. D. Arqueologia de Quilombos em Minas Gerais. **Pesquisas, Antropologia**, v. 31, 1980: p. 147-164.

GUIMARÃES, M. B. C.; OLIVEIRA, J. C.; Arqueologia do Quintal Beneditino: os escravos da religião. In: **Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, 17, Aracaju, 2013.

HOPWOOD, L. E. **Glass trade Beads from Elmina Shipwreck: more than pretty trinkets**. B.A., Indiana University, 2003.

IGE, O. A. Classification and Preservation of Ancient Glass Beads from Ile-Ife, Southwestern, (p.63-74), In: ROEMICH, H. **Glass and Ceramics Conservation**. Nova York: Interim Meeting of the ICOM-CC Working Group, 2010.

INSOLL, T.; SHAW, T. Gao and Igbo-Ukwu: beads, inter-regional trade, and beyond. **African Archaeological Review**, v.14, n.1, 1997.

IPHAN; NAJJAR, R. (Coord.) **Arqueologia no Pelourinho**. Brasília: Iphan / Programa Monumenta, 2010.

JULIANI, L. J. C. O. **Gestão Arqueológica em Metrôpoles**: uma proposta para São Paulo. Dissertação de Mestrado - Arqueologia, FFLCH-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1996.

JUNIOR, E. M. C. **Rua do Carmo n.º1 - A Casa do Major Benedito Antônio da Silva**. Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa – Divisão de Preservação, DPH-SC-PMSP, São Paulo, 1990.

KARKLINS, K.; BARKA, N. F. The Beads os St. Eustatius, Netherlands Antilles, **Beads: Journal of the Society of Beads Researchers**, v.1, 1989: p.55-80.

KARKLINS, K.; ADAMS, C. F. Dominique Bussolin on the Glass Bead Industry of Murano and Venice (1847). **Beads: Journal of the Society of Bead Researchers**, v.2, 1990: p.69-84.

KARKLINS, K.. The a *speo* method of rounding drawn glass beads and its Archaeological Manifestations. **Beads: Journal of the Society of Bead Researchers**, v.5, 1993: p.27-36.

KARKLINS, K.. Guide to the Description and Classification of Glass Beads Found in the Americas. **Beads: Journal of the Society of Bead Researchers**, v.24, 2012: p.62-90.

KOK, G. **O sertão itinerante**: expedições de capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

KORMIKIARI, M. C. N. O conceito de “cidade” no mundo antigo e seu significado para o Norte da África Bérbere (p.137-172). In: (org.) HIRATA, E. F. V.; FLORENZANO, M. B. B. **Estudos sobre a Cidade Antiga**. São Paulo: Edusp, 2009.

KOWARICK, L.; MARQUES, E. (org.); **São Paulo: novos percursos e atores: (sociedade, cultura e política)**. São Paulo: Editora 34, 2011.

KIDD, K. E.; KIDD, M. A., A Classification System for Glass Beads for the Use of Field Archaeologists (1970). **Beads: Journal of the Society of Beads Researchers**, v.24, 2012: p.39-61.

LAPHAM, H. A. More Than “a few blew beads”: the glass and stone beads from Jamestown Rediscovery’s 1994-1997 Excavations. **The Journal of the Jamestown Rediscovery Center**, v.1, jan. 2001.

LAROCHE, C. J. Beads from the African Burial Ground, New York City: A Preliminary Assessment. **Beads: Journal of the Society of Bead Researchers**, v.6, 1994: p. p.3-20.

LEMOS, C. A. C. Casa Marquesa de Santos em São Paulo-SP; **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**; n.4, 1968.

LIMA, A. L. L.; SALUM, M. H. L. As contas de vidro em contextos arqueológicos e a importância das coleções de Etnologia Africana e Afro-brasileira do MAE/USP para estes estudos. **Revista de Arqueologia Pública**, Unicamp, v.11, n.1, Campinas, 2017: p.1-16.

LIMA, T. A. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 1, n. 1, 1993: p. 225-262.

LIMA, T. A. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Vestígios, Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica**, v. 7, 2013: p. 177-204.

LIMA, T. A. SOUZA, M. A. T.; SENE, G. M. Weaving the second skin: protection against evil among the Valongo slaves in Nineteenth-century Rio de Janeiro. **Journal of African Diaspora Archaeology & Heritage**, v.3, n.2, 2014: p.103-136.

- LIMA, T. A. A Meeting Place for Urban Slaves in Eighteenth-Century Rio de Janeiro. **Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage**, 5:2, 2016: p.102-146.
- LIMA, T. A. SOUZA, M. A. T.; SENE, G. M. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, séc. XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.24, n.1, 2016: p.299-391.
- LUCENA, C. T. **Bairro do Bexiga**. A sobrevivência cultural. São Paulo: brasiliense, 1984.
- LODY, R. **Joias do Axé**: fios-de-contas e outros adornos do corpo: a joalheria afro-brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- MACHADO, A. **Vida e Morte do Bandeirante**. São Paulo: Governo do Estado, 1978, p.173.
- MARTINS, M; RIBEIRO, M. C. A Arqueologia urbana e a defesa do Patrimônio das cidades. **FORUM**, p.44-45, Universidad do Minho, 2009-2010: p.149-177.
- MATTOS, R. A. **De Cassange, Mina e Benguela a gentio de Guiné**. Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850). Dissertação de Mestrado – FFLCH, USP, 2006.
- MATVEIEV, V. V. O desenvolvimento da civilização Swahili (p.511-538). In: NIANE, D. T. (edit.), **História Geral da África**, Volume IV: África do século XII ao XVI . 2010.
- MAUNY, R. Fabrication de perles de verre em Mauritanie. **Notes Africaines**, n.44, 1949: p.116-118.
- MENESES, U. T. B.; A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano (p.33-76). In: MORI, V. H.; SOUZA, M. C.; BASTOS, R. L.; GALLO, H (org.). **Patrimônio: Atualizando o Debate**. São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2006.
- MIZIARA, R. Por uma História do Lixo. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. São Paulo: Senac, v.3, n.1 Art. 6, jan./abril., 2008.

MORAIS, J. L. **O Engenho São Jorge dos Erasmos na Perspectiva Arqueológica e Ambiental da Baixada Santista**. Relatório Final – FAPESP, São Paulo, 2003.

MORETTI, G. La Rosetta. Storia e tecnologia dela perla di vetro veneziana più conosciuta al mondo. **Rivista dela Stazione Sperimentale del Vetro**, n.1, 2005: p. 27-47.

MORI, V. H.; SOUZA, M. C.; BASTOS, R. L.; GALLO, H (org.). **Patrimônio: Atualizando o Debate**. São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2006.

MORSE, R.M. **De comunidade à metrópole**: biografia de São Paulo. Comissão do IVº centenário da cidade de São Paulo, 1954.

MOURA, C. Revoltas em São Paulo (p.221-242). In: **Rebeliões da Senzala**: quilombos, insurreições e guerrilhas. Porto Alegre: Mercado aberto, 1988.

MUNSBURG, S. E. R. **Dos seiscentos aos oitocentos**: estudo da variabilidade estilística da cerâmica durante os processos de construção e reconstrução das identidades paulistanas. Dissertação – UFMG, Belo Horizonte, 2018.

OGUNDIRAN, A. Of Small Things Remembered: Beads, Cowries, and Cultural Translations of the Atlantic Experience in Yorubaland. In: **The International Journal of African Historical Studies**, vol. 35, No. 2/3, Boston University African Studies Center, 2002: p. 427-457.

OLIVEIRA, M. L. F. **Entre a casa e o armazém**: relações sociais e experiências da urbanização, São Paulo 1850-1900. São Paulo: ed. Alameda, 2005.

OPPER, M.; OPPER, H. Diakhité: a study of the beads from an 18th/19th – century burial site in Senegal, West Africa. **Beads: Journal of the Society of Bead Researchers**, v.1, 1989: p.5-20.

ORSER, JR. C. E. **A Historical Archaeology of the Modern World**: contributions to Global Historical Archaeology. New York and London: Plenum Press, 1996.

ORSER JR., C. E. The Archaeology of the African Diaspora. **Annual Review of Anthropology**, Vol. 27, 1998: p. 63-82.

ORSER, JR., C. E. A Teoria de Rede na Arqueologia Histórica Moderna, **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia/USP**. São Paulo, n.3, 1999: p. 87-101.

ORSER, JR., C. E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, Coleção Mínima/Ciências Sociais, 1992.

ORSER, JR., C. E. The Archaeology of african-american slave religion in the Antebellum South. **Cambridge Archaeological Journal**, v. 4, n. 01, 1994: p. 33-45.

PANINI, A. **Middle Eastern and Venetian Glass Beads**. Eighth to Twentieth Centuries. Milão: Skira editore, 2007.

PINTO, M. I. M. B. **Cotidiano e Sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914). São Paulo: Edusp, 1994.

PINTO, A. M. **A cidade de São Paulo em 1900**. São Paulo: Governo do Estado, 1979.

PORTO, A. R. **História urbanística da cidade de São Paulo (1554-1988)**. São Paulo: Cathargo forte, 1992.

PORTO, A. R. **A história da cidade de São Paulo (através de suas ruas)**. São Paulo: Cathargo, 1997.

PORTO, V. C. Arqueologia urbana e patrimônio histórico-arqueológico: o caso do cemitério de Santo Amaro. In: **Santo Amaro**: a evolução urbana do bairro sob diversos olhares. São Paulo: Literarua, 2016: p. 115-136.

POSNANSKY, M. Toward an Archaeology of the Black Diaspora (p. 195-205). **Journal of Black Studies**, vol. 15, n°. 2, 1984.

PRADO, Y. A. Apontamentos para uma História da Arquitetura em São Paulo. **Depoimentos I**, São Paulo: GFAV, 1960.

PRADO JR., C. **A Cidade de São Paulo**. Geografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRINSLOO, L. C.; TOURNIÉ, A.; COLOMBAN, P. A Raman spectroscopic study glass trade beads excavated at Mapungubwe hill and K2, two archeological sites in southern Africa, raises questions about the last occupation date of the hill. **Journal of Archaeological Science**, v. 38, 2011: p. 3264 – 3277.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

R. A. M. - **Revista do Arquivo Municipal**, n.199. São Paulo: DPH, 1991.

RATHJE, W. L. **Rubbish!** The Archaeology of Garbage. Tucson, Arizona, 2001.

RODRIGUES, M. C. The importance of the long glass bead of Mediterranean origin collected in the “Baixa Pombalina”, Lisbon. Contribution to the study of the “Nueva Cadiz” type beads. **Zephyrus**, Universidad de Salamanca, n.56, 2003: p.207-233.

RODRIGUES, M. C. Glass beads as identity element of the African in the cultural past of Lisboa from the mid XV century until the 1755 earthquake - a study of *nueva cadiz* and *chevron* type beads - . **Zephyrus**, Universidad de Salamanca, 60, 2007.

ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 17, 1989: p. 29-41.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

SALUM, M. H. L.; CERAVOLO, S. M. Considerações sobre o perfil da coleção africana e afro-brasileira no MAE/USP, **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia/USP**, São Paulo, n. 3, 1993: p.167-185.

SALUM, M. H. L. Por mais que sejam belas, que dizem simples contas ? Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, **Anais**, 15, Belém: SAB, 2010.

SAMPECK, K. ; FERREIRA, L. M. **Delineando a Arqueologia Afro-Latino-Americana**. New Jersey, 2019.

SANT’ANNA, N. O Beco do Colégio (1554-1935). **Revista do Arquivo Municipal**, XXVI; Departamento de Cultura; São Paulo; 1936.

SANT’ANNA, N. **São Paulo histórico**: aspectos, lendas e costumes, Coleção Departamento de Cultura, v.3. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937-1939: p.16-17.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1992.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, C. J. F. **Nem tudo era italiano: São Paulo e Pobreza (1890-1915)**. São Paulo: Annablume, 1998.

SAQUET; M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, 2008: p.24-42.

SCATAMACCHIA, M. C. M.; UCHÔA, D. P. O contato euro-indígena visto através de sítios arqueológicos do Estado de São Paulo. **Revista de Arqueologia**, SAB, v. 7, n. 1, 1993: p. 153-173.

SCHÁVELZON, D. **Buenos Aires Negra: a arqueología histórica de una ciudad silenciada**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2003.

SCHIFFER, M. B. Archaeological context and systemic context. **American Antiquity**, v. 37, n.2, 1972: p.156-165.

SHONSEY, E. Beads: an element of regalia. **African Diaspora ISPs**, n.34, 1995.

SINGLETON, T. A. The Archaeology of Slavery in North America. **Annual Review of Anthropology**, vol. 24, 1995: p.119-140.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade**. A forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOUZA, M. A. T. Por uma Arqueologia da criatividade: estratégias e significações da cultura material utilizada pelos escravos no Brasil (p.11-36). In: AGOSTINI, C. (org.), **Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado**, Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

SOUZA, R. A. **Louça branca para a Paulicéia: Arqueologia Histórica da fábrica de louças Santa Catharina/IRFM - São Paulo e a produção da faiança fina nacional (1913-1937)**. 2010, Dissertação de Mestrado - MAE/USP, 2010.

SOUZA, R. A. Margarida Andreatta e a conformação da Arqueologia Histórica paulistana. **Revista do Museu Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 22, 2012: p.157-180.

SOUZA, R. A. Arqueologia na Metrópole Paulistana. **Revista Habitus**, Goiânia, n.12, volume 1, 2014: p.23-44.

STASKI, E. Advances in Urban Archaeology, p. 97-149. In: **Advances in Archaeological Method and Theory**, v. 5, 1982.

STINE, L. F.; CABAK, M. A.; GROOVER, M. D. Blues Beads as African - American Cultural Symbols. **Historical Archaeology**, 30 (3), 1996: p.49-75.

SYMANSKI, L. C. P. Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. In: ZARANKIN, A.; SENATORE, M.X. **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul: cultura material, discursos e práticas**. Buenos Aires: ed. Tridente, 2002: p. 31-62.

SYMANSKI, L. C. P. O domínio da tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: v.1, n.2, 2007: p.9-36.

SYMANSKI, L. C. P. A Arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil, **Afroasia**, n.49, 2014: p.159-198.

SYMANSKI, L. C. P.; OSÓRIO, S. R. Artefatos reciclados em sítios arqueológicos de Porto Alegre. **Revista de Arqueologia**, n.9, 2015: p. 43-54.

SYMANSKI, L. C. P.; SOUZA, M. A. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 33, 2007: p. 215-243 .

TAVARES, A. C. P. **Vestígios materiais na antiga Sé de Salvador: postura das instituições religiosas africanas frente à Igreja Católica em Salvador no período escravista**. 2006, Dissertação de Mestrado - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

TAVARES, R. B. **Cemitério dos pretos novos, Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial**. Dissertação de Mestrado – UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

TOCCHETTO, F. B. **A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2001.

TOCCHETTO, F. B. Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. **Revista Arqueologia**, 16, 2003: p.59-69.

TOCCHETTO, F. B.; MEDEIROS, J. G. T. A louça em lixeiras urbanas: reflexões sobre atributos, datações e consumos em Porto Alegre. **Revista de Arqueologia**, v.22, n.1, 2009: p.125 - 134.

TOLEDO, B. L. **São Paulo: três cidades em um século**. São Paulo: Liv. Duas Cidades, 1983.

TORRES, A. M. As contas a bordo da fragata Sto. António de Taná (1697): um exemplo de intercâmbios num mundo global. **História Revista**, v.18, n. 2, p. 8, 2013.

TORRES, M. C. M. O Bairro do Brás. In: **História dos Bairros de São Paulo**. São Paulo: DPH/SC/PMSP, 1969.

TRIVELLATO, F. Echi della periferia. Note sulla circolazione e la produzione delle perle di vetro veneziane nei secoli XVII-XVIII. **La Ricerca Folklorica**, n°. 34, La vita sociale delle perle. Produzione materiale, usi simbolici e ruoli sessuali: da Murano all' Africa e al Borneo, 1996: p. 25-34.

WESCOTT, J. The sculpture and myths of Eshu-Elegba, the yoruba trickster: definition and interpretation in yoruba iconography. **Africa**, v. 32, n. 4, 1962: p. 336-354.

WISSENBACH, M. C. C. **Sonhos africanos, vivências ladinas**. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998.

UCHOA, D. P.; SCATAMACHIA, M. C. M.; GARCIA, C. D. R. O sítio cerâmico do Itaguá: um sítio de contato no litoral do Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Arqueologia**, Belém 2(2), 1984: p.51-60.

VAN DER SLEEN, W. G. N. **A handbook on beads**. Musée du Verre, Liège, 1967.

VERHAEGHE, C.; CLIST, G.; FONTAINE, C.; KARKLINS, K.; BOSTOEN, K.; CLERCQ, W. D. Shell and glass beads from the tombs of Kindoki, Mbanza Nsundi, Lower Congo. **Beads: Journal of the Society of Bead Researchers** 26, 2014: p.23-34.

ZANETTINI, P. E. **Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista**. Tese de Doutorado – Museu de Arqueologia e Etnologia /USP, 2005.

ZANETTINI, P. E. Arqueólogos de volta à cidade (p.221-232). In: MORI, V. H.; SOUZA, M. C.; BASTOS, R. L.; GALLO, H (org.). **Patrimônio: Atualizando o Debate**. São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2006.

Acervos

CASP- Centro de Arqueologia de São Paulo; Departamento do Patrimônio Histórico-Secretaria de Cultura-Prefeitura Municipal de São Paulo.

MAE- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP).

Documentação Arqueológica

ANDREATTA, M. D. A.; JULIANI, L. J. C. O.; CAMPOS, M. C. **Relatório de Atividades – Casa da Marquesa de Santos**. Programa de Arqueologia Histórica do Município de São Paulo. DPH/ Museu Paulista, 1986.

ANDREATTA, M. D. A.; JULIANI, L. J. C. O.; CAMPOS, M. C. **Programa de Pesquisa – Casa da Marquesa de Santos**. Programa de Arqueologia Histórica do Município de São Paulo. DPH/ Museu Paulista, 2º Etapa, 1991.

ANDREATTA, M. D. A.; JULIANI, L. J. C. O.; CAMPOS, M. C. **Intervenção Arqueológica na Casa da Marquesa de Santos, Sé – São Paulo**. Programa de Arqueologia Histórica do Município de São Paulo. DPH/ Museu Paulista, 1986-1991.

DOCUMENTO ARQUEOLOGIA & ANTROPOLOGIA. **Programa de Prospeção e Resgate Arqueológico, Implantação da Linha Amarela**. Relatório Final, volume 1, 2007.

DPH-SMC. **Beco do Pinto** (Projeto de Pesquisa). Prefeitura Municipal de São Paulo, 1994

NISHIDA, P.; CARVALHO, M. R. R. **Relatório das atividades de curadoria**, Parte: I, Projeto de Arqueologia Casa n.º1-áreas de intervenção: futura área do elevador / futura área do reservatório de água.; DPH, São Paulo, 2010.

NISHIDA, P.; CARVALHO, M. R. R. **Relatório das atividades de curadoria**, Parte: II, Projeto de Arqueologia Casa n.º1-áreas de intervenção: futura área do elevador / futura área do reservatório de água.; DPH, São Paulo, 2010.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Relatório final – Monitoramento e resgate arqueológico da área destinada à implantação da Praça das Artes – Operação Urbana Centro, Município de São Paulo**. Consórcio CONSTRUCAP/DPH-SC-PMSP, São Paulo, 2012.

Obs. Foram consultadas documentações fragmentadas, relativas às atividades de pesquisa arqueológica dos anos 1980 e 1990 e digitalizada pelo DPH, referentes aos sítios Solar da Marquesa de Santos, Beco do Pinto e Casa n.º.1, tais como anotações avulsas, diários de campo, rascunhos e inventário de peças.